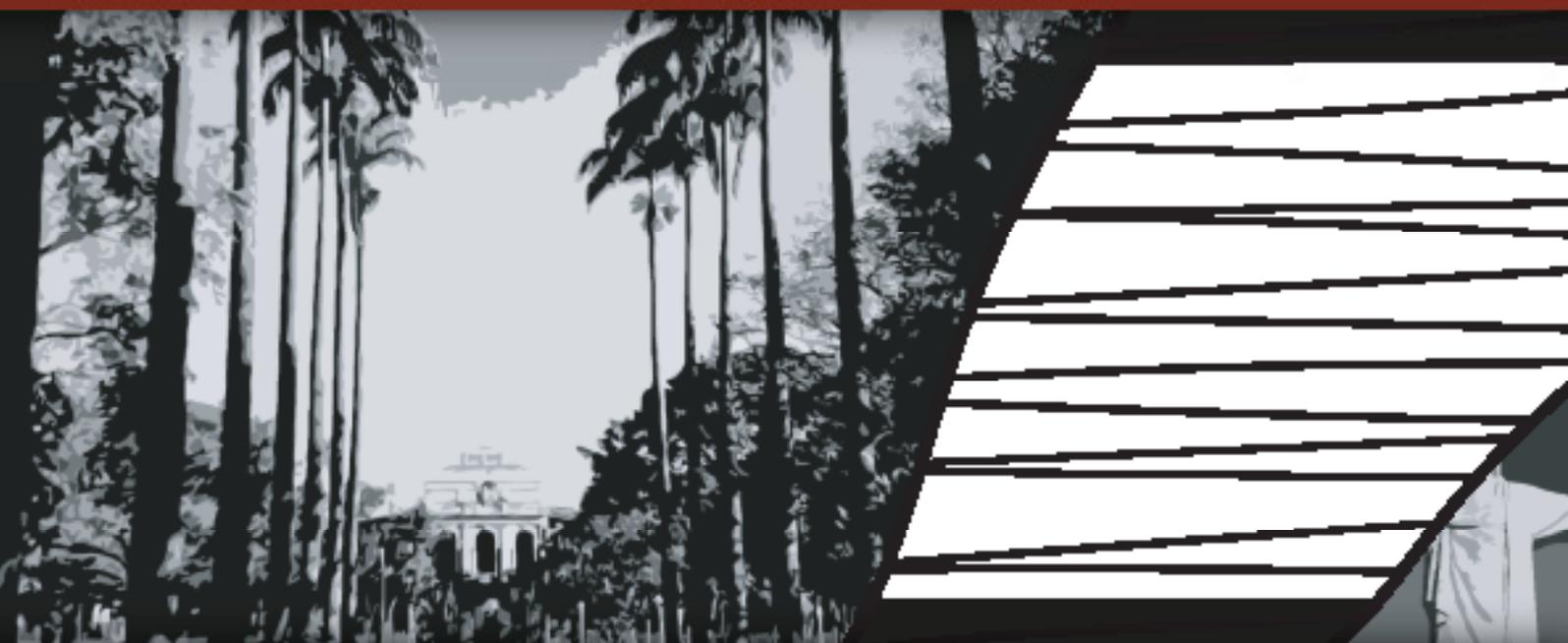
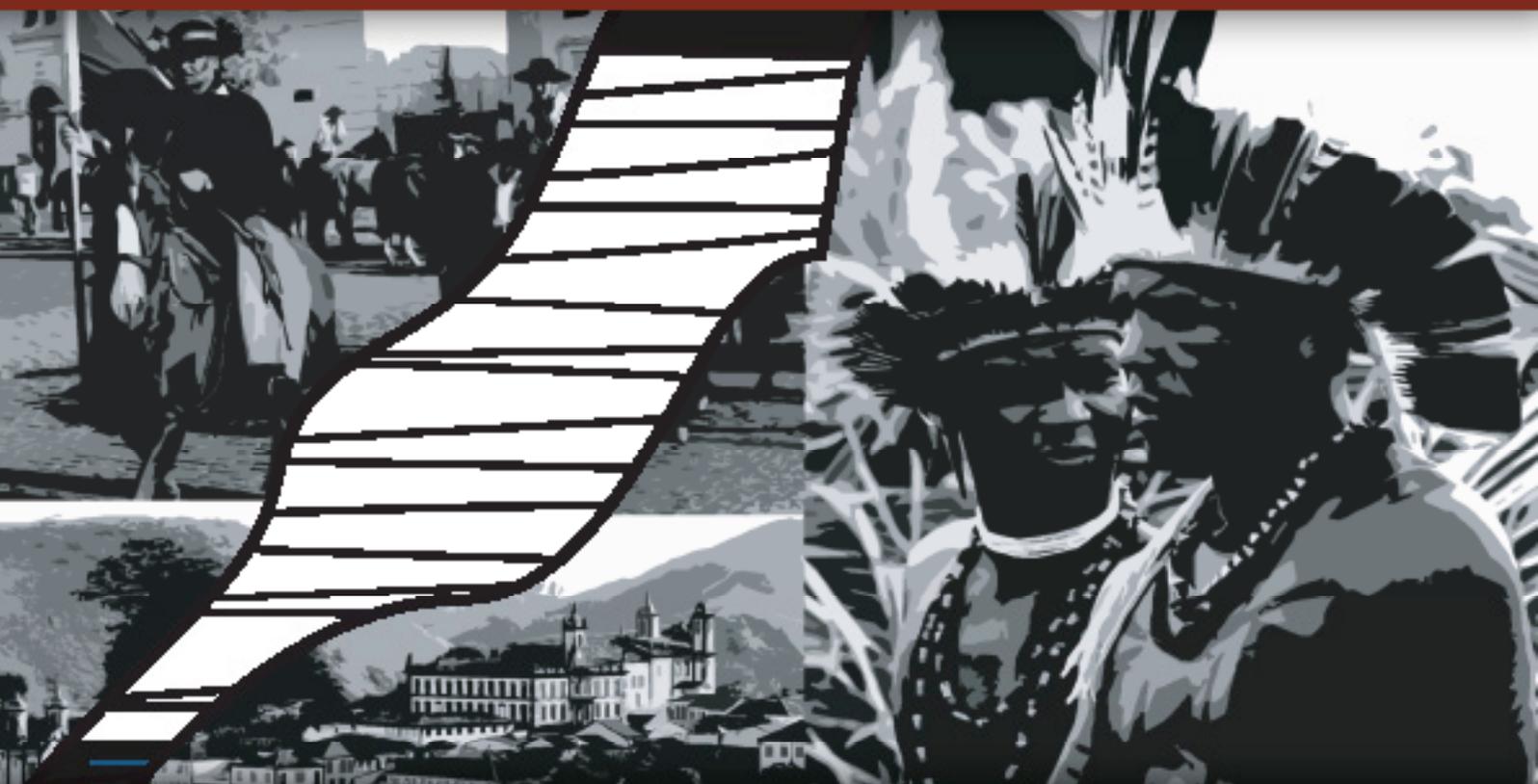


DOSSIÊ PATRIMÔNIO CULTURAL



CADERNOS DE HISTÓRIA



CADERNOS DE HISTÓRIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler:	Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor:	Dr. Pe. Luís Henrique Eloy e Silva
Assessor Especial da Reitoria:	José Tarcísio Amorim
Chefe de Gabinete do Reitor:	Paulo Roberto de Souza
Pró-Reitores:	Extensão – Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-Graduação – Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugenio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhães e Serro – Ronaldo Rajão Santiago
Secretário de Comunicação:	Mozahir Salomão Bruck
Secretário-Geral:	Ronaldo Rajão Santiago
Secretária de Cultura e Assuntos Comunitários:	Maria Beatriz Rocha Cardoso
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional:	Carlos Barreto Ribas
Diretor do Instituto de Ciências Humanas:	Alexandre M. A. Diniz
Chefe do Departamento de História:	Julia Calvo
Diretor do Centro de Memória e de Pesquisa Histórica:	Caio César Boschi

EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial:	Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot
Núcleo de apoio aos periódicos (NAP):	Alda Verônica G. de Miranda; Javier Alberto Vadell; Raquel Beatriz Junqueira Guimarães, Rodrigo Baroni de Carvalho; Terezinha Tabora Moreira
Diretora:	Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Capa e diagramação:	Anderson Luiz Barbosa Araújo
Imagem da capa:	Composição própria

CMPH – CENTRO DE MEMÓRIA E DE PESQUISA HISTÓRICA DA PUC MINAS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 26, subsolo da Biblioteca Pe. Alberto Antoniazzi • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4383 • E-mail: centrodememoria@pucminas.br ou cpesquisahist@pucminas.br.

EDITORA PUC MINAS – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais – Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • E-mail: editora@pucminas.br.

ISSN-e: 2237-8871 (OJS)

CADERNOS DE HISTÓRIA

Revista do Departamento de História da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Dossiê Temático

Patrimônio Cultural

Organizada por:
Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli



Conselho Editorial

Editora gerente: Sílvia Maria Amâncio Rachi Vartuli
Daniella Lopes Dias Ignácio Rodrigues
Marcelo de Araújo Rehfeld Cedro
Júlia Calvo
Jacyra Antunes Parreiras

Editora Estagiária

Francine Oliveira Dores Brandhuber

Conselho Consultivo Nacional

Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJ)
Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)
Dr. Amaury Carlos Ferreira (PUC Minas)
Dr.^a Ana Silvia Volpi Scott (UNISINOS)
Dr.^a Andréa Casa Nova Maia (UFRJ)
Dr. Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Dr. Antônio Carlos de Jucá Sampaio (UFRJ)
Dr. Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Dr. Caio César Boschi (PUC Minas/U.Porto)
Dr.^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP)
Dr.^a Claudia Wasserman (UFRGS)
Dr. Christian Edward Cyril Lynch (UERJ/FCRB)
Dr. Douglas Cole Libby (UFMG)
Dr. Ilmar Rohloff de Mattos (PUC Rio)
Dr. João Adolfo Hansen (USP)
Dr. João Antônio de Paula (UFMG)
Dr. João Feres Júnior (UERJ)
Dr.^a Liana Maria Reis (PUC Minas)
Dr.^a Luciana Teixeira de Andrade, (PUC Minas)
Dr.^a Lucilia de Almeida Neves Delgado (UNB)
Dr. Luiz Claudio Duarte (UFF)
Dr. Marco Antônio da Silveira (USCS)

Revisão e Normatização

Sara Elizabeth Martins Ferreira Silva Pinto
Raul Pereira Pinto Neto
Laura Meniconi Rezende
Gabrielle Lorrane Vaz Henrique
Bruno Calvo
Jéssica Debora

Diagramação de Texto

Anderson Luiz Barbosa Araujo

Dr.^a Maria Angelica Zubaran (ULBRA)
Dr.^a Maria Celina Soares D'Araujo (PUC Rio)
Dr.^a Maria Silvia Casagrande Bassanezi (UNICAMP)
Dr. Tarcisio Rodrigues Botelho, (UFMG)
Dr.^a Marluza Marques Harres (UNISINOS)
Dr. Olavo Pereira Soares (UNIFAL)
Dr.^a Renata Rodrigues Vereza (UFF)
Dr. Roberto Luís de Melo Monte-Mór (UFMG)
Dr. Rodrigo Patto Sá Motta, (UFMG)
Dr. Sérgio Odilon Nadalin, (UFPR)
Dr.^a Solange Pereira da Rocha, (UFPB)
Dr.^a Magda Maria Bello Almeida Neves (PUC Minas)

Conselho Consultivo Internacional

Dr. Filipe Themudo Barata, Universidade de Évora
Dr.^a Florbela Cristina Veiga Frade, Universidade Nova de Lisboa
Dr. José Manuel Santos, Universidad de Salamanca
Dr.^a Maria Marta Lobo de Araújo, Universidade do Minho
Dr.^a Teresa Maria e Sousa Nunes, Universidade de Lisboa
Dr. Zephyr Frank, Stanford University
Dr. José Maria Amado Mendes, Universidade de Coimbra / Universidade Autónoma de Lisboa
Dr.^a Claudia Damasceno Fonseca, Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales

Indexadores: Periódicos CAPES, E-Revist@s, Latindex, DOAJ, PKP, Diadorim, Icap, Sumários.org, LivRe!, REDIB, SEER, IBICT, JournalTOCs, EZB.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

**C122 Cadernos de História. - v.1, n.1 (1995-). Belo Horizonte:
PUC Minas, 1995- .**

Semestral

ISSN 1679-5636 (Impresso)

ISSN 2237-8871 (Eletrônico)

1. História - Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

CDU: 93(05)

Sumário

ARTIGOS

- Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. 9**
ISADORA PARREIRA RIBEIRO
- O processo histórico de territorialização Pataxó no Extremo Sul da Bahia no século XIX 34**
RAMON RAFAELLO CASTRO DE SOUZA
- Patrimonialização de uma ruína: Análise do caso Capela de Nossa Senhora do Rosário localizada em Santo Antônio do Pirapetinga em Piranga- MG 54**
DANIELLY MEIRELES DIAS
EDUARDA ALVES SANTOS
- A cidade indesejada: a permanência provinciana na cidade de Mossoró (1908-1928)..... 64**
IONARA COSTA DE OLIVEIRA
- A primeira Casa da Ópera na América Portuguesa: representações teatrais em Vila Rica na primeira metade do século XVIII..... 79**
ROSANA MARRECO BRESCIA
- Documentos históricos no Amapá e a preservação da memória cultural 94**
ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO
- “Falando sobre História Oral” - entrevista com o Professor Dr. Arnaldo José Zangelm 112**
MAYCON EMILIO VICENTE ALVES
- Memória e Cultura Popular: Narrativas sobre a Cavalgada em louvor a São Sebastião 121**
JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES
- O Foral de Benavente e o Direito Pátrio Local..... 137**
JOÃO FERREIRA DIAS
- O Teatro de memória encenado em museus históricos 153**
LUCINEI PEREIRA DA SILVA
KELLY AMARAL DE FREITAS
LUIZ HENRIQUE ASSIS GARCIA
- Proibido vender e comprar o caso da remoção das feiras livres na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte..... 173**
CLARISSA DOS SANTOS VELOSO

Editorial

É com enorme alegria que apresentamos, neste número da Revista Cadernos de História, o Dossiê temático Patrimônio Cultural. A coletânea de artigos expressa visão inovadora sobre o patrimônio, de acordo com as mais recentes discussões acadêmicas e legislativas, debates de grupos e de organizações sociais. De escopo amplo, o número abraça de maneira generosa as expressões artísticas, ritualísticas e pitorescas de locais, povos e épocas diversas. Nesse sentido, a proposta brinda-nos com mergulho profundo na cultura do Brasil, resgatando práticas, crenças e símbolos que expressam a identidade multicultural e colorida do País. Reforçamos, assim, nosso compromisso com as cores da inclusão social e da democracia.

Abre este número, com profundidade e leveza, a autora Isadora Parreira Ribeiro, com o artigo Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial: as relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. Demonstra como a cidade do período colonial localizada no estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil, foi a primeira a ser “classificada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também a primeira inscrita à Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO no Brasil”. A classificação engendrou importantes reflexões sobre as consequências das classificações, levando a mudanças nos âmbitos da materialidade e da simbologia, cujos ecos ouvimos ainda hoje.

O segundo texto, de Ramon Raffaello Castro de Souza, intitulado O processo histórico de territorialização Pataxó no Extremo Sul da Bahia no século XIX, mostra-nos, com acuidade e clareza, “um resumo da trajetória histórica do povo Pataxó e sua relação com o Estado colonial, ao longo do século XIX na antiga Capitania de Porto Seguro, (atual Extremo Sul da Bahia).” Desse modo, realiza importante reflexão acerca da colonização e da política indigenista de aldeamento compulsório, problematizando sobre as reconfigurações étnicas que originaram a atual identidade pataxó. Cumpre destacar a relevância dos grupos indigenistas para a composição de nosso patrimônio cultural, ensejando, com urgência, o desenvolvimento e implementação de políticas de respeito e proteção.

Na sequência, temos o belíssimo artigo de Danielly Meireles Dias e Eduarda Alves Santos, Patrimonialização de uma Ruína. Trata-se de um estudo de caso da Capela de Nossa Senhora do Rosário localizada em Santo Antônio do Pirapetinga em Piranga, interior de Minas Gerais, que busca demonstrar os embates entre a burocracia relativa aos processos de tombamento e as demandas da população para reconstrução dos locais que lhes são essenciais. Tem como importante objetivo analisar como a burocracia “se contrapõe às demandas da população local e como as políticas de proteção lidam com as relações raciais que atravessam o patrimônio cultural”.

Em A cidade indesejada: a permanência provinciana na cidade de Mossoró (1908-1928), Ionara Costa de Oliveira ressalta a força de hábitos, tradições e crenças da comunidade. Identifica detalhadamente “as permanências dos costumes rurais no cotidiano de Mossoró, como também as burlas e a inadequação dos diversos segmentos sociais da população”. Assim, consegue analisar, com extrema sensibilidade, a realidade e os costumes locais como patrimônio identitário.

A primeira Casa da Ópera na América Portuguesa: representações teatrais em Vila Rica na primeira metade do século XVIII, de Rosana Marreco Brescia “aborda as representações teatrais em Vila Rica ainda na primeira metade do século XVIII”. Traz à tona elementos culturais, artísticos, religiosos, arquitetônicos, enfim, patrimoniais em sua abordagem. A autora nos convida, de maneira

gentil e prazerosa, à incursão no universo dos espetáculos teatrais que deixam entrever aspectos do imaginário social da época.

O texto Documentos históricos no Amapá e a preservação da memória cultural, de Elivaldo Serrão Custódio, apresenta reflexões sobre a “inexistência de políticas públicas voltadas ao fomento/preservação da memória documental e cultural local”. Nesta perspectiva, destaca a relevância da “digitalização e disponibilização dos acervos documentais públicos e privados atinentes a diferentes contextos e aspectos da história amapaense”, para a preservação da memória e identidade local, ou seja, de nosso patrimônio cultural.

O texto intitulado Falando sobre História Oral, trata-se de entrevista realizada com o brilhante Professor Dr. Arnaldo José Zangelm. Dada a importância da História Oral na preservação de nosso patrimônio cultural, a entrevista buscou “promover um diálogo com um pesquisador especialista no tema sobre História Oral, visando contribuir com o debate a respeito dessa metodologia e seus desdobramentos”.

Com o convidativo título Memória e Cultura Popular: Narrativas sobre a Cavalgada em louvor a São Sebastião, o artigo de João Paulo Pacheco Rodrigues analisa as práticas de sociabilidades e a preservação da memória por meio das reuniões de cavaleiros que acontecem no final do mês de janeiro na cidade de Cambira no Paraná. Com olhar apurado de bom pesquisador, demonstra como “durante a Cavalgada de São Sebastião memórias são desveladas e saberes são transmitidos de gerações em gerações.”

Em O Foral de Benavente e o Direito Pátrio Local, João Dias revela-nos as comemorações do Foral de Benavente da vila ribatejana, cujo foral data de do ano de 1200, “nos primórdios da construção da portugalidade”. O interessante artigo traz aos nossos olhos a riqueza de aspectos da cultura, memória e patrimônio portugueses. Apresenta, “em sobrevoo, os sistemas e fontes de direito pátrio, nacional e local, desde o começo da nacionalidade até ao fim da vigência dos forais, a fim de integrar o Foral de Benavente, objeto concreto do artigo, no quadro do direito foraleiro e local, observando suas características normativas”.

O instigante e oportuno artigo O Teatro de memória encenado em museus históricos, de Lucinei Pereira da Silva; Kelly Amaral de Freitas e Luiz Henrique Assis Garcia, tece relevante análise sobre as “funções de evocação e celebração” das exposições nos museus. Aborda, para tanto, a realidade do Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro e do Museu da Cidade de Governador Valadares/MG (MCGV) para a problematizar a “teatralização do poder’, através da qual grupos hegemônicos mobilizam o patrimônio cultural como força política”.

Por fim, Clarissa dos Santos Veloso, no artigo Proibido vender e comprar o caso da remoção das feiras livres na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, leva-nos para um passeio reflexivo pelas feiras, patrimônio das comunidades e grupos. A autora analisa “como as feiras livres realizadas na Praça da Liberdade entre 1969 e 1991 passaram a ser vistas como um problema público”, o que levou à “ação estatal de realocação desses eventos pela administração municipal de Belo Horizonte”. Dessa forma, problematiza de maneira inteligente as narrativas produzidas acerca da possível depredação do patrimônio e arquitetônico”.

Pelo exposto, podemos constatar a aliciante e envolvente leitura que nos aguarda neste número especial. Além disso, os artigos apresentados assumem postura política, questionadora e consciente na defesa de nosso patrimônio cultural. Passemos, então, à reflexão de temáticas tão relevantes quanto apaixonantes...

Silvia Rachi *Laura Meniconi*
Editora Gerente *Estagiária*

OURO PRETO: DE MONUMENTO
NACIONAL A PATRIMÔNIO MUNDIAL.
AS RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E
RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE
LOCAL COM A CIDADE-PATRIMÔNIO.

ISADORA PARREIRA RIBEIRO
Universidade do Porto
isadoraribeiro909@gmail.com

RESUMO

Cidade histórica localizada no estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil, Ouro Preto é a primeira cidade classificada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também a primeira inscrita à Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO no Brasil. A sua classificação pioneira suscitou debates sobre os efeitos das classificações e produziu alterações de ordem material e simbólica que reverberam até a atualidade. Neste trabalho investiga-se através de periódicos publicados em Ouro Preto as relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade ouro-pretana com a cidade-patrimônio. Foi dado especial enfoque às décadas de 70 e 80 do século XX, períodos que são respectivamente anteriores e coetâneos à inscrição de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial, com o propósito de demonstrar as permanências e novas urgências que se apresentaram desde a classificação à Monumento Nacional.

Palavras-chave: Ouro Preto; Patrimônio Mundial; Comunidade; IPHAN, UNESCO.

OURO PRETO: FROM NATIONAL
MONUMENT TO WORLD HERITAGE.
THE RELATIONSHIPS OF BELONGING
AND RECOGNITION OF THE LOCAL
COMMUNITY WITH THE HERITAGE CITY.

ISADORA PARREIRA RIBEIRO
Universidade do Porto
isadoraribeiro909@gmail.com

ABSTRACT

A historical city located in the Minas Gerais state, southeast of Brazil, Ouro Preto is the first city classified as a National Monument by the National Institute of Historical and Artistic Patrimony - IPHAN, being also the first in Brazil to be registered on the World's Heritage Site List. It's pioneer classification sparked debates about the classifications' effects and generated material and symbolic range changes that reverberate to the present day. In this paper, the relationships of belonging and recognition of the Ouro Preto community with the heritage city are investigated through Ouro Preto's published journals. Special focus was given to 70's and 80's decades of the 20th century, periods that are respectively prior to and concurrent with the registration of Ouro Preto on the World's Heritage Site List, for the purpose of demonstrating the abundance as well as the new urgencies presented since the National Monument classification.

Keywords: Ouro Preto; World Heritage; community; IPHAN, UNESCO.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte das reflexões iniciadas na pesquisa de mestrado intitulada “Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. Estudo do impacto das classificações na comunidade local”, vinculada institucionalmente ao Programa de Mestrado em História da Arte, Patrimônio e Cultura Visual da Universidade do Porto, Portugal.

Surgida a partir da experiência docente da autora na cidade de Ouro Preto, esta pesquisa procura investigar como a classificação de Ouro Preto a Monumento Nacional, servindo como um laboratório das práticas patrimoniais brasileiras, e, mais tarde, a indicação a Patrimônio Mundial pela UNESCO, foram responsáveis pelo distanciamento da população, tanto no que se refere aos instrumentos de salvaguarda e na manutenção dos bens quanto na relação da própria comunidade com o patrimônio.

Apesar de diretamente atingidas pelas classificações, e levando em conta as profundas mudanças na legislação patrimonial no que tange à participação popular, às comunidades é relegado um papel de observador. Considerando a quantidade de estudos sobre o patrimônio brasileiro e sobre Ouro Preto, pretendemos contribuir aqui com a perspectiva de diversos atores em relação ao patrimônio e este lugar de pertença e representatividade na cidade, que durante séculos é manipulada atendendo às narrativas institucionais.

A concepção inicial desta pesquisa estava baseada em uma série de entrevistas que seriam direcionadas a membros da comunidade ouro-pretana a fim de recolher informações que pudessem sedimentar os argumentos. No entanto, o distanciamento provocado pelo contexto da pandemia da Covid-19 obrigou a adoção de novas estratégias e fontes de pesquisa, fazendo-nos chegar à hemeroteca do Arquivo Público Municipal de Ouro Preto (APMOP). Acessamos, de forma virtual, 23 periódicos e analisamos 102 edições, reunindo materiais de diferentes atores sociais, como empresários, estudantes, turistas, religiosos, integrantes dos órgãos de preservação e a própria comunidade. A pesquisa nos jornais revelou-se uma rica fonte de informações sobre o tratamento dado ao patrimônio em Ouro Preto e sobre como era sua aceção nas diferentes esferas urbanas onde impactava, relembrando que a imprensa periódica não é apenas um receptáculo de informação, “mas uma peça documental que traz em si um amplo espectro de elementos socioculturais do momento em que foi produzida” (LUCA, 2006, apud TOLEDO, 2012). Os periódicos utilizados nesta investigação estão, em sua maioria, cronologicamente inscritos nas décadas de 1970 e 1980, períodos que são, respectivamente, anteriores e coetâneos à inscrição de Ouro Preto à Lista do Patrimônio Mundial.

Levando em conta que, como afirma Pierre Nora, o patrimônio “é também uma ideia imersa dentro da história. Um projeto datado que tem sua própria história.” (NORA, 1997, p. 143), percorremos alguns episódios que contribuíram para uma concepção republicana durante o século XX, plasmando as noções de identidade brasileira e, por consequência, os tombamentos. Neste sentido, as três partes que formaram este trabalho devem ser entendidas como uma cronologia de investigação do espaço físico, das relações de memória, pertencimento e reconhecimento da comunidade ouro-pretana com o patrimônio que, em tese, deveria emergir do povo.

Na primeira parte estão levantadas as hipóteses relacionadas à pergunta central da

investigação, a partir da revisão crítica de passagens da história brasileira, assim como o entendimento da formação *sui generis* da antiga Vila Rica, em relação aos demais territórios de Minas Gerais, causada pela intensa atividade exploratória de mineração e a sua fundamental importância econômica no período colonial, justificando a eleição da cidade como foco desta investigação.

Na segunda parte serão tratadas as primeiras gestões do IPHAN, a fim de compreender os passos iniciais da institucionalização do patrimônio brasileiro. As gestões foram problematizadas a partir dos seus “batismos” e das políticas empreendidas em suas administrações.

Na terceira e última parte, abordaremos como houve o alargamento da compreensão de centro histórico à paisagem histórica urbana e como esta apreensão se conformou tanto no território ouro-pretano quanto na relação da comunidade com a cidade-patrimônio.

Em última análise, o objetivo deste artigo não é encerrar a discussão sobre as relações de pertencimento e reconhecimento em relação ao patrimônio, mas incitar novas percepções, suscitar debates e levantar questões que nos aproximem do entendimento sobre o drama social do patrimônio.

Importante salientar que partimos do entendimento de que a escolha de qualquer periódico como objeto de pesquisa histórica requer a atenção do pesquisador, no que tange ao contexto, a produção, a materialidade, chegando até a distribuição e recepção do público. Tânia de Luca (2008) atenta para os perigos do uso fragmentário dos periódicos, “realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões”, fornecendo “imagens parciais, distorcidas e subjetivas”. Assim, os periódicos disponibilizados e escolhidos para este trabalho foram analisados levando em conta as suas narrativas, o contexto político em que estavam inseridos, a periodicidade e, na medida do possível, procurando “ouvir” todas as vozes presentes nas edições estudadas.

Dentre as edições analisadas, o *Jornal de Ouro Preto (JOP)*¹ foi o periódico com a maior quantidade de menções ao tratamento do patrimônio e a outras questões inerentes à organização municipal, saúde, educação, infraestrutura, destacando a preocupação em consultar a população nos mais variados assuntos. Não foram encontrados registros do JOP anteriores ao ano de 1982², período em que o jornal voltou a ser distribuído gratuitamente nos primeiros domingos de cada mês³. Fundamental ressaltar que a análise se inscreve no período em que o Brasil estivera sob a ditadura militar, e Ouro Preto apresentava-se como

1 O JOP foi criado como órgão do Grêmio Literário Tristão de Ataíde (GLTA), fundado em 18 de outubro de 1938, no Colégio Arquidiocesano, pelo Padre José Pedro Mendes Barros (1913-1999). A partir de 1957, o Padre José Pedro amplia e “universaliza” o GLTA, levando-o para a convivência urbana e não apenas estudantil, oferecendo atividades gratuitas no teatro e acesso à biblioteca. Segundo Silveira, Maia, Pereira e Silva (2017), Hécio Fortes consta como fundador do *Jornal de Ouro Preto* e do *Cine Clube de Ouro Preto*. Foi redator do “*A Voz do G.L.T.A.*” e integrante da *Corrente Revolucionária (CR)* quando manteve ligações com a *Aliança Libertadora Nacional (ALN)*, foi tragicamente assassinado no DOI-CODI, no ano de 1972, aos 22 anos.

2 A partir do ano de 1982 até 1985, consta como Editor Político do JOP, Antônio de Pádua Rodrigues, o Tônico, colega de Hécio Fortes na equipe de direção do “*A Voz do G.L.T.A.*”, reconhecido secundarista militante em Ouro Preto.

3 Informação presente na edição do dia 14 de março de 1982, número 1, ano 1: “O JORNAL DE OURO PRETO volta a circular distribuído gratuitamente para 5 mil residências da cidade, levando mais de 20 mil pessoas a lerem as mensagens divulgadas neste número de retorno. [...] Nesta primeira fase, o JOP circulará nos primeiros domingos de cada mês”

centro de resistência e organização estudantil⁴, mantendo alguns núcleos organizados e conhecidamente influentes na região⁵, fazendo circular informações em boletins, panfletos e periódicos.

“A TERRA PARECE QUE EVAPORA TUMULTOS; A ÁGUA EXALA MOTINS; O OURO TOCA DESAFOROS; DESFILAM LIBERDADE OS ARES.”: A VILA RICA DA MINERAÇÃO

Localizada no Estado de Minas Gerais, a origem de Ouro Preto vem de um “processo de agregação de diversos arraiais de garimpo de ouro, ali estabelecidos no final do século XVII e início do XVIII”⁶, reunindo características singulares na paisagem, na arquitetura e no barroco mineiro.

A população das Minas era estimada em “50 mil almas, sendo trinta mil livres” (SALES, 1965 apud SALGADO, 2010, p.48) e contava com infraestrutura urbana considerável para a época, levando em conta as dificuldades de acesso ao interior do Brasil. A capitania torna-se, portanto, um novo centro de produção e consumo sustentada por um forte aparato burocrático através da cobrança de impostos, controle de importação e exportação, criação de juntas de julgamento e estabelecimentos de limites à entrada na região das minas (FAUSTO, 2012).

A ocupação dos sertões mineiros se deu em ondas, seguindo o ritmo dos conflitos territoriais e administrativos apresentados a partir da relação com a metrópole. No entanto, é no período da descoberta do ouro, entre os séculos XVII e XVIII, que se agravam as disputas na Vila Rica e se apresentam alguns fatores que permitem compreender as

dinâmicas socioterritoriais tantas vezes feitas, desfeitas e refeitas, que conduzem a relações dialéticas entre deter e estar em território de riquezas disputadas, bem como entre compreender e morar em uma cidade internacionalizada pela patrimonialização de sua cultura”. (VILLASCHI, 2014, p. 51).

A sociedade complexa surgida a partir da mineração, composta por atores diversos e permeada por disputas, teve, como afirma Sérgio Buarque de Holanda (2001), um papel decisivo na configuração do território brasileiro:

essa imigração, quase toda espontânea, serviu para povoar uma vastíssima região arredada do litoral que, de outra maneira ficaria sem dúvida abandonado e talvez perdida para os portugueses, afeitos tradicionalmente à colonização costeira. O descobrimento das jazidas do extremo oeste (MT) e a fundação ali de núcleos urbanos e fortalezas, em resultado desses achados, dera como fruto a silhueta geográfica do Brasil atual. (HOLANDA, 2001, p. 310).

A interação destes diferentes indivíduos, somadas à aspereza do trabalho, aos surtos de fome e à visão sobre as regiões mineradoras, produziram conflitos que foram considerados pela historiografia como elementos alteradores da paisagem e desta nova sociedade que se formara. Adriana Romeiro (2008) pergunta “em que medida as fomes influenciaram os modos de ver a nova paisagem, estabelecendo afinidades com o vasto e tradicional acervo de representações

4 Ver mais em: Histórias de repressão e lutas na UFOP, Ouro Preto e região/ Organizadores, Marco Antônio Silveira ... [et al.] – 1. Ed. – Ouro Preto: Editora UFOP, 2018 344 p.

5 Diretório Acadêmico da Escola de Minas (DAEM), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (DCE/UFOP), entre outros.

6 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/30>. Consultado em: 18/01/2022

geográficas?”, Laura de Mello e Souza (2008) reflete sobre a composição heterogênea das sociedades mineradoras e esta foi, segundo a autora, mais intensa nas Minas, onde o caráter imediatista, instável e provisório assumido pelos empreendimentos, refletia diretamente na sociedade que se desenhava, tornando-a, da mesma forma, imediatista, instável e provisória, de acordo com relatos de viajantes e oficiais do governo metropolitano. Considerando a definição de espaço geográfico de Suertergaray (HIRAO, GOMES & PEREIRA 2005, p. 109), formado pela interrelação de componentes “sejam eles região, paisagem, território, rede, lugar, geossistema e ambiente” é possível compreender que a mineração do século XVIII teve um grande impacto na relação da sociedade com a natureza e conseqüentemente na sua própria formação. A opulência construtiva de Ouro Preto e as festas barrocas formaram o imaginário de uma “sociedade rica, eufórica e democrática, mas tudo indica que as coisas se passaram diferentemente” (SOUSA, 2015, p. 40). A visão de riqueza e de opulência em uma sociedade pobre foi responsável pela manipulação autoritária da estrutura social em que “uma das visões possíveis da sociedade foi imposta como a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social” (SOUSA, 2015, p. 41). Ao refletir sobre este trabalho, foi levantada a hipótese de que a formação dessa sociedade mineradora e heterogênea, construída “sob o signo da pobreza e da conturbação social” (SOUSA, 2015, p.80) e que vivia “provavelmente no limite da subsistência” (MARTINS, 2009, p 3), impactou na relação da sociedade – e no tratamento institucional – com o patrimônio que viria a ser a marca de Ouro Preto (e parte da identidade nacional brasileira) a partir do século XX.

No processo de formação do Estado brasileiro, é possível observar a forte presença estrangeira procurando “manter o país numa posição de total dependência” (ROMPATTO, 2001, p. 195), justificando a sua formação singular, forjada de cima para baixo: “o Estado, depois a nação e tudo que a condicionou como tal” (ROMPATTO, 2001, p. 198). Carlos Lessa afirma que “o Brasil plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação. Prescindiu de um discurso nacionalista e pôde manter à sombra a ideia de povo” (LESSA, 2008, p. 241). O Estado brasileiro, assentado sob a tutela centralizadora da monarquia, não permitiu que houvesse a construção do pertencimento à nação, mas sim a um Portugal Transatlântico (ROMPATTO, 2001). Esse conjunto de afirmativas reforça a ausência de um projeto de nação com a participação das massas e de suas realidades.

O povo brasileiro, alienado da sua própria construção cultural, assistiu ao processo de transição para o Estado Nacional ser realizado sem grandes rupturas, desde 1808, e, sobretudo, sem a participação popular. Ressalta-se aqui que não obstante a ausência de rupturas, houve lutas e embates, combatidos e abatidos em favor dos donos do poder, a elite escravagista e proprietária. A afirmação de Pedro I, “tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”⁷, reforça este traço da formação do Estado Nacional brasileiro, que é não tratar do povo e mantê-lo “distante da cidadania e da participação política” (FAUSTO, 2012, p. 127). Após a proclamação da Independência, a primeira constituição do Brasil, outorgada pelo Imperador Pedro I, reflete o enjeitamento da massa maior, composta por uma minoria de brancos e mestiços votantes,

7 Durante a festa de aniversário da princesa Maria Glória, Dom Pedro I pressionado por grupos populares no Campo de Sant’Anna profere esta frase, e no dia seguinte abdica de seu cargo em favor do filho Pedro II. Mary del Priore (CBN. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/77423/tudo-farei-para-o-povo-mas-nada-pelo-povo.htm>)

cerca de 20% da população no Rio de Janeiro, e, dentre esses, nem todos exerciam o voto (FAUSTO, 2012). Ao mesmo tempo em que o povo participava da vida coletiva, em festas ou colocando em prática o sistema de ajuda mútua, se distanciava da concepção de participação coletiva como organização estatal, derivado da formação social brasileira eminentemente colonial e escravocrata, responsável por alienar a sua população reiteradamente. Os acordos entre Estado e população não eram claros. Carvalho (1987) afirma que o Estado ocupava posição externa ao cidadão, que apesar de considerá-lo útil em momentos pontuais, não via a necessidade de sua participação ou sequer a permitia. A visão de passividade relacionada ao brasileiro, na verdade, se configurava como uma estratégia das elites em manter o povo “bestializado” para a manutenção satisfatória do sistema, dificultando sobremaneira a adoção de signos para definir uma identidade nacional.

Essa prática seguiu-se ao longo do século XIX e os questionamentos sobre o que é “ser brasileiro” perduraram. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989) cita que a busca pela brasilidade, segundo os pesquisadores da época, se comporia de duas vertentes: “um patrimônio cultural formado de elementos harmoniosos entre si, que se conservaria semelhante através do espaço e do tempo; e a partilha do patrimônio cultural pela grande maioria dos habitantes do país em todas as camadas sociais” (QUEIROZ, 1989, p. 30). Mas, longe de ser ingênua, essa noção sugeria o embranquecimento e o isolamento da cultura brasileira. A impossibilidade de existir uma identidade nacional sem a completa homogeneidade de traços culturais era um ponto que suscitava o pessimismo entre os intelectuais e impossibilitava a construção de uma nação “branca, educada e refinada” (QUEIROZ 1989, p. 33). Fugindo à regra de outros territórios latino-americanos, o Brasil “é uma réplica lusitana inteiramente divorciada da retórica iluminista e da ideologia republicana” (LESSA, 2008, p. 237), em que, mesmo após a Independência, não se descolou do Estado luso.

Com a Proclamação da República em 1889 e a necessidade de abandono do Brasil rural, era conveniente a adoção de símbolos que inaugurassem a nova política. As lideranças mineiras, imbuídas do sentido da modernidade, projetaram uma capital moderna e condizente com os valores da República, e, em 12 de dezembro de 1897, se dá a transferência da capital de Minas Gerais para a recém-construída e planejada Belo Horizonte, afastando os símbolos do que era preciso esquecer.

“UMA CULTURA NACIONAL É UM MODO DE CONSTRUIR SENTIDOS – UM DISCURSO”⁸:

A IDENTIDADE NACIONAL NA REPÚBLICA

A afirmação de “um sentido patriótico que direcionava a construção da nação” (LOPES, 2004, p. 42) já era pauta em instituições como o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil desde a sua criação em 1838. A publicação da *História Geral do Brasil*, em 1854, de autoria de Francisco Adolpho Varnhagen, intelectual ligado ao Instituto, forneceu bases para a história brasileira contada à época. A defesa da integralidade territorial do Império e a valorização da colonização portuguesa eram os pontos centrais da obra de Varnhagen. O sentido histórico construído em sua obra “compreendia que a identidade nacional se assentava em uma ruptura

⁸ (HALL, 2003, p.50)

apenas política com a ex-metrópole” (REIS, 2001, apud GONÇALVES, 2015, p. 70), no qual “o Brasil não queria ser indígena, negro, republicano, latino-americano e não católico” (REIS, 2001a).

Já nos primórdios da República, estavam os folcloristas como Câmara Cascudo (1898 - 1968)⁹ e Sylvio Romero (1851-1914)¹⁰, que detinham uma visão romantizada do “ser brasileiro”, atrelando as manifestações populares à tradição, buscando uma autenticidade e a verdadeira raiz da cultura nacional. Romero auto intitulava-se darwinista social e considerava que havia “influência da raça e do ambiente sobre o caráter do brasileiro” (GUIMARÃES, 2008, p. 39). Tais concepções advindas dos primeiros estudos sobre a definição do povo brasileiro atrelaram-se à visão de três grupos: o negro, o nativo e o branco, responsáveis por deter a *alma nacional*.

Em 1933, Gilberto Freyre (1900-1987) publica *Casa Grande e Senzala* e volta-se à perspectiva racial na formação do povo brasileiro. A “mistura de raças” protagonizadas pelo negro, o europeu e o índio, que se misturavam ora na casa grande e ora na senzala, tornaram-se um ponto positivo para a construção desta pretendida identidade. Freyre aponta que as características de cada um desses grupos foram fundamentais na formação do brasileiro, “fazendo irromper em sua obra um certo orgulho em relação aos ingredientes dos quais seríamos formados” (GUIMARÃES, 2009, p. 41). A autora escreve,

Dos índios, o asseio pessoal, a higiene do corpo, o ardor guerreiro, o desapego, a rede do sono e da volúpia. Dos negros, o gosto pelo sol dos trópicos, a disposição para o trabalho, a energia sempre renovada, a sabedoria técnica, a maneira criativa, quase resignada, de lidar com um cotidiano adverso (seja na alimentação, nas festas, nos rituais religiosos ou na relação com os “senhores”).

Essas visões contribuíram para a fabricação do mito da “democracia racial” no Brasil, bastante difundido, principalmente, na Europa e nos Estados Unidos. A ideia de que os negros podiam ascender socialmente sem maiores dificuldades contribuiu para o auxílio da criação mítica de que o Brasil moderno era “uma sociedade sem preconceitos e discriminações raciais”, junto à ideia de que a escravidão aqui era mais branda do que em outros lugares do mundo. Freyre emprega ao termo um cariz científico e o usa para se contrapor à ideia de pureza étnica dos regimes nazistas e fascistas, colocando a cultura luso-brasileira em outro patamar “social”, de tolerância à mobilidade de diferentes povos. O Brasil transvestido de paraíso racial era apenas transfronteiriço. Lembrando que as críticas à brandura das relações sociais defendidas por Freyre foram ferozes na década de 1960.

Ao considerar a afirmação de Hall que “uma cultura nacional é um modo de construir sentidos – um discurso” (HALL, 2003, p. 50), as reflexões sobre a identidade nacional são trazidas à tona, tendo em conta que a cultura nacional, tomada como uma “fonte de significações culturais” (SILVA, 2019, p. 4), proporciona um sentimento de “identidade e lealdade para com aquela nação de que fazemos parte” (SILVA, 2019). A identidade nacional é tomada como uma construção histórica e, segundo Gontijo, é sujeita “a inúmeras invenções, reelaborações e disputas” (GONTIJO, 2009, p. 55) que são forjadas em episódios da história

9 Antologia do Folclore Brasileiro (1944), Os melhores contos populares de Portugal (1944), Dicionário do Folclore Brasileiro (1952)

10 [A filosofia no Brasil: ensaio crítico](#). (1878); Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. (1880)

nacional. O Estado Novo se apresenta como um dos episódios forjadores na construção da identidade nacional brasileira, utilizando o patrimônio como propaganda e Ouro Preto como laboratório de práticas patrimoniais, apoiado sobre os ombros da intelectualidade brasileira que davam legitimidade ao seu projeto.

“VIR A MINAS É VIR AO CORAÇÃO DO BRASIL. OURO PRETO AMANTELADA NAS SUAS MONTANHAS VERDES, É COMO O REDUTO DA NOSSA NACIONALIDADE”¹¹: OURO PRETO NO CENTRO DA PATRIMONIALIZAÇÃO

A redescoberta de Ouro Preto na segunda metade da Primeira República (1889-1930) começou a ganhar palco entre os modernistas. O escritor Mário de Andrade, em 1919, defende enfaticamente que a arte barroca mineira é detentora de originalidade ímpar e, no ano seguinte, produz um artigo para a Revista do Brasil¹², considerado o marco de uma nova era na visão da arte colonial brasileira:

As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provávelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional” (DIAS, 1972 apud CASIMIRO, s/d).

Mário de Andrade buscava “uma arte insubmissa aos padrões lusos, uma arte espontânea e inventiva, que não copiava inteiramente os modelos da metrópole, mas que primava pela originalidade e pela inovação” (NATAL, 2007, p. 194). A procura pela arte pura, ou como ele mesmo dizia, “inocente”, levou Andrade a incessantes pesquisas sobre Minas Gerais, e, em especial, Ouro Preto. Para Mário, a religiosidade era a maior responsável por moldar a sociedade brasileira, e, a arquitetura – o grande foco do escritor – seria a expressão pura da nacionalidade.

O afã modernista em encontrar tudo aquilo que era “verdadeiramente brasileiro” se realizou em Minas Gerais – “o Estado onde a brasilidade teria se desenvolvido de maneira mais espontânea e autêntica” (NATAL, 2007, p. 121), no qual o Brasil primitivo de Aleijadinho e do barroco singular desabrochavam em meio às montanhas. A viagem dos modernistas estendeu-se por todo o Estado, e, como denominou Oswald de Andrade, a “Viagem de descoberta do Brasil” tinha um caráter de desbravamento e novidade. Assemelhava-se às bandeiras paulistas que invadiram os sertões mineiros no século XVII ou a “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”¹³ que, no século XIX, imprimiu um poderoso retrato da sociedade brasileira colonial.

Torna-se fundamental destacar o papel da Caravana Modernista no que se refere à redescoberta de Ouro Preto que, desde a perda do título de capital mineira, no final do XIX,

11 Trecho da crônica do poeta Olavo Bilac escrita em 03 de novembro de 1893, em Ouro Preto. Percebe-se a importância de Ouro Preto gestada desde o fim do século XIX e consagrada no Estado Novo.

12 Uma das mais importantes publicações brasileiras. Segundo a historiadora Tânia de Luca, a Revista do Brasil divulgava propostas da intelectualidade brasileira e foi decisiva nos rumos da construção nacional.

13 Álbum iconográfico do pintor, desenhista e professor francês Jean-Baptiste Debret. Dividido em três volumes e publicado em Paris entre 1834 e 1839. Debret chegou ao Brasil em 1816 como integrante da Missão Francesa, caravana contratada por Dom João VI para introduzir o ensino superior de artes no Brasil.

ou ainda antes, com a escassez das jazidas minerais no XVIII, encontrava-se preterida. De acordo com Caion Natal, os modernistas paulistas intensificaram os valores de preservação que vinham sendo gestados desde o início do século XX e “a noção de patrimônio ganha lastro nos meios intelectuais e institucionais” (NATAL 2007, p. 126). O entendimento de patrimônio estava calcado basicamente na preservação dos “monumentos arquitetônicos e obras de arte eruditas associadas ao dito “passado nacional” (FÉRES, 2008, p. 42), que foram abordadas como “barroco mineiro” pelo movimento moderno e que foi considerada uma manifestação cultural tipicamente brasileira.

É notável a influência dos modernistas na redescoberta da cidade, mas há de se pensar nas consequências que o uso do discurso moderno empreendeu sobre o patrimônio ouro-pretano. Apenas a partir da década de 1930 as ações preservacionistas começam a ganhar destaque, e, aliadas ao discurso de identidade nacional e preservação da memória nacional, Ouro Preto é alçada a Monumento Nacional, em 1933¹⁴, pelo então presidente, Getúlio Vargas. Entre os anos de 1930 e 1945, Vargas instituiu um modelo de gestão inspirado nos regimes autoritários, seguindo o modelo europeu de alguns países. É importante compreender a ascensão e influência do varguismo no Brasil, pois durante a sua vigência é possível observar o tratamento destinado à preservação do patrimônio brasileiro com a criação do IPHAN¹⁵, e como Ouro Preto serviu não apenas como um laboratório de práticas patrimoniais, mas também como um dos elementos forjadores da memória e da identidade nacional brasileira.

A difusão do nacionalismo durante o Estado Novo carecia de elementos que promovessem a convergência imediata do sentimento de coesão, garantindo “o aporte que firmasse uma ideologia para assegurar ao Estado o apoio político que proporcionasse maior poder de persuasão, principalmente em relação às classes populares” (VIANNA, 2015, p. 4). Uniformização do ensino, aproximação de intelectuais e acadêmicos, e intensa valorização e incentivo aos centros universitários foram amplamente desenvolvidas no período. Vargas, que ancorou suas ações nacionalistas sob o tripé Patrimônio, Turismo e Propaganda, tornou Ouro Preto um dos mais expressivos casos de usos do patrimônio como “ferramenta política” (VIANNA, 2018, p. 26). Com o suporte físico e intelectual de diferentes personagens influentes, Getúlio Vargas pôde construir a imagem que tanto almejava: um país afeito às tradições e à ordem, congregando a imagem da diversidade. Somado a isso, salvaguardando a miríade barroca presente em Ouro Preto, mostrava-se cuidadoso com a sua história e como uma figura que valorizava a religião católica.

Aqui, em Ouro Preto, se condensam todas as tradições nacionais, como um patrimônio vivo da nossa história. Na contemplação das suas fases históricas, a partir da era do Descobrimento, nós desvendamos, através dos seus relevos típicos, o período colonial: a catequese, a mineração, as bandeiras e a Inconfidência, que constituiu o passo decisivo da formação da nossa nacionalidade¹⁶. (Discurso de Getúlio Vargas apud VIANNA, 2018, p. 198)

Após uma década da “icônica viagem pôde germinar uma ação legalmente instituída

14 E classificada pelo IPHAN em 1938

15 Reconhecemos as nomeações do IPHAN ao longo dos anos (SPHAN, DPHAN), mas como recurso metodológico elegemos o nome amplamente conhecido para as referências ao órgão.

16 Trecho de discurso realizado pelo então Presidente Getúlio Vargas, em 1 de julho de 1938. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1938/13.pdf>> download>.

para que se desse início à preservação da cidade” (BRASILEIRO, 2017, p. 260). Em 12 de julho de 1933, sob o Decreto Federal¹⁷ nº 22.928, Ouro Preto consolidou-se como Monumento Nacional e, não por acaso, a primeira cidade brasileira a receber a classificação. O caráter conservador do Decreto é alinhado ao pensamento de uma época que prezava antes de tudo pela monumentalidade que justificasse a História Pátria. A tarefa seria preencher de significados e produzir uma pretensa identidade nacional, respaldando o projeto político getulista. A escolha em proteger o “produto” nacional estava calcado abertamente na exclusão da diversidade cultural, chamada por Pires de “artificialização segregadora”, inscritas em um regime oficial, hegemônico, elitista, “quase nada do povo” (PIRES, s/d, p. 82). Neste cenário, foram gestados, portanto, os órgãos responsáveis pela salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro que, apesar de divididos em “fases” por grande parte da historiografia, contemplam discursos bastante semelhantes.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, criado no Estado Novo, tinha o objetivo de salvaguardar o patrimônio histórico e artístico brasileiro e, em Ouro Preto, o Instituto manteve, desde o início, um histórico de relações conturbadas com a população autóctone. A comunidade, constantemente alienada dos processos de salvaguarda, destinava duras críticas ao órgão que, por sua vez, se encontrava construído sob forte aparato burocrático institucional. Esta alienação empreendida faz com que exista certa confusão ou desconhecimento sobre a esfera de atuação ocupada pelo IPHAN.

Da mesma forma conflituosa se dá a relação da municipalidade com a União, uma vez que a carga burocrática é constantemente atribuída a um e a outro, e, na maioria das vezes, os resultados são fracos ou inexistentes, ficando a população prejudicada. Essa relação distante, confusa e complexa entre União, municipalidade e população não é recente, ela se faz presente em todas as “fases” do IPHAN. Essa divisão se refere às administrações em diferentes momentos ao longo do século XX.

A primeira gestão, chamada de “pedra e cal”, teve como diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937-1967) e engendrou ações que em conjunto deveriam apresentar-se genuínas e autênticas, capazes de dar visibilidade à nação. A concepção de patrimônio no Brasil ia ao encontro do modelo francês do século XIX, “estatal e centralizador”, atendendo aos interesses políticos do Estado. Nesse sentido, o IPHAN teria o papel de “estimular e canalizar a participação social na preservação cultural, identificar e forjar um “patrimônio cultural brasileiro”, cunhar e consolidar uma estrutura estatal burocrático-cultural, nacional e eficiente”¹⁸. Aos bens, especificamente os materiais, era logrado o título de definidores da identidade brasileira, “vinculados a personagens e fatos memoráveis da história do país”¹⁹ e cujo conhecimento seria fundamental para a “constituição de uma consciência nacional, a despeito das diferenças regionais”²⁰.

Assim se dá o retorno ao imaginário colonial e triunfante através da valorização do

17 Para saber mais: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>

18 Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Programa Monumenta. Caderno Técnico 3. 2005: 24

19 Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos de Monumentos Nacionais. Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Programa Monumenta. Caderno Técnico 3. 2005: 25

20 Idem

Barroco, principalmente na arquitetura, reforçando o seu papel de “matriz da arquitetura brasileira”²¹ e direcionando as primeiras ações do órgão, voltadas à seleção de bens dessa natureza. Os monumentos eram encarados, neste contexto, como “os testemunhos das virtudes e da identidade dos povos” (OLIVEIRA, 2016, p. 196) e por isso eram definidos como nacionais. A cidade tratada como obra de arte e responsável por resguardar o sentimento de nacionalismo desconsiderava a população, não sendo sequer motivo de referência (MOTTA, 1987). As ações do IPHAN nas primeiras décadas do século XX, na “cidade obra de arte”, previam trabalhos de correção e remoção de elementos arquitetônicos com o objetivo de homogeneizar o conjunto. Os escassos exemplos neoclássicos ou ecléticos eram descartados pela direção, afinal não cabiam na idealização da estética barroca. A intenção em fazer o que Castriota chama de “século e meio” (CASTRIOTA, 2007, p. 15) ser esquecido através da remoção dos elementos ou do simples ato de ignorá-los se mostrava como descaso com a população, “tendo em vista que importantes referências da história local estavam sendo suprimidas em prol de valores estéticos” (SANTANA, 2009, p.45). Um dos exemplos mais notáveis em Ouro Preto é o prédio onde funcionava o antigo Liceu de Artes e Ofícios, instalado em 1886 e esvaziado em 1946.



Imagem: autoria de Luis Fontana. Disponível em: <https://ouropreto.mg.gov.br/luizfontana/#fotografias> acesso a: 21 mar. /2022



Imagem: acervo da autora, 2021

21 Idem

Em 1957, instala-se no prédio o Cine Vila Rica. Nota-se a remoção de diversos elementos arquitetônicos, como a retirada da platibanda (frontões, pináculos e estátuas), destacando o telhado e fechamento das laterais do prédio com novas construções ao redor.

A “CIDADE-MONUMENTO” E A TENTATIVA DE TRANSIÇÃO À “CIDADE-DOCUMENTO”

Márcia Chuva (2012), ao refletir sobre a história da noção de patrimônio no Brasil, cita Eric Hobsbawm (1993) quando o autor afirma que as décadas de 1970 e 1980 foram as “décadas de crise” do capitalismo e que delas inauguraram novas formas de concorrência, ocasião em que “o capital ignora as fronteiras” (CHUVA, 2012, p. 147) e, junto às novas tecnologias, amplia-se a noção de patrimônio. A longa gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade imprimiu o uso do patrimônio para um projeto de desenvolvimento da identidade brasileira a fim de fortalecer a nacionalidade. Os fundadores do IPHAN sintetizavam na “cidade-monumento”, a qual Sant’anna (2015, p. 141) se refere “os valores estéticos, cognitivos e históricos”, e, apesar dos esforços empreendidos nas décadas seguintes para o esmaecimento da “cidade-monumento”, ela nunca deixou de existir. A administração de Rodrigo M. F. Andrade repousava sob o signo da “pedra e cal” e precisava, segundo Márcia Chuva (2012, p.87), ordenar “um sentimento de pertencimento ao grupo-nação, no qual todos se identificariam a partir de referências, ícones ou marcas aos quais eram atribuídos valores”.

A administração de Renato Soeiro (1967-1979), sucessor de Andrade, acontecia sob o “milagre econômico” do regime militar, e o plano para o patrimônio deveria se adequar a este projeto de desenvolvimento, nacionalidade e responsabilidade partilhada, como convoca a imprensa:

“Se você, irmão, tem uma casa no perímetro urbano da cidade de Ouro Preto, procure conservá-la, porque, legalmente ela é sua, mas simbolicamente pertence também ao patrimônio da União, e, como brasileiro, cumpra-lhe o dever de mantê-la de pé, no conjunto urbanístico da urbe. Isto é um dever que lhe impõe seu alentado espírito de brasilidade.” (Ouro Preto²² - Desapropriações, 12 abr. 1975, p.3)

Da mesma forma, era necessário aumentar o prestígio do IPHAN que, até então, se distanciava como órgão a serviço do patrimônio e, em tese, da comunidade, e era mais conhecido, segundo Azevedo (2017), como o “IPHAN de Rodrigo”, que se tornara quase um personagem mítico, com trinta anos à frente do órgão.

O plano de Soeiro propunha “uma ampla campanha de conscientização cidadã do que representava o patrimônio como valor cultural, de identidade e como gerador de riqueza” (AZEVEDO, 2017, p. 47). Dividido em quatro frentes, compreendia: instrumentalização para a modernização, descentralização, direcionamento de recursos (criação de fundos, taxação do turismo e venda de produtos) e aperfeiçoamento da legislação. A criação e o incentivo aos cursos de restauração e a institucionalização de seu plano de ação através dos Compromissos

²² O redator do Jornal “O Ouro Preto” consta como Walter Valadão de Souza, professor da Escola de Minas e apoiador do regime militar. São notórias as publicações católicas, de cunho nacionalista e exaltadoras do regime militar.

de Brasília²³ e de Salvador²⁴, em 1971 (Brasil, 1973), também faziam parte de seu plano, chamado “silencioso” por Azevedo, pois apesar de nunca divulgado foi, em grande parte, colocado em prática. A instrumentalização na gestão do patrimônio empreendida entre o fim dos anos 1960 e durante a década de 1970, foi marcada pela criação de dois importantes marcos para a política preservacionista brasileira, ambos em 1973: o Programa de Cidades Históricas (PCH) e a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O terceiro diretor do IPHAN, Aloísio Magalhães (1979 -1981), propunha uma reaproximação às ideias de Mário de Andrade do início da década de 1930. A visão de Mário sobre o patrimônio “era mais abrangente que a comumente utilizada à época”, pois a sua definição “possuía uma base antropológica e etnológica” (FREITAS, 1994, p. 79), empreendida através de suas várias viagens de caráter etnográfico pelo Brasil, de seus debates com antropólogos, historiadores, sociólogos e do mapeamento do saber-fazer de cada região visitada. O CNRC e o PCH foram, portanto, uma tentativa da gestão de Magalhães de retomar o projeto de Mário de Andrade.

“Cristalizada para além do justificável” (PINHEIRO, 2006, p. 10), a nomeação de heroicos aos primeiros gestores do patrimônio possuem ressonâncias na apreensão do patrimônio ao seu público.

“Eu sempre via o Patrimônio, na época em que vivia em Ouro Preto, com a dimensão da restrição. Isto é, o Patrimônio, era sempre aquele que restringia; isto pode ou não pode.” (O Cruzado de 30 mai. 1986. Entrevista a Octávio Elísio. p.6)

Rinaldo e Gabriel Trópia, proprietários da Casa do Ouvidor tiveram problemas com o Patrimônio na restauração da casa onde funcionará em breve (se o Patrimônio deixar) o novo restaurante Casa do Ouvidor. “O Patrimônio é assim. Quando a casa está em ruínas, eles adoram. Mas basta ver alguém arrumando para começar a implicar. O Patrimônio diz que vê tudo, mas ficou cego diante da abertura de uma loja moderna na Rua São José e da construção de uma casa na Rua Paracatu, que deveria estar no Bairro São Bento²⁵, em Belo Horizonte” (Jornal de Ouro Preto, 29 ago. 1982, p. 7)

O vigário do Pilar²⁶ diz que

“A cidade está pagando muito caro para ser patrimônio mundial porque é obrigada a receber estes turistas, falsos artistas, que vem pra cá abusarem, juntamente com uma cambada de estudantes”. “Quando vejo um estudante ou turista mal educado pergunto: em que caverna moravam?”. “O povo de Ouro Preto é muito sofrido e não tem apoio das autoridades” (Entrevista ao Jornal de Ouro Preto - Padre Simões acha alto o preço de ser monumento, 08 mai. 1983, p. 7)

23 1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais para estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional (Compromisso de Brasília, IPHAN, 1970).

24 2º Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Reunião promovida pelo Ministério da Educação e Cultura para ratificar, “em todos os seus itens, o Compromisso de Brasília” (Carta de Salvador, IPHAN, 1971, p.1)

25 Bairro localizado na zona sul de Belo Horizonte, considerada área nobre, predominância de construções novas.

26 Natural de Ouro Preto, Padre José Feliciano da Costa Simões era conhecidamente solidário ao golpe de 1964, ferrenho crítico ao patrimônio e repudiava a “ameaça comunista” que rondava o meio universitário, como demonstrado na carta enviada à direção da Escola de Minas: “Respeito o Ato Institucional em o Art. nº 8 e estarei sempre pronto a bem servir, também a minha pátria. Afirmando-me em consciência, que os elementos suspeitos conhecidos por mim, são os mesmos já sentidos pela alta direção da própria Escola. Alguns já se formaram e outros guardam a semente do mal ainda em Ouro Preto”. Arquivo Permanente da Escola de Minas de Ouro Preto. Caixa 256. Pasta Comissão de Inquérito de 1964, doc. 26, Folha 41. Observação referente ao grifo: não há especificações sobre qual ato institucional o vigário se refere. Disponível em: Histórias de repressão e lutas na UFOP, Ouro Preto e região/ Organizadores, Marco Antônio Silveira ... [et al.] – 1. Ed. – Ouro Preto: Editora UFOP, 2018 344 p

A postura verticalizada e não aglutinadora do IPHAN, desde a sua criação funciona como um dos fatores de distanciamento, principalmente da população, o que acaba refletindo na atividade turística e na apreensão dos funcionários do IPHAN sobre as atribuições do órgão, como nas referências a seguir:

Destacando os altos preços da mão de obra e apontando a postura dos “órgãos superiores” que “custaram a entender que esse tipo de serviço é necessário”, referindo-se às obras de conservação e restauração, o engenheiro do IPHAN, José Geraldo Brito, completa a sua entrevista ao Jornal de Ouro Preto dizendo:

“é um trabalho muito desgastante, mas se a população não percebe o valor disso nós ficamos muito descalçados”. (Jornal de Ouro Preto, 07 abr. 1985 - SPHAN em 4 anos ajudou 150 proprietários a restaurar casas, p. 6)

José Geraldo Brito exemplifica em outro trecho a sua insatisfação após perceber que o morador de uma antiga casa restaurada havia construído um cômodo adjacente, descaracterizando o imóvel:

“Na maioria dos casos não recebemos nem um muito obrigado” (Jornal de Ouro Preto, 07 abri./1985 - SPHAN em 4 anos ajudou 150 proprietários a restaurar casas, p. 6)

As falas de Brito revelam o fenômeno de “privatização do público e publicização do privado” (AMORIM, 2007, p. 139), comuns na sociedade atual quando os papéis se confundem e as esferas se descaracterizam. A partir da Constituição Federal de 1988, o patrimônio é tomado como um direito cultural nos artigos 215 e 216, reconhecendo-o como interesse coletivo e formador de identidade nacional, e, portanto, sendo o IPHAN um órgão estatal, serve a população respaldada pelo direito constitucional.

Esta relação também se estende a outros atores públicos, como a Prefeitura Municipal de Ouro Preto (PMOP), na figura de secretário de turismo e prefeito, professores da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e delegado de polícia, que continuamente confundem papéis e atribuições.

Na edição de 15 de dezembro de 1985, o Jornal de Ouro Preto publica entrevista com Bruno Bastos, Secretário Municipal de Turismo de Ouro Preto, e ilustra a complexa relação entre a UNESCO, o governo federal, a municipalidade e a população. O caráter paternalista adotado até então no tratamento ao patrimônio era, na altura, atribuído à UNESCO.

Bruno Bastos lembra que o título foi mal entendido, pois muita gente julga que a UNESCO deveria assumir uma atitude paternalista em relação à cidade “Na verdade, ao transformar Ouro Preto em patrimônio cultural da humanidade, o órgão da ONU cumulou o governo brasileiro com a obrigação de conservar e preservar esse monumento que é a cidade inteira. É compreensível que o governo da união não tivesse os grandes recursos necessários à criação de uma infraestrutura por exemplo para que a cidade se expanda, mas é aí que entraria o papel da UNESCO, que deveria ter sido acionada como locadora desses recursos junto aos organismos internacionais. Mas nada se fez.” (Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

Na fala do Secretário a responsabilidade é retirada da PMOP e direcionada ao governo da União e à UNESCO. O “muita gente” a que se refere Bastos poderia incluir a própria Prefeitura.

Na mesma reportagem, a professora Maria Aparecida Zurlo, da UFOP, também forneceu seu depoimento e vê-se, mais uma vez, a confusão entre as atribuições:

“Acham que a UNESCO é que tem que financiar a conservação da cidade. Na minha opinião, o processo de descaracterização piorou. Muitas indústrias surgiram e cresceram na periferia da cidade e aumentaram as construções que desfiguram a paisagem, principalmente o verde dos morros. Quem sabe as autoridades locais poderiam pedir a UNESCO que pressionasse o governo federal para que sejam liberadas mais verbas para conservar Ouro Preto?” (Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

Ou na entrevista do arquiteto José Eduardo Guimarães Beggiato, do 7º DER-SPHAN:

“A responsabilidade maior pela preservação e conservação de Ouro Preto, é das pessoas que moram na cidade, não é da SPHAN”

“O arquiteto defende a ideia de que as modificações nas construções da cidade, realmente, têm que acontecer, pelo fato de “Ouro Preto ser uma cidade viva e a população ter direito a certo conforto. Entretanto essas alterações não devem ser feitas de maneira aleatória. Pode mudar pode, mas vamos discutir como. Esse é o papel da SPHAN.” (Jornal de Ouro Preto - Arquiteto acha que morador deve ser o maior responsável. 07 abr. 1985, p. 06. Sublinhado nosso).

Vê-se no trecho sublinhado a relativização do papel da comunidade e a supervalorização do IPHAN, que se dá o poder de dar à população o “direito a certo conforto”, a partir da chancela do órgão.

O Delegado Municipal José Amir de Almeida afirma que:

“O povo de Ouro Preto é muito apático” (Jornal de Ouro Preto - Arquiteto quer criar sinal de trânsito só para Ouro Preto. 19 dez. 1982, p. 2)

A postura classicista, excludente e arbitrária da PMOP, também fruto da verticalidade de sua atuação, é expressa na fala do Prefeito José Leandro Filho ao ser questionado pelos comerciantes sobre a possibilidade de construção de banheiros públicos e a referência aos turistas como “farozeiros” ou “classe A”:

“O comerciante tem a mania de achar que o poder público pode resolver tudo. Acho que a construção dos banheiros públicos não vai resolver problema algum da cidade, pois tenho certeza de que, depois que eles estiverem prontos, os turistas farozeiros que lotam a cidade nos feriados prolongados vão continuar urinando em plena rua e não vai ser nunca possível evitar que esse tipo de turista continue frequentando Ouro Preto”

“Mas por acreditar que os banheiros não vão resolver o problema do turista, do comerciante e da cidade, eu não os coloquei como prioridade. E fica mais uma questão em aberto: deve-se construir banheiros de luxo destinados a atender meia dúzia de turistas classe A ou banheiros públicos destinados ao povão, aos farozeiros? (Jornal de Ouro Preto - Leandro considera banheiro público inútil ao turismo. 08 jul.1985, p. 05. Sublinhado nosso).

É perceptível na declaração do Prefeito a precariedade da relação com os comerciantes, o deboche com a “classificação” dos turistas e a completa falta de diálogo com a população, quando o prefeito enfatiza, em primeira pessoa, “**eu** não coloquei como prioridade” (a construção dos banheiros), sendo essa uma preocupação evidente dos comerciantes, como demonstrado no trecho transcrito acima, e da população de um modo geral, expressa algumas vezes nos periódicos analisados.

Villaschi (2014) afirma que o IPHAN não demoveu “de sua postura de autoridade máxima inquestionável e sem diálogo” (p. 293), e, apesar de passar por várias alterações na legislação e na sua própria constituição institucional, não promoveram a gestão compartilhada desde a criação do órgão até a “fase moderna”. A deficiência, ou, em alguns casos, a completa ausência de discussões compartilhadas que geram políticas públicas de qualidade e garantem qualidade de vida na cidade-patrimônio são obscurecidas pela beligerância entre os órgãos e reverbera também nos equipamentos culturais. Esses, baseados em sua grande maioria na lógica mercadológica, desobrigados de integrar a população ou a história local em suas exposições, acervos ou mesmo na visitação.

“HONRARIA DA UNESCO POUCO ADIANTOU PARA A CIDADE-MONUMENTO”²⁷: OS DESAFIOS DE OURO PRETO PATRIMÔNIO MUNDIAL

O que aconteceu desde que Ouro Preto se tornou a primeira cidade brasileira a ser galardoada com este sonoro título? Nada de diferente, a não ser o crescimento da deterioração arquitetônica e urbanística que aos poucos destrói o seu conjunto, considerado um monumento em si mesmo. As autoridades responsáveis – em todos os níveis, do governo municipal ao federal – se acomodaram. E, ao que saiba, o órgão da ONU até hoje não lhes cobrou qualquer providência que prove ter o governo brasileiro entendido a responsabilidade que a declaração de monumento mundial lhe trouxe. (Editorial intitulado “Amor mal declarado” do Jornal de Ouro Preto, de 15 dez. 1985, p. 4.)

Assim cumpre aos ouro-pretanos guiados por uma consciência crítica diante da atual realidade, se unirem e lutarem para a superação da dicotomia injusta que, em Ouro Preto coloca a cidade povo de um lado e o Monumento de outro, conferindo-lhe um tratamento desigual e arbitrário. (Jornal de Ouro Preto - “Ouro Preto Monumento, Ouro Preto monumento. Um dualismo a ser superado. 02 abr. 1983, p. 6.)

Ouro Preto é inscrita na Lista do Patrimônio Mundial como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 02 de setembro de 1980, e expressões desta natureza não são raras nos periódicos analisados. Mesmo anos após o recebimento do título oficial, a reportagem “Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento” evidencia os conflitos entre o ato de nomeação e o nada feito para melhorias da cidade de modo mais amplo.

Bruno (Secretário de Turismo da PMOP) diz que a “Prefeitura nunca recebeu um documento conferindo o título, apenas a placa”. (Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

“A cidade não ganhou absolutamente nada com esse título” (José Tomaz Gama, ex-secretário de Turismo e professor da UFOP. Jornal de Ouro Preto - Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 8)

O diretor do Rotary Clube critica a colocação do emblema que serve para identificar os países inscritos à Lista:

“Logo encontramos um pardieiro, um barraco, situado numa grande praça nua e deserta a

²⁷ Reportagem intitulada “Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento”, do Jornal de Ouro Preto, de 15/12/1985, página 4.

que ridiculamente é dado o nome pomposo de Rodoviária da cidade Patrimônio Cultural da Humanidade” (Jornal de Ouro Preto - “Rotary critica má colocação das inscrições em que UNESCO proclama Ouro Preto Monumento”. 07 abr. 1985, p. 5)

Existem profundas lacunas na condução administrativa nacional que refletem nas políticas patrimoniais e, portanto, nos órgãos responsáveis. Elevar cidades a Patrimônio Mundial sem considerar os contextos locais, a geopolítica e as interações socioeconômicas é colocar em risco as culturas locais, esvaziando seus sentidos e preenchendo com intenções mercadológicas prejudiciais às comunidades.

Na cidade patrimônio cultural da humanidade, leis e posturas, que deveriam ser aplicadas mais severamente do que em qualquer outra cidade, são desconhecidas. Aqui, faz-se tranquilamente o que seria proibido numa cidade comum, sem qualquer interesse histórico ou arquitetônico e artístico. (Jornal de Ouro Preto - Amor mal declarado. 15 dez. 1985, p. 4) (Patrimônio Mundial) é uma espécie de comenda, dessas que a gente recebe como honraria muito grande, mas depois guarda no fundo da gaveta e se esquece dela. (Declaração do Padre José Simão no Jornal de Ouro Preto “Honraria da UNESCO pouco adiantou para a cidade-monumento. 15 dez. 1985, p. 4.)

A existência do “valor excepcional universal”, no Patrimônio Mundial, tende a homogeneizar os locais se não envolve as populações detentoras da memória em todos os níveis de salvaguarda. O patrimônio como qualidade de vida e valor de identidade (ALMEIDA, 1998, p.7) deve ser encorajado. Privar a comunidade de construir sua memória coletiva em detrimento de qualquer interesse mercadológico é ameaçar a tradição. Não encontrar uma funcionalidade ou aplicação prática de determinado bem dentro de um grupo não faz sentido se não for reconhecido pelos seus pares e, assim, ele se perde, não há reconhecimento ou interação:

a semelhança das pessoas que se não tiverem os seus sítios de memória estão alienadas e têm uma vida sem sentido, também as comunidades, enquanto tais, necessitam de ancoradouros de memória, de valores e de padrões, isto é, de um Patrimônio que seja o fundamento da sua consciência e lhes garanta a perspectivação do futuro. (ALMEIDA, 1998, p. 7).

Os documentos norteadores do patrimônio, apesar de incluírem a participação de países fora do eixo Europa-América do Norte nas suas constantes reuniões e elaborações, ainda são constituídos por critérios que não abarcam os interesses de todas as nações e tornam os lugares ainda mais complexos.

A definição de “Patrimônio Mundial” atribuída pela UNESCO possui, acima de todas as características, um sentido universalista, uma vez que delega a “todos povos do mundo, independente do território em que estejam localizados” a responsabilidade de salvaguardar os bens patrimoniais de um modo geral. Esta visão dinâmica e viva sobre o patrimônio alinha-se aos centros históricos e a percepção de que estes espaços comumente serviram de cenário, ou até mesmo foram protagonistas na construção da história e do imaginário urbano, possuindo um “um forte simbolismo, é o que se entende por ‘identidade de cidade’, em que se conhecem culturas, costumes e história” (SILVA, 2012, p.10), merecendo “uma protecção e destaque especiais”.

“GENTE QUE CHEGA E QUE PASSA. É AS IDEIAS...”²⁸

De forma geral, os centros históricos se caracterizam por disputas de poder e dinâmicas de negociação entre os indivíduos que habitam uma cidade-patrimônio. A intensa expansão urbana de Ouro Preto é resultado do estabelecimento de grandes empresas a partir da década de 1980, que culminaram, não por acaso, com a intenção em abandonar a cidade-monumento e começar a pensar a cidade-documento, “que dava ênfase ao seu papel na consolidação do território nacional e como documento dos processos históricos de formação, desenvolvimento e produção do espaço urbano” (SANT’ANNA, 2015, p. 146). Essa é considerada uma abordagem orientadora da patrimonialização das cidades na década de 1980, que “passavam a ser vistas como um documento impresso no território que deveria ser preservado para a produção de conhecimento sobre a história da ocupação do território brasileiro.” (CHUVA, 2017, p. 96). Villaschi (2014, p. 70) afirma que há mudança no tratamento dos centros históricos, a partir da década de 1980, considerando-os decadentes “graças aos conflitos entre a rigidez de suas configurações territoriais”. Este fenômeno é iniciado, segundo o autor, pelo “ritmo acelerado da reprodução do modo de produção capitalista” (idem), e as próprias dinâmicas das cidades, constantemente em movimento.

Assim, a ocupação das encostas e morros circundantes é feita por trabalhadores recém-chegados ou pela própria comunidade que, paulatinamente, realiza migrações intraurbanas, constituindo uma nova configuração da paisagem ouro-pretana e também do patrimônio. Como afirma Milton Santos, “a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p.103). O crescimento acelerado da cidade na década de 1980 e a inscrição à Lista Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO imprimiram novas nuances no território ouro-pretano, modificando sobremaneira a paisagem e determinando a necessidade de incluir os morros circundantes na proteção. Por consequência, novos usos e apropriações do território foram sendo incorporados no núcleo urbano sem que os conflitos entre a comunidade, Prefeitura e IPHAN fossem sanados.

Enquanto se acumulam títulos pomposos país a fora, Ouro Preto se deteriora assustadoramente. A cidade sofre as consequências desfigurantes da expansão urbana, multiplicam-se da noite para o dia as autênticas favelas de tijolo e concreto que vão descaracterizando o verde das encostas e os próprios habitantes sofrem as dificuldades desse desarranjo urbanístico. O País reclama das autoridades – em nome da sua reputação internacional e em nome das gerações futuras – um programa de preservação da memória nacional dinâmico e desprovido de meros formalismos burocráticos e da vã vaidade de colecionar honrarias inúteis. (Jornal de Ouro Preto - Elo Partido. 02 abr. 1983, p. 4)

²⁸ Trecho do poema “Romanceiro da Inconfidência” de Cecília Meireles



Charge do artista Edésio Esteves publicada no Jornal de Ouro Preto em 15/12/1985. O artista reclama: "é inacreditável que o governo federal disponha de verbas vultosas para tapar buracos de bancos e financeiras falidas, mas não liberar recursos para ajudar a manter e recuperar igrejas e prédios civis que integram o barroco de Ouro Preto e de outras cidades históricas tombadas, todas em estado clamoroso". Fonte: Jornal de Ouro Preto 15/12/1985 p.12

Refletir as relações entre ser e habitar o patrimônio, através dos periódicos ou da própria experiência pessoal, envolve tramas complexas de apropriação, nem sempre facilmente identificadas. Resumir o patrimônio aos edifícios é restringir a cultura local a um discurso que majoritariamente não a inclui. Ribeiro (2009, p. 53) considera Ouro Preto, em uma lógica lefebvriana, onde há o concebido, visto como uma representação da memória nacional, notadamente através do IPHAN, o vivido, considerado como uma concepção simbólica e concreta dos espaços da cidade (ruas, praças, monumentos) e o percebido, como a experiência dos habitantes no viver cotidiano, as adaptações e resistências a partir das determinações do Estado "à brasileira". A população ouro-pretana, apesar de centrifugada do centro histórico e apartada das decisões sobre a salvaguarda cultural, ainda elabora a sua construção de identidade e sociabilidades²⁹ através de momentos como a Semana Santa, com a construção coletiva dos tapetes devocionais, e o Carnaval.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exploração da formação do Estado nacional brasileiro foi permeada por eventos que reforçavam a dependência da cultura europeizada e por imagens que serviam a propósitos não conectados à efetiva independência cultural do Brasil, ou o que Maria Lúcia Pinheiro (2017) chama de distanciamento e paternalismo, colocando a população em posição subordinada e necessitada de tutela cultural. Assim, percebemos que o problema levantado em Ouro Preto, na verdade, se mostrava como o detalhe de um retrato que estava colocado em moldura de grandes proporções, afetando a apreensão da cultura e do patrimônio no Brasil. Ouro Preto

²⁹ Neste sentido, ver o trabalho de Kathia Espinoza Maurtua "La identidad como un nuevo pilar en la construcción de las ciudades inteligentes: el caso del Cusco y Ouro Preto (1980-2016)". A autora explora as questões de identidade da comunidade africana em Ouro Preto através dos Reinados e Congados.

se apresentava como um dos sítios em que esta percepção se mostrava exacerbada quando examinada de perto, além de carregar a responsabilidade de ser a cidade-modelo e pioneira nos processos de classificação.

A desconexão da identidade territorial e das dinâmicas socioculturais (VILLASCHI, 2014) de Ouro Preto, alimentada desde a sua eleição como Monumento Nacional na década de 1930, e continuada cinquenta anos mais tarde na inscrição à Lista de Patrimônio Mundial, provocou uma complexa imagem da cidade para quem a habita. A intensa produção de imagens e propagandas desde o século XIX formataram o símbolo de uma cidade quase irreal, colocando peso na percepção, assimilação e criação das próprias imagens neste grupo primevo da investigação. Na apreensão “fantasiosa” da cidade, gravada nas imagens intensamente circuladas, percebe-se o caráter excludente na relação com a comunidade e ultrapassa as fronteiras da imagem/monumento, ingressando nas relações socioculturais. Na realidade, as imagens da cidade, que deveriam ser condicionadas à memória coletiva, não se apresentam desta forma, fomentando a falta de reconhecimento e a conexão com o espaço patrimonializado.

A literatura consultada para esta investigação tenta explicar, de muitas formas, a apropriação do espaço, o uso do patrimônio para construção da identidade nacional e as narrativas para atender a atividade turística, mas dificilmente tenta tratar da conexão da comunidade ouro-pretana com o patrimônio. Enquanto essa literatura se mostrou essencial na discussão da identidade nacional, os periódicos deram a dimensão daqueles que habitavam Ouro Preto. Tratar de valores afetivos e percepções individuais é um campo complexo e perigoso. Mensurar tais valores e pertencimentos em âmbito acadêmico requer sensibilidade e aproximação com a comunidade para não incorrer em erros e violar as memórias. Percebemos que as dimensões de artefato, campo de forças e imagem que compõem a dinâmica da cidade, encontram-se saturados no diálogo com os habitantes e a cidade fabricada, repleta de “configurações topográficas, dos traçados urbanos e das formas arquitetônicas, dos arranjos espaciais, das estruturas, equipamentos, infinitos objetos” (MENESES, 2006, p. 36), que descrevem, em linhas gerais, a direção tomada pelos órgãos de salvaguarda em Ouro Preto e conduzem, na grande maioria das narrativas, uma visão restrita e empobrecida da cidade-patrimônio no Brasil.

O ato de habitar a cidade-patrimônio em âmbito nacional torna-se tarefa árdua, uma vez que as práticas, os significados sociais e até mesmo os vetores materiais alienados da participação popular tornam-se um problema grave, como afirma Meneses (2016, p. 36) quando diz que “sem as práticas sociais, não há significados sociais. Mas também não há significados sociais sem vetores materiais”. A cidade impalpável a que se referia Milton Santos (2012, p. 27), repleta de signos que dificultam a ação dos indivíduos, é uma cidade que aparta a comunidade.

O Brasil vive, atualmente, um processo acelerado de enfraquecimento, sucateamento e apagamento cultural. As direções do IPHAN são continuamente revezadas e criticadas, perpetuando a relação belicosa do órgão com os governos federais e estaduais, as administrações municipais e, sobretudo, com as comunidades, que são encolhidas em participações fracas ou inexistentes, colocando o patrimônio brasileiro em riscos iminentes, exposto à retórica da

perda, a falta de funcionários nos corpos técnicos dos órgãos de proteção e os investimentos insuficientes.

Esta perspectiva no mínimo preocupante, associada ao histórico precedente discutido neste trabalho, dilata os conflitos e coloca as comunidades em posição fragilizada, como explica Villaschi em perspectiva que pode ser transposta à Ouro Preto:

O Estado, ao institucionalizar o cenário barroco, faz com que seu morador se distancie do próprio patrimônio, do sentido de sua experiência, porque essa só é possível pela relação estética com o lugar. Assiste-se a uma inversão de papéis onde o Estado assume a condição de “guardião local” e o morador passa a ser visto como um virtual transgressor, encontrando-se nele o sentido da barbárie. (Lemos, 1994, assim como citado em Villaschi 2014, p. 100. Sublinhados do autor).

O esforço empreendido aqui se materializa em uma perspectiva quase utópica de que as nossas reflexões possam servir como motor de transformação da relação da comunidade ouro-pretana com o patrimônio. Se não motor, pretendemos que este trabalho acenda faíscas que iluminem outros lados que não esse do distanciamento, da exclusão, da falta de empatia, e sim do estímulo a relação positiva, construtiva e, sobretudo, afetiva ao patrimônio. Ouro Preto não é o extrato do Barroco, de Tiradentes e de Aleijadinho, mas, principalmente, pertence à população que vive nas encostas e nos morros, nas “bordas” e nos distritos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carlos. Patrimônio- Riegl e Hoje. Revista da Faculdade de Letras - História, volume 10 , 1993, 407-416.
- AMORIM, Fernando d. A confusão das esferas do público e do privado e o necessário resgate da eudaimonia aristotélica na administração da “coisa do povo”. Revista Tópos, volume 1, 2007 139-154.
- ARNAUT, César; SKALINSKI, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, p. 255-268 Dez.2012.
- AZEVEDO, Patrícia. Identidade nacional e história: a diversidade como “patrimônio sócio-cultural”. In: M. Abreu, & R. S. (org.), Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
- BRASILEIRO, Vanessa Borges; DANGELO, André Guilherme. Ouro Preto, Vila (Des)Aparecida: A difícil relação entre o centro histórico e suas áreas de entorno. Oculum Ensaios - Revista de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, volume 14, 2017, 257-273.
- CARVALHO, José Murilo. Os Bestializados. São Paulo: Companhia das Letras, 1987
- CASIMIRO, Ana Palmira Santos. A redescoberta do barroco brasileiro e os desafios da pesquisa em um arquivo colonial, 2014.
- CASTRIOTA, Leonardo. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. FORUM PATRIMÔNIO: amb. constr. e patr. Sust. Belo Horizonte, 2007 pp. 9-31.
- CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, 147-165.
- DIAS, Maria de Fátima. A relação entre o intelectual e o poder na obra “Prefácio Interessantíssimo” de Mário de Andrade. Brasília, Junho de 2006.
- FAUSTO, Bóris. História concisa do Brasil. São Paulo: Edusp, 2012.
- FÉRES, Leila M. Um balanço das formas de proteção institucionalizadas do patrimônio cultural no Brasil e o caso da cidade de Ouro Preto, MG. Revista Mosaico, São Paulo, volume 8, 2017
- FREITAS, Marcelo d. Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro. 46ª Reunião Anual SBPC, Vitória, 17 a 22 de junho, pp. 71-93, 1994.
- GONÇALVES, Sérgio. O Brasil entre a história narrativa e a história analítica (1840-1870): civilização, progresso e desenvolvimento. UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”, Franca, São Paulo, 2015
- GUIMARÃES, Lara L. (2009). A identidade do povo brasileiro em cena: a construção da brasilidade no discurso do JN. 2009. Dissertação (Faculdade de Comunicação Social) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. (T. T. Silva, & G. L. Louro, Trans.) Rio de Janeiro: DP&A, 2006
- HIRAO, Hélio, GOMES, Marquiana. d., & PEREIRA, Martha. (2006). Paisagem: Diferentes olhares sobre o espaço geográfico. São Paulo: FCT/ Unesp, 2006.
- LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. Estudos av. Dossiê Nação / Nacionalismo, volume 22(62), 2008.

- LOPES, Tânia. Ouro Preto: O Drama Social do Patrimônio. Campinas: Universidade Federal de Campinas, 2004.
- LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi(org.). Fontes Históricas. 2.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008
- MARTINS, Roberto B. Vila Rica, vila pobre: dilemas de uma historiografia de aluvião. Belo Horizonte : Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- MARTINS, Sandra. A experiência da modernidade e o patrimônio cultural. REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas, Recife, volume 1, 7-29, 2014
- MENESES, Ulpiano. A CIDADE COMO BEM CULTURAL - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. Patrimônio: atualizando o debate, São Paulo 34-76. (s.d)
- MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Revista do IPHAN, Rio de Janeiro, p. 108-122, 1987.
- NATAL, Caion. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. História Social, Belo Horizonte, volume 13, pp. 193-207, 2007.
- NORA, Pierre. Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1997.
- OLIVEIRA, Elza A. Igreja e rua, dois espaços a mesma fé. Sacralização do espaço na festa de Corpus Christi. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressani. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, volume 35, p 13-32, 2017
- PIRES, Maria C. Proteção do patrimônio cultural: da monumentalidade aos bens imateriais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. (s/d).
- QUEIROZ, Maria Isaura. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. Tempo Social - Revista de Sociologia da USP, São Paulo, volume 1, 29-46, 1989.
- ROMEIRO, Adriana. Os sertões da fome: A história trágica das Minas de ouro em fins do século XVII. sÆculum – Revista de História, Belo Horizonte, 165-181, julho/ dezembro 2008.
- ROMPATTO, Maurílio. A formação do estado nacional brasileiro. Revista Akrópolis, Curitiba, volume 9, p. 185-196, 2001.
- RIBEIRO, Cláudio R. Ouro Preto ou a produção do espaço cordial. Dissertação (Programa de pós-graduação em Urbanismo) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SANT'ANNA, Márcia. A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Andrey Rosenthal Schlee (org.), volume 35, 139-156, 2017.
- SANTANA, Marcela. As bordas da cidade colonial: um estudo da paisagem tombada de Ouro Preto-MG. 2012. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012
- SANT'ANNA, Márcia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990. Salvador: IPHAN, Ministério da Cultura, Governo Federal Brasil: Oiti. 2015.

- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, M. S., NEVES, G. R., & (orgs), L. B. O espaço da cidadania e outras reflexões. Volume 3. Porto Alegre, Brasil: Fundação Ulysses Guimarães. Coleção O Pensamento Político Brasileiro, 2013.
- SILVA, Pedro. Propostas de requalificação cultural e turística na cidade do Porto classificada como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo, Portugal, 2012.
- SILVA, Glauber. P. Noções de identidade de Stuart Hall e o diálogo com o patrimônio cultural imaterial. Recife, ANPUH- Brasil. 30º Simpósio Nacional de História, pp. 1-13. 2019.
- SOUZA, Laura de Mello. Desclassificados do ouro. São Paulo: Paz e Terra, 2008
- SALGADO, Marina. Ouro Preto paisagem em transformação. Curitiba: CRV, 2020
- SILVEIRA, Marco Antonio et al (Orgs.). Histórias de repressão e luta na UFOP, Ouro Preto e região. Ouro Preto: Editora UFOP, 2018. 344 p.
- VIANNA, Andrea. Patrimônio e turismo no Brasil: desenhando a identidade nacional na Era Vargas. SNH 2015 - XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis pp. 1-13, 2015.
- VILLASCHI, João N. Hermenêutica do Patrimônio e apropriação do território em Ouro Preto-MG. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

O PROCESSO HISTÓRICO DE
TERRITORIALIZAÇÃO PATAXÓ
NO EXTREMO SUL DA BAHIA
NO SÉCULO XIX.

RAMON RAFAELLO CASTRO DE SOUZA
Universidade Federal do Sul da Bahia
rafaelloramon@gmail.com

RESUMO

Tendo como fundamento teórico os conceitos de etnogênese e territorialização, e utilizando de fontes documentais e bibliográficas, o presente texto tem como objetivo apresentar um resumo da trajetória histórica do povo Pataxó e sua relação com o Estado colonial, ao longo do século XIX na antiga Capitania de Porto Seguro, (atual Extremo Sul da Bahia). Desse modo, pretende-se compreender como que o processo de colonização e a política indigenista de aldeamento compulsório contribuíram para impulsionar relações de contato interétnico, promovendo reconfigurações étnicas que deram origem a identidade Pataxó contemporânea, através da territorialização da população nas imediações do Monte Pascoal, local em que foi implantado o antigo Aldeamento Belo Jardim, onde encontra-se localizada hoje, a Aldeia indígena de Barra Velha.

Palavras-chave: Povo Pataxó; etnogênese; territorialização; etnicidade.

Cadernos de História, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, Dezembro de 2022
DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2237-8871.2021v22n36p9-23>

THE HISTORICAL
PROCESS OF PATAXÓ
TERRITORIALIZATION IN THE
FAR SOUTH OF BAHIA IN
THE 19TH CENTURY.

RAMON RAFAELLO CASTRO DE SOUZA
Universidade Federal do Sul da Bahia
rafaelloramon@gmail.com

ABSTRACT

Having as theoretical foundation the concepts of ethnogenesis and territorialization, and using documentary and bibliographic sources, this text aims to present a summary of the historical trajectory of the Pataxó people and their relationship with the colonial State, throughout the nineteenth century in the former Captaincy of Porto Seguro, (now the Extreme South of Bahia). Thus, it is intended to understand how the colonization process and the indigenist policy of compulsory settlement contributed to boosting interethnic contact relations, promoting ethnic reconfigurations that gave rise to the contemporary Pataxó identity, through the territorialization of the population in the vicinity of Monte Pascoal, where the former Aldeamento Belo Jardim was built, where the indigenous village of Barra Velha is located today.

Keywords: Pataxó people; ethnogenesis; territorialization; ethnicity.

*O passado ainda é.
O passado insiste em ser.
Cantamos e o que é nosso não é esquecido.
(Isael Maxakali)*

INTRODUÇÃO: A POLÍTICA INDIGENISTA E A COLONIALIDADE DO PODER

A colonização do continente americano estabeleceu um complexo cultural eurocêntrico, “como paradigma universal de conhecimento e relacionamento entre a humanidade e o resto do mundo”, como propõe Aníbal Quijano (1995), afirmando que através de uma suposta superioridade biológica e cultural, a sociedade dominante classificou e subjugou os seguimentos sociais que foram considerados naturalmente inferiores, formando novas categorias: índios, negros e mestiços, classificados conforme os papéis e lugares, que passaram a ocupar na hierarquia da sociedade colonial. Estas relações sociopolíticas que podem ser compreendidas sob o conceito de “colonialidade do poder” (QUIJANO, 1995), se configuram como elementos constitutivos do Estado Nacional moderno-capitalista, como fonte universal de autoridade, através das suas formas de exploração da natureza e do trabalho, e do “eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade e intersubjetividade” (QUIJANO, 1995, p.04), sobrepondo-se desta forma, à política indigenista, transformando-a em uma ferramenta de “apropriação e violência”, contra os povos originários, que foram seguidamente classificados pelo “Estado colonial, imperial e republicano, como categorias sociais transitórias”, condicionadas à extinção (OIVEIRA, 2006, p. 25).

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2007, p.08), compreende-se a apropriação através da utilização dos “habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade”. Enquanto a violência, é “exercida por meio da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e todas as formas de discriminação cultural e racial”.

Em termos de relações entre Estado e sociedades indígenas, o padrão de poder colonial se configura como elemento que remonta às primeiras teorias contratualistas, contexto em que autores a exemplo de Thomas Hobbes [1651] se dedicaram a conceituar um Estado de Natureza, caracterizando o modo de vida atribuído aos povos considerados “selvagens”. O que se deu, de acordo com esta visão, mediante a completa ausência de leis, propriedade privada e qualquer forma de poder centralizado, de modo que neste cenário, supostamente impera a guerra de todos contra todos e os indivíduos são livres para agir conforme orientam seus próprios instintos e necessidades. Portanto, supostamente, apenas através do ingresso à uma sociedade civil com poderes centralizados no Estado, torna-se possível garantir a segurança e a ordem social.

À vista das informações apresentadas, torna-se importante considerar de acordo com Boaventura de Souza Santos (2007, p.04), que a modernidade ocidental não representa um simples abandono completo do estado de natureza, seguido do ingresso à sociedade civil, ao contrário disso, ela “significa a coexistência de sociedade civil e estado de natureza, separados por uma linha abissal, com base na qual o olhar hegemônico localizado na sociedade civil, deixa de ver e declara efetivamente como não-existente o estado de natureza”. Desse modo

as políticas indigenistas que estarei analisando a seguir, são compreendidas (em uma perspectiva histórica e sociológica), sob a representação do Leviatã hobbesiano, preconizando o controle e a homogeneização social através do Estado, como fonte universal de autoridade que não reconhece a legitimidade, ou sequer a existência das relações de identidade, direito e territorialidade, que se encontram situadas no lado oposto das “linhas abissais”.

A colonialidade do poder, configura-se como um fator estruturante dos conflitos entre o Estado e as sociedades indígenas no Brasil, refletindo-se em um contexto histórico de políticas indigenistas fundamentas em perspectivas civilizatórias, transformando os territórios e suas populações nativas, em ferramentas para viabilizar a produção econômica, e portanto, bens de comércio destituídos dos seus elementos étnicos e simbólicos. Portanto, neste contexto de análise, a seguir venho buscando compreender como que estas relações de poder colonial se constituíram através Diretório dos índios e das relações estabelecidas entre colonos e indígenas, na região Extremo Sul da Bahia ao longo do século XIX, envolvendo principalmente, a etnia Pataxó e seu processo de territorialização em torno do Monte Pascoal.

UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOBRE A POLÍTICA INDIGENISTA COLONIAL: DO DIRETÓRIO DOS ÍNDIOS À GUERRA JUSTA

Em 1757 houve uma reforma na legislação indigenista no Brasil, através da instituição do Diretório dos índios, lei que foi homologada pelo rei de Portugal D. José I através do seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal. O Diretório foi um marco jurídico que atendeu aos interesses dos colonos em explorar a mão de obra indígena, considerando que a lei dispunha sobre os aldeamentos, elevando-os à condição de vilas que deveriam ser administradas por um diretor secular, além de incentivar a miscigenação e estabelecer como obrigatório o trabalho remunerado, o uso da língua portuguesa, além de outras medidas com o objetivo de “incorporar as populações indígenas nas ações de ocupação e defesa dos territórios coloniais lusitanos, através de um programa de transformação dos nativos em verdadeiros católicos fieis e súditos leais ao rei de Portugal” (Cancela, 2012, p.126), (RODRIGUES, 2011, p.12).

O Diretório, teve como objetivo “cristianizar e civilizar” os povos indígenas. Em uma perspectiva semelhante, expressa o decreto de 1763 que instituiu a Ouvidoria na Capitania de Porto Seguro; “sem homens sociáveis e civis não pode[ria] haver Estabelecimento [que fosse] útil”¹ Neste sentido, através do pesquisador Antônio Cavalcante (2018), encontra-se seguinte trecho do Diretório:

Não podendo negar, que os índios deste Estado se conservaram até agora na mesma barbaridade, como se vivessem nos incultos sertões em que nasceram, praticando os péssimos e abomináveis costumes do paganismo, não só privados do verdadeiro conhecimento dos adoráveis mistérios da nossa sagrada religião, mas até das mesmas conveniências temporais que só se podem conseguir pelos meios da civilidade, da cultura, e do comércio: E sendo evidente, que as paternais providências de nosso Augusto Soberano, se dirigem unicamente a cristianizar e civilizar estes infelizes e miseráveis povos, para que saindo da ignorância

1 DECRETO porque Sua Majestade há por bem erigir em Ouvidoria a Capitania de Porto Seguro, cuja Comarca se estenderá a todo seu distrito, nomeando para criá-la o Doutor Tomé Couceiro de Abreu, por tempo de três anos. Portugal, 02 de Abril de 1763. AN – Relação da Bahia, códice 542, vol. 02, p. 48, apud, CANCELA, 2012, p.111.

e rusticidade a que se acham reduzidos possam ser úteis a si, aos moradores e ao Estado. (MELLO, 1997, p.01, apud; ALMEIDA, 2018, p.04)

É importante observar, que no contexto das reformas pombalinas “a Coroa portuguesa criou uma ouvidoria para governar a Capitania de Porto Seguro com objetivo de transformar a região, em polo de produção de gêneros alimentícios” (ANCELA, 2011, p. 22), visando com isso, garantir o abastecimento das cidades de Salvador e Rio de Janeiro com carregamentos de arroz, milho, feijão e principalmente farinha de mandioca, formando assim, um sistema produtivo que mobilizou um contingente elevado de trabalhadores compulsórios e movimentou valores financeiros expressivos. Neste cenário, as fronteiras agrícolas das vilas e povoados foram ampliadas, intensificando os contatos entre colonos e as populações indígenas que encontravam-se refugiadas nos sertões inexplorados da região, e que reagiram, a invasão dos seus territórios, “executando diversas ações de retaliação bélica, de negociação política e de simulação de acordos” (ANCELA, 2012, p.283). Em meio a este encontro de territorialidades e interesses conflitantes, avolumavam-se reivindicações dos colonos à coroa portuguesa, por uma política de guerra contra os grupos indígenas considerados inimigos, visando consolidar e ampliar as fronteiras agrícolas, obter mão de obra escravizada, formar condições favoráveis para a construção de estadas e o escoamento da produção econômica.

Entretanto, o Diretório pretendia consolidar uma relação de suavidade e brandura com os povos indígenas, buscando atraí-los pacificamente ao convívio e a assimilação na sociedade colonial, mas estas diretrizes foram questionadas pelos colonos e autoridades régias, através de relatórios, cartas e planos de colonização demonstrando um clima de insegurança, e a impossibilidade em cultivar as lavouras devido às “custumácias hostilidades dos índios dos sertões”, como afirma Francisco Alves Tourinho, capitão-mor das ordenanças de Caravelas, em correspondência encaminhada à Luís Tomás Navarro, encarregado de observar a construção da estrada real que deveria conectar a antiga Capitania de Porto Seguro aos sertões mineiros². Observa-se também, outra carta de Francisco Alves Tourinho, endereçada ao capitão-mor da Conquista do Gentio Bárbaro de Caravelas, em que defende a necessidade de retomar uma política ofensiva contra os indígenas inimigos da coroa portuguesa, “sob a argumentação de uma suposta incapacidade natural destes grupos de se redimirem à vida social cristã e ocidentalizada, sendo a escravidão apontada como o meio mais propício para a sua redenção” (ANCELA, 2017, p.05):

A violência é o meio mais próprio de tornar tranquilas e habitáveis as terras em que transitam estes bárbaros, (...) indóceles e incapazes de que o amor, sofrimento e beneficência os chame à sociedade civil e grêmio da Igreja, o que se conseguirá mais facilmente sitiando-os e impedindo-lhes com armas a resistência e trazendo-os violentados ao povoado das vilas, onde não devem ficar em liberdade (...), mas sim transmitidos as praças, onde não há matas pelas quais se entranhem para sua primitiva morada e onde se lhe dê a cultura e os empregos proporcionados à sua índole (TOURINHO, apud, ANCELA, 2017 p.05).

Em 1808 o Príncipe Regente D. João VI, se encontrava com a família real no Rio de Janeiro,

2 CARTA do comandante-mor das ordenanças da vila de Caravelas Francisco Alves Tourinho, na qual responde aos questionamentos de Luís Tomás Navarro, encarregado régio de observar a estrada real da costa para a abertura de linha do correio. Caravelas, 05 de maio de 1808. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, vol. 7, 1866, apud, ANCELA, 2012, p. 286.

refugiado do avanço napoleônico na Península Ibérica, e na ocasião passou a adotar diversas medidas administrativas, visando transformar a cidade do Rio em sede do império marítimo português, neste cenário, tornava-se necessário garantir a alimentação de aproximadamente 15 mil novos habitantes, e assegurar o estabelecimento das vias de comunicação entre a capital, e as demais partes da colônia. Desse modo, as capitanias e comarcas de Minas Gerais, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo foram alvo de intensas transformações. “As medidas mais comuns eram o incentivo à produção de alimentos, o estímulo à ampliação dos pastos e o investimento em novas vias de comunicação para garantir o escoamento dos produtos” (CANCELA, 2012, p.28).

Neste cenário a “guerra justa” contra as populações indígenas que se apresentavam como obstáculo ao domínio português, foi decretada nas capitanias de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Bahia. Esta ofensiva militar buscava principalmente, arregimentar a mão de obra dos prisioneiros de guerra e conquistar novas terras agrícolas. Os indígenas que fossem encontrados sob a posse de armas seriam considerados inimigos, sujeitos ao aprisionamento e o trabalho compulsório durante 10 anos, ou durante período maior, até que pudessem ser supostamente civilizados, enquanto seus territórios, deveriam ser ocupadas por colonos que dispunham de 10 anos de isenção fiscal, desde que tornassem as terras cultiváveis de modo permanente (CANCELA, 2012, p.103).

A Capitania de Porto Seguro foi fortemente atingida pelos decretos de guerra justa, também em função da sua localização geográfica, possibilitando a construção de estradas interligando a Capitania de Minas Gerais aos portos do litorâneo, para escoação da produção econômica. No dia 18 de julho de 1808, os capitães-mores das vilas de Caravelas e São Mateus, receberam cartas com as instruções para os ataques. Estes documentos revelam, a conexão “entre a ofensiva contra os índios de Porto Seguro e o processo de devassamento dos sertões de Minas Gerais e Espírito Santo, alertando aos oficiais militares encarregados, sobre a importância daquelas ordens para os interesses da coroa portuguesa” (CANCELA, 2012, p.288).

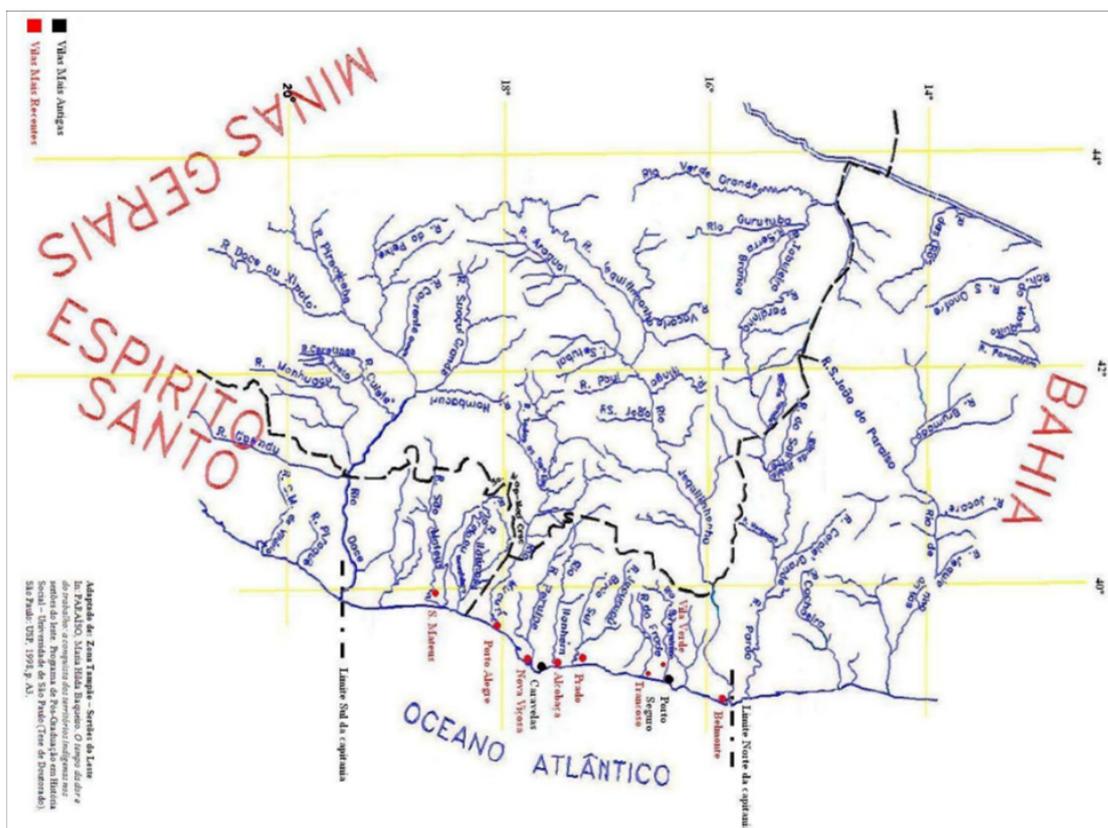
A estratégia política da coroa contava ainda com uma perspicaz movimentação territorial que pretendia fechar um cerco armado contra os índios refugiados na região sul de Porto Seguro. Com o auxílio das câmaras de Viçosa, Prado, Alcobaça, Caravelas e São Mateus, a organização das bandeiras se pautou na ocupação de dois flancos de batalha, sendo cada um supervisionado por um dos oficiais militares nomeados. Sob a responsabilidade do capitão-mor de São Mateus, ficaram as entradas que deveriam percorrer “todo o terreno que pertencer a esta capitania para o lado do sul até a barra [do rio de São Mateus] e para o do norte até a vila Viçosa”. Já sob o comando de João Luís Siqueira, ficaram as bandeiras que entrariam “em todo o distrito entre vila Viçosa e o rio Cumuruxatiba, seguindo este diretamente a Lagoa Grande pelo lado norte do Monte Pascoal”. De forma explícita, a ordem do governo português buscava proteger os principais sítios produtores de farinha da região, vinculando mais uma vez a política indigenista aos interesses dos colonos engajados no principal negócio colonial existente na capitania, bem como aos interesses da própria coroa em manter livre dos ataques indígenas um dos principais polos produtores de víveres para a nova corte (CANCELA, 2017, p.08).

Neste contexto é importante mencionar, que apesar da Capitania de Porto Seguro ter sido palco dos primeiros movimentos de colonização no Brasil, a região permaneceu parcialmente marginalizada do processo de ocupação e desenvolvimento econômico, até a primeira metade

do século XX. Um dos principais fatores apontados para isso, foram os constantes conflitos entre colonos e indígenas, que no decorrer dos séculos XVIII e XIX causaram profundas restrições produtivas, contribuindo para reduzir os investimentos e a ocupação colonial na região, que foi transformada em uma “zona tampão” (PARAÍSO, 1994), passando a cumprir a função estratégica de dificultar o contrabando de pedras e metais preciosos, da região aurífera de Minas Gerais.

Neste local, conhecido também como Sertão do Leste, a Coroa portuguesa decretou o impedimento de derrubar as matas, abrir estradas e realizar outras atividades “civilizatórias”, consequentemente contribuindo para preservar uma barreira natural de floresta, reduto de habitação dos povos Botocudos, Pataxó Maxakali, Kamkã e dentre outras populações reconhecidas pelas suas habilidades guerreiras (SOTTO-MAIOR, 2011, p.35).

Entretanto, após o decréscimo na produção aurífera na Capitania de Minas Gerais durante na segunda metade do século XVIII, a coroa portuguesa buscou implantar um modelo de colonização voltado para as atividades de agricultura, O comércio e pecuária, mas, para viabilizar estes objetivos tornava-se imprescindível efetivar a conquista dos territórios indígenas nos sertões da antiga Capitania de Porto Seguro.



Sertão do Leste, região limítrofe à Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia

Desse modo, em 1808 o príncipe regente dom João VI constituiu a Junta da Conquista e Civilização dos Índios e Navegação do Rio Doce, visando “combater os índios botocudos, efetivar a conquista e ocupação do sertão do leste” (SIVA, 2006, p.05), e desse modo formar “um lucrativo corredor comercial para o litoral atlântico” (LANGFUR, 2017, p.08). Nesta situação, diversos grupos de Botocudos deslocaram-se em direção as matas da antiga

Capitania de Porto Seguro, em busca de refúgio, intensificando dessa maneira, a ocorrência de conflitos territoriais com os outros grupos indígenas habitantes da região, que também se encontravam sob constante ameaça das ofensivas militares da coroa portuguesa.

É oportuno mencionar, que em 1816 durante sua passagem na antiga Capitania de Porto Seguro, o príncipe Maximiliano de Wied, presenciou um conflito entre grupos de indígenas Botocudos nas proximidades do destacamento militar dos Arcos (na Vila de Belmonte), informando que os nativos se encontravam naquele contexto, em situação de insegurança alimentar e disputando constantemente os territórios de caça³. Através deste registro, observa-se a ocorrência de conflitos territoriais envolvendo inclusive, indígenas do mesmo grupo étnico, no contexto em que se intensificavam os processos colonização e desterritorialização após os decretos de guerra justa, o que limitou o acesso aos territórios tradicionalmente habitados, que conseqüentemente tornaram-se intensamente disputados entre os indígenas, e também entre estes e os colonos (WIED, 1820, p. 261).

Portanto, é possível considerar que este foi um período marcado pelo processo de militarização na Capitania de Porto Seguro, quando o então ouvidor José Marcelino da Cunha, iniciou a construção de uma diversidade de quartéis e destacamentos militares, localizados estrategicamente próximos aos principais núcleos de povoamento e rios da região, visando formar uma barreira de defesa contra os indígenas considerados selvagens (CANCELA, 2017, p.160).

Segundo afirma o próprio ouvidor:

Para o fim de resguardar os habitantes das vilas da Comarca dos repetidos e sempre fatais ataques e correrias dos índios Pataxó, Machacali e Botocudo, levantei os destacamentos de Aveiro na Povoação de Santa Cruz, o de Aguiar no termo da Vila Verde, o de Linhares e Crememuan no termo da Vila de Trancoso, o de Vimeiro no termo da Vila do Prado, o de Óbidos no termo da Vila de Alcobaça, o de Santarém em termo da Vila de Caravelas, o de Caparica no termo da Vila Viçosa, o de Araújo no termo da Vila de Porto Alegre e os de Itaúnas e Galveas no termo da Vila de São Mateus; fazendo em todos eles casas de morar e plantações e provendo de competente guarnição (José Marcelino da Cunha, apud, Cancela, 2020, p.15).

Portanto, observa-se através dos registros de Maximiliano a presença “espontânea” dos Botocudos no destacamento militar dos Arcos, e é possível observar situação semelhante, em outras fontes históricas envolvendo outros grupos indígenas, reforçando a hipótese de que o permanente estado de fome e violência, gerado pelos conflitos coloniais, contribuiu para que buscassem refúgio nos destacamentos militares como forma de conseguir alimentos e proteção. Esta alternativa configurava-se como uma estratégia de sobrevivência, “pois a permanência nos sertões poderia resultar no extermínio de todo o grupo ou na escravização

3 De acordo com Maximiliano de Wied: “De início, os guerreiros de ambos os lados soltavam gritos curtos e rudes em desafio mútuo, cercando-se como cães raivosos, ao mesmo tempo que aprontavam os paus. Em seguida, o ‘capitão’ Jeparack adiantou-se, passeou entre os homens, olhando sombriamente para diante, de olhos esbugalhados, e cantou, com voz trêmula, uma longa cantiga, que provavelmente descrevia as afrontas recebidas. Dessa maneira os bandos contrários se tornavam cada vez mais inflamados: de súbito, dois deles avançaram, empurraram-se pelo peito, obrigando a recuar, e começando, então, a terçar os paus. [...] Quando a liça se prolongava um pouco, tornavam a cercar-se de olhar sério, soltando gritos de desafio, até que o heróico entusiasmo os tomava de novo e punham os paus a funcionar.” (WIED, 1820, p. 261).

dos sobreviventes” (CANCELA, 2012, p.27). Neste cenário, grupos numerosos chegaram a se apresentar pacificamente buscando o aldeamento, como demonstra uma carta encaminhada em 1812 pelos oficiais da Câmara da Vila de Prado, ao governador da província, informando que:

[...] no último dia do passado mês de abril saiu de paz uma imensa aldeia do gentio Pataxó no sítio do Capitão Manoel de Farias e eram tantos os membros da mesma aldeia que de repente lhe levaram de 18 para mais de 20 alqueires de farinha e massa, além de algumas ferramentas; contudo, ainda ficaram muitos arranchados à beira do mato e se julgou passarem de 300 pessoas⁴.

Nesta perspectiva, Maria Hilda Paraíso aponta a existência de uma complexa teia de alianças formada entre os grupos pertencentes ao tronco linguístico Macro Gê, que uniram-se como forma de resistir ao conflitos territoriais com os Botocudos, mais numerosos, e neste sentido passaram a estabelecer aldeias próximas umas das outras, e também a apresentar-se “voluntariamente” aos destacamentos, quartéis militares e aldeamentos, buscando formar alianças com os colonos contra o “inimigo” em comum.

Segundo Paraíso (1994, p.05):

Navarro (1846:446) afirma que os Kumanoxó, Maxacari e Bacumin viviam em “aparente inimizade”. Wied-Neuwied (1989) faz várias referências a esta aliança. Na página 215 encontramos a assertiva: ...“Parece que ambas as tribos (Maxakali e Pataxó) se aliaram contra os Botocudo.”... na 276, reafirma... “Fazem causa comum contra os Botocudo mais numerosos”... na 310,... “Os Botocudo vivem em guerra com diversas tribos entre as quais destacam-se particularmente, os Pataxós e os Machacaris... Todos estes últimos (referem-se aos grupos que aqui estudamos) por serem mais fracos, reuniram-se contra os Botocudo”... Provavelmente em decorrências das “alianças” e do fato de sempre viverem próximos uns dos outros, além de sofrerem a pressão resultante da expansão da sociedade nacional sobre os seus territórios e da disputa acirrada com os Botocudo, esses grupos são os únicos, como já nos referimos que, nos primeiros anos de contato, optaram por se entregar “voluntariamente” ao aldeamento junto a quartéis e destacamento, sob a justificativa de buscarem proteção.

Em 1831, através da Comissão de Colonização e Catequese do Senado federal, as declarações de guerra justa foram oficialmente revogadas sob a justificativa dos maus tratos sofridos pelos indígenas, e sua escravização perpétua em detrimento ao prazo de 10 anos, estabelecido pela lei como tempo máximo de cativo. Este período de conflitos acirrados, pode ser compreendido como um dos principais fatores que intensificaram o processo de desarticulação das sociedades indígenas e a desapropriação dos seus territórios, como propõe Maria Hilda Paraíso (1992), analisando a construção dos quartéis, destacamentos militares e toda infra estrutura voltada para as guerras justas, constituindo dessa maneira, “uma nova forma de resistência por parte dos índios, que passaram a entregar-se ao aldeamento como forma de garantir a sua sobrevivência” (SOTTO-MAIOR, 2011, p.37).

Feitas as considerações acima, a seguir, estarei analisando a continuidade dos conflitos territoriais entre colonos e indígenas na Capitania de Porto Seguro, após a revogação da política de guerra justa, e a relação deste fator, com a política indigenista de territorialização

4 NOTÍCIAS dos oficiais da Câmara da Vila do Prado sobre a presença de índios Pataxó no sítio do Capitão Manoel de Farias. Prado, 3 de maio de 1812. BNRJ – Manuscritos, C-0230, 009 – nº 015, apud, CANCELA, 2020, p.16.

através do aldeamento Belo Jardim, local onde encontra-se a atual Aldeia Pataxó de Barra Velha.

ALDEAMENTO: CONFLITOS TERRITORIAIS E CONTATOS INTERÉTNICOS

Ainda após a revogação da política de guerra justa, os conflitos fundiários entre colonos e indígenas persistiam a se desenvolver na Capitania de Porto Seguro, e a sedentarização, foi o método utilizado pelo Estado para viabilizar as atividades de colonização e exploração agrícola, desenvolvendo uma “economia de mercado” (POPLANY, 1945), que em sua gênese, passou a consolidar a terra e o trabalho como bens de mercadoria com valor de uso e troca.

No século XIX, a política indigenista foi motivada fundamentalmente por questões fundiárias e a exploração da força de trabalho. Neste cenário, o Estado impôs restrições jurídicas para o acesso à propriedade da terra, beneficiando a posse de grandes proprietários, conseqüentemente inviabilizando a reprodução das territorialidades indígenas, quilombolas, camponeses e outros seguimentos sociais, que marginalizados da terra, foram transformados na mão de obra que viabilizou o processo econômico-produtivo, em um regime capitalista, que se encontrava em processo de formação sendo viabilizado através da Lei de Terras, estatuto jurídico sancionado no 18 de setembro de 1850, que passou a aprofundar uma política agressiva em relação à posse dos territórios tradicionais, por considerar que os habitantes destas áreas, quando destituídos de sinais diacríticos que possa diferencia-los da população nacional, não devem ser reconhecidos como indígenas, e portanto, nesta condição não possuem direitos de posse sobre as terras que habitam. E isso ocorre, justamente, após um longo processo de assimilação cultural e miscigenação promovido através das reformas pombalinas, como antes desmontado (CUNHA, 1992, p. 16).

Neste momento, peço licença aos leitores(as) para retornar ainda mais no passado, buscando fundamentos para em seguida, situar a presente análise do texto no século XIX. Neste sentido, observa-se que durante todo período colonial, na medida em que as populações indígenas foram expulsas dos seus territórios, os aldeamentos, vilas e destacamentos militares, configuravam-se estrategicamente como espaço para a sobrevivência, enquanto que para a sociedade colonial, estes locais representavam a possibilidade de arregimentação da mão de obra nativa, conversão religiosa e aprendizado da civilização. “Para tal objetivo, os brancos serviriam de modelos a serem seguidos pelos habitantes indígenas” (CANCELA, 2006, p.49).

Aqui é importante observar, que alguns destes núcleos de povoamento atuaram como como ponto defensivo contra os grupos considerados selvagens, o que pode ser evidenciado por exemplo, quando o ouvidor Tomé Couceiro de Abreu chegou a defender em 1764, a criação de duas vilas na Capitania de Porto Seguro, argumentando sobre “a conveniência de ficar defendida do Genticio bravo toda esta costa, a estrada real da praia e os passageiros”⁵. De modo semelhante, o mesmo ouvidor informou aos moradores da Vila do Prado em 26 de dezembro de 1764, que deveriam cumprir a função de “ficar defendendo a estrada real da costa da imensidade de gentio que se acha aldeado pelas

5 RELAÇÃO do ouvidor Tomé Couceiro de Abreu, das vilas e rios da capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 08 de janeiro de 1764. AHU_ACL_CU_005-01, Cx. 34, D. 6430, apud, CANCELA, 2012, p.147.

fraldas e riachos do Monte Pascoal, que lhe fica distante 8 léguas”⁶. Neste contexto, Luís dos Santos Vilhena argumentou em 1790, sobre a necessidade de conservar e aumentar a Vila do Prado para servir de barreira “e obstáculo a 12 aldeias situadas em uma alta serra conhecida por todos pelo Monte Pascoal, que segundo as notícias e informações é o centro de habitação destes bárbaros, que infestam toda grande comarca de Porto Seguro” (VILHENA, 1969, p. 526).

Em 1768, quando o ouvidor José Xavier Machado Monteiro foi criar a Vila Viçosa, na margem do Rio Peruípe, argumentou que a povoação traria “o benefício de se ir evacuando o gentio bárbaro que circula pelas margens deste rio”. No ano seguinte, ao criar a vila de São José de Porto Alegre (atual Mucuri), informou ao rei de Portugal que essa povoação objetivava “expelir o gentio bárbaro que nestas praias insultava os viajantes, forçando-os a entrar-se no mato de modo que se não atrevesse jamais a atacar” (CANCELA, 2012, p.26)

As vilas, não somente configuravam-se como ponto defensivo, mas também, como espaço de atração e “pacificação” das populações indígenas, de modo que alguns grupos chegaram a aldear-se em suas redondezas, a exemplo do Prado. Neste sentido, Leila Sotto-Maior (2011, p.29) afirma que na referida vila existiu “um aldeamento Maxakali que, na época, possuía entre cinquenta a sessenta casas e viviam cerca de seiscentos habitantes”. Porém, “para aqueles que não se submetiam à vida numa vila, esta foi utilizada como fronteira entre os dois mundos” (SOTTO-MAIOR, 2011, p.28), possibilitando a realização de trocas comerciais para adquirir produtos e utensílios da sociedade colonial, como registrou Maxilimiano de Wied, afirmando que os Pataxó adentraram no local trazendo grandes bolas de cêra para vender, e nesta ocasião, ele havia adquirido uma “porção de arcos e flechas, em troca de facas e lenços vermelhos” (WIED, 1989, p. 214).



Pataxós na Vila do Prado (Wied, 1820) Fonte: CARDOSO, et al, 2019, p.17

⁶ RELAÇÃO dos Autos da criação da Vila Nova do Prado, da Capitania de Porto Seguro. Porto Seguro, 12 de dezembro de 1764. BNRJ – Manuscritos, I – 5, 2, 29, nº 11, apud, CANCELA, 2017, p.26.

De acordo com os registros de Maximiliano, os Pataxó haviam sido contactados recentemente pela sociedade colonial através da intermediação dos Maxakali, que compartilhavam idioma e outras características semelhantes aos primeiros, e encontravam-se naquele contexto em contato mais desenvolvido com os habitantes da Vila do Prado, e desse modo, havia sido formado um acordo de paz. Entretanto, como demonstra o referido autor, em um tempo não muito distante desenvolviam-se intensos conflitos territoriais entre indígenas e colonos na região (WIED, 1989, p. 214):

Tanto os Patachós como os Machacaris vivem nas florestas da região, às margens do Jucuruçu. Os últimos sempre se mostraram mais inclinados à paz com os brancos do que os primeiros, que somente chegaram a um acordo amigável havia três anos. Pouco antes disso, porém, surpreenderam na floresta alguns habitantes de Prado, ferindo o escrivão e matando várias pessoas. Os Machacaris amigos foram depois chamados como medianeiros da paz com os Patachós. No aspecto externo, os Patachós assemelham-se aos Puris e aos Machacaris, com a diferença de que são mais altos que os primeiros; como os últimos, não desfiguram os rostos, usando os cabelos naturalmente soltos, apenas cortados no pescoço e na testa, embora alguns rapem toda a cabeça e deixem só um pequeno tufo adiante e outro atrás. Há os que furam o lábio inferior e a orelha, metendo um pequeno pedaço de bambu na abertura (WIED, 1820, p. 214).

Neste contexto de análise, na bibliografia consultada para a elaboração do presente trabalho, encontra-se referências sobre uma decadência demográfica e econômica na Vila do Prado, devido aos constantes ataques protagonizados pelos indígenas, como afirmou Carvalho (1977, p.68), através dos registros históricos de Luiz Thomaz de Navarro, que descreveu fazendas despovoadas e seus proprietários cultivando terras estéreis e pantanosas, devido estarem sendo constantemente afugentados pelos Pataxós e Botocudos. A autora (1977, p.78) também apresenta informações sobre um requerimento elaborado em 1844 pelos habitantes da Vila do Prado, que foi encaminhado ao presidente da província da Bahia e atendido com o envio de um destacamento militar da Guarda Nacional, para combater segundo o documento, os “selvagens indígenas, que ora assaltando inesperadamente as roças tem não só devastado as plantações, como barbaramente arrancando as vidas aqueles que de súbito encontram”. Neste sentido há também um ofício do diretor geral dos índios na Capitânia de Porto Seguro, encaminhado ao ministro e secretário do estado dos negócios do império, Visconde de Mont’Alegre, informando que ainda em 1851 apareciam nas cercanias da Vila de Prado, “hordas de indígenas bravos, que algumas vezes tem saído com ânimo de fazerem hostilidades e raras vezes saem sem fazer mal” (CARVALHO, 1977, p.65).

Portanto, segundo Leila Sotto-Maior (2011, p.34):

Entre os anos de 1851 e 1857, vários documentos oficiais apresentam dados sobre algumas hordas de índios bravos vivendo ainda, próximos à vila de Prado o que faz alguns etnólogos concluir que o Prado funcionou como um dos locais de aldeamento para tribos arredias da região. Esses atacavam constantemente as propriedades locais e os moradores da vila, o que resultou em inúmeras solicitações ao Governo da Província para que houvesse uma definição quanto ao local para o aldeamento dos índios bravos.

Neste horizonte de análise, observa-se que apesar das relações pacíficas entre colonos e indígenas, registradas por Wied na Vila do Prado, através das informações apresentadas sobre as desavenças anos após a passagem do viajante na região, torna-se possível considerar,

que os “acordos de paz” mencionados por ele, não foram estabelecidos entre todos os grupos indígenas, mas apenas entre alguns deles e segundo suas especificidades, fator que por sua vez, contribuiu para o desenvolvimento de uma política de territorialização através do aldeamento compulsório, com o objetivo de liberar as terras para produção econômica e solucionar os conflitos territoriais.

O ALDEAMENTO BELO JARDIM E A TERRITORIALIZAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

Na Assembleia Legislativa da Bahia no dia primeiro de março de 1861, o Presidente da Província, Antônio da Costa Pinto, discursou sobre a necessidade de estabelecer um aldeamento na foz do rio Corumbau. Em abril de 1861 o Diretor Geral dos Índios da Bahia emitiu um parecer favorável para este aldeamento, com os objetivos de abrigar os indígenas que viviam próximos ao Prado, “livrar os nacionais dos constantes ataques e liberar as vilas para a exploração econômica” (SOTTO-MAIOR, 2011, p.35). Segundo Augusto Sampaio (1996, p.04), neste local foram reunidos “Maxakalis, Botocudos e Pataxós deslocado das cercanias da Vila de Prado, além dos kamakãs-Meniã de Belmonte, “descendentes” dos Tupiniquim de Trancoso e Vila Verde”.

A seguir, veja o pronunciamento do Presidente da Província Antônio da Costa Pinto na Assembleia Legislativa:

Espero as informações que pedi ao Diretor dos Índios para deliberar sobre a criação de uma Aldeia no rio – Corumbáo – na Vila do Prado, em cujas vizinhanças há centenas de famílias, que vivem ora nas brenhas, e hora na referida Vila, sem caráter hostil, é verdade, mas persistentes em seus costumes selváticos. Estes índios vão pescar constantemente no rio – Corumbáo – em cujas margens armam ranchos, onde moram, até que terminada a pesca e salga, se retiram para as matas⁷.

De acordo com Leila Sotto-Maior (2011, p.34), a partir de 1860 são poucos os registros sobre a presença indígena na região da vila de Prado, contexto em que grande parte desta população se encontrava aldeada no território do Monte Pascoal, onde permaneceram sem estabelecer contatos com o governo e a sociedade nacional, até meados de 1939 quando o Almirante Gago Coutinho, buscando identificar no Extremo Sul da Bahia, o local exato onde teria acontecido o “descobrimento” do Brasil, sobrevoou a região do Monte Pascoal, e tendo localizado moradias isoladas na área, foi até o local e constatou se tratar da Aldeia Barra Velha.

Portanto compreende-se segundo Pedro Agostinho (2008, p. 376), que a implantação do aldeamento Belo Jardim configura-se como um marco definidor para o processo de territorialização Pataxó:

A identificação étnica do grupo foi o primeiro problema a colocar-se e não se apresentou como fácil (Silva, 1974). Reconhecendo-se e sendo reconhecido como Pataxó, ele encontra-se atualmente no que foi também a área histórica de distribuição daqueles índios. Entretanto, as fontes históricas examinadas não registram a existência até 1951, de qualquer

⁷ PINTO, Antônio da Costa. Falla recitada na abertura d’Assemblea Legislativa da Bahia pelo Presidente da Província ... no dia 1o. de marco de 1861. Bahia, Typographia de Antonio Olavo de Franca Guerra, apud, CANCELA, 2020, p. 31.

núcleo indígena em Barra Velha, e muito menos a que etnia pertencia. Provisoriamente, estabelecemos como termos post-quem e ante-quem para o surgimento de Barra Velha à passagem de Wied-Neuwied pelo local em julho e novembro de 1816, e as notícias dos jornais a partir de 25 de maio de 1951, quando ocorreram conflitos com os regionais. Admitindo-se, por outro lado, um grau menor de segurança, pode-se avançar o termo post-quem para 26 de junho de 1861, data de um documento que fala de planos para o estabelecimento de um aldeamento às margens do rio Corumbáu. Constando-se que a foz do rio Corumbáu parece ter sofrido considerável deslocamento para o sul, o que pode ser feito comparando a carta n.º 1200 da Diretoria de Hidrografia e Navegação, publicada em 1943 e corrigida em 1963, com a mesma carta corrigida em 1971, é possível levantar a hipótese de que o próprio nome da Aldeia se justifique pelo deslocamento da foz. Tal hipótese é apoiada pela carta cuja correção vai até 1963, na qual o rio Corumbáu deságua muito próximo do sítio hoje ocupado pela povoação, levando isso a concluir ser ela o resultado dos planos traçados em 1861.

À vista das informações apresentadas, conclui-se até aqui, que o processo histórico de colonização e a territorialização compulsória em 1861, restringiu os modos de territorialidade e vida tradicional das populações indígenas no Extremo Sul da Bahia, contribuindo conseqüentemente para o sedentarismo, ou seja, a apropriação de modo permanente do espaço geográfico, liberando dessa maneira as terras e vilas para a produção agro-econômica, o que revela por sua vez, a colonialidade do poder como elemento fundacional das relações entre Estado e sociedades indígenas, através das suas formas de apropriação e violência que transformaram os territórios tradicionais em propriedades públicas e privadas, em detrimento aos seus habitantes originários.

Também é possível concluir neste momento, que o contexto de conflito permanente, gerado pelas guerras justas, contribuiu para formação de alianças militares e políticas entre os indígenas, entre estes e os colonos, em um cenário de dispersões, reagrupamentos, retaliações bélicas e acordos. Desse modo, nota-se que a política indigenista de territorialização no século XIX, configura-se como fenômeno impulsionador para a formação de novas identidades étnicas e para o desenvolvimento das relações de territorialidade, como será demonstrado na próxima e última sessão do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A POLÍTICA DE TERRITORIALIZAÇÃO NO ALDEAMENTO BELO JARDIM E A ETNOGÊNESE PATAXÓ

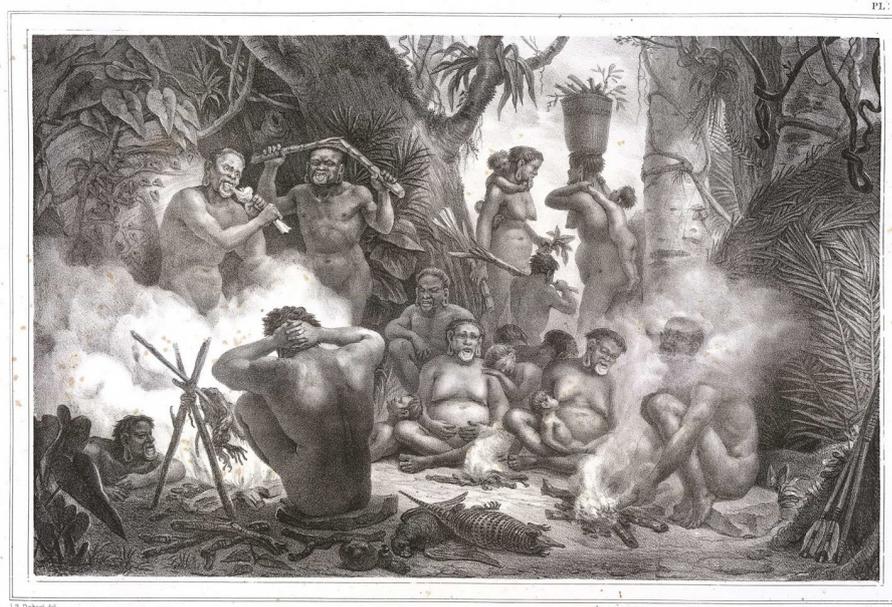
O primeiro autor a utilizar o conceito de etnogênese foi William Sturtevant em 1971, analisando a origem da etnia Seminole do sudeste estado unidense a partir da migração de um grupo da etnia Creek, que pressionado pela frente colonial anglo-americana, acabou mesclando-se com outros grupos indígenas do sul e negros escravizados fugitivos, entre os séculos XVII e XVIII. Segundo “Sturtevant, a formação dos Seminole como um novo grupo indígena tendo como um dos fatos geradores as tensões coloniais, configura-se como um processo etnogênico” (FONTELLA, 2020, p.04). Em uma perspectiva semelhante, João Pacheco de Oliveira (1998, p.07) compreende que através do processo de “etnogênese”, observa-se a “emergência de novas identidades e também a reinvenção de etnias já reconhecidas”, e propõe a teoria da territorialização para analisar este fenômeno, através dos mecanismos de controle social e assimilação cultural empreendidos por um Estado, que passa a definir e limitar as fronteiras geográficas tradicionalmente habitadas pelos povos indígenas, que conseqüentemente, passam a reestruturar sua identidade através das circunstâncias históricas em que encontram-se através da “situação colonial” (BALANDIER, 1951).

Segundo João Pacheco de Oliveira (1998), o processo de territorialização surge por meio dos conflitos intersociais, quando as terras de uma sociedade estão sendo invadidas e delimitadas, numa “dinâmica em que a defesa do território se torna um elemento unificador do grupo” (PEREIRA, 2016, p.18). Entretanto, este fenômeno social não deve ser compreendido exclusivamente, como forma de etnificação (ou imposição) dirigida de modo externo “e homogeneizador, considerando que a sua atualização pelos indígenas conduz justamente ao contrário, isto é, à construção de uma identidade étnica individualizada (ou etnogênese).

Observa-se portanto, que no contexto do aldeamento Belo Jardim, diferentes populações passaram a conviver continuamente no mesmo espaço geográfico limitado, formando com o passar do tempo uma identidade étnica que pode ser interpretada como resultado de um processo de etnogênese, porque é produto de uma reconfiguração social criativa dos próprios grupos, e etnificação, isto porque as técnicas de poder implementadas pelas autoridades coloniais, “produziram um efeito tanto sobre as estruturas objetivas dos grupos indígenas, como sobre as estruturas cognitivas dos indivíduos e coletividades” (BOCCARA, 2007, p.12), que com o passar do tempo, adotaram um único etnônimo para identificar a diversidade étnico-cultural que compõe a sua identidade.

Nesta perspectiva de análise, veja a seguir a pintura de Jean-Baptiste Debret, onde há um grupo Maxakali, Pataxó e Botocudo, identificado pelo artista como “índios civilizados” (DEBRET, 1989, p.56), ou seja, em contato relativamente desenvolvido com a sociedade envolvente. Embora não seja um retrato fiel da realidade, esta pintura torna-se interessante no presente trabalho, como forma de ilustrar as transformações culturais ocorridas através dos processos de territorialização e colonização, considerando, como demonstrado no decorrer do texto, a existência de um histórico de conflitos envolvendo as etnias representadas por Debret, entretanto, estas aparecem convivendo pacificamente na obra, o que contribui para a compreensão de que novas identidades e formações sociais podem se desenvolver em uma situação colonial, alterando conseqüentemente as relações de sociabilidade entre grupos os

étnicos, que outrora foram inimigos, mas podem passar a compor acordos e tornar-se aliados através de determinadas circunstâncias históricas.



BOTOCOUDOS, BURIS, PATACHOS ET MACHARIS.

Pataxó, Maxakali e Botocudo em aldeamento (Debret 1834) Fonte: SOTTO-MAIOR, 2011, p. 24.

Contexto semelhante ao que vem sendo analisado através do antigo Aldeamento Belo Jardim, também pode ser observado na TI Caramuru Paraguassu, território tradicional do povo Pataxó Hãhãhãe, também conhecidos como Pataxó setentrional, que segundo Carvalho (1977, p.70) “distinguem dos Pataxó meridionais na própria formação do grupo, caracterizando-se os primeiros por relações mais estreitas com Gren, Kiriri-Sapuíá e Camacã, e os segundos com os Maxakali, Tupinikim e Aymoré, ou Botocudos”. Assim sendo, a identidade Pataxó Hãhãhãe emerge através do contato interétnico entre diferentes populações, em função da restrição do espaço de vida tradicional durante o século XX, nas terras onde hoje habitam, em meio a um contexto geográfico, social e político, que contribuiu para adoção de um único etnônimo que abrange uma diversidade de etnias.

Nesta conjuntura torna-se oportuno observar algumas informações apresentadas por Maria Hilda Paraíso (1994, p.11), sobre os grupos da família linguística Macro-Gê, identificados sob o signo de uma confederação cujos os membros; Amixokori, Pataxo, Monoxó, Kumanoxo, Kutaxo, Kutatoi e Maxakali, compartilhavam de diversas semelhanças culturais, além de conviverem e formarem alianças nos mesmo território entre os vales dos rios Mucuri, Jequitinhonha, Buranhén, Itanhén, Jucuruçu, João de Tiba, e dentre outros da região Extremo Sul da Bahia (VASCONCELOS, 2015, p.31). Através dos relatos de viajantes e cronistas, a exemplo de Saint-Hilaire, Von Martius, Moniz Barreto, Wied, Feldner e dentre outros, Paraíso (1994, p.11) afirma que devido ao processo de territorialização no século XIX, passou a predominar entre os grupos Macro-Gê duas identidades; Maxakali e Pataxó.

Nos momentos que antecederam o aldeamento compulsório, teria ocorrido uma provável dilatação de território e uma dispersão dos subgrupos (bandos). Consequentemente, teríamos uma possível tendência, não concretizada devido a penetração dos seus territórios por outros grupos indígenas deslocados pelos “brancos” e por colonizadores, do surgimento de novas identidades. Estes fatores que resultaram, num primeiro momento, numa crescente dispersão e isolamento dos grupos em aldeias (principalmente durante o século XIX) explicam as múltiplas identificações que conhecemos. Porém, o aldeamento compulsório, o confinamento em áreas restritas fez com que passassem a predominar duas identidades: Maxakali e Pataxó (PARAÍSO, 1994, p.11).

Portanto, a vista das informações apresentadas até o momento, é possível afirmar que a política de territorialização compulsória no aldeamento Belo Jardim no século XIX, representa o momento histórico em que foi constante o problema da transferência das populações indígenas para locais onde supostamente pudessem ser “civilizadas”, e causar menos danos à produção econômica. Desse modo, compreende-se que a identidade Pataxó (setentrional) contemporânea, se constituiu através da sedentarização no contexto do aldeamento compulsório, e desse modo, consequentemente passando a compartilhar práticas, saberes e práticas com outros povos; Maxakali, Botocudo, Tupinikyn e Kamakã-Meniã, além dos grupos que compunham a família Macro-Gê (SAMPAIO, 1996, p.04).

Portanto, torna-se importante destacar a relação entre as dinâmicas territoriais e os processos de formação da etnicidade. Segundo o autor Donald Horowitz (1975, p. 137), “a identidade tende a se expandir em um contexto de expansão, muitas vezes moldado pela expansão das fronteiras territoriais, e tende a se contrair em um contexto de contração, novamente e frequentemente definido por limites territoriais contraídos” (*tradução minha*). Neste sentido compreende-se que uma pluralidade étnica e suas especificidades, podem ser inviabilizadas ou transformadas, quando as fronteiras territoriais são reduzidas, e neste processo de adaptação a exemplo do ocorrido no aldeamento Belo Jardim, é possível observar a emergência de uma identidade que incorpora elementos culturais de diferentes populações. Também é possível compreender sob esta perspectiva, que “os limites dos grupos étnicos costumam ser fluidos. No entanto, a maioria das pesquisas sobre relações étnicas tende a tomar os grupos como os encontram, como se eles existissem em sua forma presente desde tempos imemoriais” (*tradução minha*) (HOROWITZ, 1975, p. 113). De modo semelhante, Paraíso (1994, p. 12) afirma que a fluidez da composição dos grupos “reflete-se, no tocante à identificação étnica, de forma significativa, interrelacionando-se com questões como a autoidentificação dos seus membros e as definições elaboradas pelos outros grupos com os quais se relacionam”.

O contato interétnico e os conflitos intersociais são produtores da identidade, promovendo a afirmação do nós em relação aos outros, construindo diferenças que não são essencialmente visíveis, mas integram para além dos elementos materiais, os aspectos subjetivos que conectam o indivíduo à uma determinada identidade territorial, histórica e cultural, que é compartilhada em uma comunidade. Portanto não há identidade entre idênticos porque eles não se diferenciam, e não há o que contrastar entre eles. Desse modo, o conceito de identidade se apresenta vinculado à uma relação de alteridade. Identificar-se é um processo reflexivo, relacional e dialógico que se desenvolve mediado por um elemento contratante, o outro (LEFEBVRE, 1995, p. 195).

Finalizando o artigo, é possível compreender que as dinâmicas de reconfiguração territorial e cultural são fatores profundamente conectados, e que “o território apropriado tem características objetivas (territorial) e subjetivas (simbólica, identitária e afetiva) (Sousa, 2006, p.05). Ou seja, o espaço tradicional de habitação é um elemento fundamental na formação da identidade étnica dos Pataxó de Barra Velha, e esta etnicidade significa além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização produzido através das dinâmicas culturais internas, enquanto extremamente, se constituiu como modo de adaptação às relações hegemônicas de poder colonial, que foram impostas por meio do aldeamento compulsório.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Antônio Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. *Interações (Campo Grande)* vol.19 no.3. 2018.
- AGOSTINHO, Pedro Manuel da Silva. Condicionamento Ecológicos e Interétnicos da Localização Pataxó de Barra Velha. In: AGOSTINHO, et al. *Tradições étnicas entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis*. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades. NECCSos - Edições UESB. 2008.
- BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. *Artigos • Mana* 12 (1). Abr 2006
- BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos Ceru* v. 25, n. 1, 02. 2014.
- BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. *Dossiê: Os índios na História: abordagens interdisciplinares • Tempo* 12 (23) • 2007
- CARVALHO, Maria Rosário de. Os Pataxó de Barra Velha: seu subsistema econômico. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas/UFBA, dissertação de mestrado inédita. 1973.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. Políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga Capitania de Porto Seguro no governo de José Marcelino da Cunha (1810 - 1819). *Diálogos*, v.21, n.3, 2017.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. De Projeto a Processo Colonial: Índios, Colonos e Autoridades Régias na Colonização Reformista da Antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). Tese doutorado. UFBA. Salvador (BA), 2012.
- CARDOSO, Thiago Mota. Pataxó; KAIONES, Santos; PATAXÓ, Raoni Braz; PATAXÓ, Maria das Neves. Os Pataxó frente ao naturalista Maximilian zu Wied-Neuwied: subversão do tempo, retomada da “cultura” e os museus etnográficos. *Cadernos de campo*, vol.28, n.1, São Paulo, 2019.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. História dos Pataxó no Extremo Sul da Bahia: Temporalidades, Territorializações e Resistências. *Abatirá - revista de ciências humanas e linguagens*. Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus XVIII. V1:: n.2 Jul : Dez, 2020.
- CANCELA, Francisco Eduardo Torres. Caso da Vila do Prado: Uma barreira para os perigos do Sertão ou um território de ressocialização? 2006.
- CUNHA, Manuela carneiro da. Introdução a uma história indígena. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tomo I. – v. I e II; Tomo II – v. III. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, Edusp; Editora Itatiaia Ltda, 1989.
- FONTELLA, Leandro Goya. O conceito de etnogênese: o dinamismo histórico das identidades coletivas. Instituto Federal Farroupilha, Brazil. *Revista História : Debates e Tendências (Online)*, vol. 20, núm. 1, pp. 19-35. Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. 2020.
- HOROWITZ, D. L. Ethnic identity. In *Ethnicity: Theory and experience*. Edited by: Glazer, N. and Moynihan, D. P. 111–140. Cambridge, MA: Harvard University Press. 1975.
- LANGFUR, Hal. Canibalismo e a legitimidade da guerra justa na época da Independência. *Cannibalism and the Legitimacy of Just War in the Era of Independence*. Tradução: Sergio Lamarão. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017

- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal e lógica dialética*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1995.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 4(1):47-77. 1998.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)/LACED/Museu Nacional, 2006.
- PARAÍSO, M.H.B. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanaxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni. Povos indígenas diferenciados ou Subgrupos de uma mesma Nação? Uma proposta de reflexão. *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo*, 4: 173-187, 1994.
- PEREIRA, Tamires Santos. *O(a)s Pataxó Meridionais e o Território Tradicional do Monte Pascoal no Extremo Sul da Bahia: Patrimônio, Cultura e Memórias CorpOrais*. UESB. 2016.
- POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 1944.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.
- RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros. As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão. *Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Cadernos IHU ideias*, ano 9, nº 151, 2011.
- SILVA, Tarcísio Glauco. *Junta de Civilização e Conquista dos Índios e Navegação do Rio Doce: fronteiras, apropriação de espaços e conflitos (1808-1814)*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 2007.
- SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SOTTO-MAIOR, Leila Silvia Burger. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Comexatibá (Cahy/Pequi)*. Município de Prado (BA). FUNAI, 2011.
- SOUSA, Adriano Amaro de. *Território e Indentidade: elemento para a identidade territorial*. *Caderno Prudentino de Geografia – número 30 – p.119-132*.
- SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Coroa Vermelha*. GT PORT. 860/PRES/FUNAI/95. Brasília. 1996.
- VASCONCELOS, Bruno Augusto Alves. *Cosmopista Putuxop: Cinema Tikmũ'ün-Maxakali em um percurso pelas terras dos Povos-Papagaio*. Dissertação de Mestrado. UFMG. 2015.
- VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Vol. 2. Salvador: Editora Itapuã, p. 532, 1956.
- Wied, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Tradução de Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1989 [1820].

PATRIMONIALIZAÇÃO DE UMA
RUÍNA: ANÁLISE DO CASO
CAPELA DE NOSSA SENHORA
DO ROSÁRIO LOCALIZADA
EM SANTO ANTÔNIO DO
PIRAPETINGA EM PIRANGA-MG.

DANIELLY MEIRELES DIAS
Universidade Federal de Vicosa
danymdias96@gmail.com

EDUARDA ALVES SANTOS
Universidade Federal de Vicosa
eduardaalvesmt13@gmail.com

RESUMO

Com o passar dos anos, o patrimônio cultural vem se tornando pauta em diversas discussões, principalmente quando se trata da proteção de algum bem considerado importante para determinado grupo social. O tombamento surge como uma ferramenta de garantir essa proteção e impedir que esse bem desapareça, esse método de patrimonializar se baseia em diversas leis, leis essas que podem se tornar uma grande burocracia envolvendo longos processos até que haja uma tomada de decisão, muitos desses processos são concluídos quando o bem já nem existe mais, ou limita ações acerca dele. Pensando nisso, o objetivo deste artigo é mostrar como essa burocracia se contrapõe às demandas da população local e como as políticas de proteção lidam com as relações raciais que atravessam o patrimônio cultural. Para melhor exemplificar foi analisado o caso da Capela de Nossa Senhora do Rosário localizada em Santo Antônio do Pirapetinga em Piranga MG, bem este que foi tombado já em ruína e a população não consegue liberação para que ela seja reconstruída. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos que envolvem a temática, demonstrando como se dá a proteção e as leis que a envolve, além disso, foram analisadas pesquisas realizadas sobre a capela e a população local.

Palavras-chave: Patrimônio; ruína; burocracia; Capela de Nossa Senhora do Rosário.

PATRIMONIALIZATION OF A
RUIN: ANALYSIS OF THE CASE
CAPELA DE NOSSA SENHORA DO
ROSÁRIO LOCATED IN SANTO
ANTÔNIO DO PIRAPETINGA IN
PIRANGA-MG.

DANIELLY MEIRELES DIAS
Universidade Federal de Vicosa
danymdias96@gmail.com

EDUARDA ALVES SANTOS
Universidade Federal de Vicosa
eduardaalvesmt13@gmail.com

ABSTRACT

Over the years, cultural heritage has become the subject of several discussions, especially when it comes to the protection of some assets considered important to a particular social group. The listing appears as a tool to ensure this protection and prevent these properties from disappearing. This method of patrimonialization is based on several laws, which can become a large bureaucracy involving long processes until there is a decision making. Many of these processes are completed when the asset no longer exists, or limits actions on it. With that in mind, the purpose of this article is to show how this bureaucracy can prevent the population's wishes from being achieved. To illustrate better, the case of the Capela de Nossa Senhora do Rosário located in Santo Antônio do Pirapetinga in Piranga, Minas Gerais was analyzed. From a methodological point of view, this is a bibliographical review about the concepts that involve the theme, demonstrating how protection is provided and the laws that involve it, in addition, researches carried out on the chapel and the local population were analyzed.

Keywords: Patrimony; ruin; bureaucracy; Chapel of Nossa Senhora do Rosário.

INTRODUÇÃO

A cidade de Piranga está localizada no interior do estado de Minas Gerais, na Zona da Mata, região que era conhecida como zona proibida no período colonial. Hoje, séculos depois, ela ainda preserva características típicas de cidade mineira interiorana, principalmente devido a construções coloniais que ainda permanecem de pé, pois são protegidas por meio do inventariado e algumas por meio do tombamento variando entre esfera municipal, estadual e até mesmo Federal.

Pesquisas realizadas sobre a região demonstraram que a população em sua maioria compreende o patrimônio como algo ruim, que limita os poderes do proprietário sobre o seu bem. Ou seja, dificulta a autonomia dos proprietários perante a sua propriedade. Por este motivo, muitos moradores possuem certa resistência quando se trata de patrimônio e de preservar esses bens, uma vez que em alguns casos, principalmente quando se trata de bens tombados, os grupos sociais são impedidos de realizar interferências sobre o bem por se tratar de uma construção patrimonializada e as intervenções devem ser aprovadas pelos órgãos responsáveis pelo tombamento.

A Capela de Nossa Senhora do Rosário recebeu tombamento já como ruína, por esse motivo não foi possível pela lei de proteção realizar alguma intervenção, como também não houve propostas efetivas que atendessem as demandas da comunidade. O intuito deste trabalho é apresentar brevemente a patrimonialização da Capela, as relações raciais que atravessam as políticas de proteção no distrito e problematizar os efeitos de uma política de patrimônio engessada e burocrática que não cumpre sua função social. Nesse sentido, o que impede que a capela do Rosário seja reconstruída seria apenas a burocracia acerca desse bem? Ou existem problemáticas raciais? Compreendendo que se trata de um bem construído em devoção a irmandade dos negros de Bacalhau e que faz referência às manifestações religiosas negras.

Buscando refletir o processo de tombamento em Santo Antônio do Pirapetinga, foi realizado um levantamento bibliográfico em relação às políticas de proteção do patrimônio e as relações raciais, foi feita uma análise do dossiê de tombamento datado de 1989, e de trabalhos que destacam processos burocráticos de patrimonialização e que se tornam vias difíceis na preservação de um bem.

Deste modo, este artigo pretende analisar o caso da Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, região popularmente conhecida como Bacalhau, pertencente à cidade de Piranga. O intuito é analisar a situação atual da Capela e o fato de que, mesmo havendo a demanda e proposta de recurso financeiro advindo da população para a reconstrução desse bem, a mesma se encontra inviabilizada pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural e impede o processo de reaver e reocupação o local da antiga Capela do Rosário.

POLÍTICAS PATRIMONIAIS, RELAÇÕES RACIAIS E SEUS DESDOBRAMENTOS

As políticas patrimoniais no Brasil como pontua Lacerda (2015), emergiram como um fator de extrema relevância na construção da nação brasileira, reiterando a memória nacional oficial e a história dos grandes feitos. Se por um lado as políticas patrimoniais

podem promover ações difusoras de um passado hegemônico que envolve positivamente a população branca, por outro a valorização da história da população negra foi historicamente ocultada ou associada apenas à escravidão.

Essa tendência é reflexo do processo histórico que contribuiu para racialização das relações sociais, que repercute de variadas formas constituindo desigualdades e demarcando fronteiras - os reflexos do colonialismo, em que, as relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas, reencenam as relações de poder discriminatórias desenvolvidas no seio das sociedades pós-coloniais -. As relações de poder “perpassam a identidade e a cultura dos sujeitos, moldando-as segundo os interesses dos grupos que detêm o poder; têm-se, nesse caso, identidades construídas por um conjunto de significados sociais” (Carvalho, 2010, p.4).

Nesse sentido, a história e os espaços de pertencimento dos sujeitos no contexto pós-colonial foram influenciados negativamente pela visão eurocêntrica do mundo, no qual prevê a superioridade dos sujeitos brancos. Nessa mesma lógica a institucionalização do patrimônio no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga retoma narrativas coloniais quando evidenciam os bens culturais de um grupo racial - o branco, e o apagamento de marcos históricos que testemunham os espaços dos sujeitos negros. No Brasil, o racismo funciona com a “ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial”, e se mantém principalmente pelo seu “potencial da miscigenação brasileira” (GOMES, 2017. p.98).

Portanto, mesmo diante da intensa miscigenação da população o racismo permanece:

“racismo, a discriminação e o preconceito racial persistem, uma vez que o fato de ser branco em nossa sociedade confere vantagens estruturais e privilégios, sejam eles concretos ou simbólicos, que moldam a experiência e a identidade das pessoas, suas visões de mundo, suas concepções e práticas políticas e os lugares que ocupam nas relações de poder” (LARBONE, 2014, p.10).

De acordo com Moore (2017) o racismo enquanto esse sistema integrado total, assumindo a gestão e repartição dos recursos tanto da sociedade como do planeta, se faz necessária a luta permanente de variadas formas, estruturais e sistêmicas, como no imaginário social e construções ideológicas. E caso não assuma “estratégias concretas de combate ao ideário racista e das estruturas sociais racializadas em todas as suas formas, na ausência delas, cai-se inevitavelmente na trivialização do racismo”, que se manifesta “carente de significação social ou de consistência histórica, cujo propósito implícito é o de mascarar a ordem de opressão sociorracial vigente” (MOORE, 2017, p.292).

A política patrimonial implementada pelo IEPHA/MG lidou com o patrimônio negro, no Distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, assumindo essas estratégias concretas? O tombamento da ruína da Capela de Nossa Senhora do Rosário seria suficiente para lidar com a significação social e consistência histórica que atravessa o patrimônio e que faz referência à população negra? Selecionar uma memória negra, lembrá-la, corresponde a quais necessidades do presente? Reforça o racismo estrutural ou potencializa práticas antirracistas? De acordo com Lowenthal (1998) “lembramos o que repetimos”. Nesse sentido, reutiliza-se uma memória racista que reforça o sentimento de inferioridade da população negra.

Podemos ampliar essa noção de inferioridade em Fanon (2008), o autor analisando o

processo de alienação do negro, trouxe como pano de fundo tanto a inferioridade imposta pela sociedade colonial quanto o processo de auto-inferiorização como consequência da colonialidade. A lógica é que o negro como um ser inferior, ele tem que se esforçar para atingir o máximo de branquitude que puder, mudando seu modo de enxergar ao mundo, a sua linguagem, seus comportamentos e a si mesmo. Mas como “construir uma identidade negra positiva” (GOMES, 2017, p. 43), quando historicamente fomos ensinados que, para sermos aceitos, temos que nos negar? Segundo o Guia de bens tombados do IEPHA/MG:

O tombamento pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG da Capela de Nossa Senhora do Rosário, no distrito de Santo Antônio de Pirapetinga, município de Piranga, foi homologado de acordo com o Decreto nº. 29.399 de 21 de abril de 1989 e inscrito no Livro de Tombo nº. I, do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; no Livro de Tombo nº. II, do Tombo de Belas Artes; no Livro de Tombo nº. III, do Tombo Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos e no Livro de Tombo nº. IV, do Tombo das Artes Aplicadas. (Guia de bens tombados IEPHA/MG, 2014, p. 39)1

Neste decreto é importante ressaltar que o IEPHA/MG levou em consideração os aspectos arqueológicos, etnográficos, das belas artes, um projeto que associa a ruína à urgência de salvaguarda norteando a estruturação da política de salvaguarda nacional, pautada na história única, hegemônica, em contrapartida um projeto que também subalterniza às identidades, os saberes e à memória da comunidade de Santo Antônio do Pirapetinga, popularmente conhecida como Bacalhau. A Construção da Capela do Rosário foi atravessada por uma história de dor e silenciamentos, mas deixou também um legado de luta e resistência dos sujeitos negros escravizados.

Negar ou silenciar esse passado é o mesmo que reforçar um sentimento de inferioridade a população negra, o “complexo de inferioridade” infringido ao negro é proporcionalmente acompanhado por um “complexo de superioridade” por parte do branco...” (FANON, 2008, p. 147). Uma sociedade que foi pautada na desumanização da população negra, não seria difícil pensar as ações do IEPHA na lógica dessa mesma sociedade que nega a história as contribuições culturais, os saberes e práticas religiosas que historicamente atravessaram a história tanto do distrito de Pirapetinga como do seu patrimônio.

A política patrimonial que lida com a proteção da Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada em Santo Antônio do Pirapetinga, deve urgentemente reconstruir narrativas mais coerentes, não de uma história vitimizada, mas da história dos que sofreram e nos legaram uma memória. Ser vítima não significa perder a capacidade de agir e mesmo de transformar, a ruína da Capela do Rosário não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda, privação e de apagamento, mas sim como um espaço de resistência e possibilidades de novos discursos, novos imaginários” (KILOMBA, 2019, p. 69).

O CASO DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO

A Capela de Nossa Senhora do Rosário, localizada no distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, situada na entrada do antigo Bacalhau, ao lado do cemitério, este distrito pertence

1 Ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco-es/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/92/bens-tombados-ru%C3%ADnas-da-capela-de-nossa-senhora-do-ros%C3%AAlrio>. Acesso em: 09 de abril de 2021.

à cidade de Piranga, localizada no interior de Minas Gerais, mais precisamente na região da Zona da Mata Mineira. Tanto a cidade quanto o distrito possuem traços típicos das pequenas ocupações mineiras, com suas construções, tradições e manifestações culturais, fatores estes que compõem o patrimônio cultural da cidade.

O distrito de Santo Antônio do Pirapetinga começou a ser povoado na primeira década do século XVIII, devido à ação dos bandeirantes paulistas que vinham em busca do ouro aluvional que existia no ribeirão do Pirapetinga, devido a essa atividade mineradora o arraial foi se expandindo em torno do ribeirão e gradualmente migrando para a produção agrícola, a qual é praticada até os dias de hoje. Consta que a descoberta de ouro na região localizada no “sertão entre o Carmo e Guarapiranga”, em 1704, resultou na vinda de muitos aventureiros para a região (MIRANDA, 1984-5, p.54; BARBOSA, 1971, p.483). Esse fluxo de pessoas ocasionou no surgimento de casas simples que foram construídas agrupadas em ruas tortuosas, desenvolvendo este que teve início a partir da construção primitiva da Capela de Santo Antônio.

O distrito situa-se a 14 km da sede de Piranga, possui um acervo arquitetônico e cultural que demonstra a religiosidade e a engenhosidade dos artistas e construtores que trabalharam na região durante o século XVIII, como um exemplo dessas construções temos a Capela de Nossa Senhora do Rosário, um fator importante acerca deste bem é seu estado de conservação, atualmente não existe mais a capela, o que se tem são apenas as ruínas, os restos do que um dia foi um espaço de devoção e fé local. Apesar de seu estado atual, quando recebeu o tombamento pelo IEPHA/MG a Capela já estava em ruínas.

Estudar sobre a capela é um desafio devido às poucas referências documentais a respeito desse bem. Sabe-se segundo os relatos de moradores² que fortes ventos ocorridos em 1988 teriam provocado o desabamento do telhado, deste modo a edificação ficou exposta a ação do tempo e foi se arruinando nos últimos trinta e poucos anos, sem que houvesse recursos e meios para a sua recuperação. É importante ressaltar que a Capela foi tombada em 1989, ou seja, o IEPHA/MG e os demais órgãos responsáveis já tinham conhecimento acerca do estado de conservação do imóvel.



Figura 1: Foto de quando ainda era possível visualizar as paredes da Capela. Figura 2: Foto mais recente. Fonte: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/92/bens-tombados-ru%C3%ADnas-da-capela-de-nossa-senhora-do-ros%C3%A1rio>

² Esses relatos são originários da pesquisa de mestrado da autora Danielly Meireles e que ainda está em processo de publicação, prevista para 2022.

Quando a Capela recebeu o tombamento a comunidade local como o IEPHA já tinham conhecimento dos cuidados que a Capela necessitava. No dossiê de tombamento consta que “a capela encontra-se atualmente em péssimo estado de conservação, com a cobertura em processo acelerado de arruinamento, colocando em risco a sua integridade física.”³ Levando em consideração o seu estado de conservação na época, atualmente apesar de ter passado mais de trinta anos ainda nada foi feito e restam pouquíssimos vestígios no local do que um dia foi a Capela de Nossa Senhora do Rosário.

Durante essa pesquisa, foram localizados alguns objetos e estrutura física da capela que foram conservados e guardados na Igreja de Santo Antônio, parte se encontra guardada em uma sala de propriedade da igreja e outra parte no cômodo São Vicente de Paulo, segundo um morador local Geraldo Augusto Moreira⁴. Os bens foram guardados em respeito à Nossa Senhora do Rosário e na esperança de que a Capela fosse reconstruída e esses objetos fossem realocados para equipar a nova construção fazendo referência a antiga Capela, mas sabe-se que até o presente momento as expectativas são que isso nunca ocorra e que os objetos sejam cada vez mais deteriorados pelo tempo.



Figura 1: Imagem de Nossa Senhora do Rosário. Figura 2: Colunas, janelas, portas e outros artigos de madeira que compunham o acervo. Figura 3: Parte do coroamento da Igreja a frase em latim “Maria Santíssima do Rosário rogai por nós.”. Figura 4: Retábulo do Altar Mor. Figura 5: Peças de metal da antiga capela. Figura 6: Púlpito. Fotos de Geraldo Augusto Moreira, disponibilizadas em 29 de dezembro de 2021.

3 Dossiê fl. 37

4 Entrevista realizada com Geraldo Augusto Moreira, membro da Igreja e ex-morador da localidade, realizada por Danielly Meireles no dia 28 de dezembro de 2021.

Em 1993 um engenheiro do IEPHA/MG, chamado Luiz Mauro de Resende “fez o projeto de restauração desta Capela que foi apresentado ao Curso de Especialização, Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos – CECRE de Salvador, Bahia, no entanto, tal projeto nunca foi implantado.”⁵ O instituto teria feito um levantamento dessas peças guardadas pela comunidade e iniciado a produção de desenhos para a execução deste projeto de reconstrução mencionado, no entanto esse projeto nunca saiu do papel.

É comum pensar que a comunidade local ficou apenas assistindo tudo acontecer sem se mobilizar em prol da Capela, mas, segundo o Guia dos bens tombados⁶ a comunidade já tentou fazer a reconstrução do templo a sua maneira, porém como não havia projeto para esse fim, o IEPHA/MG e o Ministério Público não permitiram que a empreitada acontecesse, mas ambos os órgãos também não apresentaram uma solução para a demanda da população, apesar de ser um bem tombado pelo estado ele se encontra abandonado e os moradores de mãos atadas sem poder fazer nada para solucionar o problema. Por esse motivo, a comunidade negra realiza suas festividades nas demais igrejas da localidade (RIBEIRO, 2009).

Além desta tentativa, os moradores afirmam ainda que a Irmandade do Rosário reivindicou, e reivindicam há anos, a reconstrução da Capela em uma audiência pública que ocorreu em 2008 na cidade de Piranga e infelizmente não obtiveram êxito. Segundo informações (RIBEIRO, 2009) o IEPHA/MG busca atender essa demanda ao investir no projeto de reconstrução da Igreja, mas alega falta de recursos para custear tais obras. No entanto, até o presente momento, não foi apresentada nenhuma outra solução para este problema, o fato de ser um bem de tombamento estadual parece não fazer diferença, visto que ele se encontra totalmente abandonado e sem perspectiva de que haja alguma mudança nesse status e nem mesmo uma resposta plausível foi apresentada a comunidade.

Esse descaso com o patrimônio afeta diretamente a comunidade local que se vê de mãos atadas quanto ao que fazer para tentar reaver o seu local de reafirmação de memória e identidade da comunidade que praticava suas festividades e ritos religiosos no local. De um lado há a falta de recursos ou de interesse dos órgãos responsáveis em realizar as obras e devolver a Capela reerguida a comunidade, do outro há uma comunidade que não pode fazer por conta própria a reconstrução do bem por que o IEPHA/MG e o Ministério público não permitem por se tratar de um bem tombado, o que fica é um sentimento de incapacidade, visto que a comunidade se encontra em um dilema sem ver perspectiva futuras de conseguir ter novamente um local para realizarem sua devoção a Nossa Senhora do Rosário. Atualmente a irmandade do Rosário se vê forçada a realizar as festividades dos homens pretos do Bacalhau no Santuário do Senhor do Bom Jesus do Matozinhos ou em uma improvisada capela que foi construída por eles na subida do Santuário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida o processo de tombamento é uma via importante no que se diz respeito à proteção do valor cultural de edificações que referenciam a história de um lugar ou de uma comunidade. Sônia Rabelo de Castro (1991), destaca que no Brasil, confunde-se preservação

5 RIBEIRO, 2009, pág. 104

6 Guia de bens tombados IEPHA/MG/ Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. - 2.ed. - Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 2014. 2 v.

com tombamento. A preservação é um conceito em que “[...] podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação” (CASTRO, 1991, p.5). Já o tombamento é uma chancela atribuída por um determinado grupo vinculado aos órgãos oficiais. “[...] (CASTRO, 1991, p.5). A lei o delimita, estabelecendo os lindes do exercício desse poder de polícia da administração, dispondo sobre seu conteúdo, seu procedimento [...]” (Op. cit., p.8).

Refere-se nesse sentido, a ineficiência das políticas patrimoniais. As ruínas da Capela de Nossa Senhora do Rosário tornam-se produto referente a ausência de ações concretas na gestão patrimonial em Bacalhau, como consta nas denúncias por parte de setores da sociedade civil, a dolorosa realidade é a que a Capela de Nossa Senhora do Rosário, mesmo sendo um importante espaço de sociabilidade e de manifestações religiosas negras, tombada como ruína, foi abandonada por uma política de proteção. Ou seja, um patrimônio que era relativamente íntegro foi se arruinando com o descaso, a burocracia e o racismo que estrutura a política patrimonial reiterando a noção de inferioridade dos espaços negros como também o não reconhecimento das contribuições culturais e artísticas desses sujeitos.

É compreensivo que em uma cidade relativamente pequena como Piranga e que possui uma renda per capita relativamente baixa, não considere questões relacionadas à cultura prioridade, visto que há outros problemas, principalmente relacionados à saúde, educação e estrutural que são considerados de extrema importância e que precisam de mais urgência de intervenções e soluções de acordo com a população e a gestão. O fato é que, apesar de tantos desafios a cidade vem caminhando a passos lentos para tentar agir em prol do patrimônio, da valorização da história e da cultura do seu povo, mas para que esse avanço seja já de fato eficiente é necessário que haja mais informação, divulgação, leis efetivas e mais atenção ao setor cultural da cidade.

O que ficou evidente até aqui é que há um apelo maior por aquilo que está relacionado à fé, ao catolicismo, a tradição cultural que é perpetuada de geração em geração, visto que a religiosidade é tão forte e presente no dia a dia dos cidadãos piranguenses. Mas não basta apenas que leis sejam feitas, não basta apenas patrimonializar se o fator principal que é a comunidade local, o grupo social ao qual o bem pertence, não seja ouvida, inserida nos processos e chamada para integrar esse meio.

Um erro é acreditar que o patrimônio é um bem estável, em termos de capital cultural, o patrimônio não é um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, ele é considerado um processo social que se acumula, se renova, produz rendimentos dos quais os diversos setores se apropriam de forma desigual. Sendo assim, o patrimônio serve para unificar a nação, diminuir as desigualdades na sua formação e apropriação, como recurso para produzir a diferença entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens (CANCLINI, 1994, p.97).

Mas para que isso seja possível é necessário que leis sejam aplicadas de maneira correta, que a educação patrimonial seja divulgada e que sejam empregados profissionais preparados para atuar nestes campos, caso contrário o patrimônio servirá para enaltecer ainda mais as desigualdades sociais e raciais visto que o patrimônio é sempre um campo de disputa, em sua maioria por disputas que envolvem interesses capitalistas onde as minorias não são vistas como prioridades para serem atendidas pelos órgãos de proteção patrimonial e de fomento cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: 1971, 548 p.
- CARVALHO, Francine Adelino. Formações Identitárias no Pós colonialismo: Quem é o sujeito negro? TEIAS: Rio de Janeiro, ano 11, nº 21, jan/abr 2010.
- CASTRO, S. R. O Estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.
- FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Edufba, 2008
- GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- KILOMBA, Grada, 1968- Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. -1.ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. Belo Horizonte: FaE/UFMG,2010 (Tese de Doutorado).
- LACERDA, Aroldo Dias. Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Projeto História, São Paulo, n.17, nov. 1998. pp. 63-201.
- MIRANDA, Selma Melo. Arquitetura religiosa no vale do Piranga, In: Revista Barroco n. 13. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, p. 53-96, 1984/5.
- MOORE, Carlos. Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- RIBEIRO, Delmarí Ângela. Piranga, arquitetura religiosa e obras de restauração em Bacalhau: preservação e ação comunitária. 2009. 228 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- SOARES, Ruth Villamarim (coord.). Dossiê de Tombamento/ Processo de avaliação para tombamento: Capela de Nossa Senhora do Rosário. IEPHA/MG, Piranga, 1988.

A CIDADE INDESEJADA: A
PERMANÊNCIA PROVINCIANA NA
CIDADE DE MOSSORÓ (1908-1928).

IONARA RAFAELA COSTA DE OLIVEIRA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ionara_r_costa@hotmail.com

RESUMO

Neste artigo observou-se também as permanências dos costumes rurais no cotidiano de Mossoró, como também as burlas e a inadequação dos diversos segmentos sociais da população. Investigou-se as reclamações de animais soltos nas ruas, o choque com a nudez do banho e a inadimplência da população com a empresa que fornecia a eletricidade. Questionando como a população experimentou o moderno a sua maneira. O corpus documental é composto por Atas da Intendência Municipal, Relatórios dos Intendentes, Resoluções Municipais e Código de Posturas, além, da análise de Jornal “O Mossoroense”.

Palavras-chave: Cidade-Cotidiano; Modernidade; Mossoró.

THE UNWELCOME CITY: A
PROGRESS THAT NEVER CAME TO
MOSSORÓ CITY (1908- 1928).

IONARA RAFAELA COSTA DE OLIVEIRA
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
ionara_r_costa@hotmail.com

ABSTRACT

This article was also observed the permanence of rural customs in the daily life of Mossoró, as well as the cheats and the inadequacy of the various social segments of the population. We investigated the complaints of animals being released on the streets, the clash with the nudity of the bath and the default of the population with the company that supplied the electricity. Questioning how the population has experienced the modern in its own way. The documental corpus is composed by Minutes of the Municipal Intendance, Reports of the Intendants, Municipal Resolutions and Code of Postures, in addition to the analysis of the newspaper “O Mossoroense”.

Keywords: City; Daily; Modernity; Mossoró.

INTRODUÇÃO

A projeção da luz não toca todos os lugares, restando apenas as sombras. Torna-se impossível estabelecer leis e regulamentos que não sofram burlas, ou que planejamentos sejam seguidos à risca por todos. Na passagem do século XIX para o século XX, algumas cidades modificaram sua infraestrutura em busca do progresso e impulsionaram comportamentos sofisticados e moralistas. Contudo, não se deve concluir que essas mudanças alcançaram a todos de maneira homogênea. As pessoas sentiram e pensaram essas novidades de maneira diferente ou estavam indiferentes. No cotidiano cada um construía sua maneira de vivenciar o moderno.

Distante do que seria a cidade idealizada, Mossoró sonhava com a opulência do progresso, enquanto ela mesma vacilava num caminhar “bêbado” pelas vias de seu projeto. Inegável que Mossoró possuía elementos que representavam o moderno, alguns saberes do higienismo eram utilizados e, principalmente, uma elite buscava compartilhar a sofisticação do viver moderno. Contudo, somente isso seria o bastante para se afirmar que Mossoró progredia? Permanecia na população da cidade marcas dos costumes que dificultavam a implantação do moderno,¹ hábitos que não se foram num primeiro momento. A cidade de Mossoró pretendia ser uma cidade ordeira, habitantes considerados desordeiros precisavam se enquadrar. Pois, certos costumes e lugares foram associados a práticas perniciosas, como discute Izídio (2016):

E como a cidade é formada pela composição de múltiplos territórios, relacionados a sujeitos em práticas sociais e culturais, alguns territórios, ou ainda, algumas práticas e hábitos foram classificados como perniciosos e tentou-se amputar – pelo menos, desde o final do século XIX – costumes e lugares que se apresentassem como a um empecilho civilizador e moderno. (IZÍDIO, 2016; P. 66)

Entra em jogo a sutileza e a esperteza da população pobre, que tecem suas teias aos poucos e vão constituindo o cotidiano em Mossoró nas primeiras décadas do século XX. Nesse jogo, a população multiplica suas chances de resistência e de vivenciar o moderno por meio das burlas ao planejamento estabelecido pelos grupos mais abastados. Ao olhar desses, as resistências se tornam signo de inadequação, logo, torna-se relevante analisar essas resistências cotidianas e espontâneas.

O conceito de cotidiano, segundo Michel de Certeau, inventa-se de mil maneiras de caça não autorizada, sendo assim, é composto por operações ou práticas que consistem na astúcia do mais “fraco” em empregar os produtos de uma ordem econômica, e dar golpes no campo do outro, as artes e maneiras de fazer de “consumidores” com o que lhe é imposto. Para Certeau (1998), o cotidiano pode ser apreendido nas práticas corriqueiras, por sua maioria do tipo tático, do homem ordinário ou sem qualidade, quando se perscruta no seu caminhar, ler, cozinhar e falar, as maneiras de fazer destes com que foi estabelecido pela ordem.

As pessoas vivem cada dia à sua maneira, essas podem escolher, acatar, omitir, resistir e transgredir. O cotidiano se edifica de formas diferentes. Parte da população mossoroense se encantou com as novidades da modernização, a luz elétrica ou os automóveis. Mas essas e outras inovações passaram por um processo de apropriação pelos mossoroenses que usavam tais itens de acordo com suas vivências e possibilidades.

¹ O Moderno foi pensado neste estudo como uma ruptura com o dogmático tradicional e a valorização do dogma do progresso. Logo, o novo em detrimento do antigo.

Entre os construtores do cotidiano, estão os considerados desviantes. Assim denominados por não corresponderem à representação do real criado pelos grupos dominantes. Como estratégia das elites, os desviantes podem ser rejeitados ou sua presença ser negligenciada no meio social.

As burlas da população preocupavam os grupos mais abastados, foram constantes nesse período mecanismos que aplicavam a disciplina e críticas aos hábitos da população pobre. Os grupos mais abastados ansiavam por vivenciar os benefícios do moderno, mas para a população pobre os benefícios das modificações poderiam estar além do seu entendimento, e também do seu usufruto, pois quando não se tem como usufruir, se tem dificuldade de produzir entendimento. Assim levantando a questão, como a população experimentou o moderno a sua maneira?

A Mossoró indesejada pelos grupos mais abastados estava presente nos hábitos da população, incluindo os participantes desses grupos que buscavam compartilhar o moderno na cidade, até porque a educação formal não era fator fundamental para se ter estabilidade financeira. Observa-se como Mossoró carregava permanências nos costumes que remetiam aos costumes rurais. A população tinha dificuldades para se adequar ao novo, a forma como o cotidiano da cidade foi vivenciado por seus habitantes deixava mais aparente essa inadequação com viver moderno.

A cidade desejada se projeta na operação de transformação da cidade “real” na cidade “ideal” por meio de ações baseadas no cientificismo, pelo mito do progresso e pelo modelo estético utilizado em alguns centros urbanos brasileiros. Na projeção da cidade desejada os grupos mais abastados assumem a função de gerenciar o planejamento das ações, no tocante aos planos urbanísticos, de higiene e disciplinares (PESAVENTO, 2015; 380). Por ser antes de tudo um ideal, a cidade desejada que respirava nos planos e ações das elites, ainda era sufocada pela cidade vivenciada, torna-se visível, e que ameaçava as expectativas das elites.

A AVERSÃO AO PROVINCIANO

Era a Mossoró indesejada, que resistia aos planos dos grupos dirigentes em materializar uma cidade moderna, apesar das mudanças urbanas, havia continuidades no cotidiano dos habitantes. Ruas desalinhadas, casebres de madeira, hábitos da população considerados impróprios de serem praticados na área urbana. Os melhoramentos urbanos acrescentam algo novo, mas não significam rupturas imediatas.

Apesar de grupos mais abastados procurarem implantar um cenário moderno, as marcas das permanências dos costumes rurais em Mossoró ainda eram fortes e incômodas. Dai a necessidade de um projeto sistemático que resolvesse o problema. A gênese desse projeto “transformador” era a exclusão da população pobre e suas práticas cotidianas (OLIVEIRA, 2017; 76). As pequenas zonas ou situações da cidade que aspiravam ares da modernidade tão desejada pelas elites conflitavam com quase toda a Mossoró, indesejada, mas presente na forma como era vivenciado o espaço urbano pela maioria dos cidadãos, como pode ser visto nessa passagem:

Fiscalização (sic)

Este ramo de serviço municipal muito se ressentia da atividade de um fiscal que cumpra com o seu dever.

As nossas ruas dão uma ideia do desleixo ou falta de importância que se liga a fiscalização todas cheias de pedras e tijolos, papeis, taboas e latas velhas, uma vez que não é tomada a providência alguma neste sentido, ao mesmo tempo se privando a passagem dos comboios pelas ruas mais publicas da cidade, que mais se assemelham ao interior de uma estribaria do que a uma praça de comércio, tão prospera e florescente. (JORNAL O MOSSOROENSE, ANO DE 1909)

A passagem acima era uma reclamação à intendência pela falta de fiscalização nas ruas, instituições e espaços públicos. Levado em consideração o teor acentuado da reclamação, pode-se observar como as ruas de Mossoró eram sujas a ponto de ser comparadas a uma estribaria. Por conseguinte, a promoção de uma cidade progressista feita pelas elites era questionável. As ruas com entulho e sujeira iam de encontro à projeção do moderno em Mossoró. A cidade que buscava planejar a construção de suas ruas era a mesma que convivia com a sujeira.

Na produção do cotidiano a população mossoroense se utiliza de operações de tipo táticas, que se referem a “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (CERTEAU, Op.cit; 100). Na falta de um lugar de gestão de ação, as táticas eram operações realizadas no campo do outro. Assim, as práticas táticas não têm um próprio estabelecido. As táticas são a reapropriação dos produtos da fabricação racionalizada, logo, a resistência planejada ou não, as burlas, as astúcias dos consumidores, que agem a partir de um não-lugar, se aproveitando golpe a golpe do espaço oferecido pela estratégia. Criar porcos dentro de casa, jumentos soltos pastando pela cidade e tomar banho nu em aguadas públicas estavam entre mil maneiras de fazer da população mossoroense, que se adaptava e se apropriava das novidades a seu modo.

Os traços dos costumes influenciavam no cotidiano mossoroense, as ações da população eram moldadas por permanências compartilhadas, era inegável a sociabilização de hábitos que remetiam aos costumes provincianos, mas tornavam aparente uma mentalidade que era vivenciada e sentida no presente. Logo, os costumes podem ser interpretados como elementos de uma mentalidade, fatores geradores de subjetividade, de legitimação de algo em comum que sofre influências sociais, culturais e de relações de poder. (THOMPSON, 1998. 14)

De certo, Mossoró carregava rastros do rural em seu cotidiano e nos seus costumes. Como signo do atraso, o rural era perceptível na infraestrutura da cidade, e nos comportamentos dos cidadãos. Exemplo disso era a facilidade em encontrar animais pastando pelas ruas da cidade, gerando incômodo aos grupos mais abastados.

Porcos e jumentos vagavam pelas ruas da cidade, motivo de preocupação para a elite, pois esses animais poderiam provocar sujeira com suas fezes e arruinar os jardins na cidade, logo, preocupações de teor higiênico e estético. O jornal *O Mossoroense* exerceu o papel de sensor das práticas não condizentes com a modernidade. *O Mossoroense* estava em linha tênue entre divulgar o progresso de maneira otimista, mas apresentar críticas, estabelecendo modelos do “não ser” ou “não seguir” (OLIVEIRA, 2017; 76). Esse papel de sensor é notado nas reclamações avisos sobre o caso dos porcos e jumentos que vagavam pelas ruas.

AVISO

De ordem superior avizo a quem interessar possa que serão executados diária e nocturnamete as posturas Municipaes relativas aos animaes cavallares, suínos, caprinos e jumentos soltos ou apeiados que forem encontrados pastando na Cidade na cidade nova.

CODIGO DE POSTURAS- “Art. 80- E’ proibido expressamente a criação de porcos no bairro da cidade

§1º os infratores pagarão a multa de 5:000 a 10:000 por cada suíno encontrado em muros e quintaes e 3:000 a 5:000 nas ruas e praças e o dobro nas reincidências” [...] (JORNAL O MOSSOROENSE, 09-05-1917)

O Mossoroense tomou o posicionamento de informar e vigiar os hábitos da população. A transcrição de artigos do código de posturas que tratam de regular a criação de animais, principalmente de porcos, por parte do jornal se tratava de uma estratégia, pois manteria a população informada e desmerecia seus hábitos. Era um duplo sinal de alerta, que usava as leis do Código de Posturas como legitimação do propósito de disciplinar a população.

O Código de Posturas de Mossoró foi formulado no ano 1908. Observa-se que os problemas causados por animais, pastando soltos nas zonas centrais da Cidade, que datam desde esse período. No artigo 80º do Código de Posturas² foi proibida a criação de porcos no bairro da Cidade, o bairro da cidade encontrava-se numa importante zona central, área de sociabilização do viver moderno pela elite. A imagem de porcos vagando na zona central da Cidade era contraponto da imagem de uma Mossoró progressista e moderna.

Por mais que se propagasse a imagem do progresso do cenário urbano, no cotidiano dos cidadãos alguns costumes que eram considerados rurais ainda eram frequentes: jumentos soltos na rua causavam indignação, e por que não dizer, preocupação aos grupos mais abastados que buscavam projetar o viver moderno. Tal preocupação pode ser analisada nesta passagem do jornal:

ERA SÓ O QUE FALTAVA...

Como já não sejam suficientes as múltiplas irregularidades que diariamente aqui se dão, está no rigor da moda, os jumentos entraram no estabelecimentos e até nas próprias casas de famílias, se escoceando, como tivemos occasião de presenciar de nossas oficinas que, também mereceu a subida honra de tão agradável visita. Effectivamente a culpa não é dos pobres animaes, e sim da Ille. Intendencia que os mantem soltos em plena rua, em desacordo com as bonitas teorias de seu Codigo de Posturas. Lastimamos que a nossa velha cidade se veja transformada em estribaria de animaes se os poderes dirigentes do Municipio não lançarem um olhar compassivo e misericordioso para factos em idénticas circumstancias que tanto depõem contra o nosso adiantamento. (JORNAL O MOSSOROENSE, 19-07-1910)

Os jumentos representavam o atraso, por seu ritmo lento, o contraponto ao ritmo acelerado dos automóveis, do trem e de outros veículos que surgiram nesse período, e ainda poderiam sujar a cidade com fezes e urina, tornando o espaço urbano insalubre e feio. Segundo o jornal, caso Mossoró continuasse a ter jumentos soltos nas ruas estaria indo contra o progresso. Mas há algo que precisa ser observado quanto a essa mesma edição de *O Mossoroense*, quando era noticiada a aquisição pela Casa Tertuliano Fernandes & Cia: “O automóvel, que já há mezes começou a tentativa de inicio de seu trafego, teve a desdita de parar algumas peças de sua machina, que em breve estarão reparadas” (Ibid).

A chegada de automóveis representava o alinhamento com o viver moderno, então, jumentos pastando nas ruas seria uma contradição à imagem do progresso proporcionada pelos veículos automotores. A crítica do jornal ganhava formas de combate a esse costume. Contudo, se deve problematizar esse embate entre o moderno e a tradição. O moderno

2 Em 1908 foi formulado um Código de Posturas do município de Mossoró.

tinha rapidez como característica, mas demorava a se instalar em determinado local. Em contraponto, a tradição que representava a lentidão, se reproduzia rapidamente. A pouca circulação de riqueza, porém, fazia com que a maioria da população não pudesse possuir automóvel, o costume da criação de jumentos teve dissolução lenta. O fato de automóveis trafegarem pela cidade não eliminou formas anteriores de locomoção.

Tão incômodo quanto animais de grande porte soltos nas ruas, a nudez dos banhistas do Poço das Pedras foi motivo de preocupação da elite mossoroense. Na cidade era o cenário para os habitantes experimentassem suas próprias vivências e ressignificassem estes valores atribuídos pelo viver moderno. A nudez foi bastante combatida e criticada pelos sujeitos que buscavam projetar o moderno em Mossoró, um dos casos mais discutidos nas primeiras décadas do século XX foi o banho público no Poço das Pedras:

POÇO DAS PEDRAS

Chamamos a esclarecida atenção da Ille. Edilidade para que lance suas vistas para o banho do poço das pedras, evitando o escândalo que diariamente ali é presenciado pelos moradores das casas que ficam confronte a este.

Seria conveniente que a Intendencia construísse um paredão de 6 ou 7 palmos, com o que despendera uns 200\$000 ou 300\$000, serviço este que seria preferível as cercas, de pouca duração que ali se tem feito, talvez com mais dispêndio para os cofres municipaes, evitando assim a continuação de uma cousa que tanto depõe contra a proverbial moralidade de nossa velha cidade.

Pela escassez de agua para banhos, nesta cidade, seria um absurdo prohibir-se o banho no "Poço de Pedras", de tão decantadas tradições e incontestavelmente de muita utilidade entre nós.

Faça-se o serviço que indicamos e terá a Ille. Edilidade resolvido um grande problema, na serie de melhoramentos com que vez por outra vai dotando este município. (JORNAL O MOSSOROENSE, 29-06-1909)

O banho público ao ar livre era reconhecidamente necessário para a população pobre de Mossoró, a escassez de água tornava tolerável essa prática considerada inadequada. Aqueles que moravam nas proximidades do Poço das Pedras se sentiam prejudicados por assistirem essa prática indesejável, gerando vários pedidos às autoridades municipais para que a nudez dos banhistas fosse evitada de ser vista. Na busca da aproximação com o modelo de civilização, aquilo que era repugnante foi segredado, levado para longe das vistas das pessoas (ELIAS, 1994; 128). Em contraponto, estava a necessidade da população em tomar banho no Poço das Pedras por motivos de escassez de água na cidade.

As reclamações sobre o banho público no Poço das Pedras se estendeu por anos. O banho público no Poço das Pedras foi estabelecido no Código de Posturas do Município, onde no artigo 84º, ficava permitido o banho público do povo nas águas do Poço das Pedras. A permissão por parte da intendência Municipal do banho público no poço das pedras, era necessária para atender a demanda da falta de água, no que se refere à escassez de água e de um sistema de água encanada na cidade. O banho do Poço das Pedras surge como uma solução, diferentemente, do que anos depois se tornou um problema.

É interessante pensar como o banho público escandalizava e promovia nos círculos sociais mais abastados tanta indignação. Era do conhecimento por partes autoridades municipais que a cidade passava por uma escassez de água, e que o banho público no Poço das Pedras atendia a necessidade da população pobre de banhar-se (FILGUEIRA FILHO,

Et.alii, 1980; 49-50). Quais eram as questões que eram mais perturbadoras nesse caso, a nudez maculando a honra das famílias? Os rigorosos valores morais do período? O corpo visto como profano? De certo, os moradores das proximidades do Poço das pedras pediam providências junto à Intendência:

Melhoramentos Municipaes

Continuam a nos chegar pedidos dos moradores da Rua Cel. Gurgel e Av. Beira-Rio, a fim de intervirnos perante o honrado administrados do Município- Major Cavalcante, para que se tore em realidade, com a urgência que o caso requer, a construção do paredão no banho do poço das pedras, obra que se impõe para moralização de uma grade parte da nossa velha cidade, evitado que sejam presenciadas pelos olhos castos das famílias que rezidem naquelas adjacências, as scenas escandalosas que diariamente ali se dão.

Há muito que reclamamos da Intendencia a execução desta obra, mas, infelizmente os nossos rogos não tem encontrado guarida nos corações endurecidos de seus dignos membros, ou então, propositadamente não querem attendel-os. (JORNAL O MOSSOROENSE, 28-02-1910)

Por parte das famílias castas da cidade era pedida a construção de um muro, que não impediria o banho público no Poço das Pedras, mas, que ocultaria a nudez dos banhistas. Visto como uma melhoria para a cidade, a construção do muro combateria a imoralidade dos banhistas, ao mesmo tempo pode ser vista como demonstração de conservadorismo e moralismo. Uma cidade que busca ser civilizada não poderia aceitar cenas de nudez explicita.

Vale salientar que nesse período a rigidez contra a nudez foi cessando, as imensas quantidades de tecido nas roupas foram, aos poucos, diminuindo. Era o fim das luvas, dos véus, dos chapéus. O corpo, nas décadas iniciais do século XX, deixou de ter papel secundário, a prática de exercícios e o exibicionismo ganharam espaço. Revistas, cinema e casas de espetáculos promoveram um novo olhar sobre a nudez, principalmente a feminina, como afirma Mary Del Priori, “O sucesso do Rio Nu era garantido por imagens de nudez feminina. Nudez que não era mais sinônimo de pobreza, mas de lubricidade, insistentemente sugerida em fotos e palavras.” (DEL PRIORE, 2017; 97)

Contudo, prevalecia em Mossoró costumes que remetiam ao moralismo, a camada mais rica encabeçava e pensava as características conservadoras. A nudez ligada ao banho do Poço das Pedras era tolerada por uma necessidade, ocasionada pela escassez de água. A honra e a moral eram tidas como constituidoras da boa fama das famílias, pois aqueles que quisessem ser condizentes com o modo de viver dito moderno deveriam zelar pelos bons costumes. A nudez vista de maneira glamourizada não corresponde com o cotidiano de Mossoró. Se as roupas que sempre foram elementos de distinção, a nudez também exercia esse papel, pois exhibir algumas partes do corpo, mesmo que sem querer, poderia ser a condenação de uma jovem à má fama.

A população mossoroense, principalmente a parcela mais rica, carregava características conservadoras, na projeção de Mossoró como uma cidade moderna, banheiros públicos deixados à vista para parte de sua população era um descompasso no caminho traçado. O muro do poço das pedras torna-se item de primeira ordem para a cidade e seus habitantes, sendo atestado no relatório do triênio de 1908-1910 pelo presidente da Intendência Antônio Soares do Couto:

Paredão do Poço das Pedras

Há muito como medida bemfazeja ao decôro pública, era solicitado com assistência desta municipalidade a construção sólida desta obra. E, a Intendencia compenetrada dos deveres de sua nobre instituição, teve de atender os apêlos que, em nome de seus municipais lhe foram feitos por repetidas vezes, mandando construir à margem esquerda daquele logradouro público, o paredão de alvenaria que ali se acha, onde já tivera outros de madeiras mandado fazer por ela e que foram carregados pelas enchentes dos rio. A verba despedida com o mesmo se verá, sob o mesmo titulo, constante balanço anexo. (FILGUEIRA FILHO, et alii, Op. Cit.; 47.)

A intendência atendeu aos apelos da população quando mandou construir o paredão, com o intuito de impedir que a nudez dos banhistas fosse vista. O pudor das famílias castas da redondeza estava por enquanto preservado. Na passagem acima vê-se que o muro não era uma ideia recente e que os moradores da redondeza a muito buscavam alternativas para impedir a visibilidade da nudez dos banhistas, como por exemplo a construção de muros de madeiras, que acabavam sendo levados pela água.

A construção do muro em frente ao Poço das Pedras não seria garantia de que o problema da nudez dos banhistas seria resolvido, o muro dificultava ver banhistas nus, mas não assegurava que estes banhistas poderiam burlar regras e se banhar em áreas que o muro não alcançasse, ou ainda a eficácia do muro não se estendesse para todo o poço. A efetividade do sucesso do muro é questionada pela resolução nº 39 (Ibid), que proibia o banho público depois das cinco horas da manhã nas áreas que iam do Poço das Pedras até a barragem, podendo gerar multa ou cinco dias de prisão ao infrator dessa resolução. Assim, a estratégia não totalmente estática, pois o poder público se desdobra diante dos próprios planos, criando alternativas para aumentar a probabilidade da eficácia de seus projetos.

LUZ ELÉTRICA ENCRENCADA

A eletricidade foi mais um dos símbolos da modernidade que passou por turbulências em Mossoró: o alto custo de manutenção dos equipamentos da usina geradora de energia elétrica; os problemas enfrentados com as interrupções do fornecimento de energia, que eram causados por falhas nos equipamentos; e ainda, a inadimplência recorrente dos seus consumidores, uma das principais reclamações da “Empresa Força, luz e melhoramento de Mossoró”.

A eletricidade, nas primeiras décadas do século XX, simbolizava o progresso condizente com as ideias de civilização. A luz elétrica era o triunfo do homem sobre a natureza, era o triunfo da ciência e da técnica (ANDRADE, 2009; 24). A eletricidade trouxe alguns benefícios como o prolongamento da vida noturna e a instalação de fábricas. Além disso, a novidade da energia elétrica era aliada de maneira mais plena que as outras novidades, simbolismo e vida cotidiana:

A eletricidade chegou como símbolo de progresso em consonância com ideais de civilização. A luz elétrica cria beleza onde não existe. Lugares comuns podem tornar-se fascinantes à noite, pontilhados por luzes coloridas. Desse modo, a energia elétrica foi destaque nos salões das exposições universais. Nas cidades, ela atestava o moderno, seduzia; as residências em que ela se fazia presente eram tidas como as mais confortáveis, as mais modernas. (Ibid; 26)

O desejo dos grupos mais abastados em ter a energia elétrica como uma das melhorias

era antigo. Destaca-se o requerimento, em 1912, dos comerciantes Miguel Fausto do Monte, José Miguel Fausto do Monte e Antonio Soares do Couto, para a concessão do privilégio de montar na cidade, no prazo de 2 anos, uma usina de energia elétrica com o intuito de fornecer iluminação pública e particular, bondes elétricos, energia para fortalecer as indústrias, entre tantas outras coisas, como por exemplo, uma fábrica de gelo. Aos três comerciantes foi concedido o seu pedido de montar uma usina de energia elétrica, mas a proposta não saiu do papel, o contrato entre intendência e os comerciantes não foi assinado.³

Em 1916, a Intendência Municipal firma um contrato de concessão do privilégio para gerenciar a energia elétrica com a Sociedade Anônima “Empreza Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, pertencente a Miguel Fausto do Monte, José Miguel Fausto do Monte e Antonio Soares do Couto. Diferentemente do montante das atribuições pretendidas em 1912, os representantes da “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” se responsabilizaram em montar usinas de força e tração elétrica para fornecer energia pública e particular. Mesmo que com uma potência pequena comparada aos dias de hoje. A eletricidade poderia proporcionar o advento de estender as atividades noturnas na cidade, como ainda a energia elétrica proporcionava não só melhoramentos nas ruas, mas nas casas de quem pudesse adquirir este benefício.

Existia uma proximidade entre a Intendência Municipal e os representantes da empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, afinal esses últimos eram os principais credores da municipalidade. Mas, no tocante ao contrato firmado entre a instituição e a empresa são proximidades notáveis, como a cláusula trigésima segunda do contrato que estabelece que a empresa fica isenta de pagar impostos municipais por tempo indeterminado (FILGUEIRA FILHO, et alii, Op. Cit.; 166). Nessa ligação entre a municipalidade e a empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, ressalte-se que a Intendência Municipal não contratou a “Empreza Força, luz e melhoramentos de Mossoró”, a municipalidade concedeu o direito dessa empresa em montar uma usina e fornecer iluminação pública. Assim não existia a relação de comandante e comandado entre ambas. Todavia, a isenção dos impostos municipais para empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” dava ao contrato de fornecimento de energia um tom de acordo entre parceiros. Tornando visível a inexistência de uma fronteira entre o público e o privado no âmbito da administração pública.

A empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” enfrentou problemas para fornecer a iluminação pública e particular, houve falhas nos motores da usina que ocasionaram a suspensão do fornecimento de energia elétrica por alguns dias. Outro exemplo de lapso, no uso da eletricidade era utilização da iluminação a querosene na área longínqua da usina, ou pouca potência dos geradores no fornecimento. Os equipamentos da usina requeriam muitos cuidados, logo, investimentos financeiros que eram escassos por parte da empresa. Como foi mencionado nesta reportagem:

APELLO

A sociedade Anonyma “Força, Luz e Melhoramentos”, julga de necessidade vir em publico, perante os habitantes desta cidade, seus dirigentes, e os consumidores de Luz Electrica, fazer patente as dificuldades financeiras por que tem a travessado esta Empresa, e pedir a boa vontade de todos para a vida e duração de uma instituição que è tão útil a esta cidade.

³ Conferir na Ata da câmara de intendentes de Mossoró do 30/12/1912. IN: ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOSSORÓ (1905-1918). IN: ROSADO, Vingt-un (ORG). Boletim Bibliográfico- Ano III, Nº 39, Mossoró- RN: Coleção Mossoroense, 1957.

A gerencia não tem poupado esforços e despesas para manter um serviço quase perfeito, como o que se observa, tendo a se registrar apenas raros incidentes passageiros no decurso do anno findo, incidentes que tem sido sempre inherentes e inevitáveis a qualquer machinismo, isso a despeito da falta mundial de material e irregularidade nos transportes mesmos. [...]

E' impossível a continuação da empresa carregada de déficits constantes.

A sua única receita é o fornecimento de luz, que deve ser o preço correspondente a actualidade, com pagamentos pontuaes, não somente da luz, como do material para as instalações, cujo empate está importando em ônus bem serio para Empresa. Cabe aos homens darem braço forte a Empresa para que não passem pelo dissabor dela fechar-se, firmada no principio de que o espirito de Mossoró, não está educado para receber um melhoramento de utilidade real, como a luz electrica, prenuncio de outros tatos melhoramentos. (JORNAL O MOSSOROENSE, 26-02-1919)

A empresa “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” faz um apelo à população mossoroense, mostrando as dificuldades financeiras que estava enfrentando. Nesse apelo, a empresa relata sobre a situação financeira e pede apoio do grupo dirigente e dos consumidores de energia elétrica. À esses últimos foram atribuídas duras críticas pela alta inadimplência com os pagamentos do fornecimento de energia. Os consumidores de energia elétrica são ditos pela empresa como despreparados para as melhorias que chegavam na cidade, como a energia elétrica.⁴

As dificuldades financeiras da “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” tornam-se recorrentes. Em todo período⁵ que esteve à frente do fornecimento de energia elétrica para Mossoró, a empresa tinha problemas em trazer novos equipamentos e se manter em funcionamento. A crise financeira enfrentada pela “Força, luz e melhoramentos de Mossoró” deve-se, em parte, aos resquícios da primeira Guerra Mundial na economia, à desvalorização da moeda na bolsa de valores e ao fechamento de algumas fábricas. As dificuldades financeiras eram a justificativa da empresa para aumentar frequentemente os preços do fornecimento, e energia elétrica e a falta de aprimoramentos de seu maquinário.

O reajuste de preço ocorria de acordo com valores inflacionários ou deflacionários, que tangiam a Intendência e os demais consumidores. Um exemplo ocorreu em 1918, quando foi realizado para a Câmara dos Intendentes o pedido de revisão de preços da energia particular, por parte da “Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró”. Com aprovação do pedido pelos intendentes, houve o aumento da tabela de preço de fornecimento de energia particular, e ainda, o incentivo à instalação de contadores de energia, que segundo os representantes da empresa também tinha um bom preço.

Entre as justificativas dos representantes para o aumento de preço estava a crise econômica decorrente da primeira Guerra Mundial. Alterações desses preços atenderiam às demandas financeiras da empresa quanto ao aprimoramento dos equipamentos da usina. Foi essa justificativa mencionada pelos representantes. A modernização do maquinário aumentaria a potência dos geradores, logo, atingido um maior número de domicílios.

Mas o descontentamento com fornecimento de iluminação pública e particular estava crescendo. A intendência Municipal e os consumidores não estavam satisfeitos com a qualidade do serviço oferecido, e a “Empresa Força, Luz e melhoramentos de Mossoró” se queixava de faltas de pagamentos dos consumidores, considerando esses indivíduos como

4 Acrescenta-se a isso alguns casos de ligações de correntes elétricas clandestinas feitas de um domicilio para outro.

5 Entre os anos de 1916 até 1926.

merecedores dessa melhoria:

EMPRESA “FORÇA, LUZ E MELHORAMENTOS DE MOSSORÓ”

(SOCIEDADE ANONYMA)

SÉDE- RIO DE JANEIRO

CIRCULAR

Exmo. Snr.

Quem diz a verdade orienta ao que desconhece e cumpre um dever. Vamos fallar sobre a empresa “Força luz e Melhoramentos de Mossoró”, com sede no Rio de Janeiro. Nas vésperas da organização desta Empresa rebentou a Guerra Europèa, surgiram aas dificuldades conhecidas por todos. O seu contracto fora feito na base do preço da caixa de óleo crú combustível de 10\$000, preço que veio subindo até 29\$000. Dahi è fácil calcular o sacrificio que a melhor for. [...] Dahi o atrazo de pagamento continuar como vae se desejavel pontualidade dos contribuintes virà acontecer em Mossoró couza, diferente das outras cidades, isto é: A luz se desligará legalmente até que os contribuintes se disponham a pagar com pontualidade, provando que estão aptos a receberem o melhoramento e conforto da luz electrica e dando a demonstração de compreender que a única fonte de receita da Empresa, provem do pagamento da luz que fornece ao publico. Este deixando de pagar é porque não se acha em estado de receber esse melhoramento. (JORNAL O MOSSOROENSE, 20-11-1920)

Nesta circular emitida pela empresa “Empreza Força, Luz e Melhoramentos de Mossoró”, há a resposta às queixas e questões levantadas sobre a energia elétrica em Mossoró. A empresa buscou explicar as dificuldades financeiras pelas quais estava passando, muito por causa da crise econômica ocasionada pela primeira Guerra Mundial (1914-1918), e por isso fazia um esforço financeiro para manter a usina em funcionamento e continuar fornecendo energia elétrica para a cidade.

A empresa faz cobranças a seus consumidores, pelo atraso do pagamento do fornecimento de luz elétrica. Ainda ameaça desligar a luz de quem não efetuasse o pagamento, acusando os consumidores de serem despreparados para tal melhoria e de não estarem acompanhando o progresso da cidade. A eletricidade, símbolo do moderno desejado pelas elites das cidades brasileiras, que enfrentava problemas de adaptação da população, era para poucos, pois custava caro e, em alguns casos, o que ocorria era bastante inadimplência dos que a consumiam. Ou seja, será que apenas os pobres não estariam preparados para um serviço público desse tipo, com esse tipo de taxaço?

A aquisição da eletricidade foi feita por alguns habitantes de Mossoró, mas o que se pode tirar desta citação foi a inadequação dos moradores da cidade ao sistema de cobrança dos serviços de eletricidade, comprovando que o interessante era possuir energia elétrica em seu domicílio. Não se preocupando, portanto, de como se iria consegui-la. O aviso da empresa também mostra um fator agravante para moral republicana: obter vantagem e enganar a ordem vigente.

Questionam-se os motivos que levavam parte da população a cometer inadimplência ao serviço de energia elétrica domiciliar. A instalação dos equipamentos ficava por conta do consumidor. Os valores cobrados não eram exorbitantes para o período,⁶ por exemplo, o salário de um secretário municipal da Intendência poderia girar em torno de um milhão

⁶ As taxaçoes de preço variavam de acordo com a potência de cada lâmpada, o valor pedido ficava entre três mil reis até trinta e cinco mil reais por cada lâmpada instalada em cada domicilio. E ainda havia a opção de pagamento através de medidor, em que se pagavam oitocentos reis por quilowatts hora, assegurando o pagamento de oito mil reis mensais.

e duzentos reis. Pode-se se cogitar, que a inadimplência estivesse ligada a falta de hábito dos consumidores em pagar os serviços prestados pelos órgãos públicos, decorrente da confluência entre o público e o privado.

Do outro lado estava a insatisfação da população mossoroense com o serviço de energia elétrica, como pode se perceber neste poema assinado por “Zé Alegre”⁷:

SEM LUZ
Se a luz elétrica *encrencada*
Fosse da Intendencia d’agora,
Que grita! que trovoadas!
Cá pra dentro, lá por fora!...

Como não é, felizmente!
Ninguém nas trevas se veixe,
Pague o cobre mensalmente,
E agradeça e se queixe!

ZÉ ALEGRE
(JORNAL O MOSSOROENSE, 21-11-1919)

O poema em tom de crítica faz reclamação sobre a cobrança dos serviços de eletricidade, como também faz crítica a energia elétrica oferecida ao tratar dessa como “a luz elétrica *encrencada*” (Ibid), ou seja, havia problemas no fornecimento de energia, mas o que importava era o pagamento dos serviços de energia elétrica, sem pensar na qualidade oferecida. “Zé Alegre” representava o desagrado dos consumidores com fornecimento da energia elétrica.

Os problemas com o fornecimento da energia elétrica perduram durante vários anos. Outras empresas estiveram à frente da organização da iluminação pública e particular, como “Companhia Anônima Força, Luz e melhoramentos de Mossoró”, pertencendo à municipalidade em 1926; e a empresa “Mossoró, Luz e força Limitada”, que firmou contrato com a municipalidade em 11 de setembro de 1926, mas que desde sua inauguração passou por uma crise financeira, ocasionando o pedido de transferência de seus representantes dos direitos, obrigações e contas para os possíveis novos donos na empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mossoró caminhava por trajetos tortuosos na busca pelo moderno. Na cidade existia espaço e desejo para que novos equipamentos fossem instalados e comportamentos fossem gerados, mas também havia espaço e inclinação para a burla e a inadequação.

Na análise das burlas e das inadequações da população ao projeto de se construir um cenário moderno, percebeu-se o descompasso entre ideal e real que gerava inadequações dos mossoroenses. Muitas vezes ao novo foi dada uma interpretação não esperada pelas elites ou incompreendida por essas. Não somente as inadequações eram fortes no cotidiano, assim como as permanências do arcaico. O moderno era chamativo, mas perdia espaço para o corriqueiro. As burlas, os males que precisavam ser combatidos, viviam no cotidiano da população.

⁷ Ao se pensar como o autor se denomina Zé, nome bastante comum entre tantos, e Alegre, que lembra que este sabe o que estão fazendo com ele, mas se sente contente ou se deixa enganar.

As permanências do arcaico estavam fortemente enraizadas no cotidiano de Mossoró. Na busca pelo moderno houve mudanças que mexeram com a vida da população, mas essas mudanças não surtiam o efeito pretendido de imediato. Os costumes permaneceram fortes, independente a qual grupo social se pertencia.

Uma elite embriagada com aroma doce das novidades cambaleava pelas ruas de Mossoró, perdida e errante em seus planos de modernização. Mossoró que crescia e progredia, contrastava com a cidade que ainda sofria com animais soltos em suas ruas tortas. As projeções e os desejos de constituição de um cenário urbano moderno dos grupos mais abastados esbarravam nas suas próprias incompreensões e com as inadequações e burlas da população pobre. As permanências do arcaico foram relevantes na formulação desse cenário confuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Alenuska Kelly Guimarães. A eletricidade chega à cidade: inovação técnica e a vida urbana em Natal (1911-1940)2009. 174f. Mestrado em História. - Centro de ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do norte, Natal, julho de 2009.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 3 ed. 1998.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias Íntimas: Sexualidade e erotismo na História do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- ELIAS, Nobert. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.
- FILGUEIRA FILHO, Antonio. et alii, Relatórios, leis e resoluções da intendência municipal de Mossoró 1905-1916. 2a. Ed. ESAM/FGD, 1980.
- IZÍDIO, Erichsen Fernandes Sabóia. Entre modernização, diversão e controle: as práticas dos jogos de azar em Fortaleza na primeira metade do século XX. 2016.167 f. Dissertação (mestrado em história)- Centro de humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande.
- OLIVEIRA, Pedro Vinicius Mendes de Moraes. Tipos a favor e tipos contra a modernidade: empreendedores da nova ordem social versus jogadores e beberrões na imprensa mossoroense (1902-1930). 2017. f. 108. Mestrado em Ciências Sociais e Humanas- Faculdade de Filosofia e Ciências Socais, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. IN: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. 2º edição- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles: INTC, 2015.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A PRIMEIRA CASA DA ÓPERA
NA AMÉRICA PORTUGUESA:
REPRESENTAÇÕES TEATRAIS
EM VILA RICA NA PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XVIII.

ROSANA MARRECO BRESCIA
Universidade Nova de Lisboa
rbrescia@fesh.unl.pt

RESUMO

O presente artigo aborda as representações teatrais em Vila Rica ainda na primeira metade do século XVIII, desde as récitas em teatros efêmeros, montados para as grandes celebrações civis e religiosas, às apresentações no primeiro teatro público permanente da capital das Minas Gerais. Pretende-se conhecer um pouco mais sobre a primeira Casa da Ópera na América Portuguesa, tanto no que diz respeito a sua localização como arquitetura, além de levantar uma hipótese sobre quem seria seu possível administrador ou proprietário. A pesquisa foi desenvolvida a partir da análise de fontes documentais conservadas no Arquivo Público Mineiro, que foram confrontadas com mapas e imagens coetâneas. Além das fontes primárias relativas ao primeiro teatro de óperas luso-americano, pretende-se contextualizar a produção teatral da capital das Minas Gerais com aquela desenvolvida nas demais cidades e vilas luso-brasileiras dos setecentos. Nesse sentido, o presente artigo estabelece uma ligação entre as primeiras récitas teatrais documentadas em Vila Rica em 1733 e a pujante atividade teatral desenvolvida na última metade do século, quando a segunda Casa da Ópera foi construída.

Palavras-chave: Casa da Ópera; Vila Rica; teatros públicos permanentes; teatros luso-brasileiros.

A PRIMEIRA CASA DA ÓPERA
NA AMÉRICA PORTUGUESA:
REPRESENTAÇÕES TEATRAIS
EM VILA RICA NA PRIMEIRA
METADE DO SÉCULO XVIII.

ROSANA MARRECO BRESCIA
Universidade Nova de Lisboa
rbrescia@fcsh.unl.pt

ABSTRACT

This paper approaches the theatrical performances in Vila Rica during the first half of the 18th century, from the plays performed in ephemeral theatres built for the great civil and religious celebrations to the performances held in the first permanent public theatre of the capital of Minas Gerais. We intend to expand the knowledge concerning the first Opera House in Portuguese America, both on what regards its location and architecture, as well as to suggest the hypothesis of who was its administrator or owner. The research was developed from the analyses of primary sources preserved at the Public Archive of Minas Gerais, which were confronted with maps and images from the 18th century. Besides the primary sources regarding the first theatre of the region, we intend to contextualise the theatrical production of the capital of Minas Gerais with the one developed in the remaining cities and villages of 18th century Portuguese America. In this sense, the current paper establishes a connection between the first theatrical performances documented in Vila Rica in 1733 and the thriving theatrical activity developed on the last half of the century, when the second Opera House was erected.

Keywords: Opera House; Vila Rica; public permanent theatres; luso-brazilian theatres.

INTRODUÇÃO

A região das Minas Gerais, que até finais do século XVII era uma parte pouco ou nada conhecida dos “sertões” da capitania de São Paulo, passou por uma drástica mudança após a descoberta do ouro. A abundância do metal precioso fez com que o eixo econômico do império português na América fosse deslocado do Nordeste, sobretudo da Bahia e de Pernambuco, para as Minas (MELLO E SOUZA, 2001, p. 183). Entre 1711 e 1715, foram fundadas as primeiras vilas, e, em 1745, o primeiro bispado. O rápido desenvolvimento socioeconômico e cultural da região fez com que Vila Rica se tornasse um dos núcleos urbanos mais populosos do continente americano. Em meados dos setecentos, Vila Rica já concentrava 20% da população total da América Portuguesa (VALADARES, 2004, p. 207). Essa sociedade, desigual em todos os sentidos, contava desde cedo com uma elite constituída em função da exploração do ouro, do comércio, da terra, ou do envolvimento em funções burocráticas da máquina da administração colonial portuguesa. Essa elite era formada essencialmente por portugueses, mais ou menos cultivados ou, nas palavras do ministro Martinho de Melo e Castro, “pessoas mui abonadas e de maior estimação e prestígio”, denominadas nobres (VALADARES, 2004, p. 264). Foi nessa vila, povoada pela incerteza provocada pela corrida do ouro, pela riqueza súbita daqueles que tiveram sorte na exploração mineira, e por muitos que queriam reproduzir os modelos das cidades portuguesas, que foi fundado um dos primeiros teatros públicos permanentes da América Portuguesa: a primeira Casa da Ópera.

AS PRIMEIRAS REPRESENTAÇÕES TEATRAIS

A primeira referência a uma representação teatral na capital das Minas Gerais data da década de 1730. Assim como todas as demais vilas e cidades luso-brasileiras, a Câmara de Vila Rica tinha a obrigação de celebrar os eventos políticos mais importantes para o reino e para a vida privada da família real portuguesa. Outras ocasiões também eram celebradas com grande aparato, como os aniversários dos governadores das capitanias, a chegada de um novo bispo e outras grandes celebrações religiosas. Essas festas alcançaram o seu apogeu nas Minas Gerais com a descoberta do ouro, segundo István Iancsó e Iris Kantor, “correspondendo à plenitude do regime de festividades barrocas nos principais centros urbanos de então” (2011, p.11). Segundo os autores:

Seja no financiamento das armações efêmeras, da iluminação pública, dos fogos de artifício e divertimentos públicos, ou mesmo, mediante a prática da etiqueta ou a exibição da pompa, a festa barroca luso-americana procurava impor uma ordenação formal a um mundo aparentemente instável (IANCSÓ; KANTOR, 2001, p. 11).

As descrições que temos dessas numerosas festividades chegaram até nós através de relatos panegíricos impressos em Lisboa. Eram descrições produzidas pela elite culta e destinada ao público cultivado da metrópole, e, conseqüentemente, empregam uma retórica exagerada para a descrição detalhada da programação das festas. A partir da autorização para a publicação, seguida da impressão e circulação, esses relatos ganhavam o *status* de verdade histórica e política, um verdadeiro testemunho do bom governo e do sucesso de um administrador colonial (MELLO E SOUZA, 2001, p. 550). Nesse sentido, devemos sempre

analisar com cautela a veracidade das descrições de determinadas festividades retratadas nos relatos panegíricos, ainda que os mesmos sejam, por vezes, o único testemunho histórico da realização de representações teatrais públicas na colônia.

A primeira menção a uma representação teatral em Vila Rica é descrita pelo panegírico intitulado *Triunfo Eucharístico*, escrito por Simão Ferreira Machado, “original de Lisboa e habitante nas Minas”, e publicado em 1734, em Lisboa. Os seis dias consecutivos de festas comemoravam o traslado do Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a nova Igreja Paroquial de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto. Na ocasião, um tablado foi montado diante da Igreja, como descreve o panegírico:

O Tablado das comédias se fez junto da Igreja custoso na fabrica, no ornato, e apparencia de varios bastidores: viraõ-se nelle insignes representantes, e gravíssimas figuras: foraõ as comédias: El Secreto a vozes: El Principe Prodigioso: El Amo criado (AVILA, 2006, p.116-118).

A obra *El Secreto a Voces* é de autoria do celebre autor espanhol Pedro Calderón de la Barca (1600-1681). Já *El amo criado* foi escrito por Francisco de Rojas Zorrilla (1607-1648), enquanto *El Principe Prodigioso* é de Augustín Moreto y Cabaña (1618-1669), em coautoria com Juan de Matos Fragozo (1608-1689). Os autores citados estão entre os expoentes máximos do teatro espanhol do *Siglo de Oro*. Apesar de terem vivido e produzido suas obras no século XVII, esses autores foram frequentemente representados nos tablados efêmeros da América Portuguesa ao longo da primeira metade do século XVIII (MARRECO BRESCIA, 2010, p.64-73).

A menção de que o tablado era “custoso na fábrica e ornato” e tinha “vários bastidores” nos permite supor que os cenários foram executados e posicionados em perspectiva, como preconizava a arte da cenografia italiana desde o século precedente. Mesmo os *Corrales/Pátios* de comédias ibéricos, que tinham uma estruturação arquitetônica significativamente distinta dos teatros seiscentistas italianos, já haviam incorporado algumas das inovações técnicas criadas e difundidas pelos cenógrafos e arquitetos teatrais italianos.

As obras representadas em 1733, durante as festividades em comemoração pela transferência do Santíssimo Sacramento para a nova Igreja do Pilar, são as primeiras peças teatrais representadas em Vila Rica de que se tem notícia, mas é muito provável que outras efemérides, tais como o casamento dos príncipes de Portugal e Espanha, realizado em 1729, também tenham sido celebradas na capital das Minas Gerais, cujo núcleo urbano já se encontrava em franco desenvolvimento.

Poucos anos mais tarde, um teatro público permanente já se encontrava em funcionamento em Vila Rica, porém, antes de nos aprofundarmos sobre esse importante edifício, faz-se fundamental esclarecer as semelhanças e diferenças entre os tablados efêmeros e os teatros permanentes.

O teatro enquanto um espetáculo comercial se consolidou ao longo do século XVI na Europa, concomitantemente ao surgimento da profissão de ator (CALVO, 2003, p. 241). Isso acontece quando espetáculos que antes eram realizados em praças públicas passam a ser encenados em espaços delimitados por muros, pois essa era a única forma de controlar o acesso dos espectadores e, conseqüentemente, cobrar o valor dos ingressos daqueles que

quissem assistir (CALVO, 2003, p. 629). O empreendimento foi muito bem-sucedido e não tardou para que teatros públicos, que oferecessem temporadas permanentes, fossem estabelecidos em diversas cidades da península ibérica. Alguns eram administrados por empresários particulares, outros pelas Câmaras Municipais, irmandades ou confrarias, e outros serviam ainda como fonte de renda para hospitais e Misericórdias.

Apesar de alguns teatros públicos já estarem plenamente operativos em Portugal ao longo do século XVII, não foram encontrados registros de edifícios destinados a tais funções na América Portuguesa. Mesmo sem edifícios específicos, as representações teatrais faziam parte da vida quotidiana dos habitantes do Brasil desde princípios da colonização portuguesa, fosse com o teatro dos Jesuítas nas aldeias ou colégios, fosse com as representações realizadas em tabladros efêmeros. A mais antiga descrição de uma representação cênica profana realizada em um tablado efêmero no Brasil data de 1641, quando o Rio de Janeiro comemorou a restauração do trono português. Segundo a *Relação da Aclamação que fez na Capitania do Rio de Janeiro do Estado do Brasil*, escrita por Jorge Rodrigues, publicada em 1641, foi montado um tablado na praça principal da cidade, abaixo do Palácio dos Governadores. Contudo, a chuva intensa fez com que o Governador ordenasse que os atores representassem em uma das salas do palácio, sem que houvesse distinção dos assistentes, ainda que a capacidade de público tenha sido limitada às restrições do espaço.

No que tange ao repertório encenado nessas ocasiões, toda a documentação levantada, até o presente, indica que as obras do *Siglo de Oro* espanhol compunham a grande maioria das programações teatrais. Há registros de, ao menos, 17 obras teatrais espanholas encenadas nos palcos efêmeros brasileiros entre 1717 e 1752 (MARRECO BRESCIA; LINO, 2008, p. 185-187). Levando em consideração que nem todas as festividades contavam com um panegírico publicado em Lisboa para a descrição das festas, é possível que o número de títulos teatrais efetivamente encenados seja ainda muito maior do que os conhecidos até o momento. Além do repertório castelhano de caráter profano, algumas obras de temática religiosa também foram levadas às cenas dos tabladros efêmeros na América Portuguesa, ainda na primeira metade do século XVIII. Esse foi o caso de “Oratório de Santa Helena”, de autoria do abade romano Pietro Metastasio, encenada em um tablado construído no átrio do recém-inaugurado Convento de Nossa Senhora da Ajuda no Rio de Janeiro – o primeiro convento feminino da cidade –, por ordem do governador Gomes Freire de Andrade (BNRJ, Manuscritos, II.24,15,45).

Ainda que o repertório dos teatros efêmeros não pareça se distanciar daquele representado nos teatros públicos permanentes ao longo do século XVIII, e que, muito provavelmente, os músicos e atores – bem como cenógrafos, figurinistas e demais profissionais técnicos – que participavam das celebrações pontuais também fossem empregados em algum dos teatros estáveis existentes, a atividade dos teatros permanentes não deve ser confundida com a dos teatros públicos. Os tabladros montados em praças tinham caráter efêmero, eram financiados por instituições civis e religiosas e não tinham fins lucrativos (MARRECO BRESCIA, 2010). Eram destinados a toda a estratificada população das cidades e vilas luso-americanas, pois tinham a intenção de afirmar o poder dessas instituições e do Rei de Portugal junto à população. Já os teatros públicos permanentes eram verdadeiras empresas que tinham como objetivo o lucro financeiro alcançado a partir da venda de bilhetes (CALVO, 2003). Ainda que

o público desses teatros fosse heterogêneo, e que fossem guardadas as distâncias socioculturais no interior do edifício, os espectadores pagavam bilhetes para assistir as récitas (BUDASZ, 2008). As temporadas eram muito mais extensas e havia toda a preocupação – inerente a um local comercial – em agradar os clientes/espectadores. Com base no exposto acima, o sucesso do empreendimento dependia da busca por novas obras, por novas composições musicais, por melhores atores disponíveis, por cenários e máquinas teatrais capazes de produzir grandes efeitos. Já os teatros efêmeros eram produzidos com esmero para agradar ao distante Rei, mostrando quão eficientes e dedicados eram os administradores coloniais ou outros endinheirados residentes da colônia que pudessem financiar as récitas ou a impressão dos panegíricos correspondentes. Os teatros públicos precisavam necessariamente agradar ao público que efetivamente assistia às representações, e aqueles que falhavam com esse objetivo encontraram sérios problemas para manter a sua atividade. Nesse sentido, a existência de um teatro público permanente, em uma determinada vila ou cidade, mostra quão estruturada estava a sua população, a ponto de proporcionar plateia a esse tipo de entretenimento de forma estável, além dos divertimentos financiados por entidades civis e religiosas que eram inerentes à vida cotidiana luso-brasileira.

A CASA DA ÓPERA (c.1746)

Com base no documento intitulado *Escritura de Sociedade*, datado de 29 de novembro de 1719, e preservado no Arquivo Nacional, a primeira referência a um teatro público permanente em território luso-americano provém do Rio de Janeiro, quando uma sociedade com fins lucrativos foi instituída para a encenação de um “presépio” na noite de Natal e sucessivas (AN, Livro de escrituras 89, fls 63,64v). Outro caso bastante curioso é o do tablado montado dentro da sala de vereanças da Câmara de Salvador da Bahia, em 1729 (AHU_ACL_CU_005, cx.45, d.4043, Rolo 5). Contudo, ainda que o dito tablado tenha permanecido de forma mais ou menos estável até 1733, não se tratava de um edifício teatral construído para esse fim, mas sim da adaptação de um tablado efêmero a um local coberto, previamente construído para o exercício de outras funções. Também o fato de o local em questão ser a Câmara da então capital do Brasil, coloca em xeque a abertura do espaço a outras camadas sociais além da classe dominante.

Poucos anos mais tarde, surge a referência a uma Casa da Ópera em funcionamento na capital da capitania das Minas Gerais. A primeira referência documental à existência do edifício data de 25 de junho de 1746. Trata-se da ordem de prisão de Veríssimo Dias de Moura, que escavou uma mina d’água por ele canalizada até a frente da Casa da Ópera, ainda que o objetivo fosse levar a canalização até a casa do Coronel Caetano Alves Rodrigues (APM, CMOP, Cx.18, d.59). Essa é a mais antiga fonte encontrada que cita o termo “Casa da Ópera” no Brasil (BUDASZ, 2007, p. 184) – mesmo em Portugal, o primeiro teatro conhecido pelo termo Casa da Ópera foi a Real Caza da Ópera de Salvaterra de Magos, construída em 1753. Como mencionado anteriormente, havia um teatro em funcionamento no Rio de Janeiro, contudo as duas únicas fontes que fazem referência aos teatros públicos permanentes da capital fluminense, ainda na primeira metade do século XVIII, são o documento de fundação da sociedade que administraria o “presépio”, datado de 1719 (AN, Livro de escrituras 89, fls.63

a 64v), e um relato de um viajante francês, de 1748 (SONNERAT, 1806, pp.26-27), que faz referência ao “lugar da representação/teatro”. O teatro ativo na sala de vereanças da Câmara de Salvador, em funcionamento entre 1729 e 1733, era denominado “tablado de comédias” (AHU_ACL_CU_005, Cx.45, D.4043).

Outros documentos datados de 1751 também fazem referência a Casa da Ópera de Vila Rica. Durante as festividades organizadas para celebrar a aclamação do rei D. José I, realizadas em 1751, algumas obras teatrais foram organizadas na cidade, mais precisamente na Casa da Ópera, ainda que essas récitas tivessem que ser, por obrigatoriedade, gratuitas e acessíveis à população. Para isso, foi acordado com o arrematante Francisco Mexias, além da organização do *Te Deum Laudamus* a dois coros com seis rabecas, rabecão e harpa; a produção das obras *O Labirinto de Creta*, de autoria do dramaturgo luso-brasileiro António José da Silva, *Os Encantos de Merlin*, de autoria anônima (*Theatro Comico Portuguez*, 1744, p.259-391), e *O Velho Sérgio*, de autor desconhecido. Mexias se comprometeu a contratar as melhores figuras disponíveis na capitania, incluindo Pedro Fernandes Lima, da Comarca do Rio das Mortes (APM, CMOP - Cx.25, doc.11, fl.03). Este é outro precioso dado revelado por este documento: as récitas em comemoração pela aclamação de D. José I foram representadas por atores “vivos”, e não por marionetes. Não só ao menos duas das obras citadas no documento foram originalmente escritas para teatros de bonifrates, como não se tem notícia de um teatro público permanente em atividade na América Portuguesa a empregar “atores vivos” em 1751. A respeito do teatro em atividade no Rio de Janeiro, as duas menções anteriores a essa data fazem referência a teatros de bonifrates. O documento de estabelecimento de uma sociedade para representar um presépio na noite de Natal, e nas subseqüentes, diz respeito a um presépio de bonecos, que, na ocasião, seriam confeccionados pelo sócio Plácido Coelho de Castro (AN, Livro de escrituras 89, fls. 63 a 64v). A seguinte menção a uma representação teatral no Rio é o já mencionado relato do viajante a bordo da nau *L'arc en ciel*, datado de 1748, publicado por Pierre Sonnerat. Nele, o marinheiro francês afirma ter visto bonecos de tamanho natural representarem uma peça sobre a conversão de alguns pagãos por Santa Catarina. O relato também afirma que os bonecos eram bons e ricamente vestidos, que as vozes e os movimentos eram agradáveis e o mecanismo era tão bom que passava despercebido pelos espectadores (SONNERAT, 1806, 4v, p.26-27). Posteriormente, outro teatro entraria em atividade no Rio de Janeiro: a famosa Ópera dos Vivos, administrada pelo padre Boaventura Dias Lopes. Como sugiro em um artigo publicado em 2019, a Ópera dos Vivos não parece ter suplantado o antigo teatro de bonecos, mas sim ter sido um novo teatro, assim denominado em contraposição ao teatro então conhecido na capital fluminense.

Independentemente de a Ópera dos Vivos ser um edifício distinto do antigo teatro de bonecos, o fato é que a primeira referência documental a esse teatro é de 30 de agosto de 1754 (AN, Livro de Escrituras nº70, Fls 27. 27v). Ainda é importante mencionar que muitas récitas teatrais foram executadas por atores vivos, muitas vezes denominados “curiosos”, em representações realizadas em teatros efêmeros construídos em praças públicas. Essas festividades, porém, eram esporádicas e o contrato era pontual, não configurando vínculo empregatício a médio/longo prazo entre os atores e os empresários/arrematantes, e muito menos com as entidades financiadoras, fossem a Igreja Católica e as Ordens Religiosas, ou os

Governos das Capitanias e Câmaras municipais. Também se faz necessário salientar que um teatro de bonifrates emprega atores, ainda que esses emprestem somente suas vozes aos bonecos e, por vezes, um mesmo ator possa manipular diversos personagens/bonifrates. Nesse sentido, a Casa da Ópera de Vila Rica é o primeiro teatro público permanente a contratar atores vivos para estarem plenamente em cena para uma temporada aparentemente regular e com fins lucrativos.

Voltando à documentação relativa às festividades de 1751, na ocasião, a Câmara contratou João Martins da Costa para a demolição da parede frontal do edifício para que um maior número de espectadores pudesse assistir às representações. O mesmo documento requer a remoção do curral e a extração dos gradeamentos e pavimento interno, o que indica que se tratava de um edifício coberto, não mais como os pátios de comédias ibéricos, e que havia pelo menos uma ordem de camarotes. Após as récitas, Costa deveria reconstruir todo o edifício como antes, para que não houvesse maiores prejuízos, o que sugere que o teatro era uma propriedade privada como a grande maioria das Casas da Ópera da América Portuguesa construídas ao longo do século XVIII.

POSSÍVEL LOCALIZAÇÃO DA CASA DA ÓPERA

A ideia da utilização de um teatro permanente, e não de um teatro efêmero construído em uma praça pública, como era o habitual nesse tipo de festividade, ganha ainda mais sentido se considerarmos que as obras apresentadas por ocasião da aclamação de D. José I poderiam contar com toda a maquinaria cênica existente no teatro. O próprio documento da arrematação, firmado junto a Francisco Mexias, previa que as comédias fossem executadas com toda “a bizzarria possível”, o que significa contar com o máximo de efeitos cênicos conhecidos na altura e disponíveis em Vila Rica. Mas o fato de ter sido utilizado o teatro permanente então existente para essa ocasião específica nos indica, primeiramente, que o mesmo estaria localizado em frente a um largo ou praça, já que as ruas de Vila Rica eram, como ainda são, demasiado estreitas para comportar um número significativo de espectadores. Além disso, o acréscimo de um público tão reduzido não justificaria o investimento feito pela Câmara para a demolição de uma das paredes do teatro.

A respeito da localização da primeira Casa da Ópera, a documentação relativa à prisão de Veríssimo Dias de Moura inclui um parecer do procurador do Senado da Câmara de Vila Rica, no qual ele sugere que o suplicante seja solto para que possa demolir todo o encanamento feito em terras sobre as quais não tinha qualquer jurisdição – já que a “paragem” era a única por onde se podia passar água para a praça da vila, e, se algum dia o senado tivesse a intenção de procurar água para reforçar a fonte da mesma praça, poderia fazê-lo buscando a paragem que se encontrava junto aos fundos dos quintais da Rua Nova, onde havia um grande barranco, que consta que não se podia passar (APM, CMOP. Cx.18, Doc.59, fl. 1v). O primeiro fólio do maço de documentos menciona que Veríssimo encanou a água até “defronte da Caza da Opera desta V.a”, o que nos faz supor que a dita paragem fosse em frente da Casa da Ópera. Pois bem, a antiga Rua Nova de Vila Rica é atualmente a Rua Henri Gorceix, que parte de um morro (também citado no documento) e cuja corrente de água poderia suprir a fonte da praça desta vila. A Praça mencionada é certamente aquela onde se encontra o Palácio dos Governadores – atualmente o Museu de Mineralogia da Universidade Federal de Ouro

Preto –, onde havia uma fonte na primeira metade do século XVIII – como é possível ver na gravura abaixo reproduzida, a mais antiga imagem do Palácio dos Governadores ainda preservada. Lembrando que o próprio Palácio teve suas obras concluídas em 1741 – salvo obras de acabamento que se estenderam até os anos de 1780 –, podemos afirmar que a Casa da Ópera de Vila Rica estava localizada próxima ao mais importante eixo da urbe, o palácio da maior autoridade da capitania e a câmara da capital das Minas Gerais.



Imagem 1 – Praça principal de Vila Rica Fonte: Original manuscrito do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, ca. 1785-1790.

O tal barranco mencionado no documento, todavia, existe ao lado da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia, construída entre 1771 e 1793, e, portanto, não existente na altura do funcionamento da referida Casa da Ópera. Contudo, se analisarmos a configuração da antiga Rua Nova, constatamos que se trata de uma rua bastante estreita e íngreme, e que o único ponto mais amplo é o final da mesma, ponto mais baixo por onde certamente poderia passar uma corrente de água. É o único ponto da rua que comportaria uma maior concentração de pessoas; o único ponto onde, ao se demolir a parede principal de um teatro, seria possível incrementar significativamente o número de espectadores com algum acesso visual ao palco, o que de fato aconteceu em 1751, como descrevem os documentos. Trata-se do cruzamento das atuais ruas Henri Gorceix e Padre Rolim, onde o mapa datado do último quarto do século XVIII mostra uma generosa área sem construções e onde, ainda hoje, há um grande jardim pertencente a um solar, cuja construção é posterior a data do funcionamento da Casa da Ópera.



Imagem 2 – Mapa de Vila Rica [detalhe] Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, ca. 1775-1800.



Imagem 3 – Cruzamento das Ruas Gorceix e Padre Rolim Fonte: Google Maps

O EDIFÍCIO

Outro elemento que é possível inferir da documentação relativa às festividades pela aclamação de D. José I em Vila Rica é a arquitetura empregada no edifício. O mais provável é que a primeira Casa da Ópera não fosse construída em alvenaria, pois a remoção de uma parede teria, muito provavelmente, resultado no colapso completo do edifício, já que esse tipo

de construção implica uma estrutura autoportante, além do fato de que a remoção de uma parede de alvenaria seria uma operação difícil e custosa, que provavelmente não se justificaria para um evento pontual. Nesse sentido, o mais provável é que a Casa da Ópera fosse construída em adobe ou pau-a-pique, já que esse sistema construtivo permitiria a extração da vedação de uma das paredes sem que a estrutura de madeira que sustentava o edifício fosse danificada.

Mas qual seria a tipologia arquitetônica desse teatro? Não há maiores descrições sobre a conformação da planta do edifício para além das acima descritas, contudo, sabemos que o presépio do Rio de Janeiro muito provavelmente tinha uma forte influência dos teatros de tradição ibérica, denominados Pátios de Comédias, em Portugal, e Corrales de Comédias na Espanha. O relato do marinheiro francês, sobre uma representação em 1748, afirma que a sala tinha um formato retangular, que o palco, denominado “teatro”, era um pouco mais baixo dos que o autor conhecia na Europa, além de ser fechado por uma grade de arame e ser iluminado por velas. Os homens se acomodavam indistintamente, enquanto as mulheres ocupavam os camarotes que eram fechados por cortinas (SONNERAT, 1806, p.26-27). Praticamente todos os elementos descritos se encaixam na descrição de um pátio de comédias: a planta retangular, o palco ligeiramente elevado da plateia, a acomodação dos homens no espaço central e das mulheres nos camarotes, denominados cazuelas na Espanha. Contudo, o fato da representação contar com um grande número de velas indica que as récitas eram à noite, ao contrário da prática espanhola em que as récitas se davam à tarde. Tal prática já era comum em Portugal em princípios dos setecentos. No caso do Rio de Janeiro, é ainda muito provável que o espaço fosse coberto, como eram os coliseos espanhóis, que, entrado o século XVIII, tiveram o espaço de plateia completamente coberto, e, à semelhança do famoso Pátio das Arcas lisboeta, reconstruído após um incêndio nos primeiros anos dos setecentos (DE LOS REYES PEÑA; BOLAÑOS DONOSO, 2007, p. 272). Um dos benefícios da cobertura completa do espaço é a não sujeição da atividade teatral às condições meteorológicas.

Levando em consideração que o primeiro teatro verdadeiramente italiano construído em Portugal foi Salvaterra de Magos (inaugurado em 1753), é pouco provável que o teatro “à italiana” já fosse conhecido na América Portuguesa antes dos emblemáticos teatros construídos por Giovanni Carlo Sicinio Bibiena para o rei D. José I. No entanto, há indícios de que diversos elementos da arquitetura teatral italiana já eram conhecidos na metrópole décadas antes da chegada de Bibiena, sobretudo no que diz respeito à cenografia – que a essa altura era pensada de forma arquitetônica – e à maquinaria cênica. Esses indícios são evidentes nos libretos das óperas representadas em Lisboa, na década de 1730, nos quais constam descrições das cenas e dos efeitos necessários para a representação das obras. Esse conhecimento sobre a maquinaria e a cenografia teatral italiana também está presente nas obras do dramaturgo luso-brasileiro António José da Silva, cuja obra *Guerras do Alecrim e Manjerona* parece ter sido representada em Vila Rica, em 1743, antes mesmo da primeira publicação em Lisboa, que só aconteceu no ano seguinte (BUDASZ, 2019, p. 68)¹.

Nesse sentido, seria coerente supor que a primeira Casa da Ópera de Vila Rica fosse um teatro de transição entre as tradições ibérica e italiana, ou seja: um teatro de planta retangular, com uma ordem de camarotes com balaustradas de madeira, provavelmente fechados por cortinas, e completamente coberto. Mas esse teatro provavelmente contava com elementos

¹ O musicólogo Rogério Budasz cita duas cartas do contratador Francisco Gomes da Cruz, datadas de Maio e Junho de 1743, que sugerem a apresentação da obra *Guerras do Alecrim e Manjerona* durante as festividades do Senhor do Bomfim em Vila Rica. BN, Manuscritos I-20,26,003 n°9 e n°10.

da cenografia italiana, como os bastidores em perspectiva – que já eram utilizados nas obras representadas durante o *Triunfo Eucarístico* –, entre outras máquinas cenográficas, como máquinas para efeitos de chuva, trovões, ventos, mares, etc., que possibilitariam a Francisco Mexias empregar toda a “bizarria possível” nas récitas de 1751.

Voltando à documentação relativa à comemoração pela aclamação de D. José I em Vila Rica, após as festas, Manoel Ferreira do Carmo escreveu ao senado da Câmara requisitando o pagamento previamente acordado, alegando que ele havia cumprido todo o previsto, e pedindo um pagamento extra de 25 oitavas de ouro, já que várias paredes do teatro “emprestado” por ele para as récitas estavam arruinadas, graças ao grande número de espectadores que compareceram aos espetáculos. Seria Manoel Ferreira do Carmo o proprietário ou o empresário do teatro? Sabemos que ele foi contratado para a execução das decorações efêmeras, armadas diante do edifício da Câmara, e para a construção da varanda e do dossel onde foi colocada a efígie do monarca luso. Ao analisarmos a origem e ocupação dos empresários, e por vezes dos proprietários das Casas da Ópera brasileiras, encontramos diversos homens de teatro. Músicos, armadores, pintores, cenógrafos, entre outros profissionais ligados às artes do espetáculo, atuaram também como empresários, cuidando de todo o sistema produtivo dos espetáculos teatrais, e angariando parte significativa dos lucros inerentes². Por vezes, esses empresários chegaram a adquirir os teatros e arrendá-los para que terceiros o administrassem. Nesse sentido, a suposição de que Manoel Ferreira do Carmo tenha trabalhado nas decorações efêmeras, ao mesmo tempo que tinha um cargo administrativo na Casa da Ópera, fosse como proprietário ou como empresário, é coerente.

Segundo a documentação, Ferreira do Carmo teria reconstruído, ou mandado reconstruir, o teatro como antes, assim como o previsto no acordo com a Câmara, firmado antes das representações teatrais, e, por causa dos prejuízos adicionais, teria recebido o pagamento extra de 25 oitavas de ouro. Afinal, o relato menciona a “ruína [...] de várias paredes de dentro da Casa da Ópera”, o que pode significar que algumas paredes sofreram um tipo de dano que exigisse reparação imediata, mas não necessariamente que todas desabaram – o que, provavelmente, levaria a uma reconstrução total do edifício e certamente custaria mais do que 25 oitavas de ouro. O requerente alega ter cumprido todo o acordado, o que significa que o teatro foi reconstruído como antes. Assim sendo, a primeira Casa da Ópera de Vila Rica não teria desaparecido em 1751 como o que se acreditava até agora, mas teria seguido ainda ativa por alguns anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antiga capital das Minas Gerais, que hoje se destaca por conservar o mais antigo teatro luso-brasileiro, parece ter sido também a primeira vila luso-americana a contar com uma Casa da Ópera que empregava atores vivos de forma permanente, oferecendo uma programação estável à recentemente estabelecida e heterogênea sociedade mineira de princípios do século XVIII. A existência de um teatro público permanente em Vila Rica, em atividade ainda na

2 Manoel Luís Ferreira, empresário da Ópera Nova do Rio de Janeiro, era fagotista. Marcelino José de Mesquita, o primeiro empresário da segunda Casa da Ópera de Vila Rica, era pintor (inclusive foi ele o responsável pela execução das pinturas decorativas do edifício). Antônio Manso, empresário da Casa da Ópera de São Paulo, havia sido mestre de capela da Sé paulista, entre outros tantos casos de empresários profissionais atuantes na América Portuguesa.

primeira metade dos setecentos, atesta o alto nível de desenvolvimento da capital mineira, que se manifestava não somente na construção de imponentes templos e na realização de grandiosas festividades cristãs, mas também na existência de espaços de sociabilização fora do âmbito religioso e na promoção de atividades culturais de caráter profano.

À luz de novos documentos, é possível sugerir a localização desse primeiro edifício teatral, que teria sido edificado em local muito próximo ao centro nefrálgico do poder civil das Minas Gerais, confirmado a importância do edifício e da atividade nele desenvolvida. O teatro em atividade em 1746 foi o primeiro estabelecimento a utilizar o termo *Casa da Ópera*. Trata-se da mais antiga referência documental ao gênero “ópera” na América Portuguesa, já que os edifícios teatrais então existentes eram denominados como “tablado das comédias”, “lugar da representação” ou apenas “teatro”. Também a menção de que atores vivos representavam as tais “óperas” para o público da capital das Minas Gerais, em contraposição com os “bonecos” que atuavam no Rio de Janeiro, indica a existência precoce da profissão de ator profissional empregado por uma companhia permanente. Os atores de Vila Rica estavam plenamente em cena, ao contrário dos “bonecreiros” que manipulavam as marionetes e emprestavam suas vozes para os atores com “alma de arame e corpos de cortiça”, como define António José da Silva. Esses atores atuavam por toda uma temporada regular, e não somente nas representações realizadas durante as festas civis e religiosas. A primeira Casa da Ópera de Vila Rica, cuja existência pode ser comprovada desde 1746, esteve em funcionamento pelo menos até 1751, o que revela o êxito da atividade teatral realizada na capital mineira durante a primeira metade do século XVIII, já que uma atividade comercial deve necessariamente ser lucrativa para ser mantida por mais de 5 anos consecutivos.

Não sabemos ao certo quando a primeira Casa da Ópera desapareceu da paisagem urbana de Vila Rica, mas o certo é que não tardaria muito para que um novo edifício teatral, provavelmente maior e mais nobre, fosse construído na capital mineira. Em 1769, a edificação da Casa da Ópera, que ainda hoje se conserva em Ouro Preto, já estava em curso, tendo sido uma iniciativa do rico comerciante e contratador português, estabelecido nas Minas Gerais desde os tempos da antiga Casa da Ópera, o coronel João de Souza Lisboa. A Casa da Ópera de Souza Lisboa, em funcionamento desde o dia 6 de junho de 1770, é, portanto, a herdeira de uma rica tradição musical e teatral que existia em Vila Rica décadas antes de sua primeira récita pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVILA, Affonso. Resíduos Seiscentistas em Minas: textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco. Vol.I. Belo Horizonte: Secretaria do Estado de Cultura de Minas Gerais; Arquivo Publico Mineiro, 2006.
- BUDASZ, Rogério. *Opera in the Tropics: Music and Theatre in Early Modern Brazil*. Nova York: Oxford University Press, 2019.
- BUDASZ, Rogério. *Teatro e Música na América Portuguesa: ópera e teatro musical no Brasil (1700-1822), convenções, repertório, raça, gênero e poder*. Curitiba: Deartes - Universidade Federal do Paraná, 2008.
- CALVO, Javier (dir.). *Historia del Teatro Español*. Vol.I. Madri: Editorial Gredos, 2003.
- CARVALHO SOUZA, Iara Liz. Liturgia real: entre a permanência e o efêmero. In: JANCSÓ, István; KANTOR; Iris (org.). *Festas: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. pp.545-567.
- DE LOS REYES PEÑA, Mercedes; BOLAÑOS DONOSO, Piedad. El Patio de las Arcas de Lisboa. In: DIEZ BORQUE, Javier María (ed.). *Teatros del Siglo de Oro: corrales y colisiones en la Peninsula ibérica*. Cuadernos de Teatro Clásico, Madri, n.06, p. 265-315, 1991.
- JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. Falando de Festas In: JANCSÓ, István; KANTOR; Iris (org.). *Festas: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. pp.3-13.
- MARRECO BRESCIA, Rosana. From puppets to Opera: 300 years of the first permanent theatre of Brazil. *Revista Musica Hodie*, Goiania, v.19, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/musica/article/view/57745>
- MARRECO BRESCIA, Rosana; LINO, Sulamita. O Teatro de tradição ibérica na América Portuguesa na primeira metade do século XVIII: arquitetura e repertório. *European Review of Artistic Studies*, Vila Real, v. 4, n.1, p. 31-53, 2013.
- MARRECO BRESCIA, Rosana. *C'est là que l'on joue la comédie: les Casas da Ópera en Amérique Portugaise au XVIIIème siècle*. 2010, 770 f. Tese (Doutorado em História Moderna e Contemporânea) - Université Sorbonne – Paris IV, Paris, 2010.
- MELLO E SOUZA, Laura. Festas Barrocas e vida cotidiana em Minas Gerais. In: JANCSÓ, István; KANTOR; Iris (org.). *Festas: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Universidade de São Paulo e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. pp-183-195.
- RODRIGUES, Jorge, *Relaçam da Aclamação que fez na Capitania do Rio de Ianeiro do Estado do Brasil, & nas mais do Sul, ao Senhor Rey Dom João o IV*. Lisboa: Domingos Álvares Livreiro, 1641.
- SONNERAT, Pierre. *Voyage aux Indes Orientales et à la Chine*. Vol.4. Paris: Dentu, 1806.
- Theatro Comico Portuguez*. Lisboa: na Regia Oficina Sylviana da Academia Real, 1761.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2004.

FONTES DOCUMENTAIS

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Portugal). Conselho Ultramarino. Cx.45, D.4043, Rolo 5.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Portugal). Conselho Ultramarino. Cx.51, D.4489, Rolo 57.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Cartórios. 4º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro, Livro de escrituras 89, fls. 63 a 64v.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Cartórios, 2º Ofício de Notas da Cidade do Rio de Janeiro. Livro de Escrituras nº70, Fls 27. 27v.

ARQUIVO PUBLICO MINEIRO (Brasil). Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx.18, d.59 (18 de junho de 1746).

ARQUIVO PUBLICO MINEIRO (Brasil). Câmara Municipal de Ouro Preto. Cx.25, doc.11, fl.03.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Manuscritos. II.24,15,45.

BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). Manuscritos. Descrição, Armonia e Fermoza, 16º Volume. COD. 1379//5.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS NO AMAPÁ E A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL.

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO
Universidade Federal do Amapá
elivaldo.pa@hotmail.com

RESUMO

Diante da crível inexistência de políticas públicas voltadas ao fomento/preservação da memória documental e cultural local, este artigo busca assinalar a urgente e necessária demanda por digitalização e disponibilização dos acervos documentais públicos e privados atinentes a diferentes contextos e aspectos da história amapaense, muitos dos quais encontram-se dispersos e em vulnerável estado de preservação. Trata-se de um breve e parcial estudo de caráter qualitativo. Nesse atinente, lançamos mão de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista como estratégias metodológicas. Também buscamos balizar alguns conceitos como educação patrimonial, identidade, documento histórico e preservação digital de modo a relacionar a prática de digitalização de documentos históricos à conservação da memória documental e cultural. Os resultados apontam para a ausência de políticas públicas específicas a temática em tela e o descaso com o patrimônio histórico local (Museu Joaquim Caetano da Silva) que concorrem para o conseqüente atraso no desenvolvimento científico e cultural no Estado.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Museu Joaquim Caetano da Silva; Digitalização de documentos históricos; Amapá.

HISTORICAL DOCUMENTS IN
AMAPÁ AND THE PRESERVATION
OF CULTURAL MEMORY.

ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO
Universidade Federal do Amapá
elivaldo.pa@hotmail.com

ABSTRACT

Given the credible inexistence of public policies aimed at promoting/preserving local documentary and cultural memory, this article seeks to highlight the urgent and necessary demand for digitization and availability of public and private document collections relating to different contexts and aspects of Amapá's history, many of which are dispersed and in a vulnerable state of preservation. This is a brief and partial qualitative study. In this regard, we use bibliographical research, document analysis and interviews as methodological strategies. We also seek to outline some concepts such as heritage education, identity, historical document and digital preservation in order to relate the practice of digitizing historical documents to the conservation of documentary and cultural memory. The results point to the absence of specific public policies for the theme in question and the disregard for the local historical heritage (Museu Joaquim Caetano da Silva) that contribute to the consequent delay in scientific and cultural development in the State.

Keywords: Heritage Education; Joaquim Caetano da Silva Museum; Digitization of historical documents; Amapá.

INTRODUÇÃO

A preocupação em desenvolver “políticas públicas” direcionadas à preservação da história e dos bens que compõe o patrimônio cultural de um povo tem sua origem no final do século XVIII, ainda no rescaldo da Revolução Francesa, com a criação do Comitê de Salvação Pública¹ (HOBSBAWN, 1997; SABOUL, 1989). A ação pode ser vista como a primeira iniciativa eminentemente pública (Estado), com vistas à preservação dos bens que compunham e simbolizavam a história e o passado de uma sociedade.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconhece que o patrimônio cultural dos brasileiros compõe a sua identidade e diversidade cultural (e étnica), valores estes que são igualmente reconhecidos e valorizados como importantes marcadores civilizatórios no processo de constituição da sociedade nacional (BRASIL, 1988, Art. 216).

Com a promulgação do Decreto-Lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 no contexto da “Era Vargas”, responsável por viabilizar e fomentar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional de então, assinala desde já um importante – mas não necessariamente satisfatório – aceno republicano institucional com uma política de proteção e valorização do legado do passado e memória nacional (BRASIL, 1937). Para tanto, convém ao poder público o dever de aproximar a população de sua herança cultural, por meio de projetos e iniciativas educacionais voltados à conscientização e preservação de cada peça do conjunto do patrimônio local indistintamente, inclusive os documentos escritos.

Por certo, ações do tipo garantirão ao Estado e à sociedade, a solidez necessária à manutenção de suas referências e contornos identitários, históricos, culturais, comunitários, pessoais e geracionais. Grosso modo, a questão que se coloca é que, nenhum patrimônio cultural – por mais consistente, relevante e estruturante que o seja para um determinado grupo e ou contexto social – se mantém integralmente incólume ao tempo e a degradação tão somente pelo uso social cotidiano que as pessoas dele o fazem. Isso se dá, sobretudo, pela soma e confluência de uma gama de iniciativas/práticas, circunstâncias e atores; de cujo protagonismo o Estado também é parte.

Neste sentido, é digno que se reflita e compreenda a forma como o poder público pode efetivamente contribuir para que a sociedade amapaense reconheça a real necessidade de se preservar os seus acervos documentais históricos. Alguns talvez preservando dados elucidativos sobre diversos aspectos da história do Amapá e da Amazônia.

Considerando as relativas dificuldades de acesso a diferentes tipos de fontes bibliográficas e documentais no e do estado do Amapá, este artigo pretende discutir a importância de se preservar a memória cultural/documental amapaense.

A intenção é chamar a atenção para a premente necessidade do artifício da digitalização (transformação de um produto físico em código digital) dos acervos de documentos públicos e privados como estratégia alternativa à preservação e conservação da história e memória documental local. Isso sem dúvida já é realizado por várias instituições alhures (Hemeroteca Digital, Slavery Voyage data-base, CPDOC) em outros estados e países, até mesmo no Amapá.

¹ Órgão executivo criado em 30 de maio de 1793 encarregado de preservar o patrimônio histórico da França e dotado de poderes extraordinários.

Do ponto de vista local, algumas iniciativas, embora isoladas, tem feito um trabalho de grande valia nesse sentido.

Por exemplo, em 2016, a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias “firmou parceria com a Prefeitura Municipal de Macapá (PMM) para digitalizar todas as informações dos livros de registros de óbitos dos três cemitérios da capital e dos distritos”. O trabalho, de caráter estritamente voluntário, foi realizado por um grupo quatro fiéis da própria igreja treinados pela Organização Family Search, que é parte da instituição religiosa. Segundo veiculou a matéria naquele ano, tal iniciativa representaria uma significativa economia de aproximadamente R\$ 20 milhões de reais aos cofres municipais.²

Outrossim, trata-se de um estudo de natureza exploratória e qualitativa que fez uso de pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevista com alguns interlocutores que atuavam no Museu Joaquim Caetano da Silva (MHJCS), em Macapá-AP. Além disso, foram eventualmente balizados alguns conceitos, tais como educação patrimonial, identidade e preservação digital. Tentando, assim, relacionar a prática de digitalização de documentos à conservação da memória documental e cultural local com projetos voltados a educação patrimonial, pois tal processo, a nosso ver, ensinará as atuais e futuras gerações meios simbólicos e materiais de identificação, compreensão e valoração da herança cultural.

A digitalização massiva e sistemática desses documentos representa uma mudança profunda na preservação dos dados históricos. Segundo o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), essa digitalização é uma das ferramentas essenciais para o acesso e difusão dos acervos arquivísticos, além de contribuir para sua preservação, uma vez que restringe o manuseio aos registros originais. Entretanto, ressalta-se que é também o meio mais frágil e vulnerável de armazenamento, daí a necessidade de uma constante atualização de suporte e de formato.

Tendo em vista que esse processo é de tal modo complexo e caro, mas necessário para democratização da informação arquivística e preservação da memória nacional e local, o Estado tem a obrigatoriedade de fomentar e executar políticas públicas voltadas para a viabilização deste. Sendo assim, até o momento, não há nenhum projeto que se preocupe de forma mais detida com a conservação das fontes históricas de uma história tão vasta, mas ainda relativamente pouco conhecida.

Para a construção do presente ensaio, são inicialmente feitas análises bibliográficas e documental, bem como a análise do processo de digitalização dos documentos históricos e os problemas inerentes a esse tipo de suporte e as alternativas existentes para minimizá-los. Na sequência, discute-se a importância da digitalização desses documentos no que tange a preservação da memória amapaense, garantindo a proteção de documentos de valor permanente. Com base na discussão, na análise e levantamento dos documentos presentes no museu histórico do Estado, identificam-se os fatores necessários para salvaguardar os documentos históricos do Amapá.

Busca-se assim, a afirmação da hipótese de que a criação de projetos voltados para a educação patrimonial e preservação da memória cultural, por meio da digitalização dos documentos. Isso sem dúvida poderá contribuir de forma significativa para o desenvolvimento

² A matéria do portal de notícias G1 Amapá está disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/07/informacoes-dos-livros-de-registros-de-obitos-do-ap-serao-digitalizados.html>>. Acesso em julho de 2020.

do Estado e para o enriquecimento de seu acervo histórico/cultural. Diante deste contexto, acreditamos que o poder público e a sociedade terão a oportunidade de conhecer a história até então não divulgada, garantindo ao povo amapaense a possibilidade de se identificar, entender e valorizar sua herança cultural.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Por muito tempo a história de um dado lugar ou povo era quase sempre escrita pelo olhar limitado. Em grande medida motivado pela restrita noção positivista de documento histórico e/ou por uma determinada classe ou grupo social privilegiado, ignorando ou deixando de lado (quase sempre) a experiência histórica das “classes de baixo” (populares) com sua interessante, mas não menos importante, “história vista de baixo” (History From Below) (SHARPE, 1992).

Daí a necessidade, evocando a velha, mas revolucionária lição do francês Marc Bloch sobre o ofício do historiador, de se analisar os documentos históricos com um olhar epistemológico mais acurado e criterioso. A problematização metódica do documento é um caminho nessa direção.

Sendo o Brasil um país pluricultural e de dimensões geográficas continentais, para que cada região mantenha viva a história de seu povo e com ela se identifique e relacione, cada Estado deve buscar viabilizar e desenvolver ações educativas voltadas ao reconhecimento, valorização e preservação de sua cultura local e patrimônio, seja este material ou imaterial; pois todos estes elementos compõem, a rigor, a história de cada região.

Quer dizer, são elementos de processos próprios de formação e desenvolvimento. Para a sociedade compreender de fato a importância de se preservar o patrimônio histórico e cultural que dá sentido e inteligibilidade a gênese e a história de um povo, é mister que se estimule a conscientização histórica cidadã.

Além disso, esta conscientização histórica deve ser facultada e desenvolvida no indivíduo tão logo desde a sua tenra infância, pois quando incorporada na base de sua formação humana, influenciará sobremodo na construção de seus elos e contornos identitários. Assim:

Identities, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização. Embora, [...], as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes, somente assumem tal condição quando e se os atores sociais a internacionalizam, construindo seu significado com base nessa internacionalização (CASTELLS, 2002, p. 23).

É importante que se entenda que, na contemporaneidade, a identidade passa por um processo de crise e conflito que a faz fragmentar-se, tornando-a provisória, instável e oscilante. Com base em Hall (2013, p. 273-291), isso ocorre porque as constantes mudanças estruturais e institucionais, somadas as influências trazidas de contextos alheios de “fora” leva o indivíduo a perder sua “identidade fixa”. Este passa a ter a dinâmica de “múltiplas identidades”, as quais muitas vezes se contradizem por se diferenciar bastante do chão e esteira de sua própria realidade (HALL, 2013, p. 372).

Dessa forma, a construção da identidade cultural local exige que o indivíduo se sinta

livremente identificado com os elos orgânicos do passado de sua própria história. Embora a identidade seja dinâmica e influenciada de acordo com a época e seus acontecimentos, é ela, junto à memória, que irá influir no que permanecerá de uma cultura ou não.

Embora a discussão em torno do processo de educação patrimonial seja relativamente recente no Brasil, com início na década de 1980, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) assegura que o fomento da educação patrimonial é garantia para a preservação e desenvolvimento do patrimônio brasileiro. Assim, a consciência histórica pode ser estimulada a partir dos pressupostos da educação patrimonial podendo ser pedagogicamente inseridos nos programas curriculares e nos componentes de ensino do sistema formal de educação de crianças, jovens e até adultos.

Isto pode dar ensejo a que estes sujeitos sociais compreendam e valorizem ainda mais sua cultura; a fim de que seus valores, história e crenças mais genuínos não sejam sistematicamente substituídos, esvaziados ou se percam pela influência de outras referências no curso do tempo.

Como afirma Grunberg (2000, p. 2), “[...] reconhecer o passado cultural do qual o cidadão é herdeiro é mais um passo na conquista da sua identidade cultural e na compreensão e consciência do presente”. Deste modo:

[...] a Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de alfabetização cultural “que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido”. Este processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e comunidades, e à valorização de sua cultura (HORTA, 2003, p.7).

A escola, neste atinente, revela-se um ambiente socialmente privilegiado, pois acaba sendo um potencial meio de encontro de múltiplas e novas convivências; como um laboratório cultural de sociabilidades entre diferentes pessoas.

Nela cada educando carrega consigo um repertório de experiências e referências culturais individuais e coletivas, e o meio escolar é o lugar para onde estes repertórios convergem e interagem. A dinâmica destas interações tem na experiência escolar a sua mediação. A experiência direta, sem entremeios e desvios, é a chave para o cidadão chegar à compreensão e valorização de sua cultura, encontrando e desenvolvendo soluções inovadoras para a preservação do patrimônio cultural.

Pode-se aventar que a preservação do patrimônio cultural está ligada, de um lado, ao direito de livre acesso do cidadão brasileiro à memória coletiva e social; à informação, à sua história, e ao conjunto de documentos históricos de sua comunidade e de seu grupo geracional.

A memória coletiva é um patrimônio socialmente construída, seletiva, partilhada e transmitida por um grupo social ou sociedade que por sua vez é responsável por tentar manter a centelha desta memória inexoravelmente acesa por mais tempo. A eficiência e legitimação desse processo é medida pela digna e incondicional participação dos indivíduos.

A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado. Ou, se o quisermos, ao lado de uma história escrita, há uma história viva que se perpetua ou se renova através do tempo e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes

3 Tais discussões se destacam no I Seminário sobre o “Uso Educacional de Museus e Movimento”, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis-RJ.

antigas que haviam desaparecido somente na aparência (HALBWACHS, 2004, p. 67).

Desse modo, antes de tudo, é imprescindível a democratização desses fundos de documentos, ou seja, é necessário “desprivatizá-los”, isto é, resgatá-los do ostracismo e da burocracia alheia. Para isso a educação patrimonial torna-se importante instrumento de desconstrução da ideia de individualismo irracional ao estimular a consciência de uma memória coletiva, uma vez que o processo de ensino-aprendizagem tem como mote formar cidadãos críticos, capazes de reconhecer, questionar, solucionar e mediar problemas sensíveis presentes em sua realidade. Sobretudo quando se tem acesso a documentos e dados ainda não analisados que os conectam a suas origens geracionais e históricas.

Desenvolver projetos e políticas públicas voltados à educação patrimonial é, sem dúvida, papel incontornável da esfera do poder público, que deve estar sensível e atento à necessidade de educar com solidez e pelas lentes da cultura a sua sociedade. A educação é assim a chave primordial no sentido da contínua busca pela valorização da história e cultura de um povo. A construção e compreensão da história de um povo, não surge a partir do nada, mas da confluência e relação entre educação, memória, identidade e os registros documentais históricos, ou seja, da escolha de suportes que serão preservados, analisados e interpretados, garantindo as gerações vindouras o acesso à memória social.

Nesse sentido, convém ao poder público o dever legal de fomentar ações que contribuam efetivamente para construção e valorização da memória, entendendo esta como parte vital do existir de um lugar e das pessoas. Também é dever dele o desenvolvimento de projetos e iniciativas que assegurem a conservação dos documentos históricos e o conseqüente apreço e estima da sociedade pela sua cultura. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 23, inciso III, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos (BRASIL, 1988, Art. 23).

Em virtude dos acelerados processos de mudanças ocorridas no mundo ocidental após a Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, o que também implicou em profundas mudanças tecnológicas, os centros de informações (cuja missão é zelar pela memória do patrimônio público e dar acesso à população às informações contidas em seus arquivos), tiveram de se adaptar a essa nova realidade.

Entre elas se incluem bibliotecas, museus, arquivos, com o objetivo de atender com maior eficiência e qualidade as necessidades de seus usuários. Neste percurso, é importante lembrar o papel dos arquivos, pois segundo Del Priore (2002), a existência dos arquivos é o fundamento do saber histórico, da memória da nação e da construção do Estado.

Assim, e na tentativa de garantir um maior controle e disseminação das informações, atualmente, os documentos presentes nesses locais passam pelo processo de digitalização e microfilmagem. Atitude essa que garantirá a preservação da essência e integridade física dos documentos originais, em virtude do menor manuseio destes, pois os documentos são muito mais que apenas fontes de informações, são a representação materializada da memória factual de um povo.

É importante ressaltar que o Estado precisa da participação e engajamento da população para garantir a proteção do patrimônio. A preservação da identidade e memória popular é uma das muitas prerrogativas a desempenhar pelo ente governamental, mas também é dever de toda a sociedade mobilizar-se nesta causa. Isto é, a participação da população questionando e exigindo a criação de políticas públicas específicas para a preservação da memória e identidade local, garantirá a conservação dos bens (materiais e imateriais) que constituem o patrimônio cultural do estado do Amapá

A NECESSIDADE DAS FONTES DOCUMENTAIS PARA A PESQUISA HISTÓRICA

Importante fonte de informações e construção do conhecimento e da pesquisa histórica, reconhecido como tal desde o século XVII, mas triunfado somente no século XX, os documentos, lato sensu, são o ponto de partida para a pesquisa histórica. Na medida em que o pesquisador começa a indagá-los e problematizá-los (PINSKY; LUCA, 2015; BLOCH, 2001), mesmo que seja reconhecido como “prova” de um fato, estes não devem ser considerados como verdade absoluta.

Devem ser metodologicamente analisados e criteriosamente questionados (exame de crítica interna e externa) para que se comprove a “veracidade dos fatos” a que se referem (com suas cargas de subjetividades vieses ideológicos, etc.). Nesse sentido, o historiador tem o papel fundamental na escolha do documento histórico e na utilização dos métodos de investigação científica que corroborem os fatos apresentados em seu conteúdo.

De acordo com o célebre historiador francês Jacques Le Goff (2003, p. 547), “[...] o documento não é inócuo, mas uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época e da sociedade que o produziram”. Logo, o documento histórico em sentido lato, está invariavelmente eivado e coberto de intencionalidades:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 2003, p. 545).

A construção da história de uma sociedade se dá através da memória e dos documentos históricos legados, pois é neles que ficam registrados os fatos marcantes e corriqueiros de uma determinada época. A história é feita não apenas de mudanças, mas de permanências e continuidades (PROST, 2015).

Contudo, convém assinalar que a noção de documento ao longo do tempo, sobretudo nos meados do século XX, foi ganhando um sentido muito mais abrangente, inclusive como monumento, distanciando-se cada vez mais daquela história eminentemente política de outrora feita com uma tipologia de fonte muito limitada em textos e documentos escritos (BARROS, 2012).

Em grande medida essa mudança se deu devido ao contínuo processo de renovação da historiografia ocidental, que, abrindo-se a novas abordagens (inclusive interdisciplinares), problemas, objetos e metodologias (BURKER, 1992),⁴ produziu uma historiografia riquíssima e trazendo a lume fontes documentais não muito usuais como: obras literárias,

⁴ A esse respeito sugerimos consultar à clássica coleção de ensaios organizada por Le Goff e Nora (1988).

dados estatísticos, imagens iconográficas, canções, filmes, testamentos, jornais, fontes orais etc. (BARROS, 2012; REIS, 2000). Ato contínuo, a leitura que Le Goff (2003) faz sobre a ideia de documento como monumento, é que ele carrega as marcas próprias e indelévels do seu tempo.

Através dos documentos (registros históricos) é possível identificar e entender, senão toda, mas parte da trajetória e dos processos humanos no tempo e no espaço, pois são fontes subsidiárias e complementares do *métier* do historiador. São fontes de conservação e “recuperação” (REIS, 2000, p. 123) da memória coletiva, na medida em que permite ao homem consultá-las e explorá-las das mais variadas formas, intensificando a pesquisa histórica ao disponibilizar ao pesquisador através das análises, a possibilidade de novas versões e interpretações dos fatos ocorridos no passado.

Resgatar esse passado significa, primeiramente, dar voz aos documentos históricos, perquirindo-os nas suas menores marcas, exumando-os nas suas informações mais concretas ou mais modestas, iluminando as lembranças mais apagadas (DEL PRIORE, 2000, p. 15).

Os documentos, enquanto fontes essenciais de renovação de conhecimentos para o ensino da história escolar, contribuem para desmistificar e provar que aprender história não se limita tão somente ao ato de memorizar e decorar artificialmente datas e fatos (didática “mnemônica factual”). O educando, quando estimulado enquanto potencial pesquisador, compreende que conhecer história não se limita apenas a entender o enredo e a narrativa dos fatos em si; é preciso construí-los, problematizando-os, relacionando-os com as experiências do cotidiano e de sua conseqüente realidade concreta (PINSKY, 2010).

Nesse sentido, o documento é importante na formação do homem crítico e na investigação científica, no momento em que o pesquisador encontra nestes, as respostas de que precisa para a análise de seu objeto de estudo. Pois como afirma Del Priore (2002, p. 7) no artigo “Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador”: “[...] a história não se define pelo seu objeto, nem pelos documentos que lhe permitem reencontrar o fato, mas pela pergunta, o problema que é colocado aos documentos”.

As informações contidas no documento, quando devidamente utilizadas, são fontes essenciais da pesquisa histórica, científica, social e política. Ou seja, é a base empírica da produção intelectual, uma vez que o documento precisa ser intelectualmente lapidado e dissecado, pois, sozinho, isolado e ensimesmado o mesmo se esvai de sentido, tonando-se às vezes anacrônico em seu próprio tempo e contexto. Para o/a historiador/a e o/a pesquisador/a o documento é fonte inesgotável de informação. Um mesmo documento pode ser interrogado sobre várias questões/perspectivas/ângulos, e por diferentes métodos.

Por isso, as pesquisas realizadas através da análise e questionamentos feitos às fontes primárias não se esgotam, sobretudo porque cada pesquisador tem uma forma particular ou subjetivamente pessoal de lidar com cada documento. Diferentes perguntas feitas aos mesmos documentos permitem conseqüentemente que se alcance diferentes respostas, ensejando até novas e pertinentes questões; e assim se avança, à maneira de uma engrenagem dialética o saber historiográfico.

Outro ponto fundamental que não pode deixar de ser mencionado é quanto à

necessidade da comunidade científica e da sociedade em geral entender que os documentos vão além de registros criados em virtude da burocracia administrativa do Estado ou das mãos dos homens de poder. Tais registros são também fontes do saber, são evidências da realidade cujas informações traduzem o olhar do sujeito histórico sobre a sociedade, por isso devem ser preservados na sua integridade. Os documentos são assim um enclave de histórias e sentidos.

Por meio da sua sistemática digitalização, o acesso às fontes primárias permitirá ao público não apenas conhecer a história, mas utilizá-las para contribuir na ampliação da produção de novas pesquisas e para a escrita da própria história. Uma sociedade bem informada, conhecedora de sua história, com sua propriedade intelectual desenvolvida, é capaz de garantir e valorizar sua cultura, além de contribuir para o desenvolvimento de seu Estado.

O PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO

A digitalização é a reprodução por varredura eletrônica em disco ou outro suporte de alta densidade que permite a visualização do documento em terminal e, por sua vez, possibilita o acesso de mais de um usuário à fonte, além disso, mantém os originais em segurança. Digitalizar um documento não é simplesmente pegar, scannear e pronto! O documento deve ser submetido previamente ao minucioso e artesanal trabalho de higienização e catalogação e por fim, digitalização.

O equipamento deve ser específico, de acordo com cada documento trabalhado e o estado de conservação em que este se encontra. No mercado atual, existem disponíveis diversos tipos de equipamentos de captura digital para imagens que se aplicam aos diversos tipos de documentos arquivísticos. Dentre eles, destacam-se: os escâneres de mesa, escâneres planetários⁵, câmeras digitais, escâneres de produção e alimentação automática, etc.

Para que o processo de digitalização ocorra de forma eficaz, são necessários alguns passos, a saber: delimitar o universo documental a ser digitalizado; definir políticas de utilização de objetos digitais; definir formas de recuperação e armazenamento; estimativa de recursos necessários; técnicos qualificados: operadores, informáticos, arquivistas e bibliotecários; equipamento: hardware e software de captura, processamento, armazenamento e acesso; prever os custos com a manutenção, gestão de redes e custos de acesso.

É comum que muitos registros documentais textuais, pelo estado de abandono e deterioração em que encontram nos fundos dos arquivos de instituições e órgão do poder público local, estejam em iminente risco de se perderem por conta do descaso e da pouca atenção que lhe são dadas. Para fazer frente a isso, em certos casos costuma-se adotar como medida preventiva a digitalização dos mesmos na tentativa de preservar esses documentos para que fiquem ausentes do risco de extinção, preservando desse modo o formato físico e o digital.

A digitalização de documentos de valor histórico, permanente, hoje é um recurso comumente utilizado por facilitar a divulgação das informações contidas nestes. E por reduzir o risco de perda desse material em função da ação do tempo e da má conservação em locais inadequados e do frequente manuseio sobre os documentos, é necessário um planejamento

⁵ Instrumento de aporte tecnológico capaz de digitalizar documentos de diferentes tipos e de forma ágil e sem muito manejo.

prévio de qualidade para definir as prioridades do acervo a ser digitalizado.

O CONARQ defende que a preservação da informação em formato digital não se limita ao domínio tecnológico, envolve também questões administrativas, legais, políticas, econômico-financeiras. Envolve, sobretudo, a descrição dessa informação por meio de estruturas de dados que viabilizem o gerenciamento da preservação digital e o acesso no futuro (HOLLÓS, 2010). Além disso, também afirma que preservar exige compromissos de longo prazo entre os vários segmentos da sociedade: poder público, indústria de tecnologia da informação, instituições de ensino e pesquisa, arquivos e bibliotecas nacionais e demais organizações públicas e privadas, pois embora a digitalização facilite o acesso às informações, estas apresentam certa instabilidade.

A digitalização dos acervos é complexa por exigir planejamento, haja vista que o custo de implantação desse projeto é elevado, bem como a atualização e manutenção de versões de software e hardware para garantir a preservação e acessibilidade desse material. É importante lembrar que o cuidado durante o processo de digitalização dos originais é fundamental, pois correm riscos de degradação ao ser expostos a excessiva luminosidade e ao manuseio incorreto. Por isso, os métodos necessários para se preservar os documentos variam de acordo com o suporte físico.

Daí a necessidade de políticas públicas voltadas para a manutenção desses documentos e do envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Provavelmente a digitalização seja uma das últimas garantias de se manter viva as informações arquivísticas de um Estado e a disponibilidade destas para as gerações futuras. Digitalizar os documentos históricos é preservar a memória histórica e social de um povo como um bem público de importância imensurável.

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA CULTURAL DO AMAPAENSE: O MUSEU JOAQUIM CAETANO DA SILVA

O estudo exploratório desta pesquisa foi realizado por meio de visitas periódicas ao Museu Joaquim Caetano da Silva (MHJCS). A intenção foi de conhecer e identificar se há possíveis métodos de migração dos documentos físicos para o meio digital. Para tanto, diálogos informais foram mantidos com alguns funcionários do mesmo. O Museu é um órgão estadual que foi criado para exercer um importante papel junto à sociedade na preservação do patrimônio material e imaterial do Amapá.

Transmissor do conhecimento, da informação e responsável por divulgar os acontecimentos históricos do Estado, o MHJCS é um dos guardiões da memória cultural do Amapá. Como bem afirmou Santos (1999), o museu deve ser um espaço integral ou integrado, com ênfase no homem, na sua relação com o meio, na abordagem da totalidade dos problemas da sociedade, tendo como elementos básicos um território, um patrimônio global e uma população.

O MHJCS tem sua origem ligada ao extinto Território Federal do Amapá (TFA)⁶, durante o governo de Janary Gentil Nunes. Criado em 1949, com o nome de Museu Territorial, de quem herdou o acervo eclético constituído de amostras de peças minerais, botânicas, exemplares da fauna regional taxidermizados, indumentária, armamentos de personalidades políticas do estado e etc. Em 04 de maio de 1988, o governador Jorge Nova da Costa extinguiu o MHJCS.

Entretanto, através do Decreto nº 112 de 16 de novembro de 1990, o governador Gilton Pinto Garcia, reativou o MHJCS, cujo nome foi dado em homenagem ao médico e diplomata gaúcho Joaquim Caetano da Silva, autor da obra célebre obra *L'Oyapoc et L'Amazone* (SILVA, 2017).

O prédio que sediava a antiga Intendência de Macapá⁷ (terceiro prédio mais antigo da cidade ainda de pé), em restauração na época, foi escolhido para ser a sede do museu. Segundo o decreto de criação, o MHJCS tinha como objetivo colecionar, estudar e divulgar tudo o que interessa ao conhecimento do homem e da terra amapaense (DIÁRIO OFICIAL, 1990). Em virtude da restauração de seu atual prédio e depois de ordens administrativas, o museu, durante os anos de 1990 do século passado, funcionou até o ano de 1993 no Teatro das Bacabeiras no centro da cidade de Macapá.

Entretanto, em meados de 1998 foi transferido para um recinto no interior da Fortaleza de São José de Macapá, onde provavelmente encontra-se parte de seu acervo. Enquanto a instituição funcionava provisoriamente nas dependências da Fortaleza de São José de Macapá, o prédio do Museu entrou num moroso processo de restauração. Desde a sua criação, o museu recebeu diversas denominações.

Atualmente, é denominado museu histórico. Embora ainda não possua um acervo contabilizado, lá encontram-se documentos manuscritos, datilografados e fotografias. Também há uma diversidade de material arqueológico, adquiridos através de doações de populares, órgãos públicos e do extinto Museu Territorial. A seguir reproduzimos uma foto do dito museu registrada em 2014, ano em que a instituição fora infelizmente fechada em razão da precarização de sua estrutura física.

6 O Território Federal do Amapá (TFA) foi criado pelo Decreto-Lei n. 5.812 durante o governo do presidente Getúlio Vargas. A região foi desmembrada do estado do Pará, e equivalente ao atual estado do Amapá. O primeiro governador do Território amapaense foi Janary Gentil Nunes, oficialmente investido no cargo em 25 de janeiro de 1944 permanecendo até 01 de fevereiro de 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando deixou o posto de chefe do executivo do Território. Ver: LOBATO, Sidney da Silva. *A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)*. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2019.

7 De acordo com Santana o “Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva funciona, atualmente, no prédio da antiga Intendência de Macapá, situado à Av. Mario Cruz, n. 376, bairro central, designado como sua sede própria em novembro de 1990. Este prédio é um dos mais antigos de Macapá, tendo sido construído após a Proclamação da República, por volta de 1895, para abrigar a Intendência Municipal de Macapá [...] O prédio da Antiga Intendência é o único em estilo neoclássico que ainda sobrevive em Macapá e que poderia ser considerado como Patrimônio Histórico do Estado, porém ainda não foi providenciado seu tombamento” (SANTANA, 2019, p. 32).



Figura 1 Frontispício do Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Em 2009, o MHJCS foi reaberto como um espaço cultural multiuso para as atividades de difusão e educação, como a organização de uma biblioteca com atendimento ao público, além de setor administrativo plenamente equipado e mobiliado. No nível do porão, encontram-se a reserva técnica e o laboratório de restauração. O museu é um espaço representativo da arquitetura e da história cultural e política do Amapá. Neste espaço, pode-se observar o testemunho vivo do crescimento, da luta e da constituição da identidade e da memória coletiva, que abrange o vasto patrimônio ambiental do povo amapaense.

Por vários anos, o MHJCS participou das programações culturais que integram a programação oficial da Semana Nacional dos Museus. Durante os eventos, o MHJCS desenvolveu no interior de seu espaço físico diversas atividades e ações direcionadas ao público local e aos turistas. Dentre tais ações, destacam-se: exposições, seminários, oficinas, exhibições de música, teatro, dança e cinema, além de outras atrações.

Até o ano de 2008, o museu tinha como uma de suas atribuições principais o resgate de sítios arqueológicos. Entretanto com a criação da gerência de pesquisa em arqueologia no Amapá, esta atribuição passou a ser exclusivamente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). O MHJCS está localizado no centro da cidade de Macapá-AP, nas proximidades do rio Amazonas. Desde dezembro de 2014, ele está fechado para a visitação do público. A Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), órgão responsável pela gestão do museu, informou que a estrutura do prédio começou a ficar seriamente deteriorada e precisou de reforma.

Os reparos estruturais iniciaram em março de 2015, com previsão para ser reaberto em julho de 2015. Entretanto, até o presente momento (julho de 2020), as obras ainda não foram integralmente concluídas e a sua abertura continua sendo protelada. Historicamente, o MHJCS é o terceiro prédio mais relevante do Amapá. Fica atrás somente da antiga Igreja São José e do Museu Fortaleza de São José de Macapá. Seu valor cultural é inestimável.

Por fim, todo esse deliberado descaso levado a cabo pelo poder público para com o conjunto do patrimônio cultural local e nacional vistos nos últimos tempos, é sintoma de um problema muito maior, qual seja: o incendiário projeto político-ideológico em voga, cujo mote é o total desprezo pelas instituições de salvaguarda e proteção dos bens culturais do país e para o qual as últimas consequências é levar as cinzas os referenciais de nossa memória e história.

A CONSERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS E DA MEMÓRIA DA POPULAÇÃO

As dificuldades em se escrever a história do Amapá reside, em grande medida, no acesso ágil e facilitado às fontes. A ausência de um arquivo público potencializa esses obstáculos. O estado possui uma diversidade de fontes, contudo, elas não estão disponíveis ou organizadas.

Como dito anteriormente, o acervo do MHJCS não está contabilizado. No momento, o público não tem acesso aos documentos escritos, exceto os expostos no salão ou os presentes na biblioteca. Como os equipamentos não estão funcionando, para assegurar o cuidado com os documentos primários, o público não pode manuseá-los por ser necessário todo um cuidado, uma prática que estes não possuem.

Atualmente, os documentos presentes no MHJCS encontram-se reservados em uma sala, onde há o cuidado com a umidade e a temperatura. Essas atitudes foram tomadas pelo poder público devido as mudanças sofridas durante os anos de 1990. Nesse período, muitos documentos foram perdidos, sobretudo os que foram para as dependências da Fortaleza de São José de Macapá, em virtude da umidade presente no monumento.

Segundo entrevista realizada em 2012 com a técnica responsável pela conservação dos documentos do MHJCS, desde 2009, o museu é alvo do “Projeto Salvar”. Financiado pela Petrobrás, o projeto objetiva digitalizar os acervos de documentos históricos do estado do Amapá presentes no museu. Contudo, na prática, não há ainda uma política específica para digitalizar esses acervos. Tecnicamente, os funcionários do museu sabem dos cuidados que se tem para a conservação destes, mas faltam recursos para isso.

O projeto de digitalizar os documentos históricos presentes no acervo do museu ainda não foi concluído e atualmente está parado. Segundo o que se apurou, não há técnicos, equipamentos específicos e suficientes para a realização desse trabalho, bem como se desconhece dotação de orçamento e verbas destinadas para tal fim. Desde a década de 1990 do século passado, se discute no estado a questão da criação do arquivo público e da manutenção deste. Mas até agora, nada foi feito de fato para a implantação de uma política específica destinada à conservação da memória documental e cultural do Amapá.

Trabalhar a memória cultural do estado, com vistas à identificação da sociedade para com sua cultura não exige apenas promover shows culturais, amostras, exposições, dentre outros. Exige o desenvolvimento de projetos que aproximem a sociedade de suas origens, que permita a esta se reconhecer e entender o processo de desenvolvimento de seu meio, lugar e sociedade.

Digitalizar esses documentos é uma das formas de aproximar e engajar a população, facilitando o acesso da mesma ao seu passado por meio eletrônico, uma vez que diante

da possibilidade do fácil acesso, crianças e adultos terão a oportunidade de conhecer e se identificar com sua história.

De acordo com a Constituição do Estado do Amapá, Seção III – Da competência do Estado – artigo 12 (AMAPÁ, 1991), compete ao Estado legislar sobre: proteção do patrimônio histórico, cultural, turístico e paisagístico. Portanto, conservar esses documentos e disponibilizá-los à sociedade é um dever do Estado, mas que infelizmente, até o presente momento ainda não fez nada de concreto em relação a isso.

É importante também que diga, que o museu ainda não dispõe de técnicos específicos para lidar com o trabalho profissional de digitalização. Verificou-se a falta de vários profissionais especializados no espaço do MHJCS. Dentre eles, citam-se: bibliotecários, arqueólogos, museólogos, especialistas em informática e especialistas em digitalização dos documentos históricos.

Embora os custos na digitalização sejam elevados a princípio, se comparados aos custos gastos na preservação de acervos de suportes tradicionais, a digitalização é muito mais viável, com um custo bem menor. Além disso, poupa os originais do manuseio constante. De acordo com a conservação deste, um documento digitalizado pode durar anos, em média, chega a durar 100 vezes mais que mídias físicas.

A preservação da totalidade da massa documental produzida por algumas organizações, física ou digitalmente, seria um grande peso no orçamento. Por outro lado, sua total eliminação seria um golpe na história. O arquivo criado por uma organização não conta apenas sua história, mas, aliado a um conjunto testemunhal composto por informações externas, arquivísticas ou não, constitui memória, cuja extensão pode se revelar surpreendente (BELLOTO, 2004, p. 271).

É importante lembrar que embora as ameaças aos documentos em suportes tradicionais sejam inúmeras, qualquer tipo de documento independente de seu suporte físico está sujeito às ameaças. Por isso a necessidade do Estado auxiliar no suporte desses documentos, bem como buscar auxílio externo para a migração digital, já que não possui recursos nem meios próprios para digitalizá-los.

É pertinente ressaltar que, em 2003, o governo federal, através do Ministério da Cultura (MinC) desenvolveu um plano de implementação de políticas públicas para museus, dando sinais do reconhecimento da importância dos museus na vida cultural e social brasileira.

Embora estas políticas de incentivos e reconhecimento aos museus nacionais seja uma realidade nacional, alguns estados não estão priorizando e/ou desenvolvendo políticas públicas para a preservação da cultura/história de seu povo. O Amapá está incluso nesse grupo. Portanto, avalia-se que a efetivação de projetos de incentivo aos museus do Amapá exige o resgate da relação estado/sociedade. Acreditamos que os museus amapaenses são espaços legitimadores de ideias, além de espaço educativo rico em proporcionar reflexão e discussão sobre a história e cultura brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de uma política voltada especificamente para a preservação dos acervos de documentos históricos do Amapá é um dos fatores responsáveis pelo relativo atraso no desenvolvimento científico e cultural do estado.

Essa ausência põe em risco a própria história local, pois muitos documentos já foram perdidos em função do descaso: em alguns momentos pelos próprios órgãos, repartições e secretarias públicas dos diferentes poderes do estado, em razão do destino incorreto dado aos acervos.

Digitalizar esses documentos é a garantia da preservação da memória cultural do Estado e do acesso destes às gerações futuras, sendo de fundamental importância ações públicas voltadas à preservação desse patrimônio.

Nos estudos e pesquisas históricas, trabalhar com fontes documentais é motivador, pois permite ao educando a possibilidade de explorar novas descobertas e interpretações sobre o objeto de estudo. E uma vez digitalizados esses documentos, todos terão acesso direto as fontes. Isso possibilita o desenvolvimento de novas pesquisas e o enriquecimento da historiografia amazônica, uma vez que a dificuldade do acesso às fontes históricas tem dificultado esse processo.

Se as ações públicas se preocuparem com a construção do conhecimento e da conscientização histórica da população - por meio de medidas voltadas para a necessidade de projetos para a educação patrimonial e para o processo de digitalização dos documentos históricos do Estado - a sociedade de modo geral terá oportunidade de se reconhecer e valorizar sua herança cultural.

A digitalização dos documentos históricos do estado do Amapá só tem a enriquecer no desenvolvimento do Estado. Esse processo disponibilizará informações para um número maior de pessoas, o que aumenta a possibilidade de novas pesquisas e projetos para a região.

Portanto, a digitalização não deve se restringir apenas ao acervo do museu, o ideal é iniciar por ele e se externar aos demais documentos presentes na Fortaleza de São José de Macapá, na Biblioteca Pública Professora Elcy Lacerda e no Museu Sacaca. Afinal, a digitalização da memória cultural do Amapá possibilitará não somente que a população tenha acesso à sua história, mas que o mundo e o resto do Brasil conheçam e aprendam um pouco mais com essa região tão rica, mas ainda pouco conhecida e valorizada pelo próprio país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMAPÁ. Museu Joaquim Caetano da Silva. Histórico. Disponível em: <<http://www.amapaturismo.com.br/portal/index2.php?pg=noticia&id=504>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- AMAPÁ. Portal G1. Informações dos livros de registros de óbitos do AP serão digitalizados. 03/07/2016 - 08h13. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/07/informacoes-dos-livros-de-registros-de-obitos-do-ap-serao-digitalizados.html>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Diário oficial, nº 0463, p. 4, 1990. Macapá, 1990.
- BARROS, José D'assunção. Teoria da história volume V: a escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. v. 4.
- BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício de historiador. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_30.06.2004/CON1988.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BRASIL. Constituição do Estado do Amapá. Macapá, 1991. Disponível em: <<http://www.al.ap.gov.br>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2020.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BURKE, Peter. A revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: Ed. UNESP, 1992.
- CARDOSO, Francinete do Socorro Santos Cardoso. Entre conflitos, negociações e representações: o Contestado franco-brasileiro na última década do século XIX. Belém: UNAMAZ/UFPA/NAEA, 2008.
- CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2. Rio de Janeiro, Editora: Paz e Terra S/A, 2002.
- DEL PRIORE, Mary. História das crianças no Brasil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. Territórios e Fronteiras: Revista de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, v. 3, n. 1 jan – jun 2002. Disponível em: <<http://www.upf.br/ahr>>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- GRUNBERG, Evelina. Educação Patrimonial: Utilização dos Bens Culturais como Recursos Educacionais. Museologia Social. Porto Alegre. Secretaria municipal de cultura, 2000.
- HALBWACHS, Maurice (1877-1945). A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 2004.
- HALL. Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Tradução Adelaine La Guardia Resende. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções: Europa 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLLÓS, Adriana Cox; et al (org). Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, abril, 2010.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. O que é Educação Patrimonial. 2003. Disponível em: <<http://stoa.usp.br/biacavalcanti/files/616/4128/Educa%C3%A7%C3%A3o%20patrimoia>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 5. ed. Trad. De Bernardo Leitão Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. v. 3. [original: 1974].

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX. 2017. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330590>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. Apresentação. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi; Jaime PINSKY. Por uma história prazerosa e consequente. In: KARNAL, Leandro (org.). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PROST, Antoine. Dozes lições sobre a história. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

REIS, José Carlos. Escola do Annales: a inovação em História. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTANA, Marcelo Moreira. Museu Histórico Joaquim Caetano da Silva: história e Memórias. 2019. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História), DFCH – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Reflexões sobre a nova museologia. Salvador - BA: [s.n.], 1999.

SILVA, Joaquim Caetano da. O Oiapoque e o Amazonas: questão brasileira e francesa. Tradução de Ana Paula Leitão e Marlene da Silva Furtado de Mendonça – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKER, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. Tradução de Magna Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. pp. 39-62.

SOBOUL, Albert. A revolução Francesa. Edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa, 1789-1989. Rio de Janeiro: Bertrabd Brasil, 1989.

“FALANDO SOBRE HISTÓRIA
ORAL” - ENTREVISTA COM O
PROFESSOR DR. ARNALDO
JOSÉ ZANGELM.

MAYCON EMILIO VICENTE ALVES
Universidade Federal de Ouro Preto
maycon.emilio94@gmail.com

RESUMO

A idealização dessa entrevista nasceu durante a participação em um minicurso ofertado pelo curso de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), em maio de 2021. A proposta aqui estabelecida é promover um diálogo com um pesquisador especialista no tema sobre História Oral, visando contribuir com o debate a respeito dessa metodologia e seus desdobramentos.

Palavras-chave: História Oral; História; Metodologia; Memória.

“TALKING ABOUT ORAL
HISTORY” – INTERVIEW WITH
DR. ARNALDO JOSÉ ZANGELM.

MAYCON EMILIO VICENTE ALVES
Universidade Federal de Ouro Preto
maycon.emilio94@gmail.com

ABSTRACT

The idealization of this research was born during a participation in short course offered by Major on History of Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), in may of 2021. The proposal established here is to promote one dialogue with a reseacher specialist in Oral History, aim to contribute with the debate about this methodology and their unfoldings.

Keywords: Oral History; History; Methodology; Memory.

Pergunta 01: Arnaldo, muito obrigado por aceitar o convite para nossa conversa. É um prazer entrevistá-lo. Para começar o nosso papo, gostaria que nos falasse sobre o ponto de partida de seu envolvimento com a História Oral? E, enquanto pesquisador, o que te atrai neste modo de “fazer História”?

Arnaldo: Boa tarde! Eu que te agradeço pela oportunidade de conversar sobre um tema que eu gosto muito, que eu acho muito importante, que é a História Oral. Então, eu comecei a História Oral, a trabalhar com a História Oral, muito em função das pessoas que eu conheci ao longo da graduação, eu tinha já um interesse por Ciências Sociais, né! E tive contato com um professor, que hoje é muito meu amigo, o Paulo Grassino, hoje professor da UFPR. Ele era substituto no ICHS na época que fui estudante, e nas disciplinas ele era das Ciências Sociais. Eu estava interessado nessa área, né, já tinha me chamado atenção, fiz algumas disciplinas com ele, e ele trabalhava com História Oral e me apresentou a História Oral, e tivemos a ideia de estudar a história do Instituto em que ele trabalhava e eu estudava, o ICHS da UFOP, né! Então, para estudar esse Instituto, além de documentação escrita era interessante entrevistar pessoas que passaram por lá. Então a História Oral veio, para mim, tanto pelas pessoas com as quais eu me relacionei, outras pessoas também ligadas ao Paulo e que estavam estudando através dessa metodologia, e também pelo objeto, por ser pertinente para o objeto que eu estava olhando, relacionado mais com o presente, naquela época eram os últimos vinte anos da história do Instituto.

Interessante isso, como a gente tende a olhar para o passado e ver nossa trajetória meio em função do que a gente se tornou no futuro, né! Mas, como a nossa trajetória é influenciada por circunstância que nós não temos tanto controle, não determinamos, são circunstâncias, que não são tão determinadas por nossa vontade, ou por qualquer outra força que a gente possa determinar a priori. Porque a História Oral entrou, porque naquele momento do Instituto tinha um professor e algumas pessoas que estudavam... Talvez, se eu estudasse em qualquer outro momento, eu tivesse ido para outra área. Isso é um pouco para a gente entender como é um pouco das dinâmicas das biografias, como Bourdieu e Giovanni Levi mostram, elas têm suas incoerências, suas imprevisibilidades. Isso é muito legal! Para mim, fica claro quando olho minha própria trajetória, né!

Sobre a questão da atração, foi muito isso. Também, nessas entrevistas eu percebi que era muito interessante perceber como – eu entrevistei a maior parte de professores universitários, naquela época, né! – eles interpretaram o mundo e a trajetória, sua própria trajetória e a trajetória do Instituto e às vezes de forma diferente. Eu achei aquilo tão diverso, rico, tão interessante que percebi que através da interpretação dos sujeitos da História, era possível construir um Conhecimento Histórico, enquanto pesquisa, sobre determinados processos de uma forma muito rica e muito vinculada a atuação do sujeito, as escolhas que os sujeitos fazem. Isso para mim é interessante! Entender porque pessoas em determinadas circunstâncias faziam certas escolhas e outras não. Isso relacionado com as formas que elas interpretavam o mundo. Então, isso para mim, pareceu muito atrativo do ponto de vista da compreensão da História, da sociedade e das possibilidades do futuro. Quer dizer, a gente pensa um pouco sobre como a gente pode projetar um futuro melhor a partir dessas compressões.

Talvez, naquela época eu teria mais esperança nisso, né! Mas, eu acho que ainda é possível falar em a gente construir coisas positivas a partir do conhecimento que a gente busca e consegue em certa medida sobre o passado.

Pergunta 02: Em seu doutorado, você buscou compreender as ações de mediação – desenvolvidas entre militantes de movimentos sociais, trabalhadores rurais e seus adversários – nas ocupações de terra na região Nordeste de Minas Gerais (Brasil) durante as décadas de 1980 e 1990. Gostaria que nos contasse como a História Oral auxiliou em sua busca.

Arnaldo: Então, o doutorado ilustra bem aquilo que eu estava falando, porque quando eu busquei compreender as mediações nas ocupações era justamente isso que buscava compreender, como os atores, tanto as lideranças quanto a base dos Trabalhadores Rurais, como eles realizaram a suas escolhas. Por que eles optaram, com base em quais valores, com quais ideologias e diante das circunstâncias que eles foram enfrentando... Por que eles tomaram determinados caminhos e outros não. Como eles se relacionaram com os adversários, como eles relacionavam com os aliados. Aí como eles relacionavam, se relacionavam o espaço público, da opinião pública, né! Com o Estado, agentes do Estado... Então, compreender essa teia de significados e de relações de poder nas quais estavam inseridos e a partir da forma como eles enxergavam esses campos de disputa, se percebiam enquanto atores e realizavam as suas ações prevendo determinados resultados que nem sempre eram, que nem sempre acontecia o que eles estavam prevendo. Como eles lidavam com os caminhos aí, com as situações que apareciam para eles diante do universo de possibilidades que eles tinham. Então, deu para perceber como nas situações de sucesso das ocupações, das situações de fracasso, nas situações em que eles foram buscar outras regiões para atuar, como tudo isso foi sendo decidido ao longo do tempo, em meio ao processo de disputa que estavam vivendo, né. A forma como eles conseguia conciliar as ideologias políticas as quais eles tinham acesso, com a dinâmica do universo rural, com os interesses e as perspectivas dos trabalhadores rurais envolvidos e um tanto de outros atores que estavam envolvidos nessas disputas.

Nos estudos sobre os movimentos sociais, uma das coisas que é muito importante a gente entender é a motivação dos atores para entrar nos movimentos, para agir com mais ou menos radicalidade dentro dos movimentos, né. Para transformar o medo característico dessas situações de enfrentamento em indignação, em esperança. Aqui eu estou me referindo ao pensamento do Manuel Castells, que define essa questão da mudança entre o medo, da situação de apatia, de uma situação de engajamento baseado na indignação e na esperança de um mundo melhor, de transformação da sociedade para melhor. Isso não é algo dado, isso é uma construção que os movimentos sociais fazem e que a História Oral ajuda muito a compreender na medida que a gente pode questionar os próprios atores sobre as suas decisões.

Pergunta 03: Para você, a História Oral seria uma metodologia, uma disciplina, uma área ou isso tudo ao mesmo tempo?

Arnaldo: Para mim, a História Oral é uma metodologia. Eu acho que é um equívoco

comum as pessoas, muitas pessoas falarem “eu faço História Oral” ou “fulano faz História Oral” da mesma forma como se fala sobre a História Social, História Cultural. A História Oral da forma como eu entendo, ela é um conjunto de procedimento para a produção e uso de depoimentos orais. Então, é importante que a gente entenda tantas potencialidades quantos os limites disso, né. Esse equívoco é comum, dado ao próprio nome: História Oral, induz esse equívoco, dá impressão que se trata de uma disciplina, de uma área.

Um nome mais adequado, mas preciso, talvez, seria metodologia com fontes orais, mas o nome História Oral pegou e ficou conhecido, formou a identidade e eu acho que não deve mudar. Mas é importante a gente deixar claro o que a gente tá entendendo como História Oral e no meu caso é: esse conjunto de procedimentos para a realização de pesquisas baseadas na criação, através da relação entre entrevistador, entrevistado, dos depoimentos e de como trabalha com esses depoimentos como fontes. Então a História Oral não produz conceitos próprios, teorias próprias com uma disciplina, ela busca em outras áreas, outras disciplinas como a História, as Ciências Sociais. Então, de certa forma ela se serve dessas outras áreas para buscar conhecimento para aprofundamento das suas análises, né... Como o conceito de memória, por exemplo, que é o mais utilizado e também serve para diversas áreas porque a partir das pesquisas, dos desdobramentos metodológicos ela vai demandando novas interpretações, novos conceitos, novas teorias que são produzidas pelas áreas do conhecimento e não por ela em si, como qualquer metodologia.

Pergunta 04: A História Oral se difundiu, enquanto método para pesquisa em História e outras áreas de conhecimento, e hoje, é bastante reconhecida no Brasil como referência em núcleos de pesquisas em História Oral, como é o caso do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Todavia, sua implementação no Brasil não foi algo simples, correto? Gostaria que nos falasse como foi o princípio da História Oral em nosso país.

Arnaldo: Realmente a consolidação da História Oral como metodologia foi muito difícil, levou muito tempo, principalmente porque, especialmente na História, talvez não tanto nas Ciências Sociais aonde a História Oral também tem um papel fundamental, né, mas especialmente na História existia uma grande desconfiança em relação a essa metodologia em função das suas subjetividades, em decorrência da subjetividade das fontes, das entrevistas, dos depoimentos produzidos através da história oral. Argumentava-se, de uma forma muito equivocada que o depoimento não teria valor porque a memória do sujeito seria expressa e não os acontecimentos em si. Argumenta-se e argumentava-se mais no passado que o sujeito pode mentir. Esses são equívocos tão grandes pensar dessa forma, primeiro porque toda fonte tem a sua subjetividade, tem uma subjetividade. Para começar, na produção da fonte, ela é produzida por alguém com certos interesses e visões de mundo. Toda a fonte, inclusive as fontes escritas, as fotos e a própria seleção das fontes, o que vai ficar nos arquivos que, o que vai ser dispensado, isso também é subjetivo, assim como a subjetividade na escolha que o pesquisador faz de algumas fontes ou não.

Evidentemente, isso para mim não é um problema, a História Oral tem uma dupla subjetividade, porque ela é produzida pela relação entre entrevistador e o entrevistado, então

o pesquisador e o agente, o ator cujas relações sociais e históricas estão sendo pesquisados, eles são parceiros na construção desse depoimento. Diferentemente de outras fontes onde o pesquisador pode interpretar a fonte, mas ele não cria a fonte junto com o ator. Então a História Oral, sim, tem uma dupla subjetividade, no momento de produção da entrevista, do depoimento em História Oral, mas subjetividade, mais do que um problema, ela tem demonstrado que é uma grande vantagem na pesquisa, porque mais do que saber se as pessoas têm ou não, se as memórias das pessoas correspondem exatamente aos fatos ou não, o que é facilmente verificável pelo cruzamento de fontes com outros tipos de fonte, o que é benéfico para a pesquisa em História Oral. O importante tem sido mais do que saber sobre essas distorções ou supostas mentiras, saber porque as pessoas narram e interpretam certos acontecimentos e de certas formas. Por que as pessoas não interpretam de formas diferentes, diferentes entre si e diferentes do que a gente pode encontrar em outras fontes. Então, é aí que está a riqueza! Na produção dos discursos, das interpretações, das visões de mundo que envolvem os acontecimentos, as relações entre os diversos atores.

Pensando na trajetória da História Oral, ela começa muito em função da militância, né... Aquela ideia de História vista de baixo, História dos mais pobres, a História dos vencidos. Uma forma de trazer à tona o discurso desses indivíduos que tiveram as suas vozes negadas ao longo da História, que foi importantíssimo e ainda é importante. No entanto, a História Oral aos poucos, ao longo das décadas e principalmente da década de 70 pra cá, ela vai se consolidando como a metodologia aceita por estudo de diversos objetos da História e nas Ciências Sociais. Então, ela é importante para dar voz aos diversos grupos que têm as suas interpretações de mundo negadas, o que é importante para esses grupos e é importante para o conhecimento acadêmico, mas ela também foi além disso. Hoje a História Oral é benéfica para entender a dinâmica política, cultural, econômica e etc. de diversos grupos, de diversas posições na sociedade e não necessariamente para corrigir as injustiças. Simplesmente para conhecer, para pesquisas mais distantes desse engajamento, que foi uma das bases iniciais da História Oral.

Pergunta 05: Como você enxerga a relação entre História Oral, História do Tempo Presente e História Pública?

Arnaldo: Sobre a relação entre História Oral, História do Tempo Presente e História Pública, considero que tem tudo a ver, porque a História Oral está imersa nos problemas atuais. Inevitavelmente ela está imersa, que bom que ela está imersa nesses problemas, porque a História Oral, ela ajuda a entender o presente. Ela traz referências em comum com o que tá acontecendo nos processos mais atuais, ela tem uma mesma linguagem, ela permite que as pessoas dialoguem com base em uma mesma linguagem, em sentido amplo, inclusive, em linguagem política, linguagem cultural, os mesmos referenciais, os mesmos significados, onde possibilita uma maior comunicação, então, a História Oral, a princípio, já tem essa potencialidade para História do presente. E, em relação a História Pública é importante perceber como a História Oral pode aproximar a História da sociedade, porque ela mostra para as pessoas que elas são sujeitos na História, elas fazem parte, as decisões, elas percebem que elas juntamente a tantas outras que elas conhecem, elas são protagonistas de processos,

né... quer elas queiram ou não, muitas pessoas abrem mão de se pensar dessa forma. Mas, acho que a História Oral pergunta para o sujeito: O que ele fez? Como ele se relaciona para os processos? Aí ela estimula essa pessoa que está sendo entrevistada, sujeitos ditos comuns e outras pessoas como elas se percebem como agentes que interferem nos rumos e nos processos históricos em curso.

E essa aproximação permite que os problemas investigados pela História também se aproximem das suas necessidades, os problemas que a gente levanta nas nossas pesquisas muitas vezes estão distantes dos problemas reais das pessoas concretas, com as quais a gente convive. Então, abrir uma entrevista é abrir uma porta de mão dupla, pode-se ir e muita coisa vai voltar, você vai levar muita coisa e muita coisa vai ser trazida para você em uma entrevista. Então, ela sempre tem um grau de imprevisibilidade e isso é muito bom! O depoimento escapa o nosso controle, então o ator, aquele que é entrevistado, ele tem sua liberdade, é importante que a gente deixe isso claro, e que a gente estimule isso. Ele tem a liberdade de direcionar, em certos momentos, o depoimento para aquilo que acredita que é importante ser dito. E, as vezes, o pesquisador não estava prevendo aquilo, não estava preparado para isso, não estava no objeto de pesquisa dele, não era um problema para ele. E na medida que você faz uma entrevista você é, felizmente você é obrigado a colocar em discussão, questões que as pessoas reais, do mundo real, da realidade vivida no cotidiano trazem para você, e você vai ter que, de alguma forma, incorporar na sua investigação. Não tem como a gente negar isso. Isso também é uma grande riqueza e potencialidade da História Oral para gente levar a História para uma situação, uma condição de conhecimento mais próximo das pessoas, né... Tanto mais afinado com seus problemas cotidianos.

Pergunta 06: A partir do que fala Verena Alberti em “Histórias dentro da História”, a História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado. Gostaria que nos falasse um pouco mais sobre as potencialidades de trabalhar com a História Oral.

Arnaldo: Sobre essa frase da Verena Alberti “história dentro da história”, que a História Oral nos permite perceber, eu acredito que é muito importante, porque às vezes a gente não percebe como é a história mais ampla, aquela história que a gente tá acostumado a ler nos livros didáticos e nas pesquisas mais abrangentes, ela é feita e histórias mais específicas. A história dos indivíduos, a história dos grupos, como entender a lógica dos movimentos sociais no Brasil sem entender as lógicas específicas e dos movimentos sociais como o MST, o movimento sindical, como movimento de mulheres, o movimento LGBT, e tantos outros. E como entender sem entender as histórias dos indivíduos que estão inseridos nesse processo. Então eu acredito que essa fala é propícia na medida que ela chama atenção para gente olhar como situações específicas nos lançam luz sobre os processos mais amplos e muito nos fazem rever as nossas interpretações sobre os processos mais amplos. Nesse ponto específico, eu acredito que a História Oral se relaciona muito bem com a micro-história e são poucas as pesquisas que relacionam a história oral com micro história. Acho que esse é um campo, uma relação que a gente pode avançar muito porque a micro-história se dedica justamente

através da redução da escala de observação, da valorização das categorias dos atores e das suas estratégias, das suas racionalidades, e dos processos de decisão diante dos seus universos de possibilidade. Ao chamar atenção, ao investigar a fundo o “res do chão” como diz Revel, né, olhar de forma concreta os processos específicos, a História Oral nos possibilita um olhar diferente sobre os processos mais amplos. E isso para mim é muito importante e eu acho que é justamente nesse sentido que a história oral busca avançar. Acho que estudos que relacionem História Oral com micro-história têm muito a nos dizer ainda sobre os nossos processos históricos mais amplos e mais consolidados.

Pergunta 07: Professor, para você, por que a categoria memória é tão relevante para a História Oral?

Arnaldo: A memória enquanto categoria de análise, talvez seja a categoria mais importante para História Oral, porque por um lado ao compreender a produção do conhecimento através da História Oral e as possibilidades de uso dos depoimentos orais em determinadas pesquisas é possível a partir do entendimento sobre quais são as memórias em jogo. Então, o conceito de memória nos permite perceber e trabalhar com esses conhecimentos sobre como os grupos se lembram, como as pessoas se lembram e por que eles se lembram de determinada forma, quais relações de poder, quais características da dinâmica social fazem com que as pessoas se lembrem de determinados fatos e outros não. Lembre-se de determinadas formas e outras não e aí a História Oral precisa trabalhar com esse conceito para entender porque que o depoimento foi construído daquela forma, como que ele pode avançar e o que pode ser interpretado a partir dele. Por outro lado, a História Oral também contribui muito para que o conceito de memória se torne melhor, ela permite a partir das suas análises e pesquisas, a gente perceba cada vez mais novas informações sobre as formas como os grupos se lembram e os indivíduos se lembram. Então, ela sempre traz o material novo para que as disciplinas redimensionem seus conceitos. Então, aí tem vários que a gente pode citar, como a ideia de silêncio, por exemplo. É uma ideia que indica, que busca demonstrar como os grupos, as vezes as memórias se movem e influenciam a dinâmica histórica mesmo sem serem ditas explicitamente ou ditas apenas em pequenos grupos muito restritos, baseado em um pacto entre os indivíduos e grupos para que certas coisas não sejam faladas explicitamente. Eu acredito que isso é um exemplo de como a dinâmica da entrevista sobre situações traumáticas foi estimulando que áreas como a História e a Ciências Sociais tivesse que compreender melhor esses silêncios. Isso é um elemento fundamental para compreensão da memória, e esse é só um exemplo.

Última questão: Chegamos ao fim da nossa entrevista. Agradeço novamente por ter aceito o convite. Peço que fique à vontade para acrescentar informações e comentários.

Finalizando, quero te agradecer por essa oportunidade de a gente conversar, e estou à disposição para caso algum dos pontos ou outros que você quiser conversar mais ou precise de algum esclarecimento. Estou à disposição! Um abraço e tchau, tchau!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. Além das versões: possibilidades da narrativa em história oral. In: Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 71-90.
- _____. Manual de História oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. (Apresentação de Aspásia Camargo: “Quinze anos de história oral: documentação e metodologia”, p. 11-15, e Introdução, p. 17-25.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: Fontes Históricas. São Paulo: editora contexto, 2019.
- BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. P. 200- 212.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Projeto História, São Paulo, n.14, fevereiro, 1997, pp. 25-39.
- THOMSON, Alistair. Reconstituindo a memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, n. 15, abril, 1997, pp. 51-84

MEMÓRIA E CULTURA POPULAR:
NARRATIVAS SOBRE A CAVALGADA
EM LOUVOR A SÃO SEBASTIÃO
MEMÓRIA E CULTURA POPULAR:
NARRATIVAS SOBRE A CAVALGADA
EM LOUVOR A SÃO SEBASTIÃO.

JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES
Universidade Estadual de Maringá
joapacheco2210@hotmail.com

RESUMO

Celebrada há mais de 20 anos no município de Cambira-PR, a cavalgada de São Sebastião vem se constituindo como uma prática cultural local. Neste artigo, centralizaremos a discussão sobre a “Cavalgada” realizada na cidade homônima, desde 1998. Apesar de a ocupação da cidade ter ocorrido no final da década de 1930, a partir do desenvolvimento da agricultura cafeeira, as cavalgadas geraram o interesse da população residente há pouco mais de dez anos e estão relacionadas à sedimentação das atividades pecuárias.

Palavras-chave: Memória; História Regional; Práticas Culturais; Cavalgada.

MEMORY AND POPULAR
CULTURE: NARRATIVES ABOUT
THE CAVALCADE IN HONOR OF
SÃO SEBASTIÃO.

JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES
Universidade Estadual de Maringá
joapacheco2210@hotmail.com

ABSTRACT

Celebrated for over 20 years in the municipality of Cambira-PR, the São Sebastião horseback riding has become a local cultural practice. In this article, we will focus on the discussion about the “Cavalgada” held in the homonymous city, since 1998. Although the occupation of the city took place in the late 1930s, from the development of coffee agriculture, the cavalcades generated the interest of the resident population. just over ten years ago and are related to the sedimentation of livestock activities.

Keywords: Memory; Regional History; Cultural Practices; Cavalcade.

A FESTA COMO EXPRESSÃO POPULAR

No Brasil os debates sobre o papel das expressões populares na formação da identidade cultural são bastante complexos. Sant'Anna (2003) chama a atenção para o fato de que essa preocupação é preponderante no projeto de lei elaborado por Mário de Andrade, em 1936.

Este formulou oito categorias referentes ao que ele entendia como “obra de arte patrimonial”, entre elas destacou manifestações populares como os cruzeiros, os jardins, as músicas, os contos, as superstições e as danças. Num primeiro momento, o projeto de Andrade não foi absorvido como deveria, no entanto, influenciaria as políticas sobre o patrimônio cultural de Aloísio Magalhães.

Do ponto de vista de Gonçalves, a primeira importante política sobre o patrimônio cultural e artístico no Brasil remete aos anos de 1930, quando a criação de uma agência federal de proteção ao patrimônio foi oficialmente proposta (GONÇALVES, 2003, p.39) Em 1937, após o golpe de Estado que veio a formar o Estado Novo, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, convidou o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade a presidir o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O discurso de Melo e Franco caracterizava-se fundamentalmente por uma busca da “brasilidade”, de uma “essência”, “alma” ou simplesmente “identidade da nação brasileira” (GONÇALVES, 2003, p.40), pois para ele o país estava lidando com a dispersão do patrimônio brasileiro que estava sendo levado para outros locais fora do Brasil, como relíquias históricas e obras de arte. Na concepção de Melo e Franco, esse processo de perda da “tradição” do Brasil era danoso, pois este teria que produzir uma cultura brasileira autêntica ainda que isso fosse feito por meio do vocabulário das vanguardas europeias (GONÇALVES, 2003, p.41). A marca principal desse período foi o tombamento de obras arquitetônicas de características barrocas, principalmente as religiosas, e grande parte delas situada em Ouro Preto (MG).

As mais importantes políticas patrimoniais foram concebidas em meados dos anos de 1970 por Aloísio Magalhães; este deu início a uma nova forma de compreensão do patrimônio no país. Sua forma de conceber o patrimônio cultural aproximava-se da percepção antropológica de cultura, acreditando que a mesma compõe não apenas o patrimônio material e o da elite, mas sim uma concepção de patrimônio que se amplie a toda a população, como arte e arquitetura populares, diferentes tipos de artesanatos, religiões populares, culturas étnicas, esportes e festas populares (GONÇALVES, 2003, p.56).

Aloísio Magalhães substituiu a noção de “Patrimônio Histórico e Artístico”, de Rodrigo Melo Franco de Andrade, por uma noção mais ampla de “Bens culturais”, enfatizando a diversidade cultural da sociedade brasileira, influenciado pelo anteprojeto de Mário de Andrade.

Para compreendermos a importância da concepção antropológica de cultura na construção dessa concepção de patrimônio, é interessante observarmos o que diz Gonçalves (2003):

A originalidade da contribuição dos antropólogos à construção e ao entendimento da categoria de patrimônio reside, talvez, na ambiguidade da noção antropológica de cultura, permanentemente expostas às mais diversas concepções nativas. “Explorando essa direção de pensamento, é a própria categoria de patrimônio que vem a ser pensada etnograficamente, tomando-se como referência o ponto de vista do outro” (GONÇALVES, 2003, p.29).

Para o autor, o que fundamentava o discurso de Aloísio Magalhães era a preocupação com o detrimento da diversidade cultural do país, pois, para ele, o perigo da homogeneização cultural era fruto do processo universal de integração, determinado pelo avanço tecnológico, podendo acarretar danos na identidade da nação. Para Magalhães, o Brasil ainda não apresentava uma cultura genuinamente brasileira, e a importação descontrolada de valores estrangeiros era danosa para a identidade da nação.

A alternativa para que o Brasil não perdesse sua identidade foi sugerida a partir da valorização da pluralidade cultural, étnica e religiosa, garantindo assim o seu desenvolvimento. Para Magalhães, essa diversidade cultural brasileira definiria a sua singularidade no plano internacional.

Sant'Anna (2003) elucida que o principal legado desse período foi a admissão, na Constituição Federal de 1988, de um conceito mais abrangente de patrimônio que abarcava os bens de natureza material e imaterial.

No ano de 1997, para comemorar os 60 anos de criação do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), foi realizado na cidade de Fortaleza um seminário internacional com as finalidades de debater ideias e maneiras de garantir a proteção ao patrimônio imaterial. Segundo Rhoden (2002), os debates centraram-se na discussão do conceito de patrimônio intangível e propuseram o desenvolvimento de estudos para a criação de ferramentas legais como, por exemplo, o registro como um dos recursos para a preservação dos bens imaterial ("Carta de Fortaleza").

Tais diretrizes ofereceram as bases que fundamentariam o decreto nº 3.551 (agosto de 2000) que, entre outros aspectos, considerava o patrimônio intangível, o patrimônio natural e o patrimônio genético como de fundamental importância para a conservação da identidade e memória brasileira.

A partir desse momento, línguas, festas (como a cavalgada de São Sebastião em Cambira), música, saberes, técnicas, entre outras práticas populares, incluindo também a diversidade biológica, passaram a pertencer à categoria de patrimônio, devendo, assim, ser preservadas. Abreu (2003) ressalta que essa ampliação na noção de patrimônio é compreendida pela disseminação do conceito antropológico de cultura, que é caracterizado pela diversidade, em oposição ao conceito iluminista de cultura, que está relacionado à erudição e civilização.

Para Sant'Anna (2003), é por meio do registro e mapeamento que se torna possível salvaguardar as diversas manifestações culturais. Para isso, o instituto jurídico do registro é uma ferramenta fundamental no reconhecimento do patrimônio imaterial:

O registro corresponde à identificação e à produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar, pelos meios técnicos mais adequados, o passado e o presente destas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público. O objetivo é manter o registro da memória desses bens culturais e de sua trajetória no tempo, porque só assim se pode "preservá-los" (SANT ANNA, 2003, p. 52).

A autora ressalta que a opção pelo registro como forma de preservação se deve pela dinâmica dos bens culturais imateriais, na qual estes podem se desenvolver ou passar por pequenas mudanças ao longo do tempo. Por isso, adota-se esse tipo de salvaguardar, diferente

dos tomados pelos Bens Culturais Materiais como a intervenção, conservação e restauração.

Sant'Anna (2003) elucida que os bens escolhidos pelo Instituto do Registro terão o mesmo tratamento que os bens tombados, circunscritos em obras denominadas "Livros de Registro dos Saberes", "Livros das Celebrações", "Livro das Formas de Expressão" e "Livro dos Lugares". A autora orienta que a prática do registro deve ser realizada no período mínimo de dez em dez anos, a fim de acompanhar as transformações em que a dada manifestação poderá ocorrer.

Fonseca (2003) ressalta que preservar a memória das manifestações, no caso os rituais religiosos da cavalgada de São Sebastião, tem uma série de efeitos:

Aproxima o patrimônio da produção cultural, passado e presente. (Dois) Viabiliza leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais, dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido de seu patrimônio. (Três) Cria melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do "direito a memória" como parte dos "direitos culturais" de toda sociedade brasileira (FONSECA, 2003, p. 72).

Com base em Lyndell Prott, Fonseca (2003) afirma que as políticas voltadas para a valorização e preservação do patrimônio imaterial possuem indicativos diversos, como uma maneira de resguardar um estilo de vida e o sentido de pertença da comunidade. Nessa linha de abordagem, a ideia de preservar está intrinsecamente relacionada à importância da diversidade, da cidadania, da manutenção de diferentes memórias e identidades.

A cavalgada, assim como outras festas em louvores aos santos, tem no catolicismo uma expressão inigualável desde os tempos da colonização e representa para o Estado português uma forma de agregação sociocultural, na qual, além da experiência comunitária religiosa, ocorrem trocas culturais com diversas faces e sentidos.

Amaral (2003) elucida que nessas manifestações religiosas:

[...] Fundem-se, associa-se se sobrepõem e são reinterpretados vários aspectos culturais dos grupos envolvidos, num verdadeiro ecumenismo cultural estabelecido pela arte estética, música e pelas próprias crenças. A Festa de Iemanjá- Nossa Senhora dos Navegantes ou da Conceição, realizada em todo o Brasil por católicos, candomblecistas e umbandistas nos mesmos espaços e tempo é emblemática deste aspecto. Mas além dos aspectos propriamente religioso-culturais, a realização frequente de festas faz parte de uma lógica de organização social e econômica que muitas vezes passa completamente despercebida. Essa lógica tem raízes no período colonial, quando a participação nas festas religiosas engendrou os modos de ação e de expressão favoritos dos brasileiros (AMARAL, 2003, p. 188).

Amaral (2003) destaca, dentre as festas religiosas populares, o círio de Nazaré, a festa do divino, o tambor de crioula, as festas juninas e as festas dos santos italianos em São Paulo. Para Petruski (2008), as festividades católicas têm a sua origem datada nas Sagradas Escrituras, no livro do Êxodo podemos observar algumas menções em honra ao Criador:

"Três vezes por ano celebrarás uma festa em minha honra. Observarás a festa dos Ázimos: durante sete dias, no mês das espigas, como fixei, comerás pães sem fermento (foi nesse mês que saíste do Egito). Não se apresentará ninguém diante de mim com as mãos vazias. Depois haverá a festa da ceifa, das primícias do teu trabalho, do que semeaste nos campos; e a festa da colheita, no fim do ano, quando recolheres nos campos os frutos do teu trabalho. Três vezes por ano, todo indivíduo do sexo masculino se apresentará diante do Senhor JAVÉ" (Bíblia Sagrada. Êxodo 23, p 14-17.)

Podemos compreender a ligação dessas manifestações com o período das colheitas, pois, segundo Petruski (2008), elas foram estabelecidas dentro de um calendário agrícola. Mircea Eliade considera que essas manifestações:

É um patrimônio comum nas sociedades agrárias, nas quais se observa que toda a infinita variedade dos ritos e das crenças agrárias supõe o reconhecimento de uma força manifestada na colheita. Este 'poder' ora é concebido como impessoal, como o são os 'poderes' de tantos objetos e atos, ora é representado em estruturas míticas, ou ainda concentrado em certas pessoas humanas. Os rituais, simples ou processados em representações dramáticas densas, têm por finalidade estabelecer relações favoráveis entre o homem e estes 'poderes' e assegurar a regeneração periódica destes (ELIADE, 1992, p.418).

Segundo Petruski (2008), tais ritos religiosos foram amoldados pelo cristianismo na sua gênese, o qual assimilou, dessas tradições, determinadas manifestações festivas, conforme um novo contexto.

No entanto, foi apenas no concílio de Trento (1545–1563) que o Vaticano reconheceu a relevância dessas práticas dentro da instituição. Petruski pontua que o reconhecimento se deu, pois, além de essas manifestações reunirem um número relativo de pessoas, também serviam como instrumento pastoral e catequético (PETRUSKI, 2008, p.70). Explanado questões e debates sobre o papel das expressões populares como práticas culturais, pontuaremos o estudo de caso desse capítulo.

A FÉ EM SÃO SEBASTIÃO

A Cavalgada de Cambira acontece anualmente no dia 20 de janeiro. Desde 1998, essa prática cultural tem diversas finalidades: destinar 20% da arrecadação do almoço para o Hospital de Câncer de Londrina, propagar a importância da preservação do meio ambiente e ratificar a fé em São Sebastião, padroeiro dos cavaleiros. Sob essa ótica será analisada a festa em louvor ao santo dos arqueiros e como a mesma vem adquirindo o reconhecimento cultural e se tornando uma referência singular na região.

O nome Sebastião deriva do grego *sebastós*, que significa divino. Originário de Narbonne e cidadão de Milão, o Santo foi um mártir e morreu durante a perseguição do Imperador romano Diocleciano.

De acordo com depoimentos atribuídos a Santo Ambrósio de Milão, Sebastião era um soldado que teria se alistado no Exército romano por volta de 283 d.C. com a única intenção de afirmar o coração dos cristãos, enfraquecido diante das torturas. Era querido dos imperadores Diocleciano e Maximiliano, que estimavam tê-lo sempre por perto e, por isso, designaram-no capitão da sua guarda pessoal, conhecida na época como Guarda Pretoriana¹.

Segundo os livros apócrifos, São Sebastião nunca teria deixado de ser um cristão convicto e ativo. Fazia de tudo para ajudar os irmãos na fé, procurando levar os ensinamentos do cristianismo aos soldados e aos prisioneiros. Discretamente, conseguiu converter muitos pagãos ao cristianismo, até mesmo o governador de Roma, Cromácio, e seu filho, Tibúrcio.

Por volta de 286, Sebastião foi denunciado, pois estava contrariando o seu dever de

¹ A guarda pretoriana (latim: *Praetoriani*) era o grupo de legionários experientes, encarregados da proteção do pretório (*praetorium*), parte central do acampamento de uma legião romana, onde ficavam instalados os oficiais. Com a tomada do poder por Otaviano, transformou-se na guarda pessoal do imperador.

oficial da lei. Teve, então, que comparecer ante o imperador para dar satisfações sobre o seu procedimento. Este se queixou de suas atitudes. Julgado como traidor, foi ordenada a sua execução por meio de flechas, diante do imperador.

Amarrado a um tronco, foi varado por flechas, na presença da guarda pretoriana. Foi dado como morto e atirado no rio. Essa passagem serve como ilustração em quase todas as representações do santo arqueiro, como podemos observar na imagem 1.



Figural: São Sebastião.

Disponível em <http://www.appai.org.br/a-forca-historica-de-sao-sebastiao/>

O bárbaro método de execução de São Sebastião fez dele um tema recorrente na arte medieval, surgindo geralmente representado como um jovem amarrado a uma estaca e perfurado por várias flechas atadas por uma corda, constituindo o seu símbolo heráldico.

Apesar da atrocidade, Sebastião não havia falecido e foi encontrado e socorrido por uma viúva chamada Irene (futura Santa Irene), que retirou as flechas do peito dele e o tratou. Segundo Alves (2001), assim que se recuperou, Sebastião se apresentou novamente diante do imperador, censurando-o pelas injustiças cometidas contra os cristãos, acusando-o de inimigo do Estado. Perplexo com tamanha ousadia, Diocleciano ordenou que os guardas o açoitassem até a morte. Seu corpo foi jogado no esgoto público de Roma. Luciana (Santa Luciana, cujo dia é comemorado em 30 de junho) resgatou seu corpo, limpou-o e sepultou-o nas catacumbas. O fato teria ocorrido no dia 20 de janeiro de 288, data que foi instituída como a do patrono dos arqueiros.

São Sebastião foi o ícone de várias expressões artísticas. Foi tema de pintores da Renascença. Na literatura, São Sebastião teve sua trajetória contada no livro “Perseguidores e Mártires”, do escritor italiano Tito Casini e foi um dos personagens centrais do romance “Fabiola” (também intitulado “A Igreja das Catacumbas”), escrito em 1854 pelo cardeal

Nicholas Wiseman.

No Brasil existem outras festividades ligadas ao Santo de Milão, todas realizadas no dia 20 de janeiro, sendo as mais expressivas na cidade do Rio de Janeiro, em São Sebastião no Estado de São Paulo e no Paraná nas cidades de Paranavaí, Quatro Barras, Sengés, Jacarezinho, Andirá, Rio Branco do Sul, Munhoz de Melo, Altônia, Guaraci, Astorga, Japurá, Sapopema, Mandaguaçu e Cambira, como veremos adiante.

A CAVALGADA DE SÃO SEBASTIÃO NO NORTE DO PARANÁ

A área que hoje forma o município de Cambira, na microrregião 8 do norte central do Estado do Paraná, fazia parte do município de Apucarana-PR, conforme o loteamento da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP). Cambira é o nome dado a um cipó com flor lilás que era muito comum na região. A planta deu nome à estrada da Cambira, que atualmente se chama Avenida Belo Horizonte.

Essa alameda, ao cruzar com a igreja matriz, transforma-se na “Rodovia do Milho”, a qual liga o centro com o bairro tradicional católico Bela Vista. Cambira está localizada a 337 km da capital Curitiba, situada na região do vale do Ivaí, limita-se ao norte com Apucarana, ao sul, com Nova Itacolomi, ao leste, com Mandaguari e a oeste, com Marumbi.

Segundo o memorialista Narciso Capeloto, a primeira família a reocupar as proximidades da região de Cambira foi a do Senhor Francisco Carneiro de Souza em 1936. Três anos depois, o Senhor Souza, natural de Jacarezinho, fixou residência na propriedade com sua família. Nesse espaço produziam rapadura, açúcar, industrializavam farinha e comercializavam cereais em Apucarana-PR. Por volta de 1937, João Piovesan se mudou com os familiares para a mesma região. No ano seguinte, Pedro Blanco adquiriu um lote na Gleba Dourados, e Dito Alves, Carrascoso, Grossi e José Rodrigues instalaram-se na região atualmente conhecida como atual bairro da Bela Vista. Em 1939, as famílias Campanholi e Marafon desembarcaram no vilarejo e passaram a se ocupar da limpeza de sítios e do cultivo do café.

Entretanto, somente a partir da década de 1940, essa região onde se encontra Cambira passou por processos de parcelamento, comercialização e ocupação do solo, de modo mais ofensivo. a partir dessa década, intensificou-se a atuação de companhias de colonização, entre elas, a da Companhia de Terras Norte do Paraná que se tornaria a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Em Cambira, assim como quase em todo o Norte do Paraná, a produção cafeeira foi significativa até meados da década de 1970, no entanto com a famosa “A geada negra”, ocorrida no dia 18 de julho de 1975, inúmeras plantações foram abandonadas, dando espaço paulatinamente para o cultivo da soja, trigo, milho e principalmente nos últimos 20 anos para a atividade pecuária.

Conforme apontam alguns depoimentos dos participantes da cavalgada, podemos relacionar essa prática cultural com a sedimentação das atividades pecuárias, estabelecidas como principal atividade econômica nos últimos dez anos. O encontro que acontece duas vezes ao ano é organizado pelos principais pecuaristas da região e o trajeto traçado percorre as áreas onde residem os grandes fazendeiros da região.

A cavalgada de Cambira pode ser dividida em três momentos: o primeiro, chamado

“Partida”, no qual cavaleiros, autoridades eclesiásticas, políticas, lideranças sociais e a população nativa, reúnem-se e dão início às solenidades festivas. Nesse estágio, o pároco local “abençoa” todos os cavaleiros que participam do encontro e estimula as atividades subsequentes ao “Passeio”, ou seja, trajeto que percorre os limites territoriais da zona rural do município até a capela de São Sebastião. Nesse espaço, dá-se o início da terceira e última etapa do encontro, “A Festa”, na qual são premiadas as comitivas e são servidas porções de costela assada para a população que acompanha os cavaleiros.

Na imagem abaixo podemos observar a etapa da “Partida” e também notamos que o fotógrafo coloca em evidência um ângulo mais restrito da cavalgada, privilegiando o enfoque do aglomerado de pessoas que ocupam todo o centro da fotografia. Sem dúvida, notamos que essa estratégia do fotógrafo demonstrou preocupação com o enquadramento do maior número de pessoas possível. No canto direito da imagem, notamos um barracão que, segundo alguns moradores, funciona como ginásio de esportes. Mais abaixo, podemos observar uma faixa branca com os dizeres: “10ª cavalgada ecológica de Cambira”.



Figura 2: A partida. (2010) Autoria: Alessandro Arzani.

Segundo Peter Burke (1992), o uso da imagem como fonte de pesquisa pode enriquecer muito o conhecimento e a compreensão do passado, no entanto, exige extremo cuidado. O historiador, ao analisar uma fotografia, deve pesquisar as motivações do fotógrafo, as suas relações sociais e culturais, com qual finalidade e para quem a foto foi produzida. Sobre os cuidados que o historiador deve tomar, ao utilizar a imagética como fonte de pesquisa histórica, Martine Joly (1994) afirma que o uso dessa pode acarretar num paradoxo curioso:

Por um lado, temos as imagens de um que nos parece perfeitamente natural, [...] aparentemente não exige qualquer aprendizagem, e por outro temos a sensação de ser influenciados, de modo mais inconsciente do que consciente, pela perícia de alguns iniciados que nos podem manipular submergindo-se da nossa ingenuidade (JOLY, Martine, 1994, p. 10).



Figura 3: A partida. (2010) Autoria: Alessandro Arzani.

Na terceira imagem é registrado um momento interessante da cavalgada: trata-se do discurso das principais lideranças do município, justapostas hierarquicamente. No centro se encontra o pároco local, que fazia um sermão direcionado aos cavaleiros, enfatizando a defesa do meio ambiente, a preservação dos solos e principalmente o cuidado com as tropas e manadas. Ao lado direito do pároco local, estão a então prefeita Neusa Belini e o seu esposo (ex-prefeito do município, Sidney Belini). Do lado esquerdo, estão as lideranças da Associação dos Cavaleiros de Cambira.

Durante o discurso de Neusa Belini, o termo “pioneirismo” é mencionado em diversos momentos, além disso, a maioria dos depoimentos de moradores de Cambira enfatiza a importância do “pioneiro” na constituição social da cidade. A construção da memória que podemos denominar de “frente pioneira” mantém-se, ainda hoje, enraizada e constitui um dos argumentos de “orgulho” e de sentido de pertença difundidos por políticos e demais munícipes, principalmente em festividades sejam cívicas ou religiosas. Atentemos para a festividade. Após o discurso das principais lideranças, acontece o segundo rito, denominado de passeio. Nesse momento a tropa de cavaleiros “desfila” pelas principais avenidas do município, como podemos observar na imagem abaixo.



Figura 4. O passeio (2010). Autoria: Daniela Moraes de Almeida.

Nesta fotografia nos atentamos novamente para a hierarquia existente no festejo: na carroça que lidera os cavaleiros está o então deputado estadual Miltinho Pupio e a então prefeita Neusa Belini; atrás da carroça notamos dois cavaleiros carregando uma faixa amarela com os dizeres: “Estância Rancho Mus Tang”, que serve como propaganda do rancho Mus Tang, localizado na cidade de Ivaiporã.

Depois do desfile nas ruas de Cambira, os cavaleiros partem para a “Trilha Ecológica” da festividade, em conformidade com os discursos das lideranças da cidade, e o Senhor Jarbas Belesi afirma:

O que tem de característica da nossa cavalgada é que da região toda, a nossa trilha é a melhor trilha que se tem para as cavalgadas porque a gente realmente procura evitar passar por mata, rio, pra ver a questão da mata ciliar, a gente passa pelo pasto e evitando passar por estradas já de rotina; então você vê paisagens que normalmente de carro você não vê².

Cabe ressaltar que a transcrição das entrevistas foi cautelosa, não acrescentamos palavras tampouco interferimos nas falas dos sujeitos históricos contatados.

² Entrevista com Jarbas Belesi, 62 anos, realizada no dia 15 de agosto de 2009 na cidade de Cambira, tendo 40 min. de duração



Figura 5. O Passeio (2010). Autoria: Daniela Moraes de Almeida.

Na imagem acima podemos captar uma das “trilhas ecológicas” da cavalgada de Cambira e notamos que os cavaleiros galopam por carreadores e não pela vegetação bruta. O passeio se constitui em uma espécie de fila indiana e obedece a uma ordem, na qual as comitivas mais antigas se colocam à frente.

Depois do passeio, acontece a última parte da prática cultural, “a Festa”. Nesse momento, aspectos religiosos e profanos hibridam-se por meio dos cultos religiosos em frente à capela de São Pedro e das premiações, almoço e confraternização dos cavaleiros no salão paroquial do bairro Bela Vista.

Segundo alguns moradores, esse estágio é considerado o ápice da festa. À chegada dos cavaleiros, uma bateria de fogos de artifício é disparada com o intuito de chamar a atenção da população local, como podemos observar na imagem a seguir:



Figura 6. A chegada (2010). Autoria: Alessandro Arzani.

Nessa fotografia, o autor do registro optou por utilizar uma angulação que privilegiou a tomada da estrada onde galopam os cavaleiros bem como a presença dos moradores de Cambira que esperam pela passagem desses e a Capela de São Pedro ao fundo em um segundo plano.

Após a acolhida dos cavaleiros, os mesmos se fixam nas proximidades da Capela de São Pedro e agradecem as bênçãos recebidas durante todo o ano. Segundo Luis Carlos de Melo, membro da comitiva de São Sebastião, os agradecimentos são decorrentes de “bênçãos” como a chuva “ordeira” em todo o ano, que ajuda nas atividades agrícolas dos produtores do município.

Em seguida, os cavaleiros se acomodam no salão paroquial, no qual se iniciam as premiações da cavalgada. Segundo Marcelo Steffani, também membro da comitiva de São Sebastião, ela obedece a uma dinâmica que prioriza o trato dos animais e as singularidades das comitivas:

Bom, durante a cavalgada o pessoal da organização né, os nossos colegas, eles observam aquela comitiva mais organizada, porque tem uns que vem só pra fazer bagunça, então tem também os cavaleiros mais bem trajados, os cavalos também bem escovadinhos, tem uns com trancinha, bem ajeitadinhos... Então vem caprichado mesmo para a cavalgada. Então quando chega aqui, até em homenagem àquela comitiva mais distante que se deslocou, à comitiva mais numerosa, então isso tudo é pra vamos assim dizer, pra motivar para o ano que vem a gente tê-los ou pra ter outra comitiva assim mais organizadinha, e temos também o cavaleiro mais jovem que teve um ano que foi do Pirapó de três aninhos, então ele recebe um troféu, tem o da amazona mais jovem, o da amazona personalizada, o da amazona mais experiente pra não falar mais idosa né, e sempre eu que levo o troféu da mais idosa e aí o pessoal vai entregando, chamando né a comitiva mais distante, o cavaleiro mais equipado³.

³ Entrevista com Segundo Marcelo Steffani, realizada no dia 15 de agosto de 2009, tendo 40 min. de duração.

Após a entrega dos prêmios, é realizado o almoço, e o prato servido desde a primeira edição da festa é a costela assada. Segundo Luis Carlos de Melo, membro da Associação dos Cavaleiros e então Secretário de Saúde do município, a escolha pelo prato deve-se à atividade pecuária no local que é a principal fonte econômica da cidade. O Secretário ressalta ainda que a festa é resultado de um esforço coletivo que envolve as associações comerciais, a administração municipal e a comunidade cambirense.

Ele reforça que a cavalgada vem ganhando cada vez mais adeptos por dois fatores: o primeiro se refere à ideia de continuidade que os cavaleiros mais velhos passam para os seus filhos, como podemos atestar na fala do senhor Marcelo Steffani.

Eu acho a Cavalgada uma coisa muito saudável e acho que a participação da família é fundamental, então a Adriara sempre me acompanhou desde pequenininha ela esta um pouco envergonhada, mas ela sempre me acompanha inclusive a gente faz enduro a cavalo outra coisa que envolve sempre a família, e eu acho o cavalo uma das coisas mais saudáveis, você faz amigos, você participa sempre de uma confraternização no final e é uma coisa que eu quis transmitir a minha filha eu acho que ajuda a dar esse censo de companheirismo, de natureza, sair um pouco do shopping, sair do asfalto, eu sempre gostei de cavalgar, graças a Deus, minhas filhas gostam, minha esposa gosta também, mas só que ficou com a minha pequenininha que eu espero que também com o tempo venha a participar junto com a gente.

O outro aspecto se deve ao fato de os moradores de Cambira se identificarem com a cavalgada, pois a principal atividade econômica do município, a pecuária, emprega uma significativa parte da população.

Após o almoço, é realizada a última parte da “festa”, em que um show de música sertaneja de raiz embala todos os envolvidos e as festividades se encerram no final da tarde. Como podemos observar, a cavalgada de São Sebastião em Cambira se constitui como uma prática cultural local ímpar, na qual existem o sentimento de pertença entre comunidade e o ato religioso e festivo. Assim, é essencial realizarmos uma breve explanação sobre o papel das expressões populares na formação da identidade cultural do país.

APONTAMENTOS

No estudo ora apresentado, buscamos compreender a dinâmica da Cavalgada de Cambira sem dissociá-la do contexto sociocultural e econômico no qual foi implementada. Essa prática cultural reúne singularidades pertinentes à população residente como, por exemplo, o culto a São Sebastião, a valorização das atividades pecuaristas, a preservação do meio ambiente e da memória dos primeiros migrantes.

Nessa festividade detectamos a convivência entre elementos sagrados e profanos que se hibridam durante todo o evento, nos sermões do padre que chama a atenção para a necessidade da preservação do meio e dos bens naturais; já os sinais profanos da festa se manifestam na comensalidade, na dança e nas músicas sertanejas.

É fundamental destacar o envolvimento da população durante a realização da Cavalgada de Cambira, tanto no âmbito religioso quanto no profano. No dia da festa foi possível observar os munícipes se preparando para receber cavaleiros e as comitivas, além do sentimento de pertença enraizado em muitos cavaleiros que levavam seus filhos de modo a compartilhar suas vivências e transmitir ideais, principalmente aqueles relativos à preservação do meio.

O festejo também permite o convívio entre homens, mulheres e crianças de distintos seguimentos sociais, propiciando trocas culturais e religiosas. Nas cavalgadas, as famílias que haviam convivido nas décadas de 1950, 1960 e 1970 reencontraram os antigos companheiros de labuta ou os amigos de infância e com orgulha apresentaram os netos e demais descendentes da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R; CHAGAS, M. Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DPEA, 2003.
- AUMONT, Jacques. A imagem, Campinas: Papirus, 2004.
- BURKE, Peter. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru: EDUSC, 2004.
- CANCIAN, Nadir. Cafeicultura Paranaense: 1900-1970. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo 1977.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do Patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. – Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Ave Maria, 1977
- DE VARAZZE, J. (2003). Legenda áurea: vida de santos. São Paulo, Companhia das Letras.
- DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Maringá e o Norte do Paraná: Estudos de História Regional. EDUEM: Maringá, 1999.
- ELIADE, Mircea. Tratado de História das Religiões. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1992.
- ELIADE, Mircea. Imagens e símbolos. Ensaio sobre o simbolismo mágico-religioso. São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- GONÇALVES, J. R. S. A retórica da perda: os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/ Minc-Iphan, 2003.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 2003.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: burkE, P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 133-161.
- MACHI, Euclides. O sagrado e a religiosidade: vivências e mutualidades. História Questões e Debates. Curitiba, ano 22, n.43, jul/dez 2005.
- PORTELLI, Alessandro. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa (et al., orgs.) Muitas memórias, outras histórias. São Paulo: Olho d' Água, 2004.
- RHODEN, L. F. O patrimônio Imaterial: algumas reflexões sobre o registro. Revista Ciências & Letras, Porto Alegre, v. n. 31, p. 253-260, 2002.
- PELEGRINI, Sandra C. A. Patrimônio Cultural, consciência e preservação. São Paulo; Brasiliense, 2009.
- SANT'ANNA. Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

O FORAL DE BENAVENTE E O DIREITO PÁTRIO LOCAL.

JOÃO FERREIRA DIAS
Centro de Estudos Internacionais
jbfds@iscte-iul.pt

RESUMO

O presente trabalho surge a pretexto das comemorações do Foral de Benavente, vila ribatejana, cujo foral data de 1200, nos primórdios da construção da portugalidade. Para efeitos de análise, serão apresentados, em sobrevoos, os sistemas e fontes de direito pátrio, nacional e local, desde o começo da nacionalidade até ao fim da vigência dos forais, a fim de integrar o Foral de Benavente, objeto concreto do artigo, no quadro do direito foraleiro e local, observando suas características normativas. t

Palavras-chave: Foral; Benavente; Direito Pátrio.

“BENAVENTE'S CHARTER AND
THE PATER LOCAL LAW.

JOÃO FERREIRA DIAS
Centro de Estudos Internacionais
jbfds@iscte-iul.pt

ABSTRACT

The current paper arises on the pretext of the commemorations of the charter of Benavente, Ribatejo village, whose charter dates to 1200 in the early days of the construction of Portugal. For analysis, the systems and sources of domestic, national, and local law will be presented, overlying, from the beginning of nationality until the end of the validity of the foral, to integrate the Benavente Charter, the concrete object of the article, in the framework of charter and local law, observing its normative characteristics.

Keywords: Charter; Benavente; Patrician Law.

INTRODUÇÃO

O olhar sobre a história é possível de ser feito a partir de diferentes prismas metodológicos. A partir de um horizonte histórico-jurídico, aproximamo-nos dos acontecimentos de um modo particular, alcançando uma perspectiva diferenciada dos eventos, uma vez feita, tomando por referência as transformações da ordem jurídica.

O presente trabalho surge a pretexto das comemorações do Foral de Benavente, vila ribatejana, cujo foral data de 1200, nos primórdios da construção da portugalidade. Para efeitos de análise, serão apresentados, em sobrevoo, os sistemas e as fontes de direito pátrio, nacional e local, desde o começo da nacionalidade, a fim de integrar o Foral de Benavente, objeto concreto do artigo, no quadro do direito foraleiro e local.

A Vila de Benavente situa-se nas margens do rio Sorraia, na face norte do rio Tejo, a 60 quilômetros de Lisboa, pertencendo, porém, ao distrito de Santarém, região do Ribatejo. A sua origem é matéria de alguma discussão, situando D’Azevedo (1994 [1826], p.5), nas locuções latinas Beneventum ou Bene eventus, i.e., bem-vindo ou bem-sucedido, derivando a designação de uma vitória cristã sobre os mouros naquela região. O mesmo autor toma por boa a hipótese de que Benavente teve princípio ou pouco depois da tomada de Évora aos mouros, no ano de 1166, ou na sequência da grande invasão moura capitaneada por Almansor, no ano de 1191, responsável pela destruição dos castelos de Almada, Palmela, e eventual de Montemor-o-Novo, bem como pela restauração das fortificações de Alcácer do Sal (p. 13).

Nas prévias do foral antigo (1200), a povoação de Benavente ficaria situada nos limites do Castelo de Coruche, subordinado à Ordem de Calatrava, a qual teria sido responsável pelo povoamento de Benavente e pela designação do nome, tendo em conta que era da posse da mesma ordem militar o Castelo de Benavente, no Reino de Leão¹.

Estatui, contudo, a existência do foral primitivo (ou antigo) dado à vila pelo mestre Pelágio (ou Paio) e pelos freires da Ordem Militar de Évora, em 25 de março de 1200, confirmado por D. Sancho I. Em 1516 recebe o foral novo, por concessão do rei D. Manuel. Sobre o foral tratar-se-á com maior detalhe adiante.

PREÂMBULO HISTÓRICO DOS PERÍODOS DO DIREITO PÁTRIO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEOS DO SISTEMA FORALEIRO ²

Portugal nasce de um desmembramento do reino de Leão (v.g. MATTOSO, 1986; TORRÃO et. al., 2012; SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2013). Esse facto, aliado às necessidades práticas de consolidação territorial e política, fez com que as fontes de direito leonês vigorassem no começo da independência. Seriam, então: (i) o Código Visigótico, o qual permanece em vigor durante todo o séc. XII, em virtude de ser o único corpo legislativo geral capaz de ser usado em toda a Península Ibérica, mesmo para efeitos supletivos; (ii) as Leis dimanadas de Cúrias ou Concílios reunidos em Leão (1017), Coiança (1055) e Oviedo (1115), em que revelam-se preceitos e normas jurídicas pré-existentes à independência.

¹ Informação disponível no site da prefeitura de Benavente, em resultado de levantamentos históricos, em <<https://www.cm-benavente.pt/visitar/historia/benavente>>, acessado em 9 de março de 2022.

² Salvo indicação de outras referências bibliográficas concretas que operem de modo subsidiário, o presente trabalho segue a obra de Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português e as lições proferidas por José Artur Duarte Nogueira*, na Universidade Lusíada de Lisboa.

As “cúrias” correspondiam ao órgão consultivo do rei visigodo e inspiraram a criação das cortes. Por sua vez, os “concílios” tinham natureza eclesiástica. Sucede, no entanto, a vocação para tais manifestações deliberativas se fundirem, uma vez que leigos e eclesiásticos eram chamados a participar das reuniões legislativas. Sem garantia de facto, presume-se, em grau de razoabilidade, que as deliberações resultantes dessas assembleias vigoraram no ordenamento do território português, de que é exemplo o facto de D. Teresa e D. Afonso Henriques terem jurado as leis de Oviedo; (iii) forais de terras portuguesas anteriores à independência, correspondendo a documentos de direito local e outorgados pelos monarcas leoneses que permaneceram em vigor e em uso depois da fundação de Portugal. De modo sumário, tem-se por foral ou carta de foral, um diploma com força legal, concedido por decisão régia, por um senhorio laico ou eclesiástico, à determinada terra, e onde se dispõe sobre as normas que disciplinam as relações entre “vizinhos”, i.e., os habitantes, e destes para com a entidade outorgante, sendo a mais distinta forma de “carta de privilégio”³. É precisamente desse período que data o Foral de Benavente (1200); (iv) costume, o qual corresponde a um modo de formação e revelação de normas jurídicas que se traduzem em uma prática constante e reiterada de uma certa conduta ou omissão de conduta, por um tempo indeterminado, porém suficientemente longo para conter a ideia de repetição (elemento material), a que se junta a convicção de obrigatoriedade (elemento psicológico). Em relação ao período constante, a noção de costume compreende todas as fontes tradicionais de direito que não tenham carácter legislativo, sendo, portanto, uma denominação genérica que incluíam as Sentenças proferidas pela Cúria Régia (posteriormente designadas por Costumes da Corte), juízes municipais e juízes arbitrais (Almeida Costa, 2019, p. 203-214).

Em posição paralela às fontes do direito leonês que verteram no ordenamento pátrio com a independência, emerge um direito português próprio, se não pelo conteúdo, certamente pela forma, abrindo, desse modo, caminho para a autonomização do sistema jurídico pátrio. Esse processo não é, de todo, de lastro exuberante. Em rigor, a grande maioria do direito vigente era de base consuetudinária, criada pelas comunidades migratórias no quadro das iniciativas de povoamento do território. É igualmente um período de grandes conflitos militares diante dos muçulmanos⁴ e dos reinos vizinhos em face do desejo de consolidação do território, bem como de enormes assimetrias sociais, nas quais a larga maioria da população carecia de autonomia e liberdade, encontrando-se sob o jugo da nobreza e do alto clero.

Com efeito, a permanente deslocação de populações pelo território implicava um lastro consuetudinário que originava uma coincidência de costumes entre várias povoações. Por tal, e porque a coroa não tinha particular vocação legislativa, o costume⁵ afigurava-se como a mais relevante mancha jurídica vigente. A força jurídica do costume era reforçada pela crença de que o direito detinha uma natureza divina, transcendente, resultante da sua relação com a ideia de justiça, pelo que as normas costumeiras criadas pelo povo deteriam, forçosamente, uma inspiração divina. A legislação dimanada da coroa, por sua vez, era escassa, em resultado da dificuldade de o rei congregar pessoas suficientemente cultas para identificarem problemas

³ Ver o trabalho de Liontina Ventua (1998) sobre cartas de privilégios, forais, e outros, a propósito da fronteira portuguesa-castelhana na Idade Média.

⁴ Sobre este período, ver v.g. Martínez e Fernandes (2015).

⁵ Sobre o costume português, ver Duarte Nogueira (2016).

jurídicos e elaborarem normas que os solucionassem. Na sua maioria, os sujeitos letrados encontravam-se nos conventos, distantes do rei.

O SISTEMA DAS ORDENAÇÕES

Antes da entrada em cena das Ordenações, como sistema jurídico sistemático de direito pátrio, tiveram particular relevo a recepção do direito romano renascido e do direito canônico renovado.

O direito romano renascido, também conhecido por justiniano ou justinianeu, surge no século XI, na Península Itálica, em decorrência do renascimento do pensamento filosófico e da literatura latina, bem como graças à criação da Universidade de Bolonha. O desenvolvimento comercial e econômico das cidades do norte da Península Itálica desencadeia a consciência da necessidade de um sistema jurídico coerente e completo, capaz de responder aos desafios específicos daquele momento. Dá-se, então, um abandono das compilações da Alta Idade Média e a concentração no estudo do Corpus Juris Civilis, o código de direito romano, nele vendo uma possibilidade de aperfeiçoamento do direito e de debate interpretativo. Pretendiam os juristas de então alcançar uma interpretação mais sistemática possível do Direito, aplicando para tanto o ensino do Corpus Juris Civilis de forma compartimentada. Esta opção metodológica era assentada na crença de que o Corpus Juris Civilis detinha um direito de natureza superior, em que a interpretação deveria pautar-se pela fidelidade ao sentido original das normas. Era então um estudo despido de uma dimensão crítica. O sistema de estudo centrava-se no aditamento de comentário ou interpretação entre linhas ou à margem do texto jurídico, sistema conhecido por glosa, dando então origem à designação de “Escola dos Glosadores”. Antes do surgimento de Acúrsio, responsável pela Magna Glosa, i.e., um compêndio sistemático de todas as glosas conhecidas na Europa, e que esgotou assim a função da Escola dos Glosadores, tiveram relevo Bulgarus, Martinus, Hugo e Jacobus, chamados de “quatro doutores” (cf. ALMEIDA COSTA, 2019, p. 231 ss.)⁶. Almeida Costa (2019, p. 251) defende a existência de evidências de que tanto o Código Justiniano quanto o método da Glosa eram conhecidos desde o começo da nacionalidade, tendo expressão em figuras como Mestre Alberto, chanceler de Afonso Henriques, e Mestre Julião, o qual atravessou os reinados de Afonso Henriques Sancho I e Afonso II, que tiveram ainda o aconselhamento jurídico do milanês Leonardo, assim como Mestre Vicente, chanceler de Afonso II.

Por seu turno, o direito canônico renovado é resultante do facto da maioria dos estudantes de direito nos centros de aprendizado jurídico italianos e franceses serem eclesiásticos. Embora o seu aprendizado passasse pelo direito romano, em verdade, a orientação do estudo era feita, sobretudo, em relação ao direito canônico. Essa situação gerou uma produção de textos, chamados de canon, que eram decretos ou decretais com a chancela papal e que eram enviados para os bispos, a fim de serem aplicados nas suas jurisdições. No entanto, era também recorrente a criação de direito religioso local por parte dos bispos, situação que levou à necessidade da centralização da legislação e à criação do Corpus Juris Canonici, no séc. XII.⁷

⁶ Ver, igualmente, a título de exemplo, os trabalhos de Massaú (2006, 2007) e Pousada (2012).

⁷ Para maior exploração do direito canônico renovado, ver Almeida Costa (2019, p. 272-284).

Interessa-nos, contudo, o sistema das ordenações. Os séculos XIII e XIV são de grande produção legislativa, dando origem a um sentimento de necessidade de unificação do direito português. O projeto passava pela criação de coletâneas capazes de incluir toda a produção legislativa em vigor e a consequente difusão de suas cópias pelos principais concelhos do país, de modo a tornar o direito pátrio conhecido. O reinado de D. João I, na transição para o séc. XV, marca a estabilização política, permitindo a iniciativa de produção de uma coleção oficial de direito português. A partir daí, nascem coletâneas que não se sabe se são de natureza autônoma ou trabalhos preparatórios para as Ordenações que se seguiram. Seriam elas: o Livro das Leis e Posturas (leis feitas nos concelhos pelas assembleias municipais) e as Ordenações de D. Duarte (coleção mais perfeita, com uma certa sistematização, embora não tenha tido valor oficial). Assim, por Ordenações, entendem-se compilações ou coletâneas das leis do reino que surgiram no séc. XV com o objetivo de acentuar a prevalência da lei sobre outras fontes de direito. As primeiras foram as Ordenações Afonsinas. A estas seguiram-se as Ordenações Manuelinas (séc. XVI) e, por último, as Ordenações Filipinas (fins do séc. XVI e séc. XVII).

Consideremo-las de modo sumário. As primeiras ordenações do reino foram as Afonsinas (ALMEIDA COSTA, 2019, p. 305-312), as quais possuem especial relevo na evolução histórica do Direito português, apresentando a particularidade de funcionar como uma síntese do sistema jurídico português no quadro peninsular, sobretudo a partir de Afonso III. Assim, no sentido de evitar a dispersão e confusão das normas que produziam efeitos negativos na administração da justiça, dada a incapacidade de oferecer garantias de equidade, na regência do Infante D. Pedro, durante a menoridade de D. Afonso V, foi estimulada a compilação de ordenações jurídicas, a qual teria sido concluída por volta de 1446. Apesar das dificuldades de divulgação, quer pela ausência de imprensa (implicando daí as cópias manuscritas) quer pelas dificuldades de circulação pelo reino, a difusão das Ordenações Afonsinas foi possível graças ao fato de as mesmas não apresentarem particulares inovações, uma vez que se utilizaram largamente das fontes anteriores, realizando, em tais termos, uma consolidação do direito precedente.

As Ordenações Afonsinas tiveram curta vigência, pois, logo em 1505, tem lugar a reforma delas. Por incumbência de D. Manuel e de três juristas, quais sejam: Rui Boto, Rui da Grã e João Cotrim, realizaram o processo de alteração, supressão e acrescento das Ordenações anteriores. Esse fato parece radicar sua gênese em dois fatores: i) a introdução da imprensa, o que significava a necessidade de uma revisão e atualização das ordenações em vigência; ii) tendo assistido aos feitos da expansão marítima portuguesa, D. Manuel pretendia associar o seu nome a uma reforma legislativa significativa. As alterações mais significativas foram a supressão dos preceitos relativos a Judeus e a Mouros, então expulsos do país, a supressão das normas autonomizadas das Ordenações da Fazenda, a inclusão da disciplina da interpretação vinculativa da lei, através da Casa da Suplicação e de alterações em matéria de direito subsidiário, com a introdução da Comum Opinião dos Doutores (ALMEIDA COSTA, 2019, p. 313-317).

No rescaldo das Ordenações Manuelinas, surgiram as Leis Extravagantes de Duarte Nunes do Lião (ALMEIDA COSTA, 2019, p.317-320), as quais figuraram como obra intercalar,

já que o imperativo de reforma das ordenações anteriores entrou pelo reinado de D. Filipe I. Apesar de concluídas em 1595, as novas ordenações só entraram em vigor no reinado de D. Filipe II, por via da Lei de 11 de janeiro de 1603, vigorando até para lá de 1640.

O DIREITO LOCAL

Impera agora, em razão do espaço exíguo para este texto, uma entrada pelo direito local português, primeiramente, pelas fontes anteriores às ordenações, em seguida, pela reforma dos forais e, por fim, o fim da sua vigência.

Fontes de direito local na época anterior às ordenações: cartas de povoação, foral e estatutos municipais

O aparecimento do direito local português associa-se às políticas de incentivo voltadas ao povoamento do território. O sucesso de tais políticas encontra-se no interesse de deslocamento por parte das populações, uma vez que recebiam garantias por parte do poder (régio, nobiliárquico ou clerical), colocando-os em circunstâncias bem mais vantajosas em relação aos seus locais de origem, ou seja, passando a possuir terras.

A partir do séc. XII, aparecem documentos de natureza privada que funcionam como garantias relativas aos locais de povoamento. O primeiro desses documentos foi a carta de povoação, consistindo em um pequeno texto no qual o rei, ou o membro da nobreza, lavrava uma espécie de promessa que estabelecia que quem estivesse disposto a habitar tais terras, receberia um terreno sob acordo de cultivo, donde a carta de povoação disciplinava exclusivamente a exploração das terras.

O lastro de povoamento do território nacional se fez acompanhar de novos diplomas jurídicos, mais sofisticados e desenvolvidos, chamados de foral. Em razão da escassez de leis gerais ou da dificuldade de acesso às mesmas, as cartas de foral, ou simplesmente forais, assumiram-se como a base do direito local. Além das regras relativas ao cultivo da terra, o foral continha ainda regras relativas ao relacionamento entre a entidade que exerce o poder na localidade do foral e os seus habitantes. No entanto, o foral não era concedido a todas as povoações, como a carta de povoação, mas antes apenas a terras de maiores dimensões e organização social. Desse modo, o foral encontra-se na base do que hoje designa-se em Portugal por Concelhos (Prefeituras). É nessa condição, aliás, que o foral desempenha maior relevo, dado o diploma em causa alterar a autonomia de tais populações. O Concelho apresenta, desse modo, como característica, a existência de uma relação entre habitantes designados por “vizinhos”, nomeiam entre si sujeitos para ocuparem determinadas posições públicas. Garantindo consistência jurídica, os forais contêm um conjunto de regras de conteúdo penal e processual, bem como do foro econômico. O sistema foraleiro português atinge seu auge no século XIV, registrando cerca de 860 diplomas. Apesar dessa disseminação, os forais não apresentavam todas as mesmas características, podendo verificar-se um desenvolvimento que acompanha as preocupações de cada momento, que procura responder aos desafios de cada reinado, tendo, por isso, uma forte marca política.

De um modo geral, podemos catalogar as matérias contidas nos forais do seguinte modo: matérias administrativas, que correspondem a normas de funcionamento. Uma vez

que muitos concelhos/ municípios apresentavam um sofisticado grau de funcionamento, era corrente que fosse permitido aos habitantes a escolha dos magistrados locais, os quais exerciam suas funções por um período comum de um ano. A presença de um juiz em um concelho era símbolo de sofisticação;

matérias fiscais, ou seja, normas relativas a impostos, sendo esta uma das mais relevantes matérias contidas num foral, garantindo segurança para os habitantes face a qualquer forma de poder relativo à localidade. Assim, o foral dispunha sobre os impostos devidos, evitando a discricionariedade;

matérias de contributo material, i.e., o contributo devido pelos vizinhos à comunidade, como fossem um certo número de dias para manutenção do castelo, das pontes, fortalezas e outras infraestruturas;

matérias de direito penal e processual; estas de grande importância, relacionavam-se à tipificação de crimes e consequentes penas, bem como dispendo sobre reformas de funcionamento do tribunal. Tais normas eram encontradas nos forais para salvaguarda e interesse dos habitantes, uma vez que as matérias detinham um sentido privativo daquela comunidade, não demandando pela intervenção do poder político. Uma vez que eram os vizinhos que nomeavam seus magistrados, a justiça seria da esfera não do poder central, mas da figura tutelar da localidade. No capítulo penal, a maioria das sanções eram de natureza econômica, implicando a pena de trabalhos forçados ou, o mais recorrente, o pagamento de coimas, dado que o pagamento revertia para a coletividade. A pena de morte era uma medida extrema.

A REFORMA MANUELINA DOS FORAIS

O período manuelino é um dos mais importantes em matéria foraleira em Portugal. Contudo, ainda antes do reinado de D. Manuel I (1495-1521), surgiram solicitações para a reforma dos forais. Nas Cortes realizadas em 1472-73, “iniciadas em Coimbra e concluídas em Évora, os procuradores dos concelhos alegaram as deficiências dos forais, solicitando a D. Afonso V a sua reforma” (ALMEIDA COSTA, 2019, p. 352). Tal solicitação haveria de ser repetida nas Cortes seguintes, em 1481-82, em Évora e Viana do Castelo, tendo D. João II reiterado suas diligências nesse sentido, através de Carta Régia de 15 de dezembro de 1481, solicitando o envio à corte de todos os forais. A subida ao trono por parte de D. Manuel I traz nova e definitiva solicitação nas Cortes de Montemor-o-Novo, em 1495, onde o rei estabelece o ano de 1497 para a remessa dos forais remanentes. Esse processo dá origem à substituição dos forais antigos por novos, que viriam a ser designados por “forais manuelinos”.

O direito foraleiro, como perceptível, gozava de significativa importância no âmbito local, em razão da distância e dificuldade de acesso à corte, disciplinando as comunidades locais em um país disperso. Assim, o leitmotiv de D. Manuel para a reforma dos forais foi, sobretudo, político, reconhecendo a importância que os Concelhos atribuíam ao seu foral, enquanto símbolo de autonomia e de identidade, fato que vigorou o zelo estético da reforma.

No entanto, a reforma teve por objetivo responder a três desafios da época: (i) a existência de matéria contida nos forais que havia sido revogada por norma jurídica superior; (ii) decorria a existência de leis que estavam no direito geral do reino pelo que não existia

a necessidade de se encontrarem nos forais, e por fim (iii) o imperativo de unificar pesos, medidas e valores em todo o território. Esta última matéria era de vital importância na vida econômica do país, razão pela qual o rei mandou publicar leis e elaborar padrões que enviou para todos os concelhos, mesmo com a iniciativa de reforma foraleira (ALMEIDA COSTA, 2019, p. 351-353).

A reforma teve início pouco depois de 1500, através de uma comissão de revisão composta por Rui Boto, João Façanha e Fernão de Pina. Como referido, todos os concelhos com forais antigos, e que eram a maioria, os remeteram para Lisboa, os quais se encontram hoje arquivados na Torre do Tombo. A partir dos mesmos eram elaborados os novos forais, com uma estrutura-padrão, tratando de temas correntes e matérias específicas locais. Através desse processo uniformizador e revisionista, as matérias gerais vigoravam apenas nas leis gerais do reino.

Os trabalhos têm seu término por volta de 1521, tendo um impacto significativo em todo o território. Em primeiro lugar, porque foi possível restringir significativamente a matéria contida nos forais, em segundo lugar, porque aproximou significativamente os forais, uniformizando-os da forma mais maximalista possível, e, por fim, dado que houve um enorme zelo na elaboração dos forais novos, tornando-os documentos ricos.

A EXTINÇÃO DOS FORAIS

Os forais observaram enorme resiliência histórica, atravessando as reformas pombalinas (FRANCO, 2007; ARAÚJO ANTUNES, 2011; ALMEIDA COSTA, 2019, p.400-409) e as invasões francesas (v.g. MARQUES, 2009; ALMEIDA COSTA, 2019, p.425-430) até chegar ao período liberal do século XIX (MOREIRA, 2008; RAMOS & MONTEIRO, 2019). Tratou-se de um monumento jurídico de grande vitalidade, tendo contribuído para o povoamento do território e para a consolidação de práticas jurídicas e administrativas essenciais, além de matérias econômicas e penais.

Do ponto de vista ideológico e filosófico, o século XIX se identificava pela crença nos direitos inalienáveis e naturais dos sujeitos, cabendo ao Estado – enquanto entidade formada sob o pacto social e sem fins próprios – o papel de promoção e salvaguarda dos direitos individuais de inspiração liberal, ou seja, direitos originários ligados à liberdade e à igualdade na sua dimensão formal e negativa, enquanto princípio de igualdade perante a lei. Tratava-se de um quadro ideológico marcado pelo constitucionalismo, pelo governo representativo e parlamentar e pela separação de poderes. Do ponto de vista econômico, o liberalismo ancorava-se em uma ideia de ordem econômica natural, baseada na harmonia entre o interesse de cada indivíduo e o interesse coletivo, sob o prisma da liberdade, doutrina mais tarde conhecida como “laissez faire, laissez passer”. Sob a orientação teórica de Adam Smith, preconizava-se o livre câmbio internacional (ALMEIDA COSTA, 2019, p.431-436).

No cenário português, o ano de 1820 é marcado pela revolução liberal (v.g. CARDOSO, 2019), aproveitando o exílio do rei no Brasil. Dois anos depois, em 1822, entra em vigor a Constituição, na qual se solicitou a ratificação régia e o retorno do D. João VI, o qual responde positivamente, deixando, assim, no Rio de Janeiro o seu filho, D. Pedro IV, futuro D. Pedro I do Brasil. Sucede-se forte instabilidade política, entre partidários do despotismo iluminado

até partidários de uma visão mais democrática. A declaração de independência do Brasil agudiza o clima levando D. Miguel ao poder e com ele a suspensão da Carta Constitucional de 1822, recuperando assim o absolutismo régio. Mas D. Pedro IV, I do Brasil, em razão da governação conturbada na corte do Rio de Janeiro, retoma aspirações à coroa portuguesa. Antes do seu regresso à Europa, no ano de 1831, D. Pedro IV havia enviado, em 1826, durante o reinado de D. Maria II, sua filha, um texto Constitucional, idêntico ao que tinha vigorado no Brasil. Em julho de 1828 D. Maria II chega a Portugal, seis meses depois do Infante D. Miguel, seu tio, para assumir o trono. Esses acontecimentos dão origem às Guerras Liberais, que duraram até 1834, ano em que D. Maria foi reposta no trono e D. Miguel exilado para a Alemanha.

O período liberal estabelece uma mudança profunda na sociedade portuguesa, com uma nova organização administrativa, uma reforma judiciária e uma viragem fiscal que estabelece a liberdade econômica no país. A segunda metade de mil e oitocentos marca a vigência da Carta Constitucional, o desenvolvimento capitalista e progressos materiais ligados às obras de Fontes Pereira de Melo (MÓNICA, 1997).

No plano jurídico, a produção do direito posterior à guerra civil deve sobretudo a Mouzinho da Silveira (BRANDÃO E FEIJÓ, 1980; DE SÁ, 1984; MONTEIRO, 2015). Durante o exílio de D. Pedro IV na Ilha Terceira (Açores), Mouzinho da Silveira foi realizando um esforço de preparação de projetos de lei que mais tarde seriam incluídos no novo governo liberal. Nomeado Ministro da Fazenda, em 1823, Mouzinho da Silveira governou em nome do rei, sob a incumbência de colocar em prática seus projetos de lei, entre 30 e 40 diplomas. O principal desses diplomas incidiu sobre a reforma administrativa e econômica do país. É nesse contexto que surge a extinção dos forais manuelinos (ALMEIDA COSTA, 2019, p. 494-497), os quais já haviam sido objeto de referência por Melo Freire, como necessitando de uma reforma, nas Provas do projeto de um Código de Direito Público.

Como referido, a concessão de forais até ao séc. XIV marcou o estabelecimento jurídico de povoações em resultado do esforço de povoamento do país e seu respectivo desenvolvimento econômico. Igualmente como mencionado, D. Manuel procurou realizar uma profunda reforma deles, que os esvaziou de normas justapostas com leis gerais e expurgou outras revogadas, mesmo que reconhecendo o seu valor simbólico nas identidades locais, os procurou preservar e embelezar.

O Decreto de 13 de agosto de 1832, da autoria de Mouzinho da Silveira, de forte inspiração liberal a propósito da propriedade e contrário ao espírito do despotismo iluminado, elimina os foros, censos e toda a qualidade de prestações face à bens nacionais ou provenientes da Coroa, impostos por foral ou contrato enfiteutico.

A importância dos forais para as populações locais, que ainda os viam como outorga de independência do poder central, ou seja, como símbolo de autonomia e identidade próprias, veiculava um problema para o modelo centralizador do poder idealizado por Mouzinho da Silveira, em particular na necessidade de promulgação de medidas vinculativas para os Concelhos, bem como a emissão de representantes dotados de autoridade representativa do governo central. Ademais, os valores liberais urbanos vinculados ao poder central não recebiam positivo acolhimento no interior do país, ainda profundamente rural e conservador.

Esse fato levava a uma desconfiança permanente por parte das populações locais, as quais viam em quaisquer medidas uma estratégia de conformação de interesses do grupo dominante de feição liberal. Paradigmático exemplo foi a chamada “Revolta da Maria da Fonte”, de 1846 (OLIVEIRA, 1996; MELO FERREIRA, 2004, 2018; ALVES, 2019), decorrente da proibição de enterros dentro das igrejas, prática antiga inscrita no catolicismo popular português, em decorrência do desenvolvimento científico-sanitário que recomendava a abolição dessa prática, por questões de saúde pública, dispondo que os enterros deveriam ocorrer em cemitérios às portas das povoações.

As revoltas populares antiliberais e a necessidade de controle central levaram à extinção dos forais. De modo a evitar a confrontação direta, o processo foi justificado nos termos de que os forais eram documentos que seriam, por sua gênese, instrumentos medievais de exploração do povo. Ainda que algumas regras detivessem tal natureza ou vocação, a justificação escondia o projeto de esvaziamento do poder local autônomo.

O FORAL DE BENAVENTE

Como visto, a carta de foral de Benavente não decorreu de iniciativa régia, mas antes é dada por Mestre Pelágio da Ordem Militar de Évora, mais tarde Avis, em 25 de março de 1200, embora confirmada por D. Sancho I, a 8 de abril de 1238. Cunha (1988) salienta que a Ordem de Avis é a única a outorga foral, concretamente o de Benavente, refletindo a importância de tal ordem militar na sociedade portuguesa de então.

O foral de Benavente, como ele mesmo estatui, segue o foral de Coruche: “Concedemos que tenhais o fôro de Coruche” (D’AZEVEDO, 1994, p. 198). Para os efeitos deste artigo, importa tomar em consideração as principais matérias que o foral disciplina e suas particularidades. Logo no começo, estabelece a imposição de que os cavaleiros realizem “fossado”, i.e., assalto ou arremetida nas fronteiras mouras com o propósito de depredação, uma vez no ano e todo aquele que não for, deveria pagar cinco soldos para a “fossadeira”. Temos aqui, portanto, a pena pecuniária atribuída àqueles que faltavam ao assalto militar. No entanto, D’Azevedo (ibidem) nos diz que ir para a “fossadeira” era a pena em si mesma. Ainda em matéria penal, temos a sanção por homicídio: cem soldos para a fazenda real. Sabemos que a vida na Idade Média não era um bem jurídico de natureza cogente, valor só mais tarde admitido com o humanitarismo jurídico (ALMEIDA COSTA, 2019, p.398-400). Disciplinando outros crimes, o foral estabelece a sanção de trezentos soldos e uma sétima parte desse soldo para a coroa, nos casos de casa arrombada com armas, com escudos e com espadas; o pagamento de trezentos soldos e uma sétima parte ao palácio nos casos de tentativa ou efetivação do ato de estupro, quando não puder o acusado apresentar (i) doze testemunhas masculinas contra três apresentadas pela alegada vítima; (ii) se recusar a jurar inocência no caso em que a denunciante não seja capaz de apresentar três abonatórias. Outro exemplo em matéria penal é o pagamento de sessenta soldos, divididos ao meio entre o concelho e o palácio, e uma sétima parte da metade do concelho será destinada ao palácio, nos casos de ferimento no concelho, no mercado, ou na igreja. Há também um pagamento de dez soldos para todo o cavaleiro que (não estando a serviço alheio) não acorrer ao apelido, ou seja, chamamento geral às armas contra invasores, e de cinco soldos para o peão, pagamentos que

vertem a favor dos vizinhos. Encontramos aqui um exemplo de pagamento que verte para a comunidade, como referido anteriormente. Detém interesse a previsão de que homem que falte ao “sinal” (i.e., pacto nupcial de compra do corpo) para com a mulher, teria por estatuição o pagamento de um soldo ao juiz. No caso da mulher que fugisse ao marido “de benção”, ou seja de matrimônio contraído em face da Igreja, deveria ela pagar trezentos soldos e a sétima para o palácio. A mesma situação, porém, da parte do marido, deveria ele pagar um soldo ao juiz. Aquele que cavalgasse cavalo alheio pelo período de um dia, deveria pagar um carneiro; usando mais dias, deveria pagar ainda as “angueiras”, ou seja, o uso para serviço indevido, no valor de seis dinheiros (moeda de cobre, cuja dezena valeria um soldo) por cada dia e um soldo por cada noite. A matéria penal é extensa, explicitando a determinação de que o foral representasse uma carta de garantias de convivência entre vizinhos. A quebra de olho ou braço era punida com cem soldos por cada membro e uma sétima ao palácio. O ferimento de mulher alheia ante seu esposo era punido com trinta soldos e uma sétima ao palácio.

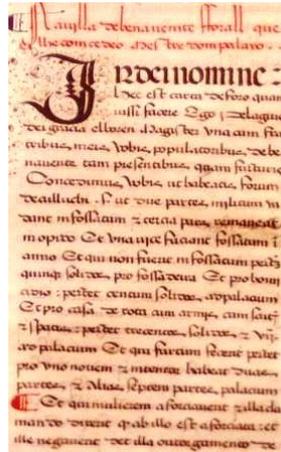
Em outro capítulo ligado à propriedade, a mudança do marco de terra (“moion”), alheio para sua herdade, seria sancionado com cinco soldos e uma sétima para o palácio. Tem interesse notar que determinados serviçais apareciam entre o regime “das coisas”, pelo que maus tratos (“quebrantar”) por senhor (lide) alheio tem por sanção o pagamento de cinco soldos e uma sétima para o palácio. No caso de homicídio de serviçal (conducenteiro e outras denominações concretas ligadas a tarefas, como hortelão ou moleiro), alheio deve pagar ao amo ou dono pelo homicídio e uma sétima para o palácio.

Em matéria fiscal, o fôro não se aplicava a tendas (lojas), moinhos e fornos, na condição de livre uso por parte dos vizinhos. O Foral de Benavente disciplina, ainda, a relação hierárquica entre moradores no Concelho, onde os clérigos possuem natureza análoga à nobreza. Na relação entre vizinhos, o Foral dá uma prevalência ao sentimento de pertença e coabitação, através, v.g., de uma norma que prevê a sanção de dez soldos e uma sétima ao palácio para aquele que “vier vozeiro” (quer dizer, usando de voz grossa) em defesa de homem de fora da vila contra seu vizinho. Do mesmo modo, o gado de Benavente não poderia ser “montado” (i.e., onerado com tributo) em nenhuma terra. Ainda na mesma ótica de consolidação de um regime foraleiro autônomo local, como símbolo de pertença e comunidade, qualquer “mancebo” que matasse homem de fora da vila e fugisse, ficava o seu amo liberto de pagar o homicídio. De igual forma, homens de Benavente com contenda judicial com homens de outra terra não deveriam ser objeto de prova ou de investigação (“não corra entre eles exquisa ou reto”). O uso de terras para pastoreio era, também, previsto, no qual aqueles que querendo usar das terras dos benaventenses para o gado, deveriam pagar em “montadigo”: quatro carneiros pelo rebanho de ovelhas e uma vaca por um “busto” de vacas.

Previa também o Foral o fôro de portagem em relação ao fardo ou à carga transitada (“troxel”), de que damos exemplo, o de um soldo em face de cavalo, panos de lã ou de linho.

já que o imperativo de reforma das ordenações anteriores entrou pelo reinado de D. Filipe I. Apesar de concluídas em 1595, as novas ordenações só entraram em vigor no reinado de D. Filipe II, por via da Lei de 11 de janeiro de 1603, vigorando até para lá de 1640.

FORAL NOVO



Foral Novo de Benavente (1516). Arquivo do Museu Municipal de Benavente.

Como referido anteriormente, D. Manuel traz uma política de reforma dos forais, visando expurgar normas em desuso e repetidas em face da lei geral do reino, além de ter procurado um embelezamento deles. Nas próximas linhas procuramos observar o conteúdo normativo do documento em face do Foral Antigo, buscando entender mudanças nas matérias disciplinadas e nas sanções estatuídas.

O texto começa por estabelecer “rendas e direitos”, explicitando desse modo a importância dos Concelhos como fonte de receita para a Fazenda do reino. A primeira atividade referida é a da pesca, com o pagamento do tributo à Fazenda (duas dízimas) e à ordem (uma dízima) que integra o Foral, definindo que o pagamento é feito uma vez, não podendo ser cobrado outro imposto em nenhum outro lugar do reino. Esse fato nos mostra a importância que Benavente já havia adquirido no fornecimento de pescado e de outros produtos para Lisboa, através da ligação ao Tejo que era feita a partir da vala nova.

A matéria penal é naturalmente contemplada, agora sob a forma de supressão de penas, como serve de exemplo, relativas ao uso de pau ou de pedra, posto que com ela não fizessem mal, nem pagariam moço com idade inferior a quinze anos ou qualquer mulher nem mesmo aquele que castigando mulher, filhos, escravos e criados no ato, tirassem sangue, ou quem tirasse sangue com bofetada ou punhada, ou qualquer pessoa em autotutela (“defendimento de seu corpo), ou escravo que com pedra ou pau tirasse sangue. A “dita pena” era de duzentos reais e as armas, no caso de uso delas.

Caso interessante é a da previsão do “gado do vento”, ou seja, abandonado, sem dono, que será da pessoa cuja mão for ter, desde que disso fizesse declaração no prazo de dez dias, sob pena de ser demandado por furto.

Permanece em vigor o pagamento de portagem por homens de fora da vila que ali acorram com coisas para vender, ou as comprem e tirem-nas para fora da vila. Era previsto o pagamento de um real por trigo, centeio, cevada, milho, farinha, sal, vinho, hortaliça, melões, pescado ou marisco. A portagem era, por exemplo, removida para mudança de casa, para pão cozido, queijadas, biscoitos, farelos, leite ou produtos lácteos, vassouras, e outros

objetos menores, pedra, barro ou lenha, entre outros. O foral vai estabelecendo, em diante, um conjunto de taxas portageiras em referência a um elenco de produtos, as isenções de pagamentos para clérigos e determinados produtos.

Estabelece, por fim, que o abuso de privilégios e de direitos contidos no foral tem por pena um ano de degredo, atribuindo a juízes e a oficiais inferiores de justiça o poder de aplicação das penas e multas.

CONCLUSÃO

O Foral de Benavente é um bom exemplo da importância do sistema foraleiro na constituição de um ordenamento jurídico com lastro por todo o território português, disciplinando matérias fundamentais do cotidiano das suas populações. O Foral Antigo nos mostra que o ordenamento jurídico nacional português, as leis gerais do reino e o elenco das fontes como Código Visigótico e as leis dimanadas de Cúrias e Concílios, detinham menor divulgação e dificuldade de aplicação, até porque o costume era ainda a mancha jurídica principal. Por tal fato, a carta de foral apreciada, na sua formulação antiga, detalhava um elenco mais alargado de crimes e suas sanções, bem como deveres comunitários, relações entre vizinhos e ordem social numa sociedade medieval tipicamente hierarquizada.

O foral novo, de harmonia com o exposto em sede teórica, enfatiza normas de natureza comercial e mercantil, e algumas poucas de natureza penal, haja vista o ordenamento jurídico nacional, à época, as Ordenações Manuelinas, já detinha uma sistematização maior, reduzindo então as matérias disciplinadas nos forais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, J.F. Legislação sanitária e tensão social—A revolta da “Maria da Fonte” (Portugal, 1846). In: DILLMANN, M; RIPE, F. (orgs.). Cuidados com o corpo e a alma na Luso-América dos séculos XVI a XIX, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2019.
- AYALA MARTÍNEZ, C.; FERNANDES, I.C.F. (coord.). Cristãos contra muçulmanos na Idade Média peninsular: bases ideológicas e doutrinárias de uma confrontação (séculos X-XIV). Edições Colibri/Universidade Autónoma de Madrid, 2015.
- BRANDÃO, M. F.; FEIJÓ, R. G. O discurso reformador de Mouzinho da Silveira. *Análise Social*, Lisboa, v. 16, n. 61/62 p. 237-258, 1980.
- CANHÃO, G. P. F. A encadernação dos forais manuelinos: construção de um modelo de análise. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação), Universidade de Lisboa, 2020.
- CARDOSO, J. L. A revolução liberal de 1820. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2019.
- CUNHA, M. C. A. Forais que tiveram por modelo o de Évora de 1166. *História*, Porto, v. 5, p. 69-94, 1988.
- D’AZEVEDO, A. R. Benavente: estudos histórico-descritivo. Benavente: Câmara Municipal de Benavente, 1994 [1826].
- DA SILVA, F. M. F. Os Forais Manuelinos do Entre Douro e Minho (1511-1520): Direito e Economia. Dissertação (Mestrado de História Medieval e do Renascimento), Universidade do Porto, 2012.
- DA SILVA, F. R. O foral de Cambra no conjunto dos forais manuelinos. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. 6, p. 223-238, 1989.
- DE ARAUJO ANTUNES, A. Pelo rei, com razão: comentários sobre as reformas pombalinas no campo jurídico. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n.452, p.15-50, 2011.
- DE SÁ, V. Nota sobre Mouzinho da Silveira. *História*, Porto, v. 1, p. 203-210, 1984.
- FERNANDES, F.R. A recepção do direito Romano no Ocidente Europeu Medieval: Portugal, um caso de afirmação régia. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 73-83, 2004.
- FERREIRA, F. S. M. Leis velhas, direitos novos: política popular e politização na revolta da Maria da Fonte. *Claves. Revista de História*, Río de la Plata, v. 4, n.6, p.73-94, 2018.
- FERREIRA, F. S. M. Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX: politização e política popular na Maria da Fonte. *História*, Porto, v. 5, p. 31-49, 2004.
- FRANCO, S. A. P. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. *Fenix-Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n.4, p. 1-14, 2007.
- GOUVEIA, J. R. Foral manuelino de Pera. Viseu: Quartzo Editora, 2016.
- MATTOSO, J. A formação da nacionalidade. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.
- MARQUES, J.F. Algumas notas sobre as Invasões Francesas em Portugal na historiografia do século XIX. *História*, Porto, v. 10, p. 37-42, 2009.
- MASSAÚ, G. C. Período de Desenvolvimento da Ciência do Direito: a Renovação do Método (Escola dos Comentadores). Parte I-Fase Geral Européia. *Razão e Fé, Pelotas*, v. 9, n.1 p.51-64, 2007.

- MASSAÚ, G. C. A Fé e o Direito: a Escola dos Glosadores (o início da ciência do Direito). *Razão e Fé, Pelotas*, v.8, n.2, p. 49-80, 2006.
- MÓNICA, M. F. Um político, *Fontes Pereira de Melo. Análise Social*, Lisboa, v.32, p. 731-745, 1997.
- MONTEIRO, N. G. Mouzinho da Silveira and the Political Culture of Portuguese Liberalism, 1820–1832. *History of European Ideas*, St. Andrews, v. 41, n.2, p.185-193, 2015.
- MOREIRA, J. M. Pensamento liberal em Portugal. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, n.25, p.177-197, 2008.
- NOGUEIRA, J.A.A.D. O Costume enquanto fonte de Direito. *Modernidade e antiguidade. O caso português*. Lusíada. *Direito*, Lisboa, n.15, p. 81-97, 2016.
- OLIVEIRA, A. Maria da Fonte no contexto das revoltas e motins populares em Portugal. *Câmara Municipal de Póvoa de Lanhosa*, 1996.
- PINTO, A. M. M. "O lavrador" de forais: estudo dos forais outorgados por D. Dinis. *Dissertação (Mestrado em História da Idade Média)*, Universidade de Coimbra, 2008.
- POUSADA, E. A recepção do Direito Romano nas Universidades: glosadores e comentadores. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*, v.106/107, p. 109-117, 2012.
- RAMOS, R.; MONTEIRO, N. Liberalism in Portugal in the Nineteenth Century. In: FREEDEN, M. et. Al. (orgs.) *In Search of European Liberalisms: Concepts, Languages, Ideologies*, Nova Iorque, Bergan Books, 2019.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, J. A. O Nascimento do Reino de Portugal - Uma Perspectiva Nobiliárquica (1096-1157/1300). *Revista portuguesa de história, Coimbra*, v.44, p. 29-58, 2013.
- TORRÃO, J.M.N.; ALBERTO, P. F.; FURTADO, R. Quando Portugal era Reino de Leão. *Estudos sobre cultura e identidade antes de D. Afonso Henriques/Cuando Portugal era Reino de León. Ágora. Estudos Clássicos em debate, Aveiro*, v. 14, n.1, p. 324-325, 2012.
- VENTUA, L. A fronteira luso-castelhana na Idade Média. *História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto*, v.15, n.1, p. 25-52, 1998.

O TEATRO DE MEMÓRIA ENCENADO EM MUSEUS HISTÓRICOS.

LUCINEI PEREIRA DA SILVA
Universidade Federal de Minas Gerais
lucinei.pereira28@gmail.com

KELLY AMARAL DE FREITAS
Universidade Federal de Minas Gerais
moinhosocial@gmail.com

LUIZ HENRIQUE ASSIS GARCIA
Universidade Federal de Minas Gerais
luhen_asgar@yahoo.com.br

RESUMO

A despeito de críticas consistentes que vêm sendo feitas há décadas, perpetua-se nas exposições de museus históricos dos mais diversos tamanhos, localizações e trajetórias institucionais um modo de “encenar” a História que remete ao modo de ver proposto desde a Antiguidade clássica nos “teatros da memória”. O apelo às funções de evocação e celebração nestes museus, empregando tal forma de articular imagens e espaços de maneira a organizar a rememoração de uma ordem do mundo evidencia a “teatralização do poder”, através da qual grupos hegemônicos mobilizam o patrimônio cultural como força política. Pretendemos aqui, tomando como objetos de análise circuitos expositivos do Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro e do Museu da Cidade de Governador Valadares/MG (MCGV), flagrar tal perspectiva “no ato”, tratando tal situação como um “problema histórico” a ser investigado. Este contraste permite-nos salientar como essa teatralização se perpetua, bem como reforçar uma postura crítica e metodologicamente consistente no aproveitamento das abordagens historiográficas correntes e das conquistas teóricas da museologia social, de maneira a tornar os museus históricos mais efetivos diante das tarefas que seu tempo lhes impõe.

Palavras-chave: Teatro da memória; museus históricos; exposição.

THE THEATER OF MEMORY STAGED IN HISTORY MUSEUMS.

LUCINEI PEREIRA DA SILVA
Universidade Federal de Minas Gerais
lucinei.pereira28@gmail.com

KELLY AMARAL DE FREITAS
Universidade Federal de Minas Gerais
moinhosocial@gmail.com

LUIZ HENRIQUE ASSIS GARCIA
Universidade Federal de Minas Gerais
luhen_asgar@yahoo.com.br

ABSTRACT

Despite the consistent criticisms that have been made for decades, History is still staged in a way that refers to the classical antiquity perspective "theaters of memory". The appeal to the functions of evocation and celebration in these museums, using such a way of articulating images and spaces in order to organize the remembrance of an order of the world, highlights the "theatricalization of power" through hegemonic groups that mobilize heritage as a political force. Taking as objects of analysis exhibition circuits of the National History Museum (MHN) in Rio de Janeiro and the City Museum of Governador Valadares/MG (MCGV), we intend to capture such perspective on point, treating the situation itself as a "historical problem" to be investigated. This contrast allows us to emphasize how this theatricalization is perpetuated, as well as to reinforce a critical and methodologically consistent posture in the use of current historiographic approaches and theoretical achievements of social museology, in order to make History museums more effective in the tasks that their time imposes on them.

Keywords: Theatre of memory; History museums; exhibition.

ABREM-SE AS CORTINAS DO ESPETÁCULO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Num texto seminal que investiga a relação entre a exposição museológica e o conhecimento histórico, Ulpiano B. Meneses (1994) procura traçar uma genealogia das instituições museais articulada às mudanças epistemológicas mais significativas da história ocidental desde o Renascimento. Ecoando a formulação de Hooper-Greenhill (1992) de que o museu remeteria aos “teatros da memória” e aplicando métodos de articulação entre imagem e espaço adotados pelas artes da mnemônica retomadas da Antiguidade, o que ainda hoje poderia ser explorado em termos cognitivos, ele pondera: “(...) a visão que vai marcar o museu setecentista deriva, sim, do Renascimento, mas é por excelência a visão iluminista - que, na sociedade de consumo, como fruto já temporão, vai desembocar na estetização do social e na transformação da História em espetáculo.” (MENESES, 1994, p.10). Ao problematizar tal formulação, o autor se dispõe a considerar as funções de evocação e celebração que os museus históricos continuam desempenhando, mas sobretudo a sua participação na produção do conhecimento histórico e como suas exposições concorrem para tal.

Etimologicamente, como ele mesmo aponta, “teatro” remete ao verbo grego *theáomai*, ver, de que deriva “*théatron*”, lugar onde se vai para ver. Neste ponto é preciso reforçar que o colecionismo dos monarcas renascentistas em gabinetes de curiosidades, *studiolos* e afins consistia em uma “(...) tentativa de reunir artefatos que representavam a ordem do mundo, para constituir um local secreto no/do qual o príncipe poderia posicionar-se simbolicamente como governante do mundo” (HOOPER-GREENHILL, 1992, p.105). É, portanto, uma forma de exercitar seu poder. Neste aspecto, é razoável traçar uma aproximação com as reflexões de García Canclini sobre o que ele denomina de “teatralização do poder”, em que busca demonstrar como o patrimônio atua como força política a partir da “construção visual e cênica da significação” que se dá em comemorações, monumentos e museus (CANCLINI, 1997, p.162). Em sua compreensão da hegemonia política no âmbito do Estado Nacional na modernidade, o patrimônio cultural presta-se à construção de cumplicidade social, uma vez que:

a perenidade desses bens leva a imaginar que seu valor é inquestionável e torna-os fontes de consenso coletivo, para além das divisões entre classes, etnias e grupos que cindem a sociedade [e] Sua conservação inalterada testemunharia que a essência desse passado glorioso sobrevive às mudanças (CANCLINI, 1997, p.160-161).

Encenar um passado imutável e reluzente é assim forma de assegurar um determinado *status quo*: “celebra-se o patrimônio histórico constituído pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem” (CANCLINI, 1997, p.163). Adotando tal perspectiva crítica, este texto será tecido com base nos apontamentos de Mário Chagas (2015, p. 37) quando diz que, “em todo e qualquer museu está em cena a apresentação (mais ou menos espetacular) de uma visão possível sobre determinado fato, acontecimento, personagem ou processo histórico e não a história mesma”. Ainda Mário Chagas (2015, p. 32) alerta que a gota de sangue existente em cada museu muitas vezes é o resultado daquele sangue derramado, de forma silenciosa ou revoltada, de grupos ou pessoas que tiveram suas histórias, memórias, saberes apagados ou extirpados do processo de construção da cidade.

Muitas mulheres, indígenas, LGBTs, crianças, negros e desclassificados ainda gritam suas vozes roucas para os ouvidos surdos da História. No intuito de desvendar a teatralidade e os silenciamentos que decorrem dessa encenação da narrativa histórica nos museus, empregaremos aqui um método que entrecruza a crítica historiográfica e a análise expográfica centrada na escolha e emprego do acervo mas também atento às narrativas construídas, da forma como procedem Meneses (1994), Chagas (1995) e Santos (2006).

A despeito destas e outras críticas consistentes que vêm sendo feitas há décadas, perpetua-se nas exposições de museus históricos dos mais diversos tamanhos, localizações e trajetórias institucionais esse modo de “encenar” a História, e, por conseguinte, de forjar hegemonia em seus respectivos contextos. Sob esta luz, a questão central deste artigo consiste em entender trajetórias, escolhas, conflitos, silêncios, personagens e narrativas compõem o quadro de instituições bastante diferentes, o Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro e o Museu da Cidade de Governador Valadares/MG (MCGV), justamente porque este contraste permite salientar como essa teatralização se perpetua.

Sabemos que a “teatralidade” se exerce com alguma cumplicidade do público, mas que também há espaço nos processos de comunicação para ressignificações por parte deste, porém abordá-las exigiria resultados de estudos de público qualitativos e outro foco de investigação. Pretendemos aqui, tomando como objetos de análise os circuitos expositivos dos museus que escolhemos como tema de nossas pesquisas ainda em andamento¹, flagrar tal perspectiva “no ato”, tratando tal situação em si como um “problema histórico” a ser investigado. Importante deixar claro que no recorte proposto para este artigo nos interessam apenas as escolhas curatoriais e narrativas expográficas propostas pelas instituições em tela.

1ª CENA DO ESPETÁCULO: O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Com ideais republicanos, no dia 11 de outubro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro o então presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Epitácio Pessoa (1919-1922) inaugurou o Museu Histórico Nacional como parte da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Ângela Martins (1997) nos diz que a Exposição do Centenário visava mostrar toda a potencialidade industrial do Brasil, promover intercâmbio cultural, comercial e valorizar produtos da terra. O objetivo era afirmar uma nova ordem econômica, social e cultural pelo viés do progresso da nação que ainda apresentava uma industrialização incipiente.

Nesse contexto, a existência de um museu nacional conferia “consolidação cultural da soberania da nação na relação com as demais nações” (SANTOS, 2006). O acervo inaugural do Museu Histórico Nacional em 1922 expunha objetos referentes às forças armadas que comunicavam ao mundo que o Brasil venceu batalhas e que tinha defesa nacional do próprio território, e outros tantos objetos pertencentes às famílias da elite aristocrática, econômica e militar. Myrian Sepúlveda Santos nos diz:

O museu de 1922 é um museu que nasce preocupado em determinar o perfil da “nação brasileira” a partir de um forte cunho militarista. Nele a história é tratada de forma muito próxima àquela dos antigos antiquários ou mesmo da história romântica, que demonstrava

¹ Kelly Amaral Freitas e Lucinei Pereira da Silva atualmente são doutorandos no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da ECI/UFMG, ambos sob orientação de Luiz Henrique Assis Garcia.

o desejo de resguardar do tempo tudo que fosse original e autêntico (SANTOS, 2000, p.21)

José Bittencourt (2006) destaca que nas seis primeiras décadas do MHN a aquisição de acervo manteve-se nas concepções ideológicas de Gustavo Barroso e sua equipe de técnicos. Que estavam preocupados com o culto a saudade, a monumentalização do Estado Nacional, a identificação ou não de indícios que remontavam às figuras de destaque do país, assim como aos acontecimentos da história pátria e, o mais importante, a identidade do doador conforme a posição social e/ou econômica (FERREIRA, 2014). É o que nos diz Antônio Claudio Lopes Ribeiro (2007):

Assim configurada, a política de aquisição era operacionalizada como o objetivo de tornar possível a preservação, por meio de um recorte, de uma grandiosa História do Brasil. Havia uma extensa lista de peças que se encaixavam nesta proposta. Por outro lado, esta lista cristaliza aquilo que ficou marginalizado o que **não teria espaços nas galerias do Museu:**

- 1. os grupos raciais subalternos na edificação nacional - negros, índios e mestiços;**
- 2. grupos sociais classificados como agentes secundários, de origem popular, entre outros** (RIBEIRO, 2007 p.439 (grifo nosso).

Nesse viés museológico, a afirmativa posta era de que o patrimônio, a arte e os museus estavam a serviço das elites econômicas. Antônio Ribeiro (2007) revela que Gustavo Barroso defendia que objetos vinculados à vida popular como utilitários de cozinha, ferramentas de ofícios manuais, instrumentos de profissões, entre outros itens ligados às classes trabalhadoras “deveriam encontrar lugar naquilo que Barroso nomeava de museu ergológico e, de maneira alguma, um museu de História Nacional deveria se ocupar de tais objetos” (RIBEIRO, 2007, p.440).

Regina Abreu (1996) nos diz que em 1960 a direção do Museu decidiu reformular o circuito de exposições, desmontando as salas dedicadas aos grandes personagens militares e aristocráticos para dar lugar à história dos ciclos estruturais - quando a biografia dos objetos perdeu status e, a proposta museológica passou a ser mais relacionada com o contexto histórico. Myrian Sepúlveda (SANTOS, 2006) chama essa reformulação de história-síntese, pois “ganhava em história, mas perdia a memória” (SANTOS, 2006, p.62), uma vez que censurou os próprios objetos, numa tentativa de dessacralizá-los, o que significou transformar os objetos em recipientes materiais vazios à mercê de qualquer interpretação ou representação histórica (SANTOS, 2006).

Com a criação do Programa Nacional de Museus em 1984, vinculado à Fundação Nacional Pró-Memória, foi iniciado um projeto de reestruturação da função social do Museu Histórico Nacional. Além da revitalização da estrutura física, também passou por alterações de cunho museológico. É importante destacar que a equipe envolvida nesta reformulação já manifestava concordância com o Movimento da Nova Museologia² iniciado na década de 1970 (FERREIRA, 2014).

Dentro desse projeto de reforma, Lia Fernandes (2002) ressalta que, em 1996, foi redigido pela primeira vez um documento sistematizando a política de acervo, onde foi

² Convencionou-se por Nova Museologia o movimento renovador que encampa diversas iniciativas democratizadoras e de engajamento social e político dos museus que enfatizam a participação comunitária e o protagonismo do público ante as funções museológicas dentro do conceito de museu “integral”. Como marcos importantes de seu estabelecimento destacam-se a Mesa Redonda de Santiago (1972) e a Declaração de Quebec (1984).

indicado a necessidade de uma coleta ativa de itens relacionados com o cotidiano social, como ferramentas e indumentárias de diferentes profissões, roupas de bebês, brinquedos, objetos de uso diário. Vivian Araújo (2014) aponta que o reflexo dessa nova política de acervo, gerou, pela primeira vez, a coleta de peças datadas do século XXI; sendo, portanto, um processo recente e ainda em processo de criação e transformação.

E assim, os elementos do cotidiano dos brasileiros e das brasileiras passaram a integrar o acervo do MHN, não só em exposição, mas também servindo como fonte de pesquisa, ao representar símbolos sociais e econômicos específicos. Essa mudança propunha uma opção museal com menor hierarquia entre grupos sociais representativos da formação social brasileira e um diálogo entre os diversos agentes desse cenário - negros, índios, trabalhadores, sem-terra, donos da terra, Estado, elite, enfim, coletividades contextualizadas nos acontecimentos históricos que foram por elas mesmas encenadas (CHAGAS, 2006).

Esse movimento de ampliação para novas coletas de objetos para composição do acervo e exposições de longa duração do MHN está em consonância com o surgimento, após os anos de 1990, da Museologia Social que passou a ser conceitual para práticas museológicas com princípios na pluralidade das identidades culturais e para o desenvolvimento social, econômico dos territórios, propagando ideias para diminuição das desigualdades e injustiças sociais (CHAGAS E GOUVEIA, 2014).

Nessa ressonância, no Plano Museológico do Museu Histórico Nacional de 2019, fica anunciada uma concepção de Museu Nacional que procura afinar sua vocação com as mudanças que a historiografia experimentou desde a eclosão da “Escola dos Annales”, que renovou e aprofundou a integração entre o campo da História e o das Ciências Sociais. Além disso, nessa compreensão, busca-se incorporar e colocar em exposição permanente objetos que “contemplem a vida cotidiana e a diversidade dos grupos sociais, valorizando materiais de épocas recentes para enfatizar o diálogo dos tempos históricos mais antigos e recentes” (PM, 2019).

A despeito destas indicações, a indagação que nos levou a refletir sobre presenças ou ausências de representações de determinadas identidades sociais e históricas no Museu Histórico Nacional diz respeito à forma com que o trabalho e a classe trabalhadora figuram no atual circuito expositivo de longa duração do Museu, inaugurado em 2010, contando com 6 núcleos. Aqui nos interessa destacar: “A construção da nação - 1822 a 1889” e “A cidadania em construção 1889 à atualidade” por apresentarem uma narrativa museológica composta por marcadores culturais que podem ser considerados basilares para construção da nação brasileira.

O núcleo da Exposição de longa duração “A construção da nação - 1822 a 1889” apresenta objetos coletados do período da inauguração do Museu Histórico Nacional. Tem como objetivo apresentar símbolos culturais da virada do Brasil Império Lusitano para um país independente como Estado-nação imperial moderno. O objetivo central do núcleo está sintetizado na descrição exposta na entrada do percurso de visitaçào:

A construção simbólica da Nação

É preciso compreender as construções imaginárias instituidoras da própria sociedade e identificar os significados simbólicos do processo. No caso em questão, tudo estava por construir: a unidade do território, a administração do novo Estado independente, as

instituições estruturantes da sociedade, os padrões civilizatórios e a própria nação. Tratava-se de um conjunto de tarefas difíceis e polêmicas, onde a produção simbólica foi peça fundamental; e daí a importância assumida pela escrita histórica, pela produção literária e pelas artes plásticas num processo que é fundador da nação como ‘comunidade imaginária’. “Afonso Carlos Marques de Santos, 2003”. (Texto legenda, MHN, 2020).

O texto da legenda revela que a linguagem museal da exposição apresenta uma leitura do passado a partir de um sistema simbólico de poder, que Pierre Bourdieu (1989) nos diz ser o modo como a realidade é representada por meio de materialidades das classes detentoras desses poderes, de forma a criar uma linha imaginária de valores que legitimam a narrativa histórica.

O recorte temporal do núcleo expositivo 1822 a 1889 – século XIX intenta ressaltar que o Brasil era uma nação a ser construída. Ao percorrer o núcleo expositivo, é possível perceber que há uma divisão temática e cronológica dos fatos e personagens considerados marcantes para construção da nação do século XIX. Nesse sentido, apresenta um tempo histórico, “como uma flecha cuja ponta está projetada no futuro” (GONÇALVES, 2015, p. 217). A saber são abordados:

Os conflitos e as soluções sob a égide do Imperador Dom Pedro I sua abdicação e retorno a Portugal;
O cumprimento da Constituição de 1824;
A consolidação do Estado Imperial; a economia baseada na mão de obra escrava;
A guerra da Tríplice Aliança;
A atuação da Princesa Isabel;
A abolição da escravidão,
O exílio a partir da Proclamação da República.
O Imperador D. Pedro II é apresentado a partir de três enfoques: o filosófico e sua relação com os avanços artísticos, científicos e tecnológicos: o Imperador, com frases dele mesmo, revelando seu modo de ver temas como a educação, o dever do Estado, a saúde, etc. e o Imperador visto pela imprensa.
Em exposição, exemplar raro da medalha intitulada Peça da Coroação de D. Pedro I, a mesa da Constituinte de 1824, símbolos do segundo reinado e pinturas monumentais como Combate Naval do Riachuelo e Último Baile da Ilha Fiscal (Texto legenda do MHN, 2021).

Em relação ao trabalho, o núcleo expositivo não faz uma menção direta às classes trabalhadoras ou ao trabalho. Há uma nítida problematização do trabalho escravizado, por meio dos objetos de torturas e castigos corporais. Mario Chagas (1995) nos diz que essa nova concepção museal foi interessante para o período histórico que o país vivia, já que na retirada da ênfase da biografia dos objetos, em sua grande maioria pertencentes as famílias da elite econômica, foi possível registrar a memória traumática causada pela escravidão, algo que foi silenciado nas primeiras décadas do Museu:

Os instrumentos de tortura constituem caso a parte, por ter vida própria, uma vida social ativa, alimentada pelo torturado e torturada, eles trazem a memória traumática, eles falam de dores. Quem poderá calá-los, se mesmo em silêncio eles gritam (CHAGAS, 2002, p. 209).



Figura 1: Na mesma sala expositiva, de um lado objetos de tortura escravagista, do outro lado o luxo do mobiliário e louças da Casa Grande.
Fonte: acervos dos autores, 2019

Em vários pontos do núcleo, há legendas com uma perspectiva crítica sobre as contradições entre o desejo do governo imperial em construir uma nação brasileira em relação à sustentação ao trabalho escravo:

(...) o Império assegurou a autonomia nacional e a unidade das províncias, ao mesmo tempo em que conservou a escravidão, sua maior mácula (Texto legenda, MHN, 2020).

(...) uma das principais heranças coloniais deixadas ao Brasil independente foi a grande propriedade de base escravista. Essa herança, favoreceu a formação e o fortalecimento de uma elite que enriqueceu, sobretudo com o café, e que teve forte poder local e influência junto ao governo imperial (Texto legenda, MHN, 2020).

A partir da narrativa museológica do núcleo expositivo é possível visualizar como a construção da nação estava arregimentada nos preceitos das elites econômicas, aristocráticas e valorizavam as memórias dos que detinham o poder. E como os demais grupos, como trabalhadores, etnias indígenas, africanos escravizados, pobres - classes trabalhadoras construtoras do labor da Nação Brasil ficaram à margem da sociedade do Estado Imperial. Dito isso, inicialmente conclui-se que os marcadores culturais e simbólicos da Nação imaginada em exposição “A construção da nação - 1822 a 1889” sugerem um apagamento das várias questões, fatos e narrativas no viés do trabalho no período anterior a abolição de 1889.

Já o núcleo expositivo denominado “A cidadania em construção 1889 à atualidade”, conceituado com a intenção de levar os visitantes a refletirem sobre o processo de construção da cidadania a partir dos direitos individuais, políticos e sociais” (ARAÚJO, 2014, p. 90). Entre os diversos objetos que compõem o núcleo, há uniformes, ferramentas e instrumentos de diferentes profissões: passando pelo esporte, pela cultura, pelas forças armadas, pelo trabalho nas pesquisas científicas, o trabalho na área saúde, ao trabalho comercial, entre outros.

Nesse núcleo expositivo representativo em específico aos diferentes trabalhadores(as), os objetos estão colocados lado a lado sem apresentar uma divisão por categorias ou valor social atribuído ao universo social das profissões. Cada objeto ou grupo de objetos parece ser uma metonímia de um determinado grupo da heterógena classe trabalhadora. É possível visualizar que ao lado do uniforme de médico é exibido um uniforme de gari. Na mesma composição

cenográfica em que está o uniforme de bailarina – em metonímia aos trabalhadores(as) da cultura, estão equipamentos de proteção individual de várias profissões, tal como operários de fábricas.



Figura 2: Núcleo expositivo com objetos representativos do trabalho
Fonte: acervo dos autores. 2019

O objetivo do núcleo expositivo “A cidadania em construção 1889 à atualidade” é ressaltar o sentido de cidadania por meio do pertencimento a algum grupo profissional, exercendo direitos e deveres políticos, civis e sociais. À disposição de um colecionismo enumerador e de sua exibição fetichista, ao reduzir os trabalhadores aos objetos que caracterizam suas atividades e a sua experiência social à descrição de sua rotina laboral tem efeito alienante, mais que qualquer outro. Sonegar ao público um contato com os vestígios materiais das contradições e conflitos que definem as relações de trabalho, e simultaneamente os testemunhos de convivência, sociabilidade e cotidiano destes grupos que extrapolam as tarefas para as quais uniformes e equipamentos são utilizados, serve sobretudo à finalidade política de conservar um ordenamento e divisão sociais.

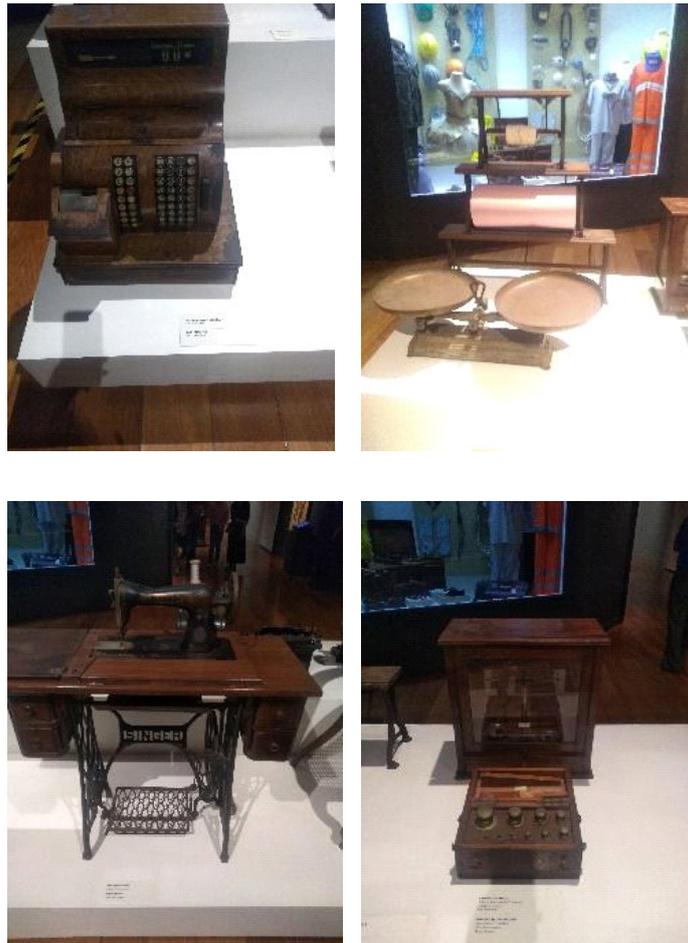


Figura 3: Composição fotográfica de objetos referentes ao trabalho em exposição de longa duração.

Fonte: acervo dos autores, 2019.

Darcy Ribeiro (1996) em sua clássica obra “O povo Brasileiro”, nos ajuda a compreender os quatro estratos que definem as classes sociais no Brasil, as classes dominantes, classes intermediárias, as classes subalternas e as classes oprimidas. Desde os primeiros museus no Brasil as classes dominantes e intermediárias são representadas historicamente e simbolicamente. O avanço nas representações museológicas do século XXI está em como as classes subalternas e oprimidas integram o panorama histórico e simbólico nos museus.

Nesse sentido, a autora Verena Alberti (2013) questiona como o caráter recente do circuito de longa duração ainda apresenta ausências de temas sensíveis e controversos ao tempo presente, que já poderiam estar abordados nas instituições representativas da memória nacional, “mesmo que sejam difíceis e espinhosos, pois do contrário essas instituições correm o risco de perder relevância” (ALBERTI, 2013, p.7).

Por fim, mesmo sendo o trabalho – enquanto mão de obra uma constância em todos os períodos históricos do Brasil, na representação museográfica do Museu Histórico Nacional o trabalho e o trabalhador receberam destaque apenas no circuito expositivo referente ao século XXI. Seria uma forma de representar o lugar imposto às classes trabalhadoras como resultado da construção nação e não participante desse construto?

2ª CENA DO ESPETÁCULO: O MUSEU DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES E O MITO DO PIONEIRISMO

O Museu da Cidade de Governador Valadares foi fundado em 30 de janeiro de 1983, portanto, um museu com mais de trinta anos. Está situado na Rua Prudente de Moraes, nº 711, Centro. Segundo documentos e narrativas dos memorialistas, esta rua é considerada uma das primeiras da cidade. O museu está aberto ao público de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h; sábados das 8 às 13h. Esta instituição reúne coleções de arqueologia, objetos biográficos, de diferentes ofícios e meios de transporte, moedas, instrumentos musicais, mobílias e fotografias antigas da cidade. Ao adentrarmos a primeira sala do museu nos deparamos com uma forte representação dos “pioneiros” da cidade. Na figura 4 isso é notório e evidente.



Figura 4: Fotografia dos quadros de “pioneiros” na sala de entrada do Museu da Cidade
Fonte: Acervo dos autores, 2018

Os personagens dos quadros acima (Figura 4), são figuras tidas como “ilustres” na construção da história da cidade. Nas etiquetas, são destacados como vereadores, farmacêuticos, engenheiros e coronéis, e são homenageados pelos seus “grandes feitos” e pelas suas veneráveis lutas pela emancipação de Governador Valadares. Entre os heróis fundadores, encontram-se o carpinteiro Serra Lima e seu auxiliar, Amador Alves da Silva, que se destacaram por terem sido responsáveis pelo moderno traçado urbano da cidade no início do século XX.

Assim, este espaço parece atender ao objetivo de reforçar o mito dos desbravadores que enfrentaram o sertão inóspito e lutaram pela emancipação da cidade. Na verdade, a figura do pioneiro, que se consolida como mito fundador/emancipador, está vinculada, primeiramente, à epopeia dos primeiros habitantes da cidade e até hoje considerados como distintos e notáveis moradores. Em Valadares, a questão do pioneiro, enquanto referencial de identidade histórica sempre foi muito forte. A prática de cultuar o pioneirismo ultrapassou o mero registro de participação na formação da cidade para se tornar onipresente na práxis do discurso da história local. No entanto, é inegável pensar que, ao se dar voz ou o espaço para determinadas memórias, outras acabaram sendo silenciadas, que, em tese, tiveram importância, igualmente, para o processo histórico de formação da cidade.

Ao adentrarmos as próximas salas de exposição vamos nos deparando com toda

sorte de objetos, e notamos a ausência de uma configuração cronológica ou temática do acervo do MCGV. Na verdade, os objetos não aparecem dispostos e reunidos a partir de temas ou mesmo seguindo uma linha de tempo cronológica em conformidade com os acontecimentos destacados pela história oficial da cidade - mas dá-se a ler que a exposição privilegia a representação de uma moradia “típica” de pessoas pertencentes a camadas privilegiadas da cidade. Na figura 5, por exemplo, mostra a sala que dá destaque para os instrumentos musicais, fotográficos e aparelhos de comunicação, objetos status que representam a moradia de uma camada social privilegiada, bastante distanciada da maioria das moradias da cidade tanto do passado como do presente.



Figura 5: Cenário expositivo que reproduz uma sala de estar.
Fonte: Acervo dos autores, 2018

Em nossa pesquisa pelo acervo, observamos alguns objetos sem as etiquetas de identificação. Verificamos também que outros objetos têm etiquetas bastante sucintas. Em muitas peças pertencentes à elite observa-se o nome das pessoas que doaram. Na verdade, observamos que nas legendas não cabem mais informações ou descrições sobre o objeto exposto. Em nosso entender, o museu ao destacar o doador dos objetos busca de certa maneira “imortalizá-lo” na memória histórica da cidade. Sob este aspecto, Meneses (1993) é enfático:

Daí a reificação dos objetos, sua coisificação, fetichização. Isto é, cria-se a ilusão de que eles é que se relacionam uns com os outros e exprimem conteúdos próprios e não os das sociedades e grupos cujas inter-relações é que os produzem, mobilizam e lhes dão sentido - sempre em alteração constante. No museu, o risco é que uma exposição, por exemplo, se transforme em apresentação de coisas, das quais se podem inferir paradigmas de valores para comportamentos humanos e não na discussão de como os comportamentos humanos produzem e utilizam coisas com as quais eles próprios explicam (MENESES, 1993, p. 212).

Portanto, o “culto da saudade” representou a tentativa do MCGV em se construir uma tradição por meio dos objetos, por serem valorizados como autênticos fragmentos do passado, que de certa forma, se consolidaram como poderosos símbolos dos “pioneiros” eleitos pela elite valadarense. Nesta direção, podemos dizer que o museu é um lugar de permanentes disputas, que se constituem em ferramentas políticas, pois a memória tem o poder de “presentificar”, ou não certas representações do passado (CAVALCANTI, 2021, p.131). Ou seja, na dinâmica

do enredo museal, estabelecido entre esquecer e desvelar, entre selecionar e excluir, um jogo de poder se estabelece, evidenciando a dimensão política dos museus (LEME, 2013).

3ª CENA DO ESPETÁCULO: SILENCIAMENTOS E TENTATIVAS DE PLURALIZAR O MUSEU DA CIDADE

Em nossa análise pelos cenários expositivos do Museu da Cidade, vimos a força da representação dos objetos da elite valadarense. No entanto, observamos alguns objetos no acervo utilizados por segmentos mais populares. A partir dessa observação, procuramos o ex-gerente do MCGV³, cujo objetivo era nos fornecer algumas pistas sobre a constituição desses cenários expositivos. Segundo ele, houve uma tentativa da instituição em pluralizar o acervo, trazendo em cena, objetos de uso cotidiano e ofícios dos diferentes grupos e camadas sociais.

Ex-gerente - Eu particularmente observei muito antes de gerenciar aquilo lá, que aquilo ali era um espaço dominado por grandes famílias, por sobrenomes muito fortes da cidade, e que as pessoas tradicionais quando iam queria ver o álbum de fotografia do bisavô, a fotografia do pai para mostrar para o visitante amigo ou familiar que ele levava, e às vezes eles se sentia parte integrante nesse momento. A partir do momento que a gente chegou, nós mudamos esse olhar para incluir a todas as camadas sociais, nós mudamos esse olhar para que todos pudessem estar contemplados, então a gente fez uma mudança que gerou um constrangimento em alguns momentos, mas com o tempo as pessoas entenderam que o espaço era de todos e que para ficar exposto, tinha que ficar exposto coisas que contemplasse todas as camadas sociais [...] Também fizemos uma campanha de doação de acervo para o Museu da Cidade, **então eu acredito que hoje, nós temos um museu mais plural que é a memória da sociedade local** [...] o fato de poder incluir todas essas pessoas, que eram, por exemplo, que não entravam nas estatísticas de acervo do museu, parteiras, carroceiros, carregadores de água, o próprio índio, que aqui se firmou como o primeiro povoado. Então, nós temos, leiteiros, carroceiros, lavadeiras de roupas, que pegavam suas roupas, iam para beira do rio no São Tarcísio lavar suas roupas. Isso é um bem simbólico até hoje para esses moradores. (grifo nosso)

No entanto, observamos ainda que, diferentemente dos objetos que representam a elite valadarense, o acervo relacionado aos diferentes ofícios fica em estantes de ferro, nos cantos ou quase escondidos na área externa do espaço museal como podemos ver na figura 6.



Figura 6: Objetos de diferentes ofícios observados em um canto do museu
Fonte: Acervo dos autores, 2018

³ Vale salientar que esta entrevista se encontra na dissertação de Mestrado “Sentidos que emergem das relações dos professores de História com o Museu da Cidade de Governador Valadares/MG” (SILVA, 2018).

Em nossa análise pelos cenários expositivos do Museu da Cidade, observamos a força da representação dos objetos da elite valadarense. Apesar da tentativa do ex-gerente em pluralizar o acervo trazendo objetos utilizados por segmentos mais populares, o acervo relacionado aos “pioneiros”, em sua grande maioria, está em posição de destaque e possui uma notória hegemonia.



Figura 7: Sala 2 - Urnas funerárias indígenas e outros objetos
Fonte: Acervo dos autores, 2018

Ainda, apesar de os povos indígenas terem sido os pioneiros da região do Vale do Rio Doce e no nosso entender serem importantes para a formação do povo valadarense, nota-se pouca centralidade do povo Krenak (antigos botocudos) no Museu da Cidade. Como podemos ver na figura 4, as urnas funerárias chamadas de Igaçabas ficam expostas em meio a outros objetos como, máquinas de costura, mica e pedras preciosas.

Até aqui observamos, que a história da cidade que é contada pelo museu a respeito da cidade de Governador Valadares não é uma narrativa encadeada do ponto de vista cronológico, mas sobretudo uma apresentação de objetos expostos de maneira a indicar marcas de uma tradição próxima da antiquária, embora tenha-se tentado torná-lo um museu mais plural. Vimos pelos registros fotográficos do MCGV que as relíquias, reconhecidas como “preciosas” ou “memoráveis” são associadas principalmente a fatos e personagens notáveis do passado. No entanto, os objetos expostos em sua maioria cedem lugar a um interesse colonialista e de testemunho a fatos excepcionais à história – a exemplo de armas, moedas, instrumentos musicais. Assim como no Museu Histórico Nacional, o MCGV coloca em exposição alguns instrumentos de tortura de negros escravizados.



Fonte: Acervo dos autores, 2018
Figura 8: Instrumentos de tortura de negros escravizados

No entanto, nota-se que estes objetos não apresentam qualquer relação direta com a história da cidade. Pois, a cidade de Governador Valadares teve sua ocupação e povoamento consolidada no decurso do século XX, portanto, não se observa marcas da escravidão na trajetória histórica da cidade.

ENTRAM EM CENA NO ESPETÁCULO: REFLEXÕES SOBRE PODER, IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL EM MUSEUS HISTÓRICOS

Compreendendo a expografia e a comunicação museológica aplicadas como instrumentos para uma encenação do poder, em detrimento da produção do conhecimento, percorremos o circuito expositivo dos museus pesquisados, mostrando encenações e exclusões, atentando especialmente para a dimensão biográfica, que evidencia o protagonismo de determinados indivíduos e sua vinculação social, e a cultura material, destacando objetos que remetem ao modo de vida das elites locais e da classe trabalhadora.

A força da exposição tal como encenada nos grandes museus nacionais, como nos museus locais, reproduz práticas expositivas fundamentadas nas ordens do discurso ritualizado e com funções específicas de poder. No entanto, para Meneses (1993 p. 218) apenas com “a afirmação da identidade, ainda que geradora da diferença deixará de municiar automaticamente as estratégias da dominação”. Em suma, identidade e poder não se dissociam. De certo modo, os objetos expostos nos museus analisados nesta investigação respondem primeiramente à lógica da relíquia, do que ao da memória exercida, disputada, discutida, contestada (RICOEUR, 2007).

Para Meneses (1994) e Canclini (1997), os museus históricos em sua maioria, protagonizam ritos, encenam as tradições e celebram o espetáculo de origem de seus “heróis” fundadores como forma de promover a hegemonia das elites. No MCGV a figura do pioneiro integra a narrativa mítica de fundação e emancipação do município, perpetuando-se na memória local como distintos e notáveis moradores. Por outro lado, faz-se sentir a ausência dos grupos denominados forasteiros. No MHN, a teatralização da vida social representada por meio

dos objetos da classe trabalhadora, podem esconder conflitos históricos e as complexidades políticas vivenciadas por esse grupo ao longo do tempo. Ou seja, apesar da inclusão de um circuito expositivo representativo aos diferentes trabalhadores(as), a ordenação dos objetos encenados cumprem uma função de tutela estatal, onde estão ausentes as reivindicações trabalhistas desse grupo e as tentativas de precarização do trabalho no passado e no presente. Sob esse aspecto, Ruffer (2014 p.114) destaca que “os objetos são narrados, inexoravelmente, como parte do passado, operados como a persistência da ‘colonialidade’, na medida em que o aparelho de enunciação que define e os representa, continua a ser operado pela tutela dos agentes do estado-nação”.

Ulpiano Meneses (1993) considera que o maior risco que os museus nacionais correm é se tornarem enciclopédias ilustradas, cuja necessidade é de dar conta de uma suposta totalidade, a nação. Além disso, ao se buscar trazer para seus cenários expositivos a diversidade de grupos subalternizados pela historiografia tradicional, esses museus passem a privilegiar estereótipos, colocando em exposição roupas, utensílios, objetos domésticos, equipamentos, sem colocar em cena o “universo caótico e trepidante de contradições” (Idem, p. 213). O autor também aponta que, os museus locais seriam aqueles em que os processos de identidade encontrariam o espaço mais aceitável, de expansão, criando condições para a prática de uma memória exercitada, contestada, como disse Ricoeur (2007). No entanto, o que se observa na maioria dos museus locais, entre eles o Museu da Cidade de Governador Valadares é a reificação, coisificação, fetichização dos objetos, e com isso acaba por transformar essas instituições em “depositários dos símbolos litúrgicos da identidade sagrada deste ou daquele grupo, e cuja exibição deve induzir todos à aceitação social dos valores implicados” (MENESES 1993, p. 214).

POR AQUI, AS CORTINAS SE FECHAM, MAS O TEATRO DE MEMÓRIA CONTINUA...

Neste estudo exploratório, a escolha de cenários institucionais tão díspares serve ao propósito de observar a persistência de um modo de expor que segue expressando o que os autores com quem estabelecemos diálogo aqui identificam como “teatralização do poder”. Certamente não iremos desconsiderar a própria historicidade do campo museal ao apresentar nossas considerações finais. A crítica a esta forma de extroversão dos acervos museológicos em museus históricos é bem fundamentada e conhecida, como se pode constatar através da bibliografia que exploramos nesta investigação. Por outro lado, como sabemos que qualquer museu não está ilhado da realidade social, nada mais previsível do que encontrarmos dentro deles as contradições e conflitos candentes da sociedade a que estão servindo. Neste estágio parcial do andamento de nossas investigações, optamos por centrar na análise dos circuitos expositivos e enfatizar, dentro deste aspecto da comunicação museológica, o que está dito ou omitido quando se apresenta uma narrativa sobre a participação dos grupos sociais na história da conformação de uma “unidade”, seja a nação ou a cidade.

Passemos às nossas unidades de análise. Ao observarmos os cenários expositivos do MCGV é a forte representação das famílias de elite, e dos heróis fundadores da cidade, também chamados de “pioneiros”. Reforçar o mito dos desbravadores e pioneiros que enfrentaram o sertão e lutaram pela emancipação da cidade tornou-se fundamental na narrativa do museu,

apesar da tentativa do ex-gerente de torná-lo mais plural, trazendo para a exposição artefatos que pertenceram ao cotidiano das camadas populares ou dos grupos subalternizados, ao longo da história desta cidade. Em nossa análise pelo circuito expositivo, pudemos constatar que o MCGV tece uma determinada versão da história da cidade, dispensando a presença de determinados grupos como negros favelados, trabalhadores sem-terra, trabalhadores do comércio e deixando as mulheres como coadjuvantes. Personagens, estes, tradicionalmente excluídos do banquete da memória pública ou quiçá condenados ao papel de sombras do teatro da memória.

Nesse sentido, torna-se necessário ponderar que o museu de cidade precisa trazer para dentro de suas paredes as tramas e conflitos da cidade com suas dicotomias e antagonismos e enfrentar de maneira veemente sua função de constituir apenas como lugar de celebração do passado (MENESES, 2003). O Museu da Cidade pode incluir em seu espaço, outros personagens, outros cidadãos, outras classes, outros credos, outros e outras... Mais do que um museu “da paz” ou “do silêncio”, torna-se urgente que esta instituição museológica seja local “do grito” e “da polifonia”, de modo a enfatizar as semelhanças e experiências comuns, permitindo comparações, análises e versões alternativas dos diferentes grupos que compõem as teias sociais da cidade. Para isso é preciso, sobretudo, a “problematização” que sugere Meneses (1995) na transição entre o “teatro da memória” e o “laboratório da História”, necessária para que esses sujeitos históricos sejam percebidos como tais.

Em relação ao Museu Histórico Nacional foi possível visualizar um movimento de ampliação da política de acervo do Museu, ao que tange diferentes grupos sociais, econômicos e culturais construtores da história do Brasil. Contudo, quando atentamos para o circuito expositivo, constatamos que as legendas que acompanham os objetos, bem como os textos informativos, muitas vezes limitam-se a informações gerais, curtas e técnicas. Suprime-se sua procedência, por quem ou onde foram feitos, os nomes de quem os usava ou elementos do processo de musealização. Também não consta se foi resultado de uma coleta ativa ou parte de uma doação. Estes lapsos terminam por reforçar uma utilização fetichizante dos objetos, como se fossem meras transcrições materiais de uma história interpretada a priori, que estão ali meramente ilustrando. O apelo a este caráter alusivo remete à estética própria do “teatro da memória”. Nesse aspecto é mais provável que essa abordagem do MHN, privilegiando uma *história-síntese* sem dar conta dos objetos como “documentos históricos” (MENESES, 1995), não fortaleça uma perspectiva plural e democrática da História e da sociedade brasileira, mas corrobora a manutenção de uma historiografia ainda hegemônica na arena pública que privilegia narrativas unificadoras sem nuance e os feitos de protagonistas consagrados no senso comum e fixados em livros didáticos escolares.

Na impossibilidade de uma resposta imediata, concordamos com Letícia Julião (2006) ao refletir que a memória histórica é uma reconstrução constante e aos museus cabe o papel de ajustamento a essa realidade, talvez o museu possa assumir a função de constituir-se em espaço no qual a sociedade projeta, repensa e reconstrói permanentemente as memórias e identidades coletivas, permitindo a emergência das diferenças, de modo a refletir a diversidade de projetos e necessidades culturais que permeiam a sociedade. Como vimos aqui, independentemente do porte e da trajetória das instituições, é preciso ainda reforçar

uma postura crítica e metodologicamente consistente no aproveitamento das abordagens historiográficas correntes e das conquistas teóricas da museologia social, de maneira a tornar os museus históricos mais efetivos diante das tarefas que seu tempo lhes impõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, R. O papel dos museus na construção de uma identidade nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio*. 28. 1996. pp. 37 - 65.
- ALBERTI, V. Pedacos de narrativa nacional na exposição permanente do Museu Histórico Nacional. XXVII Simpósio Nacional de História. 2013. (Simpósio).
- ARAÚJO, V.G. C. O século XXI coletado: Um estudo sobre a política de aquisição de acervo do Museu Histórico Nacional, seu uso, seus critérios e sua aplicação. [Dissertação]. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Mestrado em Museologia e Patrimônio. 2014. pp. 259.
- BITTENCOURT, J.N. Grandes doações, meio século depois. *Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio*. 38, 2006, pp. 10 -20.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp.07-16. BRASIL.
- CANCLINI, N. G. O Porvir do passado. In. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997. pp.159-204.
- CAVALCANTI, E. A história “encastelada” e o ensino “encurralado”: escritos sobre História, ensino e formação docente. Curitiba: CRV, 2021.
- CHAGAS, M. C. Tradição e ruptura no Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio*, 1995. pp. 31-59.
- CHAGAS, M.; SANTOS, M. S. dos. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio*, v.34, 2002, pp. 195-223.
- CHAGAS, M.; GOUVEIA, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Cadernos do CEOM, Dossiê Museologia Social*, v. 27, n.41, pp. 9-22, 2014.
- CHAGAS, Mario de Souza. Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó, SC: Argos, 2 ed., 2015.
- FERNANDES, L. S. P. Acervo – um sentido a partir da classificação. *Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio*, v.34, 2002, pp. 131-149.
- FERREIRA, M. S. A aquisição de objetos como escrita de memória em museus: uma análise do relatório final da comissão interna de política de aquisição do Museu Histórico Nacional. *Anais do Museu Histórico Nacional: História, museologia e patrimônio*, 46, 2014, pp. 11-31.
- GONÇALVES, J. R. S. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, janeiro-junho 2015, pp. 211-228.
- HOOPER-GREENHILL, E. The repository of the royal society. in: *Museums and the shaping of knowledge*. London; New York: Routledge, 1992. ix, 232 p.
- JULIÃO, L. Apontamentos sobre a história do museu. *Caderno de Diretrizes Museológicas*,1. pp. 95-107, 2006.
- LEME, E. J. H. O Teatro da Memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000. Tese (Doutorado em História) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-Graduação em História, 2013.
- MARTINS, A. A Exposição Internacional de 1922 no Rio de Janeiro: um espaço urbano turístico

na jovem república brasileira. In: RIO, Vicente del (org.) Arquitetura: pesquisa & projeto. Rio de Janeiro: FAU UFRJ, 1998 (Coleção PROARQ), pp. 121-146.

MENESES, U. T. B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). Anais do Museu Paulista. Nova série, nº 1, 1993, pp. 207-222.

MENESES, U. T. B. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. Anais do Museu Paulista. Nova Série, São Paulo, v.2, pp. 9-42, jan./dez. 1994.

MENESES, U. T. B. O museu de cidade e a consciência de cidade. In: SANTOS, Afonso Carlos Marques dos; KESSEL, Carlos Guimarães; GUIMARAENS, Cêça (org.). Museus & Cidades. Livro do Seminário Internacional "Museus e Cidades". Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, pp. 255-282.

MHN. Museu Histórico Nacional. <http://mhn.museus.gov.br/>. Acesso 19/03/2021.

PM. Plano museológico MHN. 2020. In: <https://mhn.museus.gov.br/wp-content/uploads/2021/01/Plano-Museolo%CC%81gico-MHN-2020-2023.pdf> Acesso 19/05/2021.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RIBEIRO, A. C. L. As políticas e aquisição do MHN (1922 x 1996): do protagonismo das elites ao discurso dialético da diversidade da representação. In: Anais do Museu Histórico Nacional, 2007. pp. 433-454.

RICOEUR, P. A memória, a história e o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RUFFER, M. La exhibición del otro: tradición, memoria y colonialidad em museos de México. Antíteses, v. 7, n. 14, jul. - dez. 2014, pp. 94-120.

SANTOS, M. S. dos. A escrita do passado em museus históricos. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

SANTOS, M. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. Sociedade e Estado. 15(2). 2000. pp. 271-301.

SILVA, Lucinei Pereira da. Sentidos que emergem das relações dos professores de História com o Museu da Cidade de Governador Valadares/MG. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação e Formação Humana. Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

PROIBIDO VENDER E COMPRAR:
O CASO DA REMOÇÃO DAS FEIRAS
LIVRES NA PRAÇA DA LIBERDADE,
EM BELO HORIZONTE.

CLARISSA DOS SANTOS VELOSO
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
clarissaveloso25@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar como as feiras livres realizadas na Praça da Liberdade entre 1969 e 1991 passaram a ser vistas como um problema público, que demandou ação estatal de realocação desses eventos pela administração municipal de Belo Horizonte. O presente artigo visa analisar como foram construídas narrativas a respeito das "feiras-problema" pelos agentes envolvidos: mídia, academia, poder público, feirantes e frequentadores. São utilizadas como fontes de dados matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos e literários sobre Praça. A análise dos discursos sobre as feiras revela que elas foram condenadas como apropriação que depredava patrimônio natural e arquitetônico. A mídia teve papel principal na publicização do problema. Em suas construções argumentativas, mídia, poder público e intelectuais atuaram como empreendedores morais enquadrando o comércio das feiras e seus consumidores como uma apropriação inconciliável com espaços públicos de valor patrimonial e de poder como a Praça da Liberdade.

Palavras-chave: Sociologia dos problemas públicos; Praça da Liberdade; feiras livres; espaço público.

IT'S FORBIDDEN TO SELL AND
PURCHASE: THE CASE OF
FAIR'S REMOVAL AT PRAÇA DA
LIBERDADE, BELO HORIZONTE.

CLARISSA DOS SANTOS VELOSO
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
clarissaveloso25@gmail.com

ABSTRACT

This paper analyzes how fairs held in Liberdade Square between 1969 and 1991 became a public issue, which demanded state action for the reallocation of these events by the municipal administration of Belo Horizonte. It's analyzed how narratives were built at the time by the agents involved: media, academia, public authorities, vendors, and attendees. Journalistic materials and academic and literary works about the square were used as data sources. The analysis of the speeches about the fairs reveals that they were denounced as an appropriation that damaged natural and architectural heritage. The media played a major role in publicizing the problem. In their argumentative constructions, the media, public authorities, and intellectuals acted as moral entrepreneurs, framing the fairs and their consumers as an irreconcilable appropriation with spaces of symbolic value and power such as Liberdade Square.

Keywords: Sociology of public issues; Praça da Liberdade; fairs; public space.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar o caso da remoção das feiras livres da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, sob a luz das discussões sobre construção social de problemas públicos, isto é, aqueles que são objeto de conflito, controvérsia e decisões na arena da ação pública (GUSFIELD, 2014). As feiras surgiram na Praça da Liberdade em 1969 e, inicialmente, eram apenas feiras de artes e artesanatos. Num curto espaço de tempo, novas feiras foram criadas. O crescimento do número de feiras, consumidores e de expositores, com a expansão do comércio de produtos industrializados, gerou conflitos entre feirantes, poder público, consumidores e moradores da região, o que levou à transferência dos eventos para outras localidades da cidade no início da década de 1990.

Problemas públicos são situações enquadradas como tal por meio de um processo, uma sucessão de acontecimentos e realizações práticas e discursivas que competem para algo ser interpretado como ocorrência problemática pública (BECKER, 2012) e as feiras da Praça da Liberdade se tornaram um problema público. Esse “tornar-se”, com suas dimensões simbólicas e materiais e enfatizando processual (BECKER, 2012), é o que interessa para a análise deste artigo.

Materiais jornalísticos sobre as feiras na Praça da Liberdade constituem os principais dados analisados. A coleta foi realizada no acervo do jornal Estado de Minas e na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o que possibilitou acessar outras publicações de outros periódicos de grande circulação na capital mineira cujas reportagens noticiaram o caso das feiras à época.¹ Ademais, utilizo trabalhos acadêmicos sobre a história da Praça da Liberdade, bem como fontes literárias daqueles que registraram memórias e vivências ligadas a esse espaço público belo-horizontino. Na análise dos discursos priorizo os sentidos que podem ser apreendidos. Os textos, em suas formas oral ou escrita, são aglomerados de discursos nos contextos das suas condições de produção. Eles incluem subconjuntos que possibilitam identificar que os sujeitos que os proferem não são apenas indivíduos, mas resultados – e ao mesmo tempo representantes – de um coletivo que é, concomitantemente, subjetivo e objetivo (LIMA, 2003).

Este artigo está estruturado em seis partes. A primeira parte apresenta uma abordagem teórica sobre a construção social de problemas públicos. Em seguida, apresento a trajetória histórica da Praça da Liberdade, ressaltando a importância simbólica e histórica desse espaço para a cidade de Belo Horizonte, bem como seus diversos usos ao longo do tempo. A história da realização das feiras na Praça é apresentada na terceira seção. Posteriormente, analiso o caso da remoção das feiras na Praça respondendo às seguintes questões: Como as feiras passaram a ser identificadas como problema público? Quais narrativas foram tecidas em torno da formulação desse problema? Quem eram os atores envolvidos? Quais papéis foram desempenhados pela mídia na publicização das feiras como um problema público? E nas considerações finais reflito sobre a remoção das feiras-livres, os atores envolvidos no processo e seus argumentos e o tombamento de patrimônio imaterial.

¹ Agradeço às equipes do acervo do Jornal Estado de Minas e da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa pela disponibilidade e, especialmente, aos funcionários Juliana e Eduardo, que foram extremamente solícitos ao colaborar com a minha pesquisa.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS PROBLEMAS PÚBLICOS: BREVE ABORDAGEM TEÓRICA

Na obra *La cultura de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*, Joseph Gusfield (2014) toma como base o ato de conduzir alcoolizado nos Estados Unidos para discutir como situações se transformam em problemas públicos. É raro que os temas de debate e ação pública surjam de maneira imediata e clara como problemas, objetos de ação. Os problemas vinculados à maioria dos temas de interesse público surgem depois que se desenrolam acontecimentos e processos, de modo que a nomeação de um problema implica assumir formas e narrativas sobre a questão. Para utilizar o exemplo de Gusfield (2014), “falar do problema de conduzir alcoolizado já implica assumir o caráter do fenômeno (a seguridade da via)” (p. 67, tradução nossa). Antes de se constituir e ser formulado como tal, o problema público passa por um procedimento de construção. Ele se forma a partir de um processo seletivo entre realidades múltiplas potenciais e possíveis. Todo problema passa por fases de construção, que serão especificadas mais adiante (GUSFIELD, 2014).

Ademais, nem tudo que é problema num determinado local e contexto temporal, é problema em outras localidades e épocas: “O que é notório e visível em um período histórico pode não ser em outro. Os temas e problemas públicos podem aparecer e desaparecer intermitentemente da atenção pública.” (GUSFIELD, 2014, p. 70). Do mesmo modo, “nem todas as situações que as pessoas experimentam como dolorosas chegam a constituir assuntos de gestão pública, nem metas de ação pública.” (GUSFIELD, 2014, p. 67). O divórcio, por exemplo, constituiu-se como um problema público no Brasil com várias mudanças ao longo das décadas referente às influências do catolicismo nas normas, às legislações vigentes em períodos distintos, com clara estigmatização e responsabilização das mulheres, e às esferas de ação federal (ALMEIDA, 2010; DARZE, 2007).

A distinção entre problemas sociais e problemas públicos se dá a partir do fato de nem todos os problemas sociais serem, ou virem a ser, públicos. Isto é, nem todos os problemas se formam como tema de conflito ou de controvérsia na arena da ação pública, nem todos contam com dependências que os atendam e nem com movimentos que atuem para resolvê-los. Dewey (1927) argumenta que a diferença entre problemas públicos e privados está relacionada ao que é público e ao que é privado. A partir dessa distinção é constituído o público de um problema. Um problema público envolve ações cujas consequências afetam direta e indiretamente os sujeitos, tidos como público do problema. Ele interpela sujeitos que não estão entre aqueles diretamente atingidos pelas consequências das ações ou situações. Ao contrário, além das pessoas diretamente afetadas e às suas vidas privadas, todos os membros de uma comunidade política se sentem indiretamente concernidos, compartilhando a “consciência pública” do problema (DEWEY, 1927). A noção de público do problema evidencia, portanto, uma grande diversidade de atores: “[...] todos que são afetados pelas consequências indiretas de transações que julgam necessário observar sistematicamente” (DEWEY, 1927, p. 95). Essa perspectiva sobre o público possibilita que, no processo de publicização do problema, agentes sociais se distanciem da situação problemática, sejam capazes de criticá-la por meio de análise, de denúncia ou de reivindicação, e de transformá-la em um objeto de investigação, de interrogação e de intervenção (DEWEY, 1927; 1938)

O processo de surgimento, configuração, estabilização e institucionalização dos problemas públicos pode ser pensado como o resultado de forças de conflitos ou de interesses que se põem em

jogo em diferentes setores: esferas da ação pública, assembleias, laboratórios, fóruns de discussão (GUSFIELD, 2014 *apud* CEFAI, 2014). As fases do processo de tornar determinada situação um problema para a sociedade consistem em: identificar o problema, publicizá-lo, delimitar o problema e argumentar em torno do mesmo, construindo discursos e narrativas ao seu respeito (GUSFIELD, 2014).

Com algumas diferenças em relação a essas fases, para Blumer (1971 *apud* CEFAI, 2014) a construção dos problemas públicos passa por cinco etapas. A primeira se refere à emergência do problema, de modo que uma situação passa a ser questionada quanto a sua normalidade por grupos sociais. Em seguida, o problema deve passar por uma legitimação enquanto problema. A terceira etapa diz respeito à mobilização, isto é, à reunião de apoio, ao fazer escutar-se no espaço e esfera pública. Na quarta fase, as autoridades elaboram as respostas, uma espécie de plano de ação que, na etapa seguinte e final, é colocado em prática. Esse modelo já prevê a entrada do problema na agenda, de modo que são mobilizados recursos e ações públicas para sua solução. Segundo Erik Neveu (*apud* CEFAI, 2014), as cinco fases de construção dos problemas públicos são: identificar, enquadrar, justificar, publicizar ou popularizar e colocar na agenda das políticas públicas.

Os elementos do processo de publicização são quatro para John Dewey (1927). No primeiro momento a situação problemática é tornada pública, isto é, visível sem restrições através de operações de testemunho, investigação, experimentação ou discussão. Perturbações inicialmente não refletidas, mantidas em segredo em nome de princípios normativos, por conta de interesses particulares ou do universo da esfera íntima ou privada, são levadas à público. Em seguida, a situação problemática passa a ser o foco de dramatizações e argumentações nas quais o público, enquanto atividade coletiva, descreve circunstâncias, atribui causas, identifica autores e responsabilidades e elenca danos relacionados ao problema. No terceiro momento o problema público passa por um processo de institucionalização. Ele é assumido por coletivos, organizações e instituições, tornando-se pauta para tomadas de posição de agentes que detêm de poder de ação e influência, num jogo de aproximações e de oposições, de alianças e de conflitos. Por fim, o problema público é objeto de interpelação dos poderes públicos, a fim de que eles intervenham como juiz ou árbitro.

Ainda no que diz respeito aos problemas públicos e seus processos de construção social, o trabalho de Howard Becker (2008) sobre o desvio e seus praticantes é referência. O desvio diz respeito a um erro publicamente rotulado, algo que está fora das regras do grupo, sejam elas impostas por lei ou por acordos informais, que dizem respeito ao comportamento e às tradições. As regras são produto da criação de alguém e o desviante, praticante de desvio é rotulado. Nos processos de constituição do desvio, alguém chama atenção do público para um determinado assunto.

Os empreendedores morais, que podem ser categorizados como reformadores cruzados ou impositores de regras, estão relacionados aos processos de criação e aplicação de regras. Os reformadores cruzados (ou cruzados morais) estão interessados no conteúdo das regras e as regras existentes não são capazes de satisfazê-los, pois acreditam que “nada pode estar certo no mundo até que se façam regras para corrigi-lo” (BECKER, 2008, p 153). Para redigir regras sobre assuntos específicos, eles recorrem a especialistas, como juristas, advogados e agências governamentais. Desse modo, as regras serão formuladas adequadamente. O sucesso de uma

cruzada moral depende da formulação da regra sobre determinada situação e ação perante ela, bem como da imposição da regra. Os impositores de regras são as organizações responsáveis pela aplicação das regras criadas pelos cruzados morais. A polícia, por exemplo, é um dos impositores de regras que não está preocupada com conteúdo da regra, mas sim com sua imposição, já que ela é seu trabalho e o que lhe garante tal ocupação (BECKER, 2008).

PRAÇA DA LIBERDADE: LÓCUS DA FUNDAÇÃO DA CAPITAL MINEIRA E ESPAÇO DE SOCIABILIDADES DIVERSAS

*Jardim da Praça da Liberdade,
Versailles entre bondes.
Na moldura das Secretarias compenetradas
a graça inteligente da relva
compõe o sonho dos verdes.
(Carlos Drummond de Andrade)*

A Praça da Liberdade, três dos edifícios que a cercam e o Palácio da Liberdade foram construídos entre 1894 e 1897 para abrigar a sede do poder do estado de Minas Gerais após a transferência da capital de Ouro Preto para a região do antigo Curral Del Rei, atual Belo Horizonte.



Figura 1: Foto da festa de inauguração de Belo Horizonte na Praça da Liberdade
Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

Conforme mostra a Figura 1, a Praça da Liberdade era uma grande esplanada de terra batida na época da criação da cidade. O seu primeiro projeto paisagístico foi implantado somente em 1904, sete anos após sua inauguração. Com estilo de jardim inglês, ele dividiu a Praça em duas alas, com canteiros, caminhos curvos, pequenas fontes, lagos e gramados, pontes de estilo rústico feitas de cimento que imitava madeira e árvores *ficus benjamina* plantadas à volta de toda a Praça (ver Figura 2). Além disso, são dessa época as palmeiras imperiais ao longo da alameda central e o coreto (CALDEIRA, 1998; FERNANDES, 2011).



Figura 2: Praça da Liberdade em 190
 Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

Para a visita dos reis belgas à Belo Horizonte, em 1920, um novo projeto paisagístico foi realizado. O estilo inglês foi substituído pelo paisagismo francês, caracterizado pelo geometrismo no desenho. O projeto do arquiteto paisagista Reinaldo Dieberger manteve o coreto e a alameda central com suas palmeiras. Os jardins e caminhos foram modificados e a Praça adquiriu fontes e canteiros e caminhos bem definidos, como mostra mais adiante a fotografia aérea na Figura 3 (CALDEIRA, 1998; FERNANDES, 2011).

Na Praça da Liberdade, as construções de moradias foram destinadas a uma camada social de alto poder aquisitivo², sendo que a região, como parte do Centro-Sul de Belo Horizonte, se consolidou e se mantém como local de moradia de classes média alta (MENDONÇA, 2008). Exemplos disso são tanto as habitações destinadas aos funcionários do governo recém-chegados de Ouro Preto, na época da inauguração da cidade, quanto edifícios construídos ao longo do século XX e mais recentes.

Em 1977, o conjunto de edifícios residenciais modernos, os prédios das secretarias, os palácios da Liberdade e dos Despachos e a própria Praça são patrimônios tombados pelo IEPHA-MG, pelo Decreto nº18.531. Em 1991, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPM-BH) protegeu as edificações da Praça por meio de um processo administrativo, o que incluiu o Conjunto Urbano da Praça da Liberdade, a Avenida João Pinheiro e adjacências. A importância do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade liga-se, portanto, ao seu valor histórico, político e sociocultural por

2 No planejamento da nova capital mineira, bairros da zona urbana da cidade, delimitados pela Avenida do Contorno, foram projetados para as pessoas de alto poder aquisitivo e de posições altas na hierarquia social, principalmente para os funcionários públicos que vinham transferidos de Ouro Preto. Essa área contava com infraestrutura sanitária, lotes bem delineados, ruas e avenidas largas. Operários, pessoas de baixo poder aquisitivo e imigrantes foram relegados aos terrenos exteriores à Avenida do Contorno ou às regiões mais periféricas da cidade, ambas sem infraestrutura urbana adequada (ANDRADE, 2004).

abrigar durante mais de um século o centro do poder do estado de Minas Gerais, por ser palco de muitas manifestações oficiais e civis e por se constituir em um espaço público importante na vida da cidade, palco de distintas formas de sociabilidade (AUTOR, 2014).

Desde sua criação até os dias de hoje, a Praça se mantém como um local de encontro e convívio. Durante a primeira metade do século XX, ela foi, sobretudo, o local para o *footing*, para flertar e namorar ou para conversar nos jardins. Nela também aconteciam, e ainda acontecem, eventos oficiais e extraoficiais como manifestações, paradas militares, retretas aos domingos e protestos populares (CALDEIRA, 1998; AUTOR, 2016).

O uso pelas feiras livres, como veremos na seção a seguir, teve lugar entre 1969 e o início da década de 1990, quando a Praça foi fechada para reforma e restauro de seus jardins, passeios e mobiliário. Após essa reforma houve uma mudança nos seus usos, com a proibição de vendedores ambulantes e um maior controle sobre os comportamentos no seu espaço. Catadores de materiais recicláveis e vendedores ambulantes foram proibidos e o policiamento constante não permitia que as pessoas se sentassem na grama e nem que os bancos fossem usados para se deitar, além de outras condutas consideradas como indesejáveis. A Praça se firmou como um espaço de contemplação, com usos e comportamentos muito regulados e com os seus jardins sempre cuidados (AUTOR 2014; AUTOR 2016). Como expressão de uma cultura de cuidado com a saúde e o corpo, a Praça também passou a ser utilizada para prática de atividades físicas diversas, como caminhada, corrida, dança, entre outras.

Em 2010 foi criado o Circuito Cultural Praça da Liberdade (CCPL), um conjunto de museus e centros culturais que foram instalados nos prédios públicos do entorno da Praça. O CCPL tornou-se possível após a transferência da administração pública do estado de Minas Gerais para um novo centro administrativo, na região norte da cidade. A partir de então, teve início a reforma dos prédios para o seu posterior uso como museus e centros culturais. À estes foram incorporados outros espaços preexistentes de natureza cultural, todos localizados nas adjacências da Praça (ver Figura 3).



Figura 3: Fotografia aérea da Praça da Liberdade com espaços do CCPL ao redor
Fonte: IEPHA, s.d.

Com o CCPL, aumentou o número de pessoas que frequentavam a Praça durante toda a semana e de eventos, como apresentações teatrais e shows infantis e adultos. Usos mais livres do espaço se destacaram, com pessoas sentadas na grama e próximas às fontes, fazendo piqueniques, bem como a circulação de turistas e de grupos de estudantes ou de associações sociais em excursões ou passeios programados aos espaços do CCPL (AUTOR, 2014; AUTOR, 2016).

A comercialização de produtos, como na época das feiras, voltou para Praça, mas de forma restrita e controlada³. Vendedores ambulantes de brinquedos e alimentos, como bolos, doces, picolés e pipoca, têm no público da Praça e do CCPL suas clientelas (AUTOR 2014; AUTOR 2016). A compra e venda, no entanto, difere substancialmente daquelas realizadas e posteriormente condenadas na época das feiras, como veremos na próxima seção.

³ A prefeitura de Belo Horizonte regula atividades exercidas por vendedores ambulantes por meio de códigos de postura, editais, processos seletivos e outras medidas. Ver: <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/informacoes/ambulantes-para-exemplos>.

A TRAJETÓRIA DAS FEIRAS LIVRES NA PRAÇA DA LIBERDADE: DAS ARTES PARA POUCOS ÀS MERCADORIAS PARA CONSUMO DE MASSAS

*É dia de feira
Quarta-feira
Sexta-feira
Não importa a feira
É dia de feira
Quem quiser pode chegar
Vem maluco
Vem madame
Vem maurício
Vem atriz
Pra comprar comigo
(A feira – O Rappa)*

O uso da Praça para realização de feiras livres teve início em novembro de 1969, quando foi criada a Feira de Artes e Artesanatos (ver Figura 4). Essa feira acontecia aos domingos e a iniciativa foi de um grupo de artistas plásticos e críticos de arte. Ela foi assumida pelo poder municipal como forma de lazer da população e de divulgação turística da cidade (CALDEIRA, 1998).



Figura 4: Feira na Praça da Liberdade em 1969
Fonte: Jornal Estado de Minas

O trecho abaixo relata as intenções iniciais do evento:

Um dia tiveram a ideia de levar arte ao povo, como já acontecia em vários países da Europa. Da ideia à concretização do fato foi rápido. Jornalistas, críticos de arte, diretores de galerias reuniram-se com artistas plásticos, artesãos e, logo surgiu o movimento apoiado pelo Departamento do Turismo. (Jornal Estado de Minas 1992).

O objetivo da feira de “levar arte ao povo”, como ação inspirada na Europa, inclui a ideia da divulgação das artes que integram uma cultura de elites. Tais manifestações culturais

são apropriadas e produzidas por um grupo seletivo de pessoas, detentores de capitais cultural e econômico e de *habitus*, que os possibilitam deter dos códigos de apropriação daqueles espaços e objetos. O grupo responsável pela fundação da feira era formado, sobretudo por pessoas letradas, sujeitos dominantes no campo da cultura (BOURDIEU; DARBEL, 2007). Se num primeiro momento a prefeitura apoiou e motivou a realização das feiras na Praça, ela foi, posteriormente, a responsável pela ação de removê-las do local, como veremos mais adiante.

Inicialmente, aos domingos de Feira, um número reduzido de artistas e artesãos se reuniam para expor e vender seus trabalhos para um público também pequeno e restrito. Nos outros dias da semana a Praça desempenhava a função de local de encontro e lazer. Quatro anos após a inauguração da Feira, no entanto, ser artesão não era mais necessário. Com o tempo, o evento foi ganhando contornos comerciais e tornou-se sucesso de público, atraindo muitos consumidores e comerciantes de várias partes da cidade. O artesanato passou a ser um suplemento e começaram a preponderar produtos industrializados, conforme relata o trecho a seguir:

No início, participaram artistas consagrados. [...] O número de expositores era pequeno, mas mesmo assim podiam ser vistos trabalhos de várias escolas e tendências, todos os domingos, a partir das 8 horas. Além da arte, o artesanato também era diversificado, indo desde bonecas de pano, passando por trabalhos em couro, madeira, e ainda a parte de bijuterias, bastante variada. (...) **Mas, nos primeiros anos, já se sentia que os falsos artesãos começaram a invadir a praça.** (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1992)

Em consonância com o sucesso da feira dominical, outros eventos da mesma natureza começaram a acontecer na Praça no decorrer da semana. Para as quintas-feiras, foi criada a Feira Extraordinária de Produtos Artesanais⁴. Em 1981, a Feira de Flores e Plantas passou a acontecer às sextas-feiras e, no mesmo ano, foi criada aos sábados a Feira de Antiguidade e Comidas Típicas. Essa última teve o intuito de atrair um público mais seletivo, de grupos sociais mais sofisticados, para valorizar o artesanato e a arte de qualidade. Rapidamente, no entanto, o evento voltou-se para as comidas, não necessariamente típicas e atraiu grupos de classes mais baixas em busca de diversão (CALDEIRA, 1998; CARSALADE; LEMOS, 2011). Segundo Caldeira (1998), a feira de comidas “foi se transformando num autêntico botequim a céu aberto” (p. 118).

Nesse período de criação e ampliação das feiras, entre 1969 e início da década de 1980, o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça da Liberdade foi tombado pelo IEPHA-MG em 1977, o que representou um ato simbólico que nada interferiu na realização dos eventos. O fim da década de 1980 representou o auge do crescimento das feiras. Elas atraíam consumidores e feirantes de Belo Horizonte e região e chegaram a ter 3.200 expositores. A proporção das feiras era geradora de contratempos para a Praça e seu entorno. Dentre eles, o barulho, o trânsito intenso, o lixo que era deixado na Praça, o desrespeito às limitações dos canteiros e gramados, que tiveram suas vegetações muito prejudicadas em função das barracas neles montadas e da circulação de pessoas, entre outros incômodos para os moradores da região e para aqueles que passavam pelo local (CALDEIRA, 1998; CARSALADE; LEMOS, 2011).

⁴ Não foi possível descobrir por meio das referências e dados utilizadas para o presente artigo informações sobre a data de criação dessa feira. Supõe-se, no entanto, que sua criação se deu entre 1970 e 1972.

Apesar de não estarem datadas, as fotos das Figuras 5 e 6 ilustram as formas de apropriação do espaço da Praça da Liberdade por feirantes e consumidores:

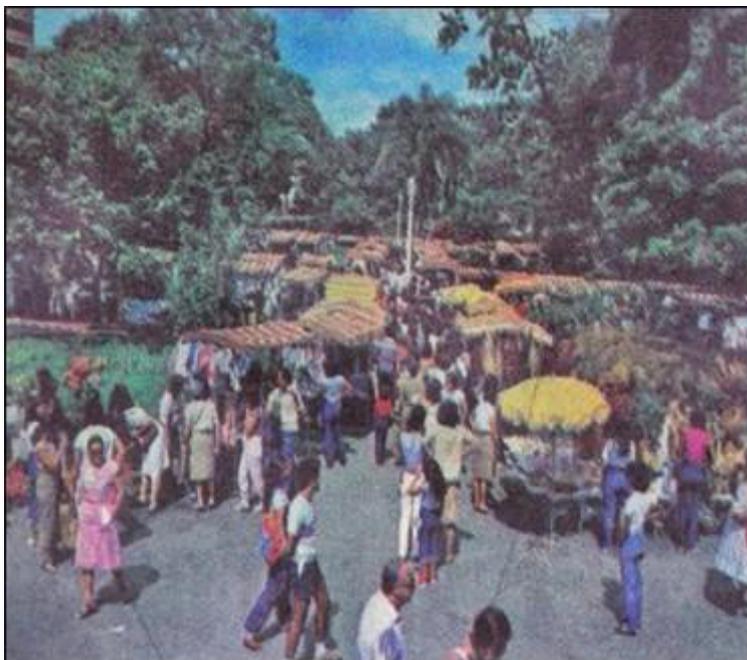


Figura 5: Feira na Praça da Liberdade. Imagem sem data.
Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte



Figura 6: Alameda central durante feira. Imagem sem data
Fonte: Jornal Estado de Minas

Iniciado em 1989, o processo de remoção das feiras gerou uma negociação que durou cerca de dois anos. Começou a ser discutida a necessidade de restaurar a Praça da Liberdade, assunto polêmico que contava com três principais grupos de agentes. O primeiro compreendia o público das feiras e os feirantes, que ocuparam o espaço por cerca de 20 anos e que, na maioria, se recusavam a sair da Praça. A comunidade de moradores e frequentadores da Praça era um grupo de insatisfeitos com o estado de degradação do espaço público patrimonial devido à realização das feiras. Por fim, o poder público, que apoiava a restauração da Praça.

Os conflitos em torno das feiras enquanto problema público envolveram a administração da Regional Centro-Sul do município de Belo Horizonte, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o IEPHA, empresas de consultoria de engenharia de trânsito, desenho industrial, arquitetura e urbanismo e o Comitê Solução da Praça da Liberdade (ou Comitê Pró-Praça). O Comitê foi criado pelos expositores quando a prefeitura anunciou sua intenção de mudar o local das feiras, passou a desenvolver intensas campanhas de preservação das feiras na Praça, tentando mobilizar a opinião pública para a defesa dos interesses dos expositores.

Com respaldo da opinião pública, que em pesquisa realizada pela prefeitura apoiava a restauração completa da Praça e, conseqüentemente, a retirada das feiras, o poder público municipal de Belo Horizonte decidiu remover as feiras da Praça da Liberdade. No dia 10 de fevereiro de 1991 foi realizada a última Feira de Arte e Artesanato na Praça da Liberdade, pondo fim a uma tradição de ocupação do espaço que durou 22 anos.

Com as feiras transferidas para outros espaços da cidade, teve início a reforma da Praça da Liberdade, viabilizada por parceria público-privada entre o Estado e as Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), empresa que depois passou a ser controlada pela companhia Vale. Terminada a reforma e a restauração, a Vale ficou responsável pela manutenção dos jardins da Praça por meio do programa municipal Adote o Verde.⁵ A feira dominical, inicialmente chamada Feira de Artes e Artesanatos e conhecida como Feira Hippie, foi transferida para a Av. Afonso Pena, onde acontece aos domingos até os dias de hoje.

O CASO DAS FEIRAS LIVRES NA PRAÇA DA LIBERDADE ENQUANTO PROBLEMA PÚBLICO: ATORES, NARRATIVAS, CONFLITOS E MEDIDAS TOMADAS

Na primeira seção deste artigo destacamos que os problemas públicos são construídos socialmente, com a identificação de causas, conseqüências e de atores envolvidos. Isso se dá por meio daqueles que criam as regras e normas e pela sociedade, que passa a enxergar uma situação, que antes considerada como normal, como um problema público (CEFAI, 2014). A intenção deste artigo é compreender em quais termos as feiras livres na Praça da Liberdade passaram a ser entendidas como um problema público.

Retomando as quatro fases do processo de construção dos problemas públicos, segundo Gusfield (2014), temos para esta análise a identificação das feiras como problema a partir do momento que sua realização ocasionou os contratempos diversos já citados e, como desdobramento, teve sua adequação questionada. Assim, o problema delimitado – a Praça da

⁵ Trata-se de uma parceria entre a administração municipal e a iniciativa privada para a manutenção de parques, praças, jardins, canteiros centrais de avenidas e demais áreas verdes públicas da cidade. O problema é que as áreas centrais, de maior visibilidade e que reúnem população com maior poder de consumo e opinião, acabam sendo as mais procuradas pelas empresas.

Liberdade não comporta a realização das feiras nas dimensões alcançadas, pois elas causam danos diversos ao espaço público e ao seu patrimônio – teve construído em seu entorno narrativas diversas a partir da literatura, da academia, de representantes de órgãos públicos e, sobretudo, da mídia.

As narrativas sobre as feiras quando elas tomaram grandes dimensões questionavam seus prós e contras e a viabilidade de sua continuidade. Esses discursos são oriundos de fontes diversas que incluem: o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH); o poder público; manifestações literárias; a academia; os feirantes; os frequentadores e consumidores; e a mídia, sendo essa última a principal veiculadora das posições de comerciantes e públicos das feiras. Já se discutia a remoção das feiras da Praça, isto é, na conjuntura do conflito sobre a viabilidade de continuação da realização dos eventos, eles já demandavam atenção na esfera pública e ação do poder público municipal.

As narrativas elencadas a seguir expressam o momento de dramatizações e argumentações do processo de publicização dos problemas. O público, enquanto atividade coletiva, descreve circunstâncias das *feiras-problema*, apontando as causas da situação problemática, os seus responsáveis e os danos gerados para o espaço público (DEWEY, 1927).

De acordo com um conselheiro do CDPCM-BH:

O calendário das feiras ocupava os dias de quinta, sexta, sábado e domingo e, nos intervalos, a Praça passava por uma limpeza. A realização das feiras era responsável pelo lixo deixado nos gramados, caminhos e fontes da Praça; pelos canteiros pisoteados e pela vegetação que não se regenerava devido à frequência da montagem das barracas e da circulação de muitas pessoas; e pelo barulho na vizinhança. (...) os danos mencionados eram de responsabilidade dos feirantes, dos frequentadores e também do poder público, omissos em resguardar a integridade e o uso adequado de espaços culturais sob sua proteção legal. (LANA, 1990)

Ao sublinhar os malefícios que as feiras causavam, ponderações sobre as mais diversas benesses da realização das feiras – como a oferta de oportunidades de encontro e lazer e de comercialização de produtos diversos para geração de renda – não são aventadas ou contrastadas com os danos causados pelos eventos. Ao apontar os responsáveis, no entanto, o Conselheiro aponta uma multiplicidade de atores – os feirantes, os frequentadores das feiras e o poder público – culpando mais enfaticamente o último, responsável pelo resguardo da integridade e uso adequado de espaços culturais sob sua proteção legal.

No universo da literatura, a crônica *O tempo e o vendaval* de Célius Áulus denuncia a utilização da Praça pelos feirantes:

(...) Pois estava eu, justamente, lembrando os tempos de *footing*, a olhar as velhas palmeiras da praça agora com verde corroído pelas lagartas de mariposa negra, sentido o cheiro de um manacá tardio, quando vi, lá em cima, no topo do talo mestre um bem-te-vi safado gritando para mim. Ao meu lado, em vez da barraca horrível esquecida por um artesão descuidado, cheirava um jasmineiro todo branco, enchendo de flores o banco de tábuas verdes, como na Casinha Pequeninha que se encantava naqueles dias. (ÁULIUS, 1996)

Com elogios nostálgicos ao patrimônio natural da Praça, às formas de sociabilidade do passado e ao antigo mobiliário da Praça, a crônica incita e valoriza um uso contemplativo do espaço público. Enquanto isso, critica duramente as apropriações pelas feiras nas menções às barracas e ao artesão qualificado como descuidado.

As representações das feiras pelo discurso acadêmico também enfatizam os danos causados para a Praça. A sua importância enquanto espaço público para encontro e sociabilidade é mencionada, mas quando têm como circunstância as feiras prevalecem os contratempos gerados:

A multiplicação das feiras fez da Praça um caos onde não sobravam espaços livres. Apesar de sua relevância na vida social, as feiras depredavam o espaço da Praça e o seu entorno. (ALBANO *et al*, 1984).

A “festa” passou a constituir ir referencial maior; atraindo grande número de consumidores, provenientes de todas as regiões de Belo Horizonte, que não respeitavam limitações ou canteiros e, juntamente com os próprios comerciantes, que muitas vezes despejavam seu próprio lixo ou o óleo de frituras nos jardins, passaram a “consumir” também a praça. A voracidade que a devorava a ela não ficou restrita, espalhando vendedores ambulantes por todo o entorno. Barulho, trânsito congestionado e outras mazelas passaram a infernizar quem morava ou trabalhava por ali. A reação libertária esboçada na apropriação alternativa da praça havia perdido seu simbolismo para a máquina trituradora consumista. (CARSALADE; LEMOS, 2011)

Albano *et al* (1984) descreve a Feira de Antiguidade e Comidas Típicas como evento onde acontecia roda de samba, batucada e banda de música e onde havia cerveja. A subversão dos usos inicialmente pensados para essa feira demonstram que a população, ao se apropriar dos espaços, pode reverter os significados dos espaços que lhe são impostos ao criar formas de uso e ordens próprias que vão além e, por vezes, contrapõem, aquilo que os planejadores pensaram. Conceituadas por Leite (2007) como contra-usos, essas apropriações envolvem transgressão de normas e regras, sejam elas explicitadas por leis e mecanismos de controle ou mais ou menos implícitas nos planos para apropriação dos espaços públicos. Um contra-uso normalmente demanda que sejam articulados mecanismos de controle e vigilância a fim de evitá-lo ou proibi-lo, com a possível instalação de barreiras físicas e simbólicas, para afastar os sujeitos e usos indesejados (LEITE, 2007), como sugere o caso aqui analisado.

Além dos discursos acadêmicos e literários, interessa analisar as comunicações da mídia, sobretudo jornais e revistas, sobre a realização das feiras e compreender seu papel para a publicização dos eventos enquanto problema público. Os problemas públicos, ao serem representados pela mídia, experimentam, por meio do tratamento jornalístico, “um verdadeiro trabalho de construção que depende muito amplamente dos interesses próprios deste setor de atividade” (CHAMPAGNE, 2008, p. 63).

Os problemas que atraem a atenção midiática são mal-estares para jornalistas, com representação pública que é explicitamente construída para “interessar aos jornalistas, ou então aqueles que, por si mesmos, atraem os jornalistas porque são ‘fora do comum’, ou dramáticos, ou emocionantes, e por isso comercialmente rentáveis, pois estão de acordo com a definição social do acontecimento digno de ‘ser manchete’.” (CHAMPAGNE, 2008, p. 63). Nas reportagens observa-se a construção de um discurso que acusa feirantes e consumidores de depredarem a Praça e seu patrimônio e que cobra, por parte do poder público, medidas para a solução do problema.

As feiras na Praça, enquanto objeto digno de manchete e comercialmente rentável para os jornais, constituem-se como acontecimento na medida em que demandam tratamento, são vistas como escândalo e assim noticiadas na mídia. Afinal, pela logística implícita nas

narrativas midiáticas, a Praça da Liberdade é um espaço público de importância histórica e simbólica para Belo Horizonte, além de sede do poder do estado de Minas Gerais. Ela não condizia, portanto, com o cenário de depredação causado pelas feiras e com apropriações festivas e voltadas para o consumo, por parte de públicos diversos e, inclusive, formados por classes sociais mais baixas.

Na reportagem “A Feira indo para o brejo”, Anna Marina critica a venda de produtos industrializados e o acesso da população de baixa renda às feiras, atrelando o sucesso – o aumento e a diversificação de público e de comerciantes – ao deterioramento:

A decadência [da feira] começou com o sucesso, curiosamente. Na medida em que o setor de comidas & bebidas transformou-se no programão da zona norte, o interesse pelas antiguidades foi diminuindo – e os expositores foram deixados entregues a sua própria sorte. [...] O nível dos frequentadores foi caindo – e criou-se então um círculo vicioso: caiu também o tipo de mercadoria exposta. Como o controle foi relaxado começaram a vender de tudo nas barracas: desde antiguidades mesmo (de vez em quando ainda aparecem coisas muito boas) até vidro comprado no Mercado ou na Santos Dumont. Sem falar na quinquilharia contrabandeada do Paraguai, chineses e vidros. (MARINA, 1990)

Na mesma esteira, a publicação “Patrimônio da Praça é destruído pelas feiras” afirmou que “(...) o volume descontrolado adquirido pelas feiras além de uma série de desvios quanto aos objetivos iniciais de sua criação, exigem medidas de orientação desses eventos, em defesa da preservação do patrimônio da Praça da Liberdade” (JORNAL HOJE EM DIA, 1989).

Outro ponto sobre as narrativas midiáticas sobre as feiras são as cobranças feitas ao poder público, tanto a Prefeitura Municipal quanto órgãos estaduais, para que fossem tomadas medidas:

A Praça da Liberdade foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico. [...] Aquele órgão fica, agora, na obrigação de defendê-la, para as atuais e as gerações futuras. Essa defesa poderia fazer-se sentir através de uma fiscalização mais severa (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1986)

Não existe mais fiscalização na feira. O negócio foi relaxando até chegar a esse ponto. [...] Roberto Martins [administrador da Regional Centro-Sul na época] tem que tomar uma providência enérgica logo. Permitir essa degradingolada de uma boa ideia é que não está nada certo. (MARINA, 1990)

Em suma, além de denunciar os malefícios da realização das feiras e sua incompatibilidade com *aquela* espaço da cidade, os trechos acima resgatam os objetivos iniciais das feiras para argumentar sobre o crescimento e a popularização dos eventos como motes para desvirtuá-los de sua vocação inicial, como se interações sociais e apropriações do espaço público pudessem se cristalizar no espaço e no tempo e como se produtos industrializados, seus vendedores e consumidores fossem desvios e desviantes (BECKER, 2008). O espaço público é, ao menos em tese, o lugar da diferença e da heterogeneidade por ser acessível a todos. Daí que seus usos sejam dinâmicos e fluidos em sua essência e, pela sua acessibilidade a todos, geradores de conflitos e reveladores de desigualdades e hierarquias (CALDEIRA, 2003; ANDRADE *et al*, 2009).

As falas de feirantes e consumidores revelam insatisfação quanto à remoção das feiras da Praça e quanto à sua transferência para outras localidades. Apesar de alguns se mostrarem

otimistas quanto à mudança de lugar e apoiarem a reforma da Praça, nota-se o sentimento de insegurança quanto à nova localidade das feiras, sobretudo por parte dos feirantes. A Figura 7 traz foto tirada de reportagem do Jornal Estado de Minas quando já havia sido publicada a decisão da PBH de interromper as feiras.

Consumidores e feirantes opinam

“Estou deprimida com tudo isto. A gente sempre conviveu na mais santa paz. Há mais de 20 anos é da feira que tiro, junto com o meu marido, o sustento de nossa família. Fizemos desta feira a nossa vida e não acumulamos riquezas aqui, só a alegria do nosso trabalho. Se é que existem distorções na feira não podemos esquecer que foi a crise econômica que provocou seu inchaço e quem está aqui só está querendo defender seu sustento e sua dignidade. Não vou desacatar a lei, mas espero que a prefeitura volte atrás nesta injustiça. Estamos muito inseguros com o que vai acontecer, pois vivemos do que lucraramos semanalmente. Se a feira da avenida fracassar nós é que vamos pagar”.

Maria Badaró — florista — (credenciada há 20 anos para as duas feiras)



“Vamos para a avenida sem saber o que irá acontecer. É o mesmo que começar tudo de novo e foi uma luta para chegarmos até aqui. Exponho há oito anos só nas feiras de quinta. Moro em Conceição do Pará, mas se o pessoal for mesmo fazer vigília vou manter aqui minha barraca. Concordo que é preciso sanear a feira tirando quem não é realmente artesão, mas acho que a avenida não é o melhor local. Talvez provisoriamente, até que a praça seja restaurada. Estou confiante no apoio dos vereadores e da população para que possamos voltar tão logo a praça fique pronta”.

Marco Antônio Melo — tecelão



“Estou triste com o fim das feiras na Praça da Liberdade. Acho que precisava mesmo ser feita alguma coisa para evitar a confusão, mas acho que não será a mesma feira na avenida Afonso Pena. O clima é outro. Na minha opinião deveriam ter selecionado os verdadeiros artesãos e permitido que somente eles ficassem na Liberdade, tanto às quintas como aos domingos. As duas feiras nunca foram a mesma coisa. Eu, por exemplo, sempre preferi as de quinta, pois no domingo vem muita gente de fora, muitos turistas. Não creio que irei frequentar a feira da avenida Afonso Pena como frequentava a da Praça”.

Bernadete Teixeira — consumidora



“Concordo que as feiras tinham que sair da Praça da Liberdade. Para mim vai ser a mesma coisa, só vai mudar o local. É uma pena porém, não ter feira também nas quintas. Ia ser uma grande festa fechar a avenida à noite, um dia por semana. Acho que depois que consertarem a praça e terminarem as obras os verdadeiros artesãos poderiam voltar para lá. Mas se a feira da Afonso Pena for mesmo definitiva vou frequentá-la do mesmo jeito que sempre frequentei a da Praça da Liberdade. Para o turismo, aliás, é bem melhor na Afonso Pena, mais perto dos hotéis”.

Carlos Humberto — consumidor



Fotos/Paulo Filgueiras

Figura 7: Consumidores e feirantes falam sobre a transferência das feiras
Fonte: Jornal Estado de Minas

Os feirantes não constituíram um grupo homogêneo em termos de narrativas e argumentos. Os feirantes mais antigos, que ocupavam a Praça há mais tempo, estavam insatisfeitos com a *invasão* das feiras por produtos industrializados. Parte deles era contra a retirada das feiras da Praça (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1995). Expositores que estavam há menos tempo na Praça apoiavam a transferência, desde que ela não lhes gerasse prejuízos quanto ao rendimento das vendas. Tanto entre feirantes antigos quanto entre aqueles recém-chegados, havia aqueles que acreditavam que a Praça precisava ser restaurada. Alguns dos feirantes chegaram a argumentar argumentavam que não sairiam do local e em movimento de mobilização coletiva eles chegaram a propor a adoção da Praça, formando o Comitê Pró-solução da Praça da Liberdade. Essa articulação para reivindicar suas demandas, no entanto, não teve resultados positivos (CALDEIRA, 1998). Fica como questão a ser explorada o porquê desta mobilização não ter surtido efeitos entre os próprios feirantes, vista a heterogeneidade desse grupo, e na esfera pública como um todo.

O poder público, por sua vez, utilizou como respaldo para a retirada das feiras da Praça uma pesquisa realizada com a população de Belo Horizonte. Segundo os resultados dessa pesquisa, dos 1.170 entrevistados, 95,4% eram favoráveis à restauração da Praça. Entre os moradores da região da Praça da Liberdade, a aprovação era de 95,6% (CALDEIRA, 1998). Em 1991 todas as feiras saíram da Praça e foram transferidas para outros espaços da cidade e teve início a reforma para restauração da Praça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reportagem “Cenas de BH – Liberdade revive o domingo na Praça” foi publicada pelo Jornal Estado de Minas em fevereiro de 1992, quando a Praça já havia sido restaurada. O trecho a seguir explicita o reestabelecimento de alguns usos do espaço público:

Um ano depois [da última feira realizada na Praça], os domingos na praça ficaram bem diferentes, com crianças, adultos e adolescentes passeando entre seus jardins, sentados nos bancos e assistindo ao espetáculo da fonte luminosa. Agora, os domingos na praça da Liberdade são autênticos domingos na praça. (...) Não há mais comércio na praça. (...) Depois de um ano, a praça, totalmente recuperada, é da cidade, de todos belo-horizontinos. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1992)

Prevalece nas narrativas anteriores e nessa última um tom normativo sobre as apropriações adequadas do espaço público. Designa-se um antagonismo entre patrimônio cultural e natural preservado e usos comerciais e festivos do espaço público de valor patrimonial, impossibilitados de coexistir no tempo e lugar.

A existência de feiras livres tombadas como patrimônio imaterial convida a refletir sobre o caso da remoção das feiras na Praça da Liberdade. Na época, a justificativa do poder público para a medida teve como argumento principal, além do suposto apoio da população para essa ação, o fato desses eventos estragarem o espaço público, dando-lhe caráter comercial, que impedia usos *adequados*. Nota-se aí uma falsa oposição entre espaço público e comércio, que acabou por embasar argumentos de atores diversos sobre as feiras na sua configuração como um problema público caso tivessem lugar na Praça da Liberdade. O espaço público foi representado como lugar para contemplação e apreciação do patrimônio natural e cultural. O comércio, por sua vez, aparece como fruto do sistema capitalista, incompatível com a Praça,

espaço de valor patrimonial.

O intuito aqui não é de acusar o estado e/ou de defender a realização das feiras livres na Praça da Liberdade, mas de refletir sobre o potencial cultural e de sociabilidade desses eventos em diálogo, e não oposição, com o usufruto e a preservação do patrimônio natural e cultural. Algumas feiras e mercados localizados em espaços públicos já foram protegidos como patrimônio imaterial pelo IPHAN – como a Feira de Caruaru, em Pernambuco, e a Feira de Campina Grande, na Paraíba⁶ – ou por conselhos patrimoniais municipais, como é o caso das feiras livres de Barbacena, em Minas Gerais (G1 ZONA DA MATA, 2021).

Por comportarem possibilidades múltiplas de usos, entre os quais se encontra o comércio (MARINHO, 2014), os espaços públicos demandam de acordos e controle público. Se, numa primeira ocasião, as feiras na Praça da Liberdade foram autorizadas pela Prefeitura de Belo Horizonte, posteriormente elas foram retiradas pela própria administração municipal. A falta de controle dos eventos serviu como justificativa para a sua condenação.

O que também se revela na decisão da prefeitura de Belo Horizonte de remover as feiras é que esse uso da Praça é menos problemático do que quem a usa dessa forma. Entre as principais preocupações do poder público – e nas representações literárias, acadêmicas e midiáticas sobre as feiras, que faziam quórum às intenções da administração pública – estava o fato delas serem local de lazer e consumo para população de baixa renda. Na publicização das *feiras-problema* pela mídia também fica explícita esse tipo de posição. Como revelam suas construções argumentativas, em conjunto, mídia, poder público e intelectuais atuaram como empreendedores morais no enquadramento de desvios e desviantes (BECKER, 2008) nas/das feiras da Praça da Liberdade.

⁶ Ver: IPHAN, s.d.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBANO, Celina; Lemos, Celina Borges; Werneck, Nísia Duarte; Menicucci, Telma Maria Gonçalves. "A Cidade na praça: poder, memória, liberdade." Comunicação apresentada no VIII Encontro Anual da ANPOCS, no GT Estudos Urbanos: Representações Políticas, Águas de São Pedro, outubro, 1984.
- ALMEIDA, Maria Isabel de Moura. "Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977". Tese de Doutorado, Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010. <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1233>
- ANDRADE, Luciana Teixeira de. A Belo Horizonte dos modernistas. Belo Horizonte: C/ Arte, 2004.
- ANDRADE, Luciana Teixeira de; JAYME, Juliana Gonzaga; ALMEIDA, Rachel de Castro. "Espaços públicos: novas sociabilidades, novos controles". *Cadernos Metrópole*, 21: 131-153, 2009. <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5959>.
- ÁULIUS, Célius. BH 100 anos nossa história. Estado de Minas, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1996.
- BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2008.
- BECKER, Howard. Rendre la sociologie pertinente pour la société. *Sociologies [Online], Débats, La situation actuelle de la sociologie, mis en ligne*, maio, 2012. Disponível em <http://journals.openedition.org/sociologies/3961>.
- BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- CALDEIRA, Junia Marques. "Praça: território de sociabilidade - uma leitura sobre o processo de restauração da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte". Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/EDUSP, 2003.
- CARSALADE, Flávio; LEMOS, Celina Borges. *Liberdade: História, Arte e Cultura*. Belo Horizonte: Líder Aviação, Instituto João Ayres, 2011.
- CEFAI, Daniel. Investigar los problemas públicos con y más allá de Joseph Gusfield. In: Gusfield, Joseph. *La cultura de los problemas públicos. El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. In: Bourdieu, P. (Org.) *A miséria do mundo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- DARZE, Luciana Macedo. "História e direito: divórcio e condição feminina na documentação judicial do Rio de Janeiro (1832-1889)". Dissertação de Mestrado em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/13093>
- DEWEY, John. O público e seus problemas. Cf. Hickman, Larry A. & Alexander, Thomas. *The Essential Dewey*, vol. 1: Pragmatism, Education, Democracy. Bloomington: Indiana University Press, 1998: pp. 281-292, 1927.
- DEWEY, John. *Logic: Theory of Inquiry*. New York: Henry Holt, 1938.
- FERNANDES, Ludmila Dias. "As praças cívicas das novas capitais brasileiras". Dissertação de Mestrado, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de Brasília, 2011. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9947>

G1 ZONA DA MATA. “Feiras livres são tombadas como patrimônio imaterial de Barbacena.”. G1, 21 de março de 2021. <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2021/03/21/feiras-livres-sao-tombadas-como-patrimonio-imaterial-de-barbacena.ghtml>

GUSFIELD, Joseph. La cultura de los problemas público. El mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2014.

JORNAL ESTADO DE MINAS. “Mais fiscalização”. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 2 de setembro de 1986.

JORNAL ESTADO DE MINAS. “Cenas de BH – Liberdade revive o domingo na Praça.” Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 1992.

JORNAL ESTADO DE MINAS. “Feira Hippie ocupou espaço 22 anos”. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 1992.

JORNAL HOJE EM DIA. “Patrimônio da Praça é destruído pelas feiras”. Jornal Hoje em Dia. Belo Horizonte, 7 de outubro de 1989.

LANA, Ricardo. Conjunto urbanístico da Praça da Liberdade e Avenida João Pinheiro: uma proposta de preservação. Belo Horizonte: PBH, Regional Centro-Sul, 1990.

LEITE, Rogerio Proença. Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2007.

LIMA, Maria Emília A. Torres. “Análise do discurso e/ou análise de conteúdo”. Psicologia em Revista, 9, no. 13 (junho), pp. 76-88, 2003.

MARINA, Anna. “A Feira indo para o brejo”. Jornal Estado de Minas. Belo Horizonte, 3 de julho de 1990.

MARINHO, Marilene A. “O poder de um lugar: memórias, usos e representações do Largo do Coimbra, Ouro Preto, MG”. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PUC Minas, PUC Minas, 2014.

CADERNOS DE HISTÓRIA